



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

Selma Maria Silva de Oliveira Brandão

**SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NO MARANHÃO:
resgate histórico do “Trabalho junto ao Pescador Artesanal da
Ilha de São Luís”, no processo de formação profissional do
Curso de Serviço Social da UFMA**

**São Luís / MA
2007**

Selma Maria Silva de Oliveira Brandão

**SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NO MARANHÃO:
resgate histórico do “Trabalho junto ao Pescador Artesanal da
Ilha de São Luís”, no processo de formação profissional do
Curso de Serviço Social da UFMA**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Políticas Públicas da Universidade
Federal do Maranhão como requisito
parcial para obtenção do título de
Mestre em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^a.dra. Josefa
Batista Lopes

**São Luís / MA
2007**

Brandão, Selma Maria Silva de Oliveira.

Serviço social e questão social no Maranhão: resgate histórico do “Trabalho junto ao Pescador Artesanal da Ilha de São Luís”, no processo de formação profissional do Curso de Serviço Social da UFMA. /MA. Selma Maria Silva de Oliveira Brandão. – São Luís, 2007.

227 f.

Orientador: Profª. Drª. Josefa Batista Lopes)

Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão. 2007.

1. Serviço Social – Questão social 2. Serviço Social – Formação profissional 3. Pescador artesanal – São Luís (MA) I Lopes, Josefa Batista II. Título.

CDU 364 (812.1)

Selma Maria Silva de Oliveira Brandão

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL NO MARANHÃO: resgate histórico do “Trabalho junto ao Pescador Artesanal da Ilha de São Luís”, no processo de formação profissional do Curso de Serviço Social da UFMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a.dr^a. Josefa Batista Lopes
Doutora em Serviço Social
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a.dr^a. Marina Maciel Abreu
Doutora em Serviço Social
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a.dr^a. Raimunda Nonata do Nascimento Santana
Doutora em Serviço Social
Universidade Federal do Maranhão

Ao meu pai, Francisco Rodrigues de Oliveira, falecido durante a elaboração deste trabalho, pelo esforço de uma vida dedicada à formação de seus filhos. Na simplicidade de um homem pouco letrado seu grande orgulho era ter uma filha “doutora”, professora da Universidade Federal do Maranhão. Ao senhor, papai, dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus por tudo que tenho na vida, o que demonstra a sua infinita misericórdia para com os meus pecados. À Igreja Renovação Cristã e a todos os irmãos em Cristo, com quem divido no dia-a-dia a alegria da santa convivência de uma família unida em Cristo Jesus.

À minha querida mãe, Francisca, exemplo de amor, dedicação e renúncia, pelo tempo e os cuidados dedicados aos meus filhos durante a minha ausência em função da elaboração deste trabalho. Aos meus irmãos, Nonato, Walber e Cláuber, pela alegria de suas presenças em minha vida.

A Marcio, meu amado marido, carne da minha carne, pela segurança que a nossa convivência em Deus me proporciona, fundamental para o término de mais esta etapa em nossas vidas. Aos nossos maravilhosos filhos, Lara e Pedro Miguel, frutos do nosso amor, presentes de Deus em nossas vidas. Suas palavras de cobrança pelo término do trabalho serviram de motivação para superar as muitas dificuldades vividas até a sua conclusão.

A Universidade Federal do Maranhão, especialmente ao Curso e Departamento de Serviço Social pela oportunidade do afastamento das minhas atividades docentes para realizar o mestrado.

À professora Dra. Josefa Batista Lopes, orientadora deste trabalho, por tudo, muito especialmente pela sugestão de delimitação do objeto de estudo, a quem isento totalmente dos limites e problemas nele presentes. Estes são de minha inteira responsabilidade.

À professora Dra. Marina Maciel Abreu pela importante contribuição ao trabalho nos processos de qualificação.

À querida Nonata Santana pelas horas dispensadas às minhas inquietações e angústias nas produtivas tardes no CDILUSS.

À Marli Alcântara, grande amiga, presente em todos os momentos deste processo doloroso de elaboração intelectual, inclusive pela importante contribuição na etapa final do trabalho.

À querida amiga e irmã em Cristo, Márcia Manir, que dispensou um tempo precioso de sua vida cheia de tão grandes responsabilidades para, gentil e alegremente, fazer a revisão de português no trabalho.

Às minhas amigas, Gabriela, Núbia e Cristiana, pelo compartilhar das alegrias e tristezas vividas durante o curso, o que fortaleceu nossos laços de amizade e companheirismo.

A todas as assistentes sociais, ex-estagiárias do Projeto da Pesca Artesanal pela disponibilidade em conceder a entrevista que muito contribuiu para a elaboração do trabalho e ao Conselho Regional de Serviço Social – CRESS, pela importante contribuição na localização das assistentes sociais.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA, instituição que por intermédio do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, concedeu-me uma bolsa que muito contribuiu para a realização do mestrado.

A todos os que, efetivamente, estiveram ao meu lado no período de elaboração deste trabalho incentivando-me nos momentos difíceis de mais essa travessia.

*Se não fora o Senhor, que esteve ao nosso lado, ora diga Israel;
Se não fora o Senhor, que esteve ao nosso lado, quando os homens
se levantaram contra nós,
Eles então nos teriam engulido vivos, quando a sua ira se acendeu
contra nós.
Então as águas teriam transbordado sobre nós, e a corrente teria
passado sobre a nossa alma;
Então as águas altivas teriam passado sobre a nossa alma;
Bendito seja o Senhor, que não nos deu por presa aos seus dentes.
A nossa alma escapou, como um pássaro do laço do passarinhoiro; o
laço quebrou-se, e nós escapamos.
O nosso socorro está no nome do Senhor, que fez o céu e a terra.*

Salmo 124

RESUMO

Relação entre Serviço Social e questão social no Maranhão no processo de formação profissional no Curso de Serviço Social da UFMA, no contexto do movimento de renovação do Serviço Social no Brasil, tendo-se como referência empírica do Trabalho junto ao pescador Artesanal da Ilha de São Luís. Parte-se da análise da questão social como desafio histórico para a profissão, considerando os vínculos do Serviço Social com a questão social na orientação tradicional e no processo de renovação, enfatizando-se as particularidades na realidade maranhense, situada no segundo momento. Destacam-se as contribuições do Trabalho Junto ao Pescador Artesanal na ilha de São Luís, para o processo de formação profissional no Curso de Serviço Social da UFMA, orientado para atuar no enfrentamento da questão social no estado, e em particular apontando para a perspectiva da solução da questão social com a superação da sociedade capitalista; demarca-se aí a função social da Universidade, e nesta, o papel desempenhado pela atividade de extensão.

Palavras-chave: Serviço Social. Questão Social. Formação Profissional. Pescador Artesanal. Extensão Universitária.

RÉSUMÉ

Il s'agit du rapport entre Service Social et question sociale dans l'état de Maranhão dans le processus de formation professionnelle au sein du Cours de Service Social à l'Université Fédérale de Maranhão (UFMA), dans le cadre du mouvement de renouvellement du Service Social au Brésil, ayant pour référence empirique le Travail auprès du pêcheur artisanal sur l'île de São Luís. On prend pour point de départ l'analyse de la question sociale, en tant que défi historique pour le métier, compte tenu des liens présents entre le Service Social et la question sociale, sur une voie traditionnelle, et dans le processus de renouvellement, mises en relief les particularités dans la réalité du Maranhão, abordée dans un deuxième temps. Les contributions du Travail Auprès du Pêcheur Artisanal sur l'île de São Luís sont mises en évidence pour le processus de formation professionnelle dans le Cours de Service Social de l'Université Fédérale de Maranhão (UFMA), orienté pour faire face à la question sociale dans l'état de Maranhão, et en particulier, pour indiquer la perspective d'une solution à la question sociale, en surmontant la société capitaliste ; par là est précisée la fonction sociale de l'Université, et dans celle-ci, le rôle que joue l'activité d'extension.

Mots clés : Service Social. Question Sociale. Formation Professionnelle. Pêcheur Artisanal. Extension Universitaire.

LISTA DE SIGLAS

ABESS	Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
AMZA	Amazônia Mineração Sociedade Anônima
CAUDEC	Centro de Atuação Universitária em Desenvolvimento de Comunidade
CDILUSS	Centro de Documentação e Lutas em Serviço Social
CEDEPSS	Centro de Documentação em Política Social e Serviço Social
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CINCRUTAC	Comissão Incentivadora dos Centros Rurais de treinamentos e Ação Comunitária
CLA	Centro de Lançamento de Alcântara
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB	Confederação nacional dos Bispos do Brasil
COMARCO	Companhia Maranhense de Colonização
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos trabalhadores
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DC	Desenvolvimento de Comunidade
DESES	Departamento de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
ESTATPESCA	Estatísticas da Pesca
EUA	Estados Unidos da América
FBESMA	Fundação do Bem-Estar Social do Maranhão
FETAEMA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

IPES	Estudo de Pesquisa e Estudos Sociais
ITERMA	Instituto de Colonização e Terras do Maranhão
LBA	Legião Brasileira de Assistência
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PEA	População Economicamente Ativa
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PREXAE	Pró – Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UNE	União Nacional dos Estudantes
UFCE	Universidade Federal do Ceará
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPI	Universidade Federal do Piauí
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	09
1 INTRODUÇÃO.....	12
2 A QUESTÃO SOCIAL COMO DESAFIO PARA O SERVIÇO SOCIAL: das origens da profissão à centralidade na contemporaneidade.....	30
2.1 O Serviço Social tradicional no país e seus vínculos com a questão social: determinantes, expressões e principais sujeitos envolvidos.....	30
2.2 O processo de renovação do Serviço Social no país e a questão social: da “carta de intenções” no currículo de 1982 a sua centralidade nas Diretrizes Curriculares.....	52
3 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM FACE DA QUESTÃO SOCIAL NO MARANHÃO: a referência histórica do trabalho do DESES junto ao Pescador Artesanal em São Luís.....	71
3.1 O Projeto político de modernização conservadora e o acirramento da questão social no Maranhão: alguns indicativos.....	71
3.2 A formação profissional no Curso de Serviço Social da UFMA na perspectiva de enfrentamento da questão social: do Boqueirão ao Trabalho junto ao pescador artesanal em São Luís.....	87
4 AS CONTRIBUIÇÕES DO TRABALHO JUNTO AO PESCADOR ARTESANAL EM SÃO LUÍS, PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFMA.....	114
4.1 A Universidade pública brasileira e o enfrentamento da questão social: o papel da extensão nos chamados campos próprios.....	114
4.2 O Trabalho junto ao Pescador Artesanal e o redirecionamento do projeto de formação profissional no Curso de Serviço Social da UFMA: uma análise a partir da revisão curricular.....	128
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS.....	147
APÊNDICES.....	156

ANEXOS..... 175

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como núcleo temático a formação profissional do Assistente Social no Maranhão, no contexto de renovação do Serviço Social no Brasil, iniciado na década de 70 do século XX, demarcando, a partir de então, diferentes perspectivas da profissão no enfrentamento da questão social. Tem como delimitação empírica a experiência profissional desenvolvida pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão, com apoio da Pró-reitoria de Extensão, junto aos pescadores artesanais da Ilha de São Luís, iniciada no ano de 1977, em Boqueirão, estendendo-se, a partir de 1979, a outras localidades como a praia da Raposa, Mocajituba e São José de Ribamar, encerrando suas atividades em meados de 1983.

Na presente análise, em conformidade com Cardoso (1998), compreende-se a formação profissional do Assistente Social como um amplo processo determinado socialmente, de um lado pelas relações mais gerais de uma dada formação social e, de outro, pela Universidade enquanto instituição diretamente responsável pela formação básica do profissional. Assim definida, a formação profissional é um projeto complexo, que inclui na sua estrutura, além do ensino acadêmico, da graduação e pós-graduação, a pesquisa como importante instrumento na definição e redefinição desse projeto, a capacitação de profissionais docentes e não docentes, além da prática profissional e organizativa.

A definição do tema - Serviço Social e Questão Social no Maranhão: resgate histórico da experiência junto ao Pescador Artesanal da Ilha de São Luís, no processo de formação profissional do Curso de Serviço Social da UFMA – é resultado de um trabalho de pesquisa em nível de mestrado, iniciado a partir do ingresso da autora no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA. Foi no decurso da primeira disciplina do curso: “Questão Social, Estado e Políticas Públicas” que surgiu o interesse em aprofundar estudos sobre a questão social e o Serviço Social no Maranhão, considerando que, no exercício da docência, e na participação no grupo de pesquisa do DESES, “Questão Social e Formação profissional do Assistente Social no Maranhão”, eram desenvolvidos estudos sobre esta temática. Muito embora neste processo constatou-se que pouco se conhecia sobre a temática, o que tornou esta

pesquisa algo instigante, fonte de muito aprendizado e de estímulo para a superação das inúmeras dificuldades enfrentadas no seu desenvolvimento. Destaca-se, dentre estas, aquelas inerentes a uma pesquisa de análise histórica, cuja realização não pode prescindir de documentos e entrevistas com pessoas que dela participaram diretamente. Neste aspecto, ressalta-se a precariedade da documentação existente sobre o Projeto Boqueirão e, em nível menor, sobre o Projeto ampliado junto aos pescadores artesanais da Ilha de São Luís, aliada à dificuldade para localizar os sujeitos envolvidos na experiência, como as ex-estagiárias, após mais de duas décadas do encerramento do projeto. A respeito das dificuldades de preservar a memória histórica, assim comenta Yazbek (1980):

Historiadores brasileiros afirmam existir em nosso país pouca preocupação quanto à preservação de documentos e do patrimônio histórico. Não temos consciência histórica e conseqüentemente não temos arquivos organizados. Para o Serviço Social, a questão não se coloca de forma diferente. A documentação existente sobre sua práxis não é extensa, e muitos fatos e experiências significativas não foram devidamente registradas.

Entretanto, em que pese as dificuldades, maiores e mais fortes foram as motivações para superá-las, diante da relevância da referida temática para a memória da Universidade Federal do Maranhão e nesta para o Curso de Serviço Social, historicamente envolvido com as lutas sociais presentes na sociedade maranhense. O projeto de pesquisa e extensão, desenvolvido pelo DESES junto aos pescadores artesanais da ilha de São Luís, no final dos anos 70 do século XX é parte e exemplo vivo deste processo, no enfrentamento da questão social em São Luís, por ter contribuído para a organização e a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores pescadores artesanais, em uma conjuntura histórica marcada pela implantação de grandes projetos de desenvolvimento no Maranhão como o da pesca industrial, que desde o início produziram fortes impactos no meio ambiente local, atingindo de forma destrutiva a fonte da matéria prima do trabalho dos pescadores artesanais: o mar, as praias e os rios.

Este processo atingiu de forma irreversível a vida desses trabalhadores, na medida em que alterou negativamente seu modo de produção, determinado pela relação equilibrada que estabeleciam com a natureza, fonte de onde retiravam seu sustento e de suas famílias, garantindo assim sua sustentabilidade, atualmente tão

propagada nos quatro cantos do planeta, como indispensável para a sobrevivência humana, inclusive por aqueles que, na ânsia do lucro, e em nome do desenvolvimento, foram os maiores responsáveis pela sua destruição: os países capitalistas centrais e sua moderna forma de colonização, através das empresas multinacionais. A respeito desse processo de destruição do meio ambiente, Marx e Engels (1984, p.55), já no início dos anos 40 do século XIX, assim comentam:

A essência do peixe de água corrente é a água do rio. Contudo, esta água deixa de ser sua “essência” deixa de ser um meio adequado de existência, tão logo o rio sofra a influência da indústria, tão logo seja poluído por corantes e outros dejetos, tão logo seja navegado por navios a vapor, ou tão logo suas águas sejam dirigidas para canais onde simples drenagens podem privar o peixe de seu meio de existência.

Nesta perspectiva, cabe destacar a centralidade que o trabalho desempenha na análise da questão social, particularmente na sociedade capitalista, na era da grande indústria, cuja base assenta-se na exploração indiscriminada da força de trabalho humana e dos recursos naturais para assegurar o pleno desenvolvimento do sistema, cujo primeiro e último objetivo é o lucro. Nesta sociedade, o trabalho perde seu sentido ontológico, de atividade realizadora, qualitativamente determinada, cujo objetivo é a plena satisfação das necessidades humanas, para se transformar em uma atividade prática negativa, caracterizada por uma subsunção formal e real do trabalho ao capital, ou seja, somente existindo em sua função (MARX, 2004).

Com estas indicações, portanto, busca-se apreender a questão social, no contexto da modernização conservadora, que se inicia no país e, particularmente, no Maranhão em meados da década de 60, do século XX, considerando as muitas mediações existentes e necessárias para apanhar a sua relação com o Serviço Social e a formação profissional dos Assistentes Sociais, no país, e no Estado. Parte-se do entendimento que a questão social é uma categoria central para a análise da profissão em todos os seus aspectos e em todas as conjunturas históricas reafirmadas nas atuais diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social em vigor no país, como a base de fundação e objeto de sua intervenção na sociedade. A este respeito assim comenta Guerra (2007, p. 1):

[...] Considerada em articulação com as formas de produção e reprodução social, a “questão social” adquire centralidade no exercício profissional, uma vez que o assistente social vai intervir no âmbito das expressões tradicionais e novas, consideradas como manifestação de um tipo de relação de subalternidade do trabalho ao capital.

Posto isto, importa ressaltar que a delimitação empírica da referida pesquisa, centrada no Trabalho desenvolvido pelo DESES junto aos pescadores artesanais em São Luís, após mais de duas décadas do seu encerramento, parte da premissa de que esta foi uma experiência em caráter de pesquisa e extensão das mais importantes na trajetória histórica do Serviço Social no Maranhão, cuja gênese data de 1953. Trata-se, particularmente, de um marco na reorientação da formação profissional dos assistentes sociais no Estado, da tendência da modernização conservadora do Serviço Social para a perspectiva de sua vinculação com os interesses e lutas das classes subalternas, no enfrentamento da questão social.

Esta experiência expressou na prática profissional, a partir de centro de formação, a consolidação do debate na UFMA e no Serviço Social do Maranhão, sobre a tendência presente no início do Movimento latino-americano de Reconceituação do Serviço Social que José Lucena Dantas, um dos mais importantes ideólogos da modernização conservadora do Serviço Social no Brasil, denominou de “transformação radical”¹ (LOPES, 1980). Ou seja, neste estado, desde a metade da década de 60 do século passado, a profissão encontrava-se intensamente marcada - em consonância com o movimento nacional - pela tendência da modernização conservadora hegemônica na profissão, desde os marcos profissionais dos Seminários de Araxá, realizado em 1967, e de Teresópolis, realizado em janeiro de 1970. Expressava, em particular, o movimento da modernização conservadora, iniciado no Estado com o governo de José Sarney após derrotar a oligarquia vitorinista com a promessa de construção de um “Maranhão Novo” que desenvolveria o Estado e resolveria a questão social.

¹ Conforme Lopes (1980, p.14), José Lucena Dantas orienta sua proposta “[...] a partir do que chama modelo de desenvolvimento e mudança social, em oposição à corrente que no Movimento latino-americano de Reconceituação do Serviço Social põe ênfase na dimensão político-ideológica e toma a tarefa e a teoria revolucionária da ‘transformação radical’, como marco de referência para a definição do Serviço Social – modelo de transformação radical ou de ‘Serviço Social revolucionário’”.

O referido projeto, denominado pelo então governador de “Maranhão Novo”, tinha, segundo o autor, a perspectiva de reconstruir o Estado, a partir de sua libertação do atraso, da ineficiência e da corrupção promovidos pela oligarquia vitorinista², como bem se pode constatar nas palavras do seu próprio idealizador:

O Maranhão parecia um território inimigo, apenas destinado ao saque e à usurpação. Quando afirmamos hoje que nossa vitória é a libertação do Maranhão, não se trata de uma simples frase de um fato social e político de incontestável realidade e valor. O slogan da nossa campanha foi sempre o da liberdade através do expurgo desses métodos e dessa crosta, sem o qual seria impossível qualquer tentativa de caminhar para oferecer melhores condições de vida ao povo. O eleitorado, felizmente compreendeu e apoiou entusiasticamente, com sacrifícios, com determinação e com lutas de grande heroísmo, a batalha da liquidação total desse Maranhão da vergonha, do atraso, do desencanto. Coube-nos agora comandar a batalha do progresso. Na nossa vitória esteve presente o desejo de mudar, o desejo de sepultar uma era toda de nepotismo, obscurantismo, de marasmo, de dilapidação do erário público e de abastardamento da pessoa humana.(SARNEY; 1970, p.129 apud GONÇALVES, 2000, p.131)

No entanto, apesar dessas e de tantas outras promessas, o que se constatou durante o governo Sarney foi o estabelecimento de uma outra oligarquia no Estado, que buscou consolidar-se através do estabelecimento de vínculos com as forças mais conservadoras da política nacional e local. Ou seja, muito embora tenha sido eleito com um discurso de renovação da oposição, Sarney governou o Estado sob o “manto da Ditadura e a benção dos militares”. Segundo Costa (2004, p. 290), esquematicamente, pode-se dizer que o golpe militar produziu efeitos ao redirecionar a política maranhense em três sentidos.

Em primeiro lugar, foi desencadeada uma forte repressão que atingiu os setores nacionalistas e de esquerda. O Jornal do Povo e a Tribuna do Povo (jornal do PCB) foram fechados. Comícios, passeatas e quaisquer manifestações públicas foram proibidos.[...] Em segundo, o golpe provocou o acirramento dos conflitos e divisões internas do PSD maranhense.[...] A terceira e decisiva reorientação do processo político foi o apoio prestado à candidatura de José Sarney pelo governo do general – presidente Castelo Branco (1964/1967) – segundo a lógica de reestruturar os sistemas políticos estaduais em favor de adeptos do regime militar.

² José Sarney se elege Governador do Maranhão em 1965, após duas décadas sob o comando de Vitorino Freire. “Este comandava o Maranhão apoiado nos coronéis latifundiários do interior, nos grandes comerciantes e industriais, além de utilizar a máquina do governo para beneficiar seus aliados, para reprimir com imensa violência as manifestações dos trabalhadores e para praticar fraude nas eleições, garantindo a “vitória” de seus candidatos. (COSTA, 2002, p.14) Ainda segundo o mesmo autor, “[...] numa arena política dominada por padrões patrimonialistas de dominação, a trajetória de Sarney contou desde o início com o auxílio de “padrinhos” bem situados, conforme a assertiva de nascimento de Moraes Filho, “ele foi uma flor de estudante, plantada e cultivada no Palácio dos Leões: apenas a criatura (José Sarney) engoliu o criador (Victorino Freire)” (COSTA, 2004, p 285)

Nesse processo, a questão social, que no Maranhão sempre esteve centrada na questão da terra, neste período se agudiza, em função da política modernizadora adotada, caracterizada pela frente de expansão monopolista na área rural do estado. Como consequência assiste-se à proliferação dos conflitos no campo, com a expulsão de um grande número de trabalhadores rurais de suas terras, o aumento da concentração fundiária³ e a prática da grilagem, em decorrência da progressiva valorização das terras, resultante da implantação de infra-estrutura para atrair os investimentos dos empresários do Centro-Sul do país, o que aprofundou as condições de pobreza no Estado, tanto no campo quanto na cidade.

O modelo de desenvolvimento dependente e conservador que vigorará no país, no regime ditatorial, demandará cada vez mais um número maior de profissionais relacionados à área social, tecnicamente preparado, para lidar com as seqüelas da questão social. No caso específico do Serviço Social, foi notório o crescimento dos postos de trabalho para esse profissional, a partir da ampliação das políticas sociais naquela conjuntura, o que repercutiu diretamente no processo de renovação da profissão no país, sobretudo da chamada vertente modernizadora (NETTO, 1991).

Assim, o início do processo de renovação do Serviço Social, bem como sua expansão no Maranhão, relaciona-se diretamente ao projeto político de modernização conservadora no estado, implantado a partir da eleição de José Sarney para governador em 1965. Fato marcante neste processo foi a incorporação da Faculdade de Serviço Social à Fundação Universidade Federal do Maranhão, no ato de sua criação, em 1966. Esse movimento de laicização do ensino, favorecido pela incorporação do Curso de Serviço Social à UFMA, bem como pela ampliação e modernização das políticas sociais do Governo Sarney, imprescindíveis para a consolidação do seu projeto de desenvolvimento conservador para o Estado, contribuíram para a expansão e renovação da profissão no Maranhão, a partir deste ideário, com fortes repercussões também na formação profissional.

³ A concentração fundiária no Maranhão foi legitimada pelo Governo Sarney através da Lei Estadual de terras no. 2. 979, de 17 de julho de 1969, que objetivava reordenar o espaço físico do Estado, através da ocupação racional das terras livres. Essa lei ficou então conhecida como Lei Sarney de Terras e dispunha sobre as áreas devolutas do Estado, sendo complementada pelo Decreto no. 4.028, de 28 de novembro de 1969, tornando assim, possível, a venda de porções de terras acima de 3.000 he às Sociedades Anônimas (COSTA, 2002).

Com isso, o processo de formação profissional do Assistente Social no Maranhão sofrerá profundas transformações a partir do final dos anos 70 do século XX, com uma inversão no modelo de ensino que vinha sendo adotado entre o final das décadas de 1960 e 1970, cuja perspectiva doutrinária e religiosa será paulatinamente substituída pela preocupação com uma formação mais técnica e racional, onde a pesquisa social passa a ganhar um lugar importante no desenvolvimento do ensino profissional.⁴ Além disso, pode-se perceber claramente esta influência nas diretrizes e objetivos que orientavam o Curso, formulados no Primeiro Seminário de Ensino Integrado realizado em 1970 onde foi definido que “os programas da unidade” seriam norteados pelo “esforço de integração aos programas de desenvolvimento local, regional e nacional; ressaltando a necessidade de “preparar técnicos capazes de engajarem-se nos programas que visem o desenvolvimento, num esforço de evitar possíveis disfunções sociais”⁵.

No âmbito da formação profissional no Maranhão, vale destacar ainda a efetiva participação de um número expressivo de alunos do Curso nos diversos projetos de extensão universitária em vigor na década de 70. Estes faziam parte da política adotada pelos militares para a Universidade pública brasileira naquela conjuntura, cujo objetivo era viabilizar, através do trabalho junto às comunidades rurais e urbanas, a política de integração e segurança nacional. Os projetos que se destacaram nesse período e tiveram expressiva participação de alunos do Curso de Serviço Social foram: o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC; o Projeto Rondon e o Centro de Atuação Universitária em Desenvolvimento de Comunidade – CAUDEC. (SILVA, 1984)

Segundo Netto (1991), contrapondo-se ao tecnicismo disseminado na profissão até o final da década de 1970, emergiu, nos anos 1980, uma corrente para materializar a ruptura com a herança conservadora do Serviço Social nos seus mais variados

⁴ De acordo com uma das entrevistadas, com a vinculação do Curso de Serviço Social à Universidade Federal do Maranhão no ato de sua fundação, em 1966, a Igreja Católica começa a perder o controle sobre o processo de formação profissional do Assistente Social, até então sob sua inteira responsabilidade, o que não significou seu imediato e definitivo afastamento deste processo. Somente em 1969, tem-se a supressão das duas disciplinas de formação religiosa contidas no currículo, caracterizando o fim do período ético-religioso no processo de formação profissional em Serviço Social no Maranhão (Informação obtida através de entrevista realizada no dia 30 de janeiro de 2007)

⁵ Informações presentes no Relatório de Atividades de Serviço Social, 1968-1972 (1936 apud SILVA, 1984. p.85)

aspectos, teóricos, políticos e práticos, favorecida pelo estabelecimento da relação entre a profissão e a essência da obra de Marx.

Um dos mais importantes resultados nesse sentido foi o processo de revisão curricular do Curso de Serviço Social, em nível nacional, inicialmente fazendo revisões pontuais, seguindo a orientação do movimento de modernização conservadora que resultou no currículo mínimo de 1970. Esse mesmo movimento, com expressiva influência dos cursos de pós-graduação, iniciados em 1972, impulsionou a então Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social - ABESS, hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, a promover um amplo processo de revisão curricular, iniciado na metade da década de 1970 e concluído no âmbito da entidade em 1979⁶. Nesse processo, a forte articulação das forças profissionais que criticavam a tendência da modernização conservadora conseguiu hegemonizar o debate e a orientação final do currículo. Segundo Faleiros (2000), essa reforma curricular centrou-se na crítica ao sistema capitalista, nas políticas sociais, nos movimentos sociais, sendo respaldada pela teoria dialética.

O Curso de Serviço Social do Maranhão esteve envolvido nesse movimento de revisão curricular desde o início, inclusive com a participação de professores no núcleo dirigente da ABESS⁷. E, no contexto de mudança dos rumos da profissão, ganhou força no Curso a tendência que buscava adequar os princípios teórico-metodológicos e político-ideológico ao projeto profissional alternativo do Serviço Social⁸ vinculado à luta em defesa dos interesses das classes subalternas, em cuja perspectiva se situa o

⁶ Encaminhado ao Conselho Federal de Educação – CFE, o currículo foi aprovado em 1982.

⁷ Nesse período foram eleitas Vice-Presidente da Região Norte da ABESS: as professoras Iracema Ribeiro (1975), Franci Gomes Cardoso (1977), Josefa Batista Lopes (1979), Marina Maciel Abreu (1981). Em 1981, a ABEPSS elegeu uma Diretoria Executiva formada pelas professoras do Maranhão, conforme a seguinte composição: Josefa Batista Lopes (Presidente); Alba Pinho de Carvalho (Secretária); Franci Gomes Cardoso (Tesoureira). Coube a esta diretoria acompanhar o processo de aprovação do Currículo no CFE e desencadear o processo de sua implantação nas unidades de ensino de Serviço Social em todo o território nacional, no qual se destaca a pesquisa nacional sobre o processo de formação profissional coordenada pela professora Alba Pinho de Carvalho. (CARVALHO et al, 1984))

⁸ Segundo Lopes (2001,p.61), a perspectiva de um Projeto Profissional Alternativo de Serviço Social parte da crítica profunda do Serviço Social tradicional, bem como dos processos de modernização conservadora da profissão, e se constitui através da construção de um projeto de Serviço Social que se vincule ao movimento e às lutas de construção de um projeto alternativo à sociedade capitalista. Aquele projeto ganhou densidade e tem avançado em seus aspectos histórico-políticos, desde a deflagração do Movimento de Reconceituação no continente, em 1965. “[...] bem como é no seu âmbito que essa proposta ganha significativa densidade e amadurecimento. O que não significa negar a existência de outras perspectivas de entendimento no âmbito deste Movimento, que desde a sua origem sempre abarcou diversificadas tendências”.

Trabalho junto aos Pescadores Artesanais na Ilha de São Luís, objeto da presente investigação, aqui considerada uma experiência central na colocação das bases a partir das quais se iniciou a construção do referido projeto profissional no estado, em que pesem os avanços e recuos presentes ao longo deste processo, como procurou-se demonstrar na análise resultante da investigação.

Nesta perspectiva, além desta experiência, outros importantes projetos de pesquisa e extensão na área de Educação Popular foram implementados por professores e alunos do Curso de Serviço Social da UFMA neste período, o que contribuiu também para a reformulação do currículo de 1982, como se visualiza na tabela a seguir.

TABELA 1 – PROJETOS DE PESQUISA E EXTENSÃO (1970/1980)

PROJETO	PERÍODO	COORDENADOR
Boqueirão	1977-1980	Alba Pinho de Carvalho
Trabalho junto ao pescador artesanal da Ilha de São Luís	1979 - 1983	Franci Gomes Cardoso
História da Assistência no Maranhão	1979 - 1980	Ieda Batista
A Política Nacional de Erradicação de Submoradias junto à população palafitada de São Luís: uma proposta de investigação-ação	1980 - 1983	Maria Ozanira da Silva e Silva
Projeto de Extensão Vila Embratel	1981	Lourdes Maria Oliveira
Questões Metodológicas do Serviço Social	1982 - 1986	Marina Maciel Abreu
O Desenvolvimento Regional e o Projeto Carajás	1982	Josefa Batista Lopes

FONTE: Pesquisa (2006)

Estes projetos são reveladores do esforço desenvolvido no processo de formação profissional do Curso de Serviço Social da UFMA, no sentido de alterar os rumos da formação e da prática profissional até então presentes no Estado, que passarão a consolidar-se a partir de então como questionadores do projeto de

modernização em curso no Maranhão na década de 1980. Os referidos projetos de pesquisa e extensão são ainda, o resultado do esforço permanente de construção no Curso de um projeto alternativo de profissão, que busca alimentar-se no movimento das lutas sociais dos mais variados segmentos das classes subalternas, presentes na sociedade em torno do projeto alternativo à ordem do capital. Nesse sentido, ressalta-se que a extensão e a pesquisa, organicamente articuladas ao ensino, são instrumentos importantes para o avanço desta proposta e, naquele contexto, possuíam centralidade no processo de formação profissional no Curso de Serviço Social da UFMA, orientador do conhecimento e da intervenção crítica sobre a realidade concreta.

Em continuidade ao projeto político modernizador/conservador implantado no Maranhão em 1965, o projeto de desenvolvimento em curso no estado, no final dos anos 70 e marcadamente nos anos 80⁹ do século passado, caracteriza-se por uma nova dinâmica industrial, impulsionada pela implantação dos Grandes Projetos, sob a égide do capital nacional e internacional. Esta fase atual¹⁰ do processo de industrialização, adotado no estado, se ajusta à nova fase de internacionalização da economia brasileira, a partir da consolidação de um modelo de desenvolvimento que aprofunda as desigualdades, concentra ainda mais a riqueza socialmente produzida e, conseqüentemente, amplia a pobreza.

A análise da literatura¹¹ revela que o Maranhão tem se constituído historicamente como um espaço geográfico bastante utilizado para a reprodução em grande escala do capital tanto em nível nacional quanto internacional, o que significa dizer que as

⁹ Na década de 1980, todos os países da América Latina enfrentaram períodos de crise. Com o Brasil, não foi diferente. O ajuste fiscal, somado às altas taxas de juros internacionais, levou o país a uma recessão, e a renegociação da dívida externa junto ao Fundo Monetário Internacional, foi a saída encontrada pelo governo brasileiro. A partir desse momento, gerar superávits comerciais para honrar os compromissos externos passa a ser o carro - chefe da política econômica do governo. Os grandes projetos econômicos brasileiros, firmados neste momento com o capital internacional, estiveram voltados para cumprir esse acordo. O Grande Carajás é aqui um grande exemplo (BARBOSA, 2002).

¹⁰ Parte-se do entendimento, com base nos estudos já realizados, que o Maranhão, ao longo de sua constituição histórica, vem cumprindo um papel estratégico para o capitalismo internacional, observados, por exemplo, nas distintas etapas do processo de industrialização presente no estado, a partir do desenvolvimento das várias culturas, como a do arroz, do algodão, da cana de açúcar. Na atualidade é a soja e o minério que impulsionam a etapa recente de industrialização.

¹¹ Estas referências encontram-se indicadas na nota de número 30 no presente trabalho. Importa ressaltar ainda que foge ao objetivo deste trabalho analisar a formação econômica do Maranhão no seu processo de constituição histórica – considerando-se a existência de estudos que discutem em profundidade tal temática. Desses estudos, no entanto, busca-se recuperar aspectos significativos da história do Maranhão, que fundamentem a análise sobre um período específico neste contexto, qual seja, o período da modernização conservadora no Estado.

transformações ocorridas na economia nesta unidade da federação, e que afetam o conjunto das relações sociais, somente podem ser compreendidas se analisadas a partir do quadro mais geral da economia capitalista mundial de inserção subordinada de países e localidades na divisão internacional do trabalho, segundo a lógica imperialista inerente ao próprio sistema.

É nesta perspectiva que se situam as transformações contemporâneas da economia maranhense em vigor a partir do final dos anos 1970, marcadas, sobretudo, pela implantação no Estado dos “Grandes Projetos de desenvolvimento” . Como destacam Lopes et al (2006, p. 07),

O Estado, numa articulação do poder central com as elites políticas regionais, construiu as bases espaciais com o deslocamento de populações inteiras de áreas de interesses dos “Grandes Projetos”; construiu e ofereceu a infraestrutura de estrada, água, energia e um dos portos mais importantes do país; e ofereceu incentivos fiscais. A implantação de três grandes empresas marca este momento: o Consórcio ALUMAR (1980), a Companhia Vale do Rio Doce (1976) e o Centro de Lançamento de Alcântara – CLA (1982).

O Projeto Grande Carajás é, portanto, um importante exemplo nesse sentido. Este Projeto tem origem com a descoberta de uma das maiores minas de minério de ferro, do planeta, as jazidas da Serra dos Carajás no Estado do Pará onde, além do ferro, foram encontradas posteriormente grandes reservas de manganês, ouro, bauxita, cobre, dentre outros minerais valiosos. A companhia que descobriu as jazidas era ligada a U. S. STEEL, uma siderúrgica dos EUA. grande consumidora mundial de minério de ferro. Tendo direito sobre o subsolo do país, o governo brasileiro dificultou a exclusividade na exploração das jazidas pela empresa, propondo uma sociedade com a Companhia Vale do Rio Doce, na época empresa estatal brasileira. A sociedade estabelecida em 1970 criou a Companhia Amazônica Mineração S. A. (AMZA), responsável pelo processo inicial de exploração da Serra dos Carajás. Entretanto, em 1977, a sociedade foi desfeita e a Companhia Vale do rio Doce - C. V. R. D. comprou a participação acionária de 49% da empresa norte-americana, por uma importância superior a 50 milhões de dólares a título de indenização (GISTELINCK, 1988).

A implantação do Projeto Carajás em São Luís, no final dos anos 70 do século XX, teve como uma de suas conseqüências a desapropriação da população residente nas áreas escolhidas para as suas instalações, atingindo aproximadamente 10 mil pessoas residentes nos povoados: Mapaúra, Irinema, Santo Antonio, Alto Paraíso,

Ponta Verde e Boqueirão, as quais se viram de repente, destituídas de suas formas de sobrevivência até então desenvolvidas, todas baseadas na pesca artesanal, na agricultura de subsistência e na fabricação de utensílios de barro. Assim testifica o decreto presidencial:

De acordo com o decreto 82.242 de 11.09.78, o Presidente da República no uso de suas atribuições legais autorizou o serviço de patrimônio da união a promover cessão, sob regime de aforamento à Amazônia Mineração S/A – AMZA do terreno situado no distrito do Itaqui – Bacanga, com área dois mil e duzentos e vinte e um hectares, destinando-se a referida área a construção das instalações ferroviárias e de apoio logístico do terminal marítimo da Ponta da Madeira, na Baía de São Marcos. (diário oficial), competindo à AMZA promover a desapropriação de terras regularmente aforadas a terceiros ou detidas por força de títulos hábeis, bem como indenizar benfeitorias daquelas meramente ocupadas (BRAGA, 1981, p.05).

Desse modo, todas as famílias, residentes na área cedida pela União a AMZA, foram obrigadas a se retirar do seu local de moradia e trabalho, por força da lei, pois, muito embora ali vivessem há muito tempo, não possuíam títulos das terras. Uma das primeiras localidades a ser atingida pela desapropriação foi Boqueirão, em 1979 – região praieira, situada nas proximidades do porto do Itaqui, onde viviam aproximadamente 104 famílias de pescadores artesanais. Nesta localidade, vinha se desenvolvendo, desde o final de 1977, um trabalho de extensão em nível de Educação Popular pela UFMA, sob a responsabilidade direta do Departamento de Serviço Social, “[...] objetivando o desenvolvimento da consciência crítica daquela população, via processo contínuo de reflexão-ação, sobre o seu mundo concreto, desvendando as contradições, descobrindo os seus problemas e alternativas para transformar a sua realidade”. (MOURA, 1983, p.55).

A referida proposta de intervenção foi elaborada por uma equipe de alunos e professores, sob a coordenação da então professora Departamento de Serviço Social, Alba Pinho de Carvalho e encaminhada àquele departamento para apreciação, iniciando-se a sua execução a partir de 1977.

O Modelo de Intervenção constitui uma proposta de trabalho, com o objetivo de iniciar um processo de Educação Popular, apresentando como concepção de mundo e referencial de análise a ideologia de mudança, considerando que a estrutura social é permeada por defasagens estruturais que ocasionam a marginalização das camadas populares. Apresenta como alternativa de intervenção a mudança em nível de consciência crítica na ação libertadora numa articulação dialética de ação-reflexão, onde o homem, ao assumir os problemas de sua realidade concreta, torna-se sujeito e agente do seu processo histórico. Indica, ainda, como principal instrumento de trabalho o diálogo de

descoberta numa relação horizontal povo e equipe técnica. (CARVALHO et all, 1977, p.04).

Segundo a equipe que elaborou a proposta, aquele era um momento bastante favorável dentro da Universidade para a implementação de trabalhos desta natureza, como se observa nas palavras da professora Eliana Moura, integrante do referido projeto:

A UFMA vivia um momento importante do processo de implantação do seu plano de reestruturação que se pautava no tripé: ensino, pesquisa e extensão. A política extensionista de Universidade aberta que procurava adaptar-se à nossa realidade, prestando serviços diretos à sociedade. E foi justamente neste momento que encaminhamos o pedido de implantação do Projeto Boqueirão. A Universidade apoiou o trabalho, que sendo pioneiro, por muito tempo servia-lhe de respaldo e referência nos encontros locais, regionais e nacionais de entidades do ensino superior no trato da política extensionista no âmbito das Universidades brasileiras (MOURA, 1983, p.114).

Como a confirmar tal assertiva, a partir do ano de 1979, ou seja, dois anos após o início do projeto Boqueirão, inicia-se pelo DESES um outro trabalho de Educação popular, tendo como alvo também os trabalhadores da pesca artesanal em São Luís, com a perspectiva inicial de alcançar todas as áreas de densidade pesqueira da Ilha, estendendo-se posteriormente para todo o litoral norte do Maranhão, o segundo estado da federação em extensão litorânea.

O Projeto intitulado “Trabalho junto ao Pescador Artesanal de São Luís”, sob a coordenação da professora Franci Gomes Cardoso, contou ainda com a participação das professoras Josefa Batista Lopes e Eliana Moura, do DESES, além de 13 alunas, 10 do curso de Serviço Social, 02 de Economia e 01 do curso de Direito.

Diante de inúmeros problemas, sobretudo de ordem financeira, a área de abrangência do projeto foi modificada, numa perspectiva de atingir, gradativamente, toda a Ilha de São Luís. Entretanto, documentos da época revelam que o projeto teve sua área de atuação circunscrita às seguintes localidades: Raposa, Ribamar, Porto de Mocajituba e Boqueirão.

Em 1980, diante da necessidade de ampliar e fortalecer o processo de mobilização e organização dos pescadores de Boqueirão, que resistiam bravamente contra a ação de desapropriação desencadeada pela AMZA, em função da implantação do projeto Carajás, ocorre a unificação do Projeto Boqueirão ao trabalho junto aos pescadores Artesanais da Ilha de São Luís, estabelecida a partir de várias frentes de

ação e mobilização que aconteciam em função das especificidades das demandas de cada localidade pesqueira (CARDOSO, 1980).

O referido Projeto possuía duas perspectivas básicas de ação, uma de pesquisa e outra de mobilização e organização da categoria profissional do pescador artesanal da Ilha de São Luís; e muito embora tenha sido uma experiência exitosa sob inúmeros aspectos, foi bruscamente interrompida pela administração superior da Universidade Federal do Maranhão através do Reitor Cabral Marques, em 1983. Segundo a ex-coordenadora do Projeto, Franci Cardoso, exatamente porque o trabalho estava dando resultados que favoreciam trabalhadores pescadores e contrariava interesses de segmentos que os exploravam, é que o trabalho foi interrompido de forma tão brusca, como se observa nas palavras da ex-coordenadora:

Nós temos certeza que o fim do Projeto ocorreu porque ele estava dando resultados positivos para os pescadores, contrariando assim, muitos outros interesses. Houve uma grande ingerência das instituições da pesca na Universidade e a mesma acabou cedendo. Para nós foi um indicador que o trabalho estava mexendo com os interesses contrários aos dos pescadores. Foram quatro anos para ele dar resultado, quando efetivamente começou a dar, foi barrado de forma brusca como aconteceu¹².

Nesse sentido, destaca-se que a recuperação histórica sobre o Trabalho junto ao pescador artesanal na Ilha de São Luís constituiu o passo inicial da presente investigação, extremamente importante para a delimitação do objeto da pesquisa, considerando que naquele momento esta história se apresentava, em suas particularidades, envolta pelo véu do desconhecido. Este processo, então foi marcado por inúmeras tentativas de aproximação com o real, até chegar-se à definição do presente estudo,¹³ cujo objetivo geral consiste em analisar a formação profissional do Assistente Social face à questão social no Maranhão, a partir do final da década de 70 do século passado, com base nas contribuições do trabalho desenvolvido junto ao pescador artesanal em São Luís, para este processo. Busca-se ainda apreender a importância desta experiência para a renovação dos rumos dessa formação no estado

¹² Entrevista realizada em julho de 2006.

¹³ O exemplo mais importante nesse sentido refere-se às alterações sugeridas no exame de qualificação do projeto realizado em 23 de março de 2006, pela banca examinadora composta pelas professoras doutoras Marina Maciel Abreu, Raimunda Nonata de Nascimento Santana e Josefa Batista Lopes, diante da amplitude do objeto proposto naquele momento: a renovação do Serviço Social no Maranhão no enfrentamento da questão social, a partir do final dos anos 70 do século XX, centrado no resgate histórico do Trabalho junto aos pescadores artesanais da Ilha de São Luís.

e sua contribuição para o processo de revisão curricular no Curso de Serviço Social da UFMA, naquele período.

A partir desses objetivos, destacam-se os seguintes eixos que nortearam este estudo:

- O Movimento Latino-americano de Reconceituação do Serviço Social na década de 60 do século XX;
- A implantação do regime ditatorial e do projeto de Modernização Conservadora no Brasil, a partir de 1965 e suas expressões no Maranhão, com destaque para o papel da Universidade Pública neste contexto;
- O processo de reconceituação do Serviço Social brasileiro e sua incidência na formação profissional, particularmente no Curso de Serviço Social da UFMA;
- O trabalho “junto ao Pescador Artesanal da Ilha de São Luís no final dos anos 70 e início dos anos 80” do século XX e sua contribuição para o enfrentamento da questão social no Maranhão e para o processo de formação profissional no Curso de Serviço Social da UFMA.

Na perspectiva crítica-dialética, buscou-se os fundamentos necessários para a orientação do presente trabalho de investigação, por compreender que o objeto em questão está inserido em uma totalidade histórica, sendo ele mesmo uma totalidade permeada por uma série de complexidades de menor dimensão.

Num esforço de desvendamento do real, através de uma leitura crítica da realidade, procurou-se apreender a processualidade dos fatos com suas continuidades e rupturas, a partir do entendimento das seguintes categorias: Serviço Social, formação profissional, questão social e Universidade, “[...] no desafio de afirmar o potencial de uma teoria social, que hoje tende a ser lançada aos porões do passado”. (IAMAMOTTO, 2006, p.14)

No desenvolvimento do processo investigativo, realizou-se tanto a pesquisa documental em fontes primárias e secundárias quanto entrevistas com sujeitos que participaram do Trabalho junto ao pescador Artesanal em São Luís, referência empírica da presente investigação.

Além da consulta a documentos oficiais do Curso de Serviço Social da UFMA, como currículos, ementas, programas de disciplinas, relatórios de projetos de pesquisa

e de atividades do Departamento, realizou-se um levantamento e mapeamento da documentação existente sobre o Projeto da pesca na UFMA, iniciando pelo próprio Curso de Serviço Social, através do Centro de Documentação e Lutas em Serviço Social – CDILUSS. Algo que se estendeu a partir de contatos com ex-estagiários do projeto, atualmente professores do DESES e profissionais inseridos em outros campos de atuação em São Luís e em outros Estados¹⁴, na busca de documentos dos seus arquivos pessoais. Neste processo, fez-se um trabalho de análise dos trabalhos monográficos encontrados, que foram resultados da inserção das alunas no Projeto junto aos Pescadores Artesanais da Ilha de São Luís, campo de estágio na época. Na pesquisa constatou-se que foram elaborados aproximadamente 50 trabalhos de conclusão de Curso, no período de vigência do Projeto, muito embora, destes, apenas 14 volumes foram encontrados nos arquivos da Universidade¹⁵.

Com a perspectiva de clarificar questões e obter maiores informações sobre o objeto de estudo, realizou-se um total de 19 entrevistas semi-estruturadas a partir da definição do seguinte universo: a ex-coordenadora do “Trabalho junto aos Pescadores Artesanais da Ilha de São Luís”¹⁶; a ex-coordenadora do Curso de Serviço Social da UFMA, no período inicial de desenvolvimento do Projeto junto aos Pescadores Artesanais, 15 ex-estagiárias do referido Projeto, inseridas atualmente nos mais diferentes espaços ocupacionais, inclusive na Universidade como professoras do Curso de Serviço Social no Maranhão e em outros Estados da federação, além de 02

¹⁴ Através da internet, entrou-se em contato com a professora Eliana Moura, hoje residente no Rio de Janeiro e através desse contato, houve o acesso a sua dissertação de mestrado, realizada sobre o Projeto Boqueirão, assim intitulada: “Função social do profissional de Serviço Social no processo de organização popular”. Da mesma forma, obteve-se o trabalho monográfico da professora Zirza Maria de Oliveira, atualmente residindo em Teresina – PI, referência presente nos arquivos do CDILUSS.

¹⁵ As monografias encontradas fazem parte do acervo do Centro de Documentação, Informação, Lutas em Serviço Social, - CDILUSS - ligado ao Departamento e Curso de Serviço Social da UFMA, cujo “[...] objetivo geral é de criar um espaço público e coletivo de guarda, produção e socialização de informações e documentos sobre Lutas Sociais e Serviço Social no Brasil e na América Latina, mas, de modo particular, no Maranhão” (UFMA, DESES, 2005. p.29) Deve-se ainda destacar sua importância decisiva na realização desta pesquisa. Infelizmente não se conseguiu, através dos contatos com os profissionais, localizar mais monografias, esforço empreendido, sem sucesso em função do extravio dos referidos trabalhos. Muitas dessas pessoas com quem tive contato alegaram o tempo já muito distante da elaboração da monografia e as dificuldades de sua reprodução na época de sua elaboração, ainda em máquinas de datilografia, como motivos para não terem ficado com cópias dos mesmos.

¹⁶ Infelizmente, após inúmeras tentativas por telefone, e-mails e pessoalmente, não foi possível realizar a entrevista com a professora Dra. Alba Pinho de Carvalho, ex-coordenadora do Projeto Boqueirão e atualmente professora da Universidade Federal do Ceará. Sem alegar motivos, a referida professora nunca se disponibilizou a conceder a entrevista, muito embora tenha inicialmente acatado a solicitação.

professores da Universidade, um aposentado e outro do DESES, indicados pela Pró-reitoria de extensão, para falar sobre a extensão na UFMA. O critério utilizado para a definição do primeiro universo, ou seja, as ex-estagiárias do Projeto da pesca artesanal, foi sua inscrição no Conselho Regional de Serviço Social, diante da dificuldade em localizá-las. Assim, foi enviada uma relação ao CRESS com o nome das 50 alunas que realizaram estágio nos referidos Projetos, com a intenção de obter seus respectivos contatos. Destas, 20 não foram localizadas, mesmo tendo despendido todo o esforço possível nesse sentido, restando, enfim, um universo de 30 Assistentes Sociais. Constatou-se que 07 delas estão atualmente inseridas no campo da docência, 04 na UFMA, 02 na UFPI e 01 na UFCE. Todas foram entrevistadas. Do universo de profissionais que atua nos demais campos institucionais em São Luís, realizou-se um total de 09 entrevistas a partir de uma escolha aleatória¹⁷: nesse sentido, as entrevistadas, no momento da pesquisa, desenvolviam sua atividade profissional nos seguintes campos: Juizado da Infância e Juventude – 2ª Vara, Hospital Universitário Presidente Dutra, ELETRONORTE, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Vice-Prefeitura, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – M. S. T., Justiça Federal, Complexo Penitenciário de Pedrinhas, além de uma aposentada pelo Hospital psiquiátrico Nina Rodrigues.

Assim, muito embora se tenha trabalhado a partir de uma amostra quantitativa, priorizou-se na pesquisa uma análise qualitativa, que não parte do critério numérico para garantir sua representatividade, buscando-se delimitar o referido universo a partir da escolha dos sujeitos, cuja vinculação foi mais significativa para o problema investigado (MINAYO, 1998).

Os resultados da pesquisa foram então sistematizados em três capítulos, além da introdução. No primeiro procura-se recuperar a discussão sobre a categoria questão social na sociedade, particularmente a brasileira e seus vínculos com o Serviço Social ao longo de sua constituição histórica. Neste particular, configuram-se as diferentes abordagens presentes no âmbito da profissão quanto ao entendimento da categoria questão social, marcada nas origens da profissão pela perspectiva moral –religiosa até

¹⁷ A pretensão inicial era entrevistar pelo menos 50% deste universo. O que não foi possível frente às inúmeras dificuldades colocadas pelas profissionais para não concederem as entrevistas, como a falta de tempo e a não lembrança de suas experiências no Projeto.

a sua centralidade na atualidade como questão política, cujas expressões se constituem objeto de intervenção profissional, assim claramente explicitada nas atuais diretrizes curriculares para o Curso de Serviço Social no país.

O segundo capítulo apresenta um estudo sobre a formação profissional do Assistente Social em face da questão social no Maranhão, a partir da referência histórica do trabalho do DESES junto aos pescadores artesanais em São Luís, no final da década de 70 e início dos anos 80 do século passado. Destaca-se aqui o trabalho do DESES, de caráter investigativo e interventivo, através da metodologia da pesquisa-ação, como uma importante experiência de extensão universitária e a estratégia profissional no processo de enfrentamento da questão social, do Boqueirão ao “Trabalho junto ao Pescador Artesanal na Ilha de São Luís”, como momentos diferentes de um mesmo processo.

No último capítulo destacam-se as especificidades da relação questão social e Serviço Social no Maranhão, a partir da análise das contribuições do “Trabalho junto ao Pescador Artesanal da Ilha de São Luís” para o processo de formação profissional no Curso de Serviço Social da UFMA, destacando-se neste contexto sua influência no currículo, especificamente na grade curricular.

Em seguida faz-se algumas considerações finais sem nenhuma pretensão de ter esgotado o problema proposto e muito menos que as conclusões apontadas sejam as únicas possíveis ou mesmo as melhores, diante da certeza de que, em se tratando de trabalhos científicos sempre existirão lacunas e retificações a serem feitas em futuras pesquisas, sendo isto característica inerente à própria ciência dos homens. Nesse sentido, concorda-se com Lamamotto (2006, p. 13), quando afirma que apresentar um trabalho é de certa forma concluí-lo,

[...] e um turbilhão de emoções invade a alma e o texto. Porque ele é parte e expressão da vida. Um pedaço de vida guardado por muitos e muitos anos. É como abrir um baú trazendo a público o resultado de um longo tempo de estudos, pesquisas e reflexões.[...] A abertura do baú é motivo de alegria, porque as flores se transformaram em frutos. E chegou o tempo da colheita, de socializar o trabalho silenciosamente realizado. E o tempo da colheita é tempo de festa. Tempo de cantar a esperança que possa estremecer os remansos quietos e remover os lodaçais, que envolvem a vida dos sujeitos que aqui têm voz.

2 A QUESTÃO SOCIAL COMO DESAFIO PARA O SERVIÇO SOCIAL: das origens da profissão à centralidade na contemporaneidade

Este capítulo tem como objetivo situar o debate em torno da categoria questão social, considerando sua importância para o Serviço Social no mundo, na América Latina e no Brasil, particularmente. Da emergência desta profissão na sociedade brasileira, passando pela sua institucionalização até a implementação das diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social em todo o país na atualidade, a questão social tem se constituído historicamente como um desafio dos mais instigantes para a profissão. Muito embora a emergência do Serviço Social não deva ser entendida como um mero reflexo do agravamento da questão social no país, é inegável a relação orgânica dessa profissão com a referida categoria, o que se torna patente a partir da sua centralidade no projeto de formação profissional que hoje se consolida, como resultado de um amplo processo de luta da categoria desde o final dos anos 70 do século XX, no contexto do Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil.

Neste trabalho, portanto, concebe-se e a questão social como uma categoria histórica sintetizadora das desigualdades, necessidades e lutas sociais, cuja origem se encontra nas relações estabelecidas entre os homens, independentemente das formas de organização societárias, sendo que, a partir do modo de produção capitalista, evidenciam-se, de forma mais contundente, suas manifestações a partir da ampliação das desigualdades sociais e do acirramento da luta de classes, demandando respostas do Estado e da sociedade civil organizada (LOPES, 2000).

2.1 O Serviço Social tradicional no Brasil e seus vínculos com a questão social: determinantes, expressões e principais sujeitos envolvidos

O debate no interior da sociedade e a reconstrução e sistematização teóricas da categoria questão social têm consolidado diferentes concepções que reproduzem, no plano do pensamento, o movimento da realidade desta categoria histórica. Neste sentido, é necessário inicialmente destacar a concepção de questão social que norteia

este trabalho, pois se sabe que, em torno desta categoria, existem inúmeras polêmicas, que perpassam tanto a literatura clássica quanto a contemporânea. Ou seja, como todo fenômeno histórico-social, torna-se difícil datar sua origem e conseqüentemente determinar uma concepção como sendo a única e verdadeira.

A produção teórica mais expressiva, sobre a questão social na contemporaneidade, foi produzida pela chamada escola francesa, cujos autores mais reconhecidos são Robert Castel e Pierre Rosanvallon. Em suas análises, os referidos autores partem do pressuposto de que existe na atualidade uma nova questão social, decorrente das profundas transformações ocorridas na sociedade capitalista a partir do final do século XX, que a diferencia daquela originária da Revolução Industrial em sua fase inicial. Ambos tomam como referência para a análise a sociedade francesa.

Castel (1995), no estudo que realiza sobre as metamorfoses da questão social, afirma ser necessário realizar uma cronologia doariado para compreender as principais transformações sofridas pela questão social na atualidade. Nesse sentido afirma que esta foi assim nomeada pela primeira vez nos anos de 1830, “[...] quando se tomou consciência da existência de populações que foram, ao mesmo tempo, agentes e vítimas da Revolução Industrial”, estando sua emergência diretamente relacionada ao surgimento do pauperismo na Europa, naquela determinada conjuntura. Para compreender as principais transformações sofridas pela questão social na atualidade, Castel (1995) desenvolve uma longa e exaustiva narrativa cronológica sobre a evolução da sociedade salarial e o surgimento do pauperismo. Neste percurso destaca que o fenômeno do pauperismo também estava presente na sociedade inglesa do século XIV, marcado pela presença de uma população classificada entre indigentes inválidos, desobrigados do trabalho e com direito à assistência, tais como doentes, velhos, etc... e indigentes válidos, aptos ao trabalho e, por isso mesmo, sem direito à assistência.

No entanto, na análise que o autor faz sobre o que chama de as metamorfoses da questão social, vinculadas à própria condição de assalariamento, Castel (1995) argumenta que, mesmo havendo uma pobreza nas sociedades camponesas, não se pode ainda compreendê-la como uma expressão da questão social, pois esta de fato não colocava em perigo a ordem estabelecida, fato que somente vai acontecer no século XIX com o processo de industrialização crescente e as conseqüências

decorrentes do mesmo. Dessa forma, uma das conclusões a que chegou o referido autor, em sua análise sobre as metamorfoses da questão social na contemporaneidade, “[...] indicam a presença de uma nova problemática, mas não outra problematização” (CASTEL, 1995, p.33). Ou seja, atualmente, a questão social, expressa pela precarização do trabalho e pelo desemprego, conduz à desestabilização dos estáveis, desfiliação e desproteção social, fragmentando a sociedade e pondo em risco a coesão social.

Assim como o pauperismo do século XIX estava inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno. Realmente há aí uma razão para levantar “uma nova questão social” que, para espanto dos contemporâneos, tem a mesma amplitude e a mesma centralidade da questão suscitada pelo pauperismo na primeira metade do século XIX (CASTEL, 1995, p. 526).

Outra contribuição importante no debate sobre a questão social na contemporaneidade é a do autor francês Pierre Rosanvallon. Assim como Castel (1995), para Rosanvallon (1998) a questão social que irrompe na Europa nas últimas décadas do século XX apresenta características tão distintas daquela que emergiu em meados do século XIX, que denotaria a existência de uma nova questão social. Esta é caracterizada essencialmente pela presença de novas formas de pobreza e nova exclusão social,¹⁸ como também pelo exacerbamento de antigos problemas como o desemprego e a vulnerabilidade social. Rosanvallon (1998, p.7) inicia seu livro *A nova questão social* explicitando que:

Desde o início dos anos oitenta, o crescimento do desemprego e o aparecimento de novas formas de pobreza parecem, de forma contrária, levar-nos tempo atrás. Mas ao mesmo tempo, vê-se claramente que não se trata de um simples retorno aos problemas do passado. Os fenômenos atuais de exclusão não remetem às antigas categorias da exploração. Assim surge uma nova questão social.

Para o autor, o fato mais evidente da existência de uma nova questão social, na atualidade, é denotado pela crise do Estado providência e dos velhos métodos de gestão inerentes ao *Welfare state*, que atuaram com sucesso nos trinta anos gloriosos

¹⁸ No entanto, Castel (1995), rejeita o termo “exclusão”, entendido como “estados de privação”, em contraposição, utiliza o termo “desfiliação”, para designar a constituição na atualidade de uma “população sobrando”, ou “inúteis para o mundo”, demarcada, segundo o autor, pela desintegração destes indivíduos da sociedade salarial.

do capitalismo, como garantia contra a insegurança e o risco social. Nesse sentido dirá que as políticas universais estão ultrapassadas. Portanto, o Estado deve assumir a forma de Estado - Providência ativo, produtor de civismo, vinculado ao desenvolvimento da cidadania. No entanto, segundo o mesmo autor:

Para ser justo, o Estado – Providência não pode ser unicamente um distribuidor de subsídios e um administrador de regras universais. Deve se converter num Estado de serviço. A meta consiste em dar a cada um os meios específicos para modificar o curso de uma vida, para superar uma ruptura, para prever um problema. Sendo mais individualizados, os direitos sociais podem ser compreendidos de outra forma e ampliar-se. (ROSANVALLON, 1998, p. 209-210)

Nesse sentido, à luz das diferentes transformações ocorridas na sociedade capitalista no decurso das três últimas décadas do século XX, com repercussões até os dias atuais, as elaborações francesas sobre a questão social, notadamente dos autores Castel (1995) e Rosanvallon (1998), se encaminham no sentido de testificar a emergência de uma nova questão social nos países europeus, particularmente na França, *locus* de suas pesquisas. No entanto, percebe-se na análise desenvolvida uma diferença central entre os referidos autores, ou seja, enquanto Rosanvallon (1998) procura enfatizar exaustivamente as diferenças existentes entre o antigo e o novo na questão social, preocupando-se em destacar as novidades deste fenômeno, Castel (1995), por outro lado, encaminha sua análise tentando demonstrar que não se trata de fazer uma separação dualística entre o antes e o agora, ou entre o antigo e o novo da questão social, pois para ele uma tal dicotomia não existe.

Sem considerar as devidas particularidades e o cuidado necessário com a transposição de análises entre realidades distintas - fato importantíssimo quando se trata de fenômenos sócio-históricos - comumente no Brasil, a discussão sobre a questão social, especificamente na literatura do Serviço Social, é fortemente influenciada pelo debate europeu, sobretudo pelas elaborações francesas, ou seja, como um fenômeno que emerge na sociedade capitalista a partir da Revolução Industrial, no contexto da consolidação da luta de classes e da exploração sem precedentes do capital sobre o trabalho. A partir deste entendimento, a questão social surge nesta conjuntura histórica marcada por acirradas lutas da classe operária pelo seu reconhecimento enquanto classe, frente à burguesia industrial, denunciando as condições sub-humanas de trabalho e sobrevivência.

No Brasil, uma clássica concepção do fenômeno em pauta e referência nesta tematização foi elaborada pelo autor Cerqueira Filho (1982) para quem a questão social compreende a politização da relação capital x trabalho, englobando “[...] um conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs ao mundo no curso da constituição da sociedade capitalista” (1982, p.21).

Entretanto, contrários a este entendimento, alguns estudiosos do tema no país – a serem citados no decurso da presente análise - problematizam este tipo de análise, ao considerar que entender a questão social em países latino-americanos exige obrigatoriamente a necessidade de considerar as especificidades deste continente e nele de cada país particularmente. Nessa perspectiva, como bem enfatiza Wanderley (1997, p.56-57), a

[...] questão social latino-americana se põe, no espaço e no tempo, diferentemente da realidade européia, na instituição da nacionalidade, da esfera estatal, da cidadania, da implantação do capitalismo. Em consequência, ela deverá ser entendida e datada de modo distinto, tendo em vista as suas peculiaridades, mesmo sabendo que ela tenha ganho foros de emergência pública e tenha sido nominalmente reconhecida como tal num momento preciso da história européia, em que se consagrou a expressão. A questão social fundante que permanece vigindo sob formas variáveis nesses 500 anos do descobrimento a nossos dias, centra-se nas extremas desigualdades e injustiças que reinam na estrutura social dos países latino-americanos, resultantes dos modos de produção e reprodução social, dos modos de desenvolvimento, que se formaram em cada sociedade nacional e na região em seu complexo.

Neste contexto, ao se deter na análise da questão social no Brasil, o referido autor, destaca que ela é resultante da forma particular assumida pelo modo de produção e desenvolvimento no país ao longo de sua constituição histórica, marcados pelas profundas assimetrias nas relações sociais, expressas principalmente pela grande concentração de riquezas e poder entre as classes hegemônicas e pela socialização da pobreza e opressão entre os mais variados segmentos das classes subalternas.

Outra referência importante, segundo esta perspectiva analítica, foi elaborada pelo autor Ianni (2004), para quem a questão social apresenta-se como uma dimensão importante dos movimentos da sociedade em geral e, em perspectiva histórica ampla, a sociedade em movimento se apresenta como uma vasta fábrica das desigualdades e antagonismos que a constituem e que se expressam em diferentes épocas, de alcances e significados variados.

A partir de um breve resgate histórico da questão social no Brasil pode-se verificar que, mesmo no período escravocrata, estavam presentes tanto suas manifestações, traduzidas nas condições sub-humanas em que viviam os escravos, quanto os mecanismos de resistência e de enfrentamento desencadeados pelos diferentes sujeitos presentes naquele tipo de formação societária, haja vista a presença de um conjunto de leis que regulamentavam e favoreciam sua permanência e a existência dos conhecidos quilombos, como uma permanente ameaça àquele estado de coisas. Parafraseando Ianni (2004, p.88),

[...] é claro que durante a vigência do trabalho escravo havia uma questão social. O escravo era expropriado no produto do seu trabalho e na sua pessoa. Nem sequer podia dispor de si. Era propriedade do outro, do senhor, que podia dispor dele como quisesse, declará-lo livre ou açoitá-lo até a morte. A contrapartida, na perspectiva do escravo, era o suicídio, a tocaia contra o senhor, membros da família deste e capatazes, rebelião na senzala, fuga, formação de quilombos, saque, expropriação. Não abria nenhuma possibilidade de negociação. A questão social estava posta de modo aberto, transparente.

No início do século passado, a situação agravou-se gradativamente pelo desamparo em que foram deixados os escravos e pela superexploração da força de trabalho na indústria nascente. Dessa forma a questão social que nesse período tornou-se mais explícita, em consequência de um conjunto de fatores presentes nessa conjuntura, estará diretamente relacionada, por um lado, ao processo da industrialização emergente, que ocasionará uma urbanização acelerada e, de outro, à abolição da escravatura realizada em 1888. Isto porque a abolição não foi acompanhada de nenhuma medida de amparo a esse segmento da população, que, à mercê da própria sorte, teve que arcar sozinha com os custos de sua reprodução, em um contexto histórico marcado pelo desemprego e outros tão graves problemas sociais, que assolavam os centros urbanos emergentes no Brasil.

Nesse período, as classes dominantes compostas, em sua maioria, pelas oligarquias agrárias continuaram a não reconhecer a questão social como questão política legal e legítima, respondendo-lhe através de mecanismos repressivos, o que, nas palavras de (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 59), “[...] deveria ser tratada no interior dos aparelhos repressivos de Estado”. Por isso a “[...] questão social era um caso de polícia”.

Como se pode observar, a intervenção do Estado em relação à questão social, reconhecendo-a como um problema de ordem política e, portanto, sendo passível de

assim ser tratada, foi um processo demorado e lento na sociedade brasileira. Durante muito tempo a repressão foi a resposta mais utilizada pelas elites nacionais, como uma forma de negá-la totalmente.

Entretanto, nos primeiros anos da República, o agravamento das condições de vida da população trabalhadora já colocava em pauta a necessidade de um enfrentamento diferenciado da questão social. Por outro lado, os trabalhadores, lutando de forma organizada, sobretudo através do movimento operário, exigiam mudanças quanto à forma de tratamento a eles dispensados pelas classes hegemônicas, no sentido do seu real reconhecimento enquanto classe.

Este movimento se tornava mais combatente à medida que a industrialização se sedimentava no país, com suas graves conseqüências para as classes subalternas que, premidas por todo tipo de necessidades, demandavam da burguesia industrial e do próprio Estado respostas mais efetivas no sentido de melhorar suas condições de vida e trabalho. No entanto, segundo Moraes Filho (1981), não faltavam leis para reprimir esse movimento que lutava no sentido de demonstrar as péssimas condições de vida do operariado brasileiro. Segundo o autor, visando atingir a liderança do movimento operário, composto na sua maioria por imigrantes estrangeiros, especialmente do movimento anarquista, um dos mais combatentes no meio operário daquela época, foi regulamentada em 1907 a Lei Adolfo Gordo, que estabelecia a deportação de estrangeiros, pois as elites nacionais julgavam que eles tinham idéias perniciosas que contaminavam a classe operária brasileira.

Nesse contexto, apesar da repressão, o movimento operário acirra suas lutas e, percebendo a necessidade de uma maior organização, utiliza-se das greves como instrumento de disputa de poder e de pressão. Nos anos seguintes à greve de 1917, uma das mais importantes realizadas no país, há um aumento significativo no número de sindicalizações e surge uma imprensa operária mais combatente.

Assim, segundo Yamamoto (1988), os desdobramentos da questão social na Primeira República são a expressão da formação da classe operária, sua entrada no cenário político e a exigência de seu reconhecimento pelo Estado.

Diante da possibilidade de uma desagregação do tecido social a partir do quadro anteriormente traçado, o Estado passa a ser pressionado no sentido de responder à

questão social presente naquela conjuntura, diferentemente das tradicionais formas utilizadas, pautadas no binômio caridade e repressão. Segundo Gomes (1994), o descaso com os problemas sociais não podia fazer sentido com o regime republicano instaurado em 1899, contexto onde se acentua o processo de industrialização, pois havia uma expectativa de que a República, recém - instituída como regime de liberdade e igualdade, encontrasse uma nova forma para o enfrentamento da questão social.

A instauração da República no Brasil gerou uma enorme expectativa por parte das classes subalternas, quanto à constituição e plena efetivação dos direitos de cidadania, considerando a situação de extrema negação de direitos, inclusive humanos, que a maioria da população havia vivenciado no período da escravidão. Inclusive, alguns segmentos dos trabalhadores, organizados em partidos operários naquela conjuntura, lutavam pela superação do sistema capitalista, diante da certeza de que nesta ordem é impossível a igualdade de condições de trabalho e de usufruto dos seus resultados, materializados em direitos de cidadania e justiça social. O Partido Comunista do Brasil, fundado em março de 1922, é o exemplo mais consistente nesse sentido, sendo, por isso mesmo, posto na ilegalidade.

Como se viu, essas aspirações foram, na sua quase plenitude, frustradas com o advento da República, pois a sua instituição não assegurou automaticamente, como se desejava, os tão sonhados direitos sociais.

É nesse sentido que, para Oliveira (1999), ao se analisar a sociedade brasileira e a sua constituição histórica, o que se observa é uma constante privatização do público; ou seja, a burguesia nacional ascendeu à dominação sem qualquer ruptura com as estruturas de poder existentes, ao contrário do que significou a Revolução Francesa. Mais que isso, as transformações que o capitalismo introduziu na estrutura de relações sociais acirraram o sistema de dominação de classe.

Outrossim, afirma o referido autor, todas as tentativas de fazer política na sociedade brasileira foram desenvolvidas pelas classes subalternas que, por outro lado, sempre foram destituídas da fala, através de um silêncio imposto. Foi assim nos anos de 1930, na era Vargas, com a tentativa de construção de partidos operários, anarco-sindicalistas, e de toda a luta social travada pelo operariado em busca do seu reconhecimento enquanto classe, do reconhecimento enfim da questão social como

caso da política. A resposta, no entanto, foi a Ditadura, aliás, o recurso mais utilizado pelas classes dominantes para barrar o movimento dos trabalhadores em sua ânsia por democracia no Brasil. Essa cena se repete em 1947, período da guerra fria, quando o Partido Comunista do Brasil – PCB foi novamente posto na ilegalidade. Na década de 50, a pressão política da classe trabalhadora leva a uma abertura do Varguismo.

A luta por reformas de base, pela reforma agrária, unificou trabalhadores, fazendo efervescer os movimentos sociais. Como resposta, instala-se, em 1964, uma das mais sangrentas e fortes ditaduras já vividas no Brasil. O golpe militar, ressaltado por Oliveira (1999), significou o esforço desesperado de anular a construção política que as classes dominadas haviam realizado no país desde os anos 1930. Morte e exílio significaram a imposição do silêncio e mais uma vez a destituição da fala.

No entanto, é notório que foi no Governo Vargas que a questão social passou a ter um novo tratamento, ou seja, deixou de ser negada pelas classes hegemônicas do país, ganhando fórum de debate no âmbito do Estado e das diversas instâncias da sociedade civil organizada. Nas palavras de Guimarães (1998, p. 37), a

[...] industrialização, a urbanização e a aceleração do processo de desenvolvimento capitalista do país na década de 30 produzem necessidades e problemas econômicos, políticos e sociais os mais variados, complexos e significativos. Isso contribui para que a questão social seja colocada na ordem do dia como questão central, pública e política, que necessita de respostas mais amplas e eficazes dos indivíduos, grupos e classes sociais que restabeleçam a ordem, a paz e o *status quo* ou possibilitem reformas e mudanças na sociedade.

É nesta década que a questão social adquire maiores dimensões e significados, passando, portanto, a ser alvo de crescente intervenção do poder estatal. A partir de 1930, o Estado começa a adotar um conjunto de medidas no âmbito da legislação social e da assistência de combate às seqüelas decorrentes do modo capitalista de produção na sua fase inicial de industrialização, como medidas indispensáveis ao controle social e à manutenção da hegemonia dominante, procurando, assim, atenuar os conflitos e as contradições presentes na sociedade através da implementação de um conjunto de medidas paliativas e reguladoras da relação capital x trabalho. As leis sociais servem de exemplo a esse respeito, pois asseguraram naquela conjuntura uma série de reivindicações da classe trabalhadora em seu processo de lutas, tais como:

[...] leis das 8 horas, de igualdade de salários em serviços idênticos para trabalhadores de ambos os sexos, do trabalho das mulheres e dos menores, da sindicalização das classes, das convenções coletivas, do trabalho na indústria, no comércio e em outras atividades, além das reformas na lei sobre acidentes de trabalho e na lei de férias (CERQUEIRA FILHO, 1982. 82).

Neste contexto, deve-se destacar o papel desempenhado pela Igreja Católica frente à questão social. Segundo Mainwaring (2004), entre 1930 e 1955, a Igreja Católica adota um modelo denominado de neocristandade. Por volta de 1916, quando o recém-nomeado arcebispo de Olinda, Dom Sebastião Leme, publicou uma famosa carta pastoral, tem início na história da Igreja uma nova fase, cujo objetivo consistia em cristianizar as principais instituições sociais brasileiras, através da formação de um quadro de intelectuais católicos, buscando alinhar as práticas religiosas populares aos procedimentos ortodoxos. No documento argumentava-se que “[...] o Brasil era uma nação católica e que a Igreja deveria tirar proveito desse fato e marcar uma presença muito mais forte na sociedade” (Mainwaring, 2004, p.40)

Ao adotar o referido modelo, a Igreja Católica no Brasil busca responder às demandas e exigências provenientes do Vaticano quanto às estratégias da hierarquia no período denominado de reação católica¹⁹, que, de forma sintética, tinha como objetivo “[...] conquistar o mundo para a igreja, ‘ganhar católicos’ e ‘competir com outras religiões’, ‘credos e proposições’” (GUIMARÃES, 1998 p.28).

Nesse sentido, a Igreja se desdobrará no trabalho de recristianização da sociedade, onde contará sobretudo com a Ação Católica Brasileira, um movimento leigo que se tornará o responsável direto por este processo. Este Movimento, como braço da Igreja, destina-se a divulgar a quantos puder a sua doutrina cristã, ao mesmo tempo em que desenvolverá ações de caráter social e político, mobilizando para isto o laicato. Como desdobramento dessas ações, surgirão, na década de 1930, inúmeras instituições, que funcionarão sob o rigoroso controle da hierarquia católica, tais como: Juventude Operária Católica – JOC, Juventude Estudantil Católica – JEC, a Juventude

¹⁹ Segundo Gramsci (1984, p. 280), “[...] a Ação Católica assinala o início de uma época nova na história da religião católica: quando ela de concepção totalitária (no duplo sentido: de que era uma concepção total do mundo de uma sociedade no seu total) torna-se parcial (também no duplo sentido) e deve possuir um partido próprio. [...] a Ação Católica representa a reação contra a apostasia de amplas massas, imponente, isto é, contra a superação de massa da concepção religiosa do mundo. [...] A Igreja , portanto, está na defensiva, perdeu a autonomia de movimento e de iniciativas, não é mais uma força ideológica mundial, mas uma força subalterna”.

Independente Católica – JIC, a Juventude Universitária Católica – JUC e os Círculos Operários.

No tocante às relações estabelecidas com o Estado nesta conjuntura, a posição da Igreja Católica será no sentido de estabelecer acordos, visando reaver seus antigos privilégios. Especialmente no período entre 1930 a 1945 se envolverá diretamente na política, através de padres, bispos e lideranças católicas. De grande destaque neste momento é a formação da Liga Eleitoral Católica em 1932, cujo propósito era orientar os católicos nas eleições e também influenciar na Assembléia Constituinte de 1933, o que foi plenamente alcançado (IAMAMOTO, 1989).

O apoio da Igreja Católica a Getúlio Vargas se insere, neste contexto, a partir das afinidades políticas entre ambos. Segundo Mainwaring (2004), o discurso da Igreja em relação à ordem, ao nacionalismo, patriotismo e anticomunismo, era o mesmo presente nas diretrizes e ações de Vargas. “Clérigos destacados acreditavam que a legislação de Getúlio realizava a doutrina social da Igreja e que o Estado Novo efetivamente conseguia superar os males do liberalismo e do comunismo” (Mainwaring 2004, p. 47)

A literatura do período enfatiza que, para Getúlio Vargas, era importante ter o apoio de uma instituição poderosa como a Igreja Católica, a fim de colocar em prática seus projetos e aspirações, o que em troca restituiu muitos dos seus privilégios e áreas de atuação na sociedade. Segundo Iamamoto (1989, p. 159), “[...] Igreja e Estado, unidos pela preocupação comum de resguardar e consolidar a ordem e a disciplina social se mobilizarão para a partir de distintos projetos corporativos, estabelecer mecanismos de influência e controle na sociedade”.

É neste contexto que o Serviço Social é criado,²⁰ como mais um dos instrumentos de controle social²¹ das classes hegemônicas, tendo a frente a Igreja e o

²⁰ Segundo Lopes (2001, p. 27), “[...] não se trata de que o Serviço Social seja a única profissão criada para este fim na grande estratégia ou nas estratégias da burguesia para o enfrentamento da questão social [...] a questão social é um eixo que move a criação de várias atividades profissionais destinadas, especificamente, a intervir sobre ela”.

²¹ Quanto ao entendimento da categoria controle social, na presente análise buscou-se, referência em Mészáros (1995, p. 84), que defende ser “[...] o capital um modo de controle do metabolismo social que, em última análise, é incontrolável. A principal razão pela qual este sistema escapa a qualquer grau significativo de controle humano é que ele próprio surgiu no curso da história como uma poderosíssima – e ainda até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura totalizante de controle, a qual tudo o mais, inclusive os seres humanos, deve se adaptar, escolhendo entre provar sua “viabilidade produtiva” ou

Estado no sentido de responder às seqüelas da questão social no país, diferentemente das medidas até então adotadas, basicamente através da caridade e filantropia. A questão social, no entanto, continuará a ser naturalizada e encarada como problema de ordem moral, resultante de desvios de conduta, produto da ignorância individual e do afastamento do homem de Deus.

Para a Igreja Católica, instituição diretamente responsável pela emergência do Serviço Social no Brasil, através da Ação Católica, “[...] a questão social é antes de tudo moral e religiosa, não econômica e deve ser resolvida através da caridade cristã e dos ditames da moral e do juízo da religião” (GRAMSCI, 1984, p. 281).

Percebe-se ainda este entendimento nos documentos oficiais da Igreja como as encíclicas papais, notadamente a “Rerum Novarum” (1891), escrita por Leão XIII, a “Quadragesimo Anno” (1931), de Pio XXI e a “Mater et Magistra” (1961), escrita pelo Papa João XXII. A principal destas cartas é sem dúvida a primeira, onde são traçadas de maneira sistemática as diretrizes e orientações sobre a questão social, representada pela condição dos operários na sociedade e no tratamento que a eles deveria ser dispensado pelos representantes do capital. Ou seja, através da “Rerum Novarum”, Leão XIII “faz uma defesa dos proletários da indústria”, denunciando as condições desumanas em que estes vivem, juntamente com suas famílias. A segunda encíclica, lançada em comemoração aos 40 anos de existência da primeira, faz um resgate dos seus principais aspectos em agradecimento ao que Pio XXI designou de “grandes benefícios que dela advieram à Igreja Católica e a toda humanidade”.

Estas encíclicas serão de suma importância para a divulgação da doutrina social da Igreja pelo mundo e influenciará teórica e praticamente a formação profissional do Assistente Social em toda a América Latina, naquilo que Castro (1993, p. 68) designou de “estratégia de continentalização da influência católica através da criação de Escolas de Serviço Social”.

perecer. É impensável um sistema de controle mais totalmente abrangente – e neste importante sentido totalitário – do que o sistema de capital globalmente dominante, que submete cegamente aos mesmos imperativos o cuidado com a saúde e o comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, impondo impiedosamente seu próprio critério de viabilidade a tudo, das menores unidades de seu “microcosmo” às mais gigantescas empresas transnacionais, e das mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão no âmbito dos monopólios industriais, sempre favorecendo os mais fortes contra os mais fracos. [...] Mas o preço a ser pago por esse incomensurável dinamismo totalizador é, paradoxalmente, a perda de controle sobre os processos de tomada de decisão”.

Segundo o autor, referindo-se especificamente à encíclica “Quadragesimo Anno,” os núcleos católicos mais conseqüentes com suas propostas, entre os quais a Ação Católica, desempenharam um papel importante, “[...] dirigiam os seus esforços guiados pelo documento papal” (CASTRO, 1993, p.56).

No Brasil, em 1930, a Ação Católica, através das entidades JEC, JIC, JOC, da Juventude Feminina Católica dentre outras, tem sua atuação voltada para intensificar o trabalho de mobilização do laicato, no sentido de desenvolver ações sociais junto ao operariado e suas famílias, propagando a doutrina católica na perspectiva de verem minorados os problemas sociais, encarados como decorrentes tão somente de desajustes morais.

Para Iamamoto (1989), dentro deste mesmo propósito, é criado em 1932 o Centro de Estudos e Ação Social – CEAS em São Paulo, cujo objetivo era estudar e divulgar a doutrina católica e também intensificar o trabalho de mobilização dos leigos, em conformidade com os postulados presentes nos documentos papais. Seu surgimento é decorrente do “Curso Intensivo de Formação Social para Moças”, promovido em São Paulo pelas Cônegas Regulares de Santo Agostinho e coordenado por Melle. Adèle de Louneux, professora da L’École Catholique de Serviço Social de Bruxelas. Sobre as origens do CEAS, assim comenta Iamamoto (1989, p. 172):

O CEAS aparece como condensação da necessidade sentida por setores da Ação Social e Ação Católica de tornar mais efetiva e de dar maior rendimento às iniciativas e obras promovidas pela filantropia das classes dominantes paulistas sob o patrocínio da Igreja e de dinamizar a mobilização do laicato.

Nesse sentido, a partir de suas finalidades básicas, destacam-se: “a) tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais; b) adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social” (RELATÓRIO ANUAL DO CEAS, 1936 apud YAZBEK, 1982, p. 38).

Como testifica a ampla literatura produzida sobre as origens da profissão no Brasil, esta entidade foi diretamente responsável pela criação da primeira Escola de Serviço Social do país, em São Paulo, em 1936, destinada a formar um quadro de pessoal especializado no trato da questão social, em conformidade aos princípios da doutrina e da moral católica. Esta iniciativa pode ser encarada como parte de inúmeras

ações da Igreja Católica frente à questão social no país, impelida naquela conjuntura a colocar-se numa perspectiva mais atuante em seus intentos de inserir-se efetivamente nos processos sociais.

Segundo Lamamotto (1989), esta escola adotará os seguintes eixos no processo de formação profissional dos primeiros Assistentes Sociais: formação intelectual, profissional, moral e doutrinária, todas baseadas na Doutrina Social da Igreja, na filosofia tomista²² e neotomista, de cunho humanista cristão.

Sendo fortemente influenciada por este pensamento, a Escola de Serviço Social de São Paulo, nos seus primeiros momentos, também será influenciada pelas Escolas de Serviço Social da Europa, principalmente da França, Itália e Bélgica, onde a Ação Católica exercia grande importância na sociedade. Das Escolas européias, sobretudo da L'École Catholique de Serviço Social de Bruxelas, L'École Normale Sociale e L'Institut Social Familial Ménager, ambas localizadas em Paris, a primeira Escola de Serviço Social brasileira receberá apoio, orientação e manterá intercâmbio permanente, que resultaram, dentre outros, na intensificação da formação profissional e do trabalho social de cunho nitidamente católico.

Como é consensual entre os autores brasileiros que estudam a história do Serviço Social no país, até metade da década de 1940 do século passado, os rumos desta profissão foram traçados tendo por base o pensamento conservador presente nas Escolas católicas européias, cujas marcas são visíveis na formação e na prática profissional. Ou seja, a origem do Serviço Social no Brasil está assentada em bases profundamente doutrinárias em uma conjuntura histórica marcada pela consolidação do capitalismo monopolista, que (re) define as relações sociais dominantes no país, ao mesmo tempo em que a Igreja Católica empreende uma acirrada luta pela conquista de seus antigos privilégios, através do projeto de recristianização da sociedade. Portanto, em consonância com as prerrogativas da Igreja neste período, serão de competência

²² São Tomás de Aquino e seguidores deram origem ao tomismo, a partir do século XXII, cujas idéias centrais podem ser assim resumidas: o homem compõe-se de matéria e espírito, onde corpo e alma formam uma unidade; a alma humana é espiritual e imortal; a pessoa humana é dotada de natureza racional, por isso busca a dimensão do ser social. Já o neotomismo, como o próprio nome indica, consiste na retomada da filosofia expressa por Santo Tomás de Aquino, entre o final do século XIX e o início do século XX. Aguiar (1984) afirma que a Igreja Católica tinha uma intenção clara ao restaurar o pensamento do Santo Angélico, qual seja, o de unir os pensadores católicos para a conquista do pensamento moderno.

do Assistente Social trabalhar na perspectiva de reformar e normalizar a sociedade, no combate à questão social, segundo os preceitos da moral e da doutrina católica.

Em resumo, sob a mística dos “modernos agentes da justiça e da caridade”, os Assistentes Sociais, em seus processos iniciais de inserção nas relações sociais no país, se constituirão em profissionais envolvidos na preocupação em enquadrar a questão social nos marcos da Igreja da neocristandade, reforçando em última instância os padrões de dominação existentes na sociedade e na Igreja-instituição (IAMAMOTTO, 1989).

Segundo Martins de Sá (1995), a partir de 1936, ou seja, ano de fundação da primeira escola de Serviço Social no Brasil, organiza-se o primeiro currículo do Curso, iniciando assim um período no processo de elaboração curricular, de 1936 a 1954, designado pela autora de “idealista – ativista”. Para a mesma, este

[...] currículo já contemplava um determinado perfil profissional, bem como um “conteúdo programático com disciplinas que atendiam à formação teórica básica e técnica propriamente dita”. [...] está baseada em critérios exigentes em termos da personalidade das assistentes sociais, não só técnica, mas moralmente, diante da missão que lhes está reservada na sociedade naquele contexto (MARTINS DE SÁ, 1995, p. 73).

A partir da compreensão de que a história é determinante para entender o papel desempenhado pelo Serviço Social na sociedade brasileira desde a sua emergência até os dias atuais, observa-se que a partir da 2ª. Guerra Mundial, inicia-se um novo período no cenário mundial, alterando profundamente as relações internacionais. Os Estados Unidos, como vencedores daquele conflito, precisavam consolidar sua hegemonia político-econômico-cultural em todo o mundo. Para tanto preconizaram o tema do desenvolvimento como principal instrumento para atingir tal propósito.

Este período foi então marcado pelos planos de desenvolvimento, com ênfase na regulação estatal, objetivando essencialmente a reestruturação das economias centrais, inspirados no Keynesianismo²³.

²³ O Keynesianismo refere-se aos preceitos teóricos do autor John Keynes e seus seguidores, cujo objetivo era o estabelecimento e a garantia do pleno emprego e da rentabilidade dos capitais nas sociedades capitalistas, após a grande crise estrutural de 1929. Assim, o resultado dessa abordagem é a contestação da existência de mecanismos automáticos de regulação da atividade econômica e a necessidade de intervenção do estado para corrigir os desequilíbrios do capitalismo, como o subemprego, o subconsumo e a inflação (COSTA, 2003).

Segundo Amman (1985), a partir de 1945, uma série de acordos foi firmado entre os EUA e o Brasil, como parte das estratégias de expansão do capitalismo monopolista e imperialista norte-americano, dentre os quais se situam as propostas de Desenvolvimento de Comunidade (DC). A Organização das Nações Unidas – ONU assim definiu o Desenvolvimento de Comunidade:

Processo por intermédio do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país. (ONU apud AMMAN, 1984, p. 34)

Através desta proposta, os EUA se propunham a erradicar a miséria e a fome do país, por serem verdadeiros entraves à modernização e ao desenvolvimento propugnado pelo capitalismo em sua busca de consolidação no mundo. Além do que os EUA consideravam o subdesenvolvimento como um aspecto subversivo, ou seja, um grande atrativo para as idéias comunistas bem presentes na América Latina, com forte influência no Brasil, naquela conjuntura (AMMAN, 1985).

Nesse sentido, como destaca Abreu (2002), as propostas de Desenvolvimento de Comunidade foram implementadas no país sob forte influência da ideologia desenvolvimentista modernizadora que, segundo a autora,

Vincula-se a uma concepção de desenvolvimento fundado na chamada teoria da modernização. Esta teoria explica o subdesenvolvimento como um estágio de transição entre tempos históricos distintos, correspondentes a padrões socioculturais constitutivos de pólos atrasados e modernos presentes em uma sociedade. Consubstancia-se numa visão de etapas em que a história a percorrer pelos países em desenvolvimento assemelha-se àquela trilhada pelas sociedades industrialmente avançadas. Esta explicação tem como modelo a ser atingindo os países desenvolvidos da Europa ocidental e América do Norte. (ABREU, 2002, p.106)

Estes aspectos da história, portanto, tocam profundamente o Serviço Social, pois os Assistentes Sociais serão os profissionais mais diretamente responsáveis pela condução dos programas e projetos de Desenvolvimento de Comunidade no país com fortes repercussões na formação profissional, que sofreu alterações para instrumentalizar a ação profissional nesta perspectiva. Ao Serviço Social incorpora-se o método de caso, grupo e comunidade importados dos EUA, bem ao sabor dos pressupostos funcionalistas norteadores da profissão naquele período. Estes métodos

passaram a instrumentalizar o fazer profissional na busca de maior racionalização e tecnificação da questão social.

Tendo em vista essas novas influências, tanto o discurso quanto a prática dos Assistentes Sociais sofreram muitas alterações, passando a adotar uma linguagem mais técnica e científica, adaptando-se crescentemente aos interesses e necessidades dos setores hegemônicos da sociedade, tendo em vista ajustar os segmentos das classes subalternas àqueles interesses e necessidades, através do estímulo à participação popular nos programas governamentais, a partir de processos de “integração” e “promoção sociais”. Para lamamoto (1989, p. 327):

As antigas técnicas sociais, apoiadas numa limitada base de ajudas materiais e aplicadas de maneira descontínua, que caracterizavam as protoformas do Serviço Social, transfiguram –se agora em procedimentos administrativos e processos burocráticos, aplicados por agentes assalariados, mandatados pelas instituições. Reaparecem como mecanismos intensivos de controle social englobados dentro de estruturas destinadas a garantir o aumento da produtividade média da força de trabalho, a evitar o confronto de classes e a canalizar, vigiar e reprimir os conflitos sociais e outras formas de desvios, derivadas das múltiplas contradições geradas e ou agravadas pelo aprofundamento do modo de produção capitalista.

Dessa maneira, as décadas de 1940 e 1950 serão marcadas pela dinamização e otimização das relações sociais capitalistas no país, ao mesmo tempo em que se estabelece uma associação e maior dependência ao capital internacional, particularmente os EUA. É um período marcado por muitas mudanças, envolvendo tanto os aspectos políticos, quanto econômicos. O país moderniza-se, tornando-se mais maduro em relação ao seu processo de industrialização e urbanização, em franca expansão. Ao mesmo tempo em que as principais cidades do país ganham ares de metrópoles, há um acentuado abandono do campo, como possibilidade de vida digna de uma determinada parcela da população que lá vivia. O parque industrial torna-se mais competitivo, colocando-se numa escala de produção e produtividade muito semelhante aos dos países do primeiro mundo. A força de trabalho amplia-se e diversifica-se, formando um exército industrial de reservas cada vez mais numeroso. Em decorrência disso, há um aumento acentuado dos problemas sociais, que nesta conjuntura tornam-se também mais complexos.

Segundo lamamoto (1988), na ditadura do Estado Novo, em meio à repressão de toda ordem, como o fechamento do parlamento e a abolição de partidos políticos,

regrada por uma legislação corporativa de inspiração fascista, a atuação do Estado frente ao mercado de trabalho será efetivada por intermédio de duas linhas principais: de um lado, bloqueando, reduzindo e/ou reprimindo a capacidade de organização dos trabalhadores e seus sindicatos. Por outro, restringindo a aplicação da legislação trabalhista em vigor, decretando uma série de medidas legais para impedir o livre jogo da oferta e da procura no mercado de trabalho, tais como: “[...] jornada de trabalho de 10 horas e o impedimento legal de o empregado voluntariamente demitir-se, transferir-se ou afastar-se do emprego quando localizado em áreas estratégicas do governo”(IAMAMOTTO, 1988 p. 250).

Entretanto, como mostra a vasta literatura existente sobre este período da história do Brasil, Vargas foi aclamado pela maioria dos trabalhadores, apoiado pelos grandes investidores e industriais e venerado pelos militares golpistas, que o ajudaram a governar o país com mãos de ferro, sob o manto do crescimento econômico, em associação ao capitalismo monopolista mundial em sua total dependência.

Na década de 1950, impera no país a euforia do desenvolvimento, embalada pelo crescimento industrial. Como a coroar tal perspectiva, chega à presidência da república em 1956 Juscelino Kubitschek, com o slogan “50 anos em 05”. Sua política econômica é marcadamente caracterizada pela combinação da ação do Estado com a empresa privada nativa e o capital estrangeiro. As obras mais importantes computadas ao seu governo são: a construção de Brasília, a abertura de inúmeras estradas ligando o Brasil de norte a sul, como a Belém-Brasília, o incentivo à indústria automobilística, a aceleração da indústria pesada e de base, o impulso às áreas de transporte, energia elétrica, nuclear, carvão e petróleo.

Quanto ao discurso governamental, e dos seus aliados, importa desenvolver o país para todos, fazendo-o crescer econômica e socialmente para retirá-lo da condição de subdesenvolvimento, dentro do espírito de paz, ordem e justiça social. Contraditoriamente a esse discurso eivado de nacionalismo e patriotismo, o que se pretendia na verdade era integrar o país dinâmica e rapidamente ao capitalismo mundial, liderado pelos EUA, como principal estratégia contra o estágio de atraso em que ainda se encontrava. O discurso do presidente norte-americano Harry Truman não deixa dúvidas da “missão” assumida pelos EUA de reconstrução mundial em meio aos

escombros deixados pela 2.^a Guerra, através da ajuda financeira aos países subdesenvolvidos.

É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas. O antigo imperialismo – a exploração para o lucro estrangeiro – não tem lugar em nossos planos. O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de distribuição justa e democrática (TRUMAN, Apud. Esteva, 2000. p.59).

Neste contexto, a década de 1960 foi considerada pela Organização das Nações Unidas a primeira década do desenvolvimento em consequência do crescimento econômico dos países e regiões subdesenvolvidos. A meta, portanto, era aumentar a renda per capita, o produto nacional bruto e as rendas pessoais destas localidades, através do incentivo à industrialização pesada e à modernização tecnológica.

Na América Latina, programas como a Guerra contra a Pobreza e a Aliança para o Progresso fizeram parte deste pacote de medidas planejadas para impulsionar o desenvolvimento na região, iniciados ainda na década de 50. Nesta conjuntura e em particular depois da Revolução Chinesa em 1949, as novas condições mundiais foram determinantes para a formação e a consolidação da hegemonia desenvolvimentista. Segundo Fiori (2001, p. 23):

Na América Latina, o imperialismo sentia-se seriamente ameaçado pela consolidação da União Soviética e pelas conquistas socialistas do Leste e no Centro europeus. Em 1949, a vitória de Mão na China e a guerra da Coréia (1951-52) abalariam ainda mais as relações "Leste – Oeste". É a partir de 1956 – 1957 que o desenvolvimento desses fatores redundariam na chamada Guerra Fria, alterando profundamente o comportamento norte-americano com relação à América Latina. Os EUA passaram, então, a fomentar e apoiar ações repressivas ao nacionalismo e às forças políticas progressistas em geral.

No entanto, muito cedo se tornaram evidentes que as promessas de melhoria das condições de vida dos segmentos das classes subalternas na América Latina e particularmente no Brasil, através do surto desenvolvimentista, não se concretizaram. Superexploração da força de trabalho daqueles que conseguem um posto de trabalho, aliada ao pauperismo e à miséria de quem não consegue inserir-se no mercado, são exemplos de que mais uma vez, na história do país, o "progresso" só atinge alguns.

Nestas circunstâncias, os conflitos resultantes da relação capital x trabalho irão adquirir maior intensidade e amplitude. "A questão social assumirá uma face cada vez

mais pública, legal e legítima, mesmo nos momentos em que for considerada e tratada como caso de polícia” (GUIMARÃES, 1998, p.24).

Em resposta à questão social e como resultante das lutas sociais travadas por segmentos das classes subalternas, serão criado pelo Estado e seus aliados, inúmeros instrumentos e organismos na perspectiva de amenizar os efeitos da relação capital x trabalho, empreendidas no decurso das décadas de 1940 e 1950, a saber: Ministério do Trabalho, Justiça do Trabalho, Salário Mínimo, Imposto Sindical, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a criação e a estruturação de grandes entidades assistenciais e previdenciárias, públicas ou privadas, tais como: a Legião Brasileira de Assistência – LBA, o Serviço Social da Indústria – SESI e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.

Segundo Iamamoto (1989), foi a partir do surgimento e consolidação dessas grandes instituições assistenciais, como a LBA, o SESI e o SENAI, por exemplo, que se ampliará a demanda para e pelo profissional Assistente Social e, conseqüentemente, a legitimação e institucionalização da profissão no país. Ainda segundo a autora, a partir desse momento, houve uma democratização e ampliação do mercado de trabalho para além do bloco católico.

Face ao conjunto de mudanças internas e externas à profissão, a Igreja Católica perderá a hegemonia na condução dos rumos do Serviço Social, sem, no entanto, deixar de influenciá-lo, a partir de novos contornos e direções no decurso das décadas seguintes, numa combinação do suporte doutrinário às novas modalidades técnicas e racionais de intervenção profissional face à questão social, provenientes da adoção dos métodos de caso, grupo e comunidade.

Como parte deste movimento, a formação profissional, nesta conjuntura, também sofrerá importantes alterações buscando responder adequadamente às exigências do mercado de trabalho em franca expansão e a colocação de outras temáticas como centrais para a profissão. Concorda-se com a autora Martins de Sá (1995, p. 160,) em sua análise sobre a questão curricular na referida conjuntura, quando assim destaca:

Se no período idealista –ativista, a formação doutrinária tinha um espaço privilegiado e uma prioridade no conteúdo dos programas, observa-se depois um direcionamento mais voltado para os dados sociológicos, psicológicos e morais do Serviço Social. A formação religiosa propriamente dita aparece nos programas de seminário de formação, mas não com exclusividade. [...] O enfoque agora são os problemas sociais constitutivos da realidade brasileira,

enumerados como: desenvolvimento econômico; urbanização; condições sociais de vida; drama do campo; necessidades e problemas das crianças da zona rural; abandono, exploração; questões relativas à família como casamento, divórcio, natalidade, aborto; questões relativas à mulher, etc ...

Entre as décadas de 1950 e 1960, o país é palco de inúmeros acontecimentos e movimentos, que proporcionaram o estabelecimento de uma crise profunda com reflexos na economia, na política e nas relações sociais, entre o Estado e a sociedade civil. Crise que reflete na inflação e no custo de vida altos, na acentuada concentração de renda e na sua má distribuição, no crescente endividamento externo, na exploração sem igual da força de trabalho, ocasionando o aumento da pobreza e da insatisfação popular com o projeto de desenvolvimento adotado.

Na base de todo este processo encontra-se de um lado uma crise de governabilidade, diante da falta de legitimidade do governo de Juscelino Kubitschek e de outro um processo de instabilidade criada a partir do pouco tempo do Governo Jânio Quadros, somados aos desdobramentos políticos após sua renúncia em 1961 e a chegada ao poder do ex-ministro do trabalho, João Goulart (VIZENTINI, 2003).

Neste contexto, as forças populares, progressistas e de esquerda, representados principalmente pela União Nacional dos Estudantes – UNE, as Ligas Camponesas, a Ação Popular e o Comando Geral dos Trabalhadores – CGT, mobilizam-se, organizam-se e lutam por reformas substanciais em todas as esferas da sociedade. São as chamadas reformas de base, compreendidas a partir dos seguintes eixos: reforma agrária, educacional, bancária, fiscal, urbana e eleitoral. De sua parte os segmentos das classes dominantes, conservadoras e de direita, representadas dentre outros pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD, pelo IPES – Estudo de Pesquisa e Estudos Sociais etc.. também se organizam e lutam pela garantia de seus interesses, contrários às reformas de base e ao fantasma do Comunismo, que rondava o país naquela época, dada a proximidade com a Revolução Cubana, ocorrida em 1959, servindo de estímulo a que outros países trilhassem o mesmo caminho. Segundo Guimarães (1998, p. 24-25):

A conjuntura de crise, o acirramento das lutas e mobilizações e o apoio de Goulart às reformas de base, através do Plano Trienal, são fatores mais diretos e imediatos do golpe de 64 e da instalação de uma ditadura militar sem precedentes na história do país que durou 20 anos. [...] deve ainda ser compreendido no quadro geral da insatisfação e das crescentes lutas e mobilizações da sociedade civil organizada face ao agravamento da questão social.

Assim, durante o período desenvolvimentista da história do Brasil, o Serviço Social se consolida, enquanto profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, tornando-se cada vez mais necessária na sociedade, diante da agudização da questão social no país. A profissão se interioriza, a partir da demanda crescente por atuação em projetos desenvolvimentistas ligados a grandes empresas ou ao próprio Estado como a SUDENE e a projetos de Desenvolvimento de Comunidade – DC, cuja tônica é a participação popular como forma de garantir o “bem-estar social”.

Esta ideologia desenvolvimentista persistirá no país, durante o ciclo da Ditadura Militar como elemento funcional à Doutrina de Segurança Nacional, e influenciará profundamente neste período o Serviço Social. Como destaca Abreu (2002, p. 118 e 119):

A visão harmoniosa e equilibrada da sociedade, presente nas referências ideológicas sustentadoras do desenvolvimento econômico como possibilidade de conquista do “bem-estar social”, perpassa todo o conteúdo do projeto profissional do assistente social, reforçando a prática profissional a serviço desse *slogan*, que é, assim, finalidade colocada acima dos antagonismos e desigualdades classistas.

Mas, sem dúvida, é neste período também que o Serviço Social iniciará um processo, sem volta, de mudanças, na perspectiva de superação da prática e da formação profissional assentada em princípios, valores e orientação teórica de cunho conservador, marcantes nesta fase tradicional da profissão no país, como uma importante estratégia de controle social das classes dominantes, no enfrentamento da questão social. Na seção seguinte, procura-se analisar tal processo, no amplo e permanente Movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro, que consolidou novas relações e formas de enfrentamento da profissão com a questão social.

2.2 O processo de renovação do Serviço Social no país e a questão social: da “carta de intenções” no currículo de 1982 a sua centralidade nas Diretrizes Curriculares.

Com o advento do golpe de abril de 1964, encerra-se no país o período conhecido como populista – desenvolvimentista, iniciando-se uma nova fase de desenvolvimento da economia brasileira, sob a égide dos governos militares. A esse período são, segundo Vizentini (2003) atribuídas quatro fases, resumidas a seguir:

- 1964 a 1967 – Caracteriza-se pela estagnação em função da política de estabilização e pela realização de profundas mudanças institucionais, visando adaptar os instrumentos de política econômica e a forma de inserção da economia brasileira à economia mundial ao novo estágio econômico do país e ao modelo de desenvolvimento pretendido;

- 1968 a 1973 – Fase do “milagre econômico”, onde o país colheu os frutos do processo de ajustamento do período anterior e aproveitou-se de um contexto favorável, apresentando elevadas taxas de crescimento com relativo controle inflacionário;

- 1974 a 1979 – Nesta fase, tanto em função de condicionantes internos (desequilíbrios intersetoriais), como em função de condicionantes externos (primeiro choque do petróleo), a economia apresentava uma tendência à retração do crescimento. Contrapondo-se a essa tendência, o Estado implantou um ambicioso programa de investimentos (II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento), visando sustentar as taxas de crescimento, o que ocorreu acompanhado de elevação na inflação e aprofundamento do endividamento externo;

- 1980 a 1984 – Período marcado pelos impactos do segundo choque do petróleo e principalmente pelo choque dos juros internacionais, que evidenciaram a vulnerabilidade da economia brasileira a uma crise cambial. Buscou-se um ajustamento externo para fazer frente ao pagamento dos juros da dívida internacional, tendo, como consequência, profunda recessão interna, grande elevação nas taxas inflacionárias e, principalmente, a falência do Estado.

Deve-se destacar nestas fases o papel desempenhado pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento, lançado por Geisel em 1974. Contemplando um conjunto de investimentos, sobretudo nas indústrias de base e em energia, este plano tinha como principal objetivo superar a crise sem sacrificar sua política de desenvolvimento. Para tal, o governo impulsiona ainda mais a aliança entre os capitais estatais, multinacional e nacional privado, ampliando em níveis consideráveis o endividamento da dívida externa do país na década de 1970, o que resultou numa profunda crise econômica.

Segundo Netto (1991), o período histórico de vigência da “autocracia burguesa” no Brasil, que vigorou entre 1964 e 1984, foi muito significativo para o Serviço Social, pois marca o início do seu processo de renovação. Para além da trajetória profissional e de seu natural acúmulo é no movimento mais amplo da “autocracia burguesa” que se deve analisar aquele processo. Para o referido autor o elo de ligação entre a Ditadura Militar e o Serviço Social não se estabelece apenas na repressão do primeiro sobre o segundo, mas deve ser localizado além disso, nas novas modalidades de práticas e representações incorporadas pelos profissionais nessa conjuntura, como características determinantes para sua renovação. Ou seja,

Se, realmente a autocracia burguesa investiu na reiteração de formas tradicionais da profissão, seu movimento imanente apontou como tendência e factualidade, para uma ponderável reformulação do cenário do Serviço Social. [...] O fato central é que, no curso deste processo, mudou o perfil do profissional demandado pelo mercado de trabalho que as condições novas postas pelo quadro macrocópico da autocracia burguesa fazia emergir: um assistente social ele mesmo “moderno”, com um desempenho onde traços tradicionais são deslocados e substituídos por procedimentos racionais(NETTO, 1991, p. 118).

É consensual que o marco inicial do movimento de renovação da profissão no Brasil aconteceu em Araxá - Minas Gerais, em 1967, com a realização do seminário de teorização do Serviço Social brasileiro. Neste, se consolidou a vinculação da profissão com o projeto modernizador em franca implantação no país, através de projetos na área de Desenvolvimento de Comunidade²⁴. O aperfeiçoamento das técnicas e a

²⁴ Quanto às experiências de DC, Netto (1991, p. 140) faz uma síntese, a partir do livro de Safira Amman, intitulado *Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*, editado pela Cortez em 1982, onde destaca a existência, no início da década de 60 no país, de 03 vertentes variadas, a saber: “[...] uma corrente que extrapola para o Desenvolvimento de Comunidade os procedimentos e as representações “tradicionais”, apenas alternando o âmbito da sua intervenção; outra, que pensa o Desenvolvimento de Comunidade numa perspectiva macro- societária , supondo mudanças socioeconômicas estruturais, mas sempre no bojo do ordenamento capitalista; e enfim, uma vertente que pensa o Desenvolvimento de Comunidade como instrumento de um processo de transformação social substantiva, conectado à libertação das

racionalidade científica, pautada no referencial teórico positivista-funcionalista, fundamentavam o exercício profissional, cujo objetivo era a manutenção da “ordem e do progresso da nação”, para garantir o seu desenvolvimento. Esta postura será reforçada ainda mais pela categoria no Encontro realizado em Teresópolis / RJ, em 1970.

Como destacado linhas atrás, durante a ditadura militar, os rumos da profissão foram profundamente alterados no país. Em decorrência, o Serviço Social sofre um processo de amadurecimento, alargamento e expansão jamais vistos antes. O mercado de trabalho amplia-se e diversifica-se e a profissão se torna cada vez mais laica, passando a assumir novas dimensões, responsabilidades e competências. O momento também foi marcado pelas críticas aos postulados e práticas profissionais tradicionais, inclusive com o surgimento de uma esquerda atuante nos quadros da profissão. Enfim, ficam postas para o Serviço Social as possibilidades de novos direcionamentos para a formação e atuação profissional em bases mais pluralistas e democráticas. Segundo Lopes (2001), mesmo antes do golpe de 1964, tinha-se iniciado um processo de discussão e problematização da profissão no país e em vários países da América Latina, inserido num movimento mais amplo de crítica dos postulados das Ciências Sociais em apoio às lutas sociais populares neste Continente. Este processo tem como referência de sua expansão a realização do I Seminário de Serviço Social em 1965, na cidade de Porto Alegre, a partir do qual já não se podia falar em um único projeto de profissão na América Latina e particularmente no Brasil.

É neste período, também, que há um avanço considerável nas Ciências de modo geral e particularmente nas Ciências Humanas e Sociais, no sentido da consolidação e modernização de novos instrumentos, técnicas, modos de explicação e intervenção na natureza e na sociedade, tendo em vista o avanço do capitalismo monopolista. O positivismo, por exemplo, em suas diferentes tendências, procurará responder, de forma mais racional, às novas demandas do sistema capitalista, modernizando procedimentos e introduzindo novas abordagens. Já a tradição marxista, em

classes e camadas subalternas. Segundo o referido autor, as experiências de DC muito contribuíram para a erosão das bases do Serviço Social tradicional, porque, em plena era do desenvolvimentismo, em torno daquelas experiências, gravitavam nomes respeitáveis da profissão além da incorporação de novos quadros que buscavam outras formas de intervenção profissional mais consoante às necessidades e às características de uma sociedade como a brasileira – onde a questão social – tinha magnitude elementarmente massiva”. Assim sendo, [...] *o assistente social quer deixar de ser “apóstolo” para investir-se da condição de “agente de mudança.* (NETTO, 1991, p.139)

contraposição ao Positivismo, muito embora vivenciando crises e dilemas, sobretudo enquanto projeto sócio –político posto em prática nos países socialistas, durante este percurso histórico, amadurece e consolida-se como uma via de explicação e de transformação do real assentada em outro projeto de sociedade.

Por fim, foi no curso deste processo que o Serviço Social ingressa na Universidade, sendo este o espaço privilegiado para a mudança de rumo no processo de renovação da profissão no país sob a influência da perspectiva crítica-dialética. Para Netto (1991) diferentemente das anteriores perspectivas renovadoras da profissão – que guardadas as devidas especificidades – encontravam no passado da profissão suportes para o seu desenvolvimento, esta, objetivava construir-se sobre bases quase que inteiramente novas, sofrendo restrições de toda ordem no âmbito da ditadura vigente no país, naquela conjuntura, o que obrigava os profissionais ligados a ela a procurar espaços alternativos de exercício desses novos intentos.

Ou seja, na esteira dos acontecimentos e mudanças que se processavam no país, instala-se, no Serviço Social, uma tendência que se posiciona contra as práticas conservadoras de atuação profissional frente à questão social. Ou seja, há um deslocamento do objeto da ação interventiva do Assistente Social do âmbito meramente das disfunções individuais, para as questões de base estruturais da sociedade, orientado a partir do referencial teórico marxista, ainda que, neste momento, essa aproximação seja marcada por um viés bastante positivista e sua interlocução se dê através de fontes secundárias. Uma referência central neste sentido, foi a aproximação do Serviço Social, como o viés marxista, através da chamada “ala progressista” da Igreja católica, representada pela Teologia da Libertação e da sua articulação com as formulações de Paulo Freire. A Teologia da Libertação tem origem na América Latina no final dos anos 50 e início dos anos 60 do século passado, cujos fundamentos e objetivos principais se voltam no sentido da construção da Igreja popular, ou seja, Igreja a serviço dos pobres e oprimidos da sociedade, estabelecendo uma relação entre cristianismo e marxismo. Na base deste Movimento, encontram-se as lutas sociais de inúmeros segmentos das classes subalternas latino-americanas pela sua libertação e emancipação, como a Revolução Cubana, por exemplo. No Brasil se “[...] destacam as experiências de educação popular, de conscientização em defesa dos pobres,

conduzidas por grupos, associações operárias e estudantis de inspiração cristã, as Comunidades Eclesiais de Base” (GUIMARAES, 1998, p.62).

No que concerne à profissão, o surgimento de uma esquerda no Serviço Social insere-se nesse quadro mais geral, onde uma fração minoritária, mas significativa da categoria profissional, manterá relações com a chamada esquerda brasileira. Terá como característica principal a defesa das causas e lutas de segmentos das classes subalternas em defesa da democracia, da cidadania, contribuindo, assim, para ampliar os rumos da profissão em direção à construção de “[...] um novo Serviço Social, uma nova sociedade, um novo Estado, que se inicia em 60, mas muito tem a percorrer” (GUIMARÃES, 1998, p. 46).

De onde se depreende, através desta breve recuperação histórica do processo de constituição da profissão no país, que a questão social analisada isoladamente não pode ser responsável pela emergência do Serviço Social. No entanto, é inegável que a questão social serviu de base para o surgimento do Serviço Social quando se transformou em objeto de intervenção do Estado através das políticas sociais. Como afirma Guerra et al (2007, p.07):

Particularmente no tocante ao Serviço Social, a “questão social” surge como um importante elemento para o entendimento do papel e sentido desta profissão na ordem burguesa. Mas não se pode compreender a relação Serviço Social e “questão social” sem as necessárias mediações do Estado e das políticas sociais, estas como a modalidade sócio-histórica através da qual o estado enfrenta a “questão social” em momentos historicamente determinados visando à manutenção da ordem burguesa.

Como ressalta Oliveira (1999), foi lutando penosamente, explorando as brechas das próprias contradições da expansão capitalista no Brasil nos anos de 1970, que as classes subalternas voltaram a reconstruir a política, deslocando a luta da reivindicação salarial para o campo da proposição das políticas públicas, fato que resultou na conquista de uma série de direitos presentes na Constituição de 1988, conhecida como cidadã.

Assim, nesse processo de legitimação da questão social no Brasil, as políticas públicas, sobretudo as de corte social, têm um papel muito significativo, dado que estas podem ser compreendidas como o Estado em ação e como movimento da própria sociedade, através de intervenções na própria ordem social. Logo, nesse campo de disputas, os movimentos sociais, organizados em torno da defesa dos interesses dos

segmentos subalternos na sociedade, sempre tiveram como um dos seus objetivos a intervenção nas políticas públicas estas originadas enquanto respostas do Estado às demandas historicamente colocadas por aqueles movimentos.

Entretanto, há que se ressaltar, ao se discutir as formas diferenciadas de enfrentamento da questão social pelo Estado, através da implementação de um conjunto de medidas de proteção social, a persistência de mecanismos mais afeitos à repressão e à violência, como ressalta Ianni (1992, p.89):

[...] os retrocessos são freqüentes. “Mesmo depois da década de 1930, já nos anos do populismo e do militarismo, vários aspectos da questão social tornaram a ser considerados problemas de polícia. Aliás, nunca deixou de ocorrer a repressão contra diferentes manifestações sociais de setores populares, no campo e na cidade. Em certas conjunturas, os aparelhos repressivos, de dentro e de fora das agências estatais, agem no sentido de anular ou intimidar movimentos, sindicatos e partidos, suas bases e lideranças”.

Muito embora as análises sobre a questão social no país no período pós-ditadura testemunhem, sobretudo, nos discursos governamentais, o predomínio da perspectiva política em detrimento da violência e da repressão, bem condizentes com o prisma da modernidade e da reconstrução da democracia brasileira, instaladas no país na conjuntura da “Nova República”. Quem não se lembra da retórica do “tudo pelo social”, da “justiça social”, da “ordem e da paz social”. Entretanto, entre o discurso governamental e o cotidiano das classes subalternas no país, neste período estabeleceu-se um enorme fosso, considerando o acirramento das desigualdades e das injustiças sociais entre as classes sociais fundamentais. O produto do trabalho e a renda das terras, geradores de riquezas, permaneceram concentrados nas mãos de uma minoria historicamente detentora do poder econômico e político. Aliado a tudo isso, houve um aumento acelerado da dívida externa brasileira, contraída junto a agências internacionais, sobretudo o Fundo Monetário Internacional – FMI e o gradativo endividamento do país com o aumento do pagamento dos juros destes empréstimos, agravando ainda mais a pobreza dos segmentos que vivem do trabalho, em decorrência das altas taxas de inflação, reduzido valor do salário mínimo, congelamento dos preços de produtos e salários.

Neste contexto, as políticas sociais permaneceram dissociadas de um efetivo projeto de desenvolvimento para o país, portanto, com baixos recursos, muito embora na retórica governamental aparecessem como responsáveis pela alavancagem dos

padrões de “modernidade” e de reconstrução da democracia nacional. Como argumenta Guerra et al (2007, p. 02):

As políticas sociais, pela sua natureza contraditória, constituem-se, de um lado, numa forma de o Estado alcançar o consenso entre as classes, escondendo a incompatibilidade entre os interesses do capital e do trabalho, e, de outro, como expressão das lutas sociais, o que permite que a relação capital-trabalho transite do domínio privado para a esfera pública e venha a se constituir em mecanismo de contenção da fúria do capital em busca da sua valorização.

Segundo Alves (1984), o período que corresponde ao final da década de 70 até meados da década de 80 do século passado foi marcado no Brasil pela mobilização política e pelas atividades oposicionistas, representadas por um número significativo de organizações da sociedade como a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB a Confederação dos Bispos do Brasil – CNBB, a União Nacional dos Estudantes – UNE, movimentos operários e camponeses. Neste cenário, deve-se, pois, acrescentar ainda a emergência de outros importantes sujeitos coletivos de oposição, em que o Partido dos Trabalhadores – PT e a Central Única dos Trabalhadores, são exemplos mais expressivos.

Na conjuntura da “Nova República”, os movimentos sociais ampliam-se, diversificam-se, estão presentes na cena histórica do país em diferentes momentos e situações exigindo, maiores e melhores oportunidades de trabalho e salário justo para todos, na perspectiva de melhorar as condições de vida e de humanidade daqueles que foram durante toda a trajetória da sociedade brasileira alijados, sobretudo do direito ao trabalho e à terra. A Central Única dos Trabalhadores, as demais Centrais Sindicais existentes, os Movimentos Sociais de Bairro e os novos sujeitos sociais e coletivos que ressurgem no período conquistam maior legitimidade e representatividade junto a seus pares, na relação com o Estado, com os empresários, com as classes dominantes e na relação que passam a manter com o conjunto da sociedade brasileira. Muitas greves, passeatas, ocupações e manifestações políticas são realizadas. É verdade que muitos movimentos entram em crise, refluem e até perecem, outros são cooptados pela “modernidade” do governo Sarney, mas, no geral, continuam a se desenvolver e a intensificar projetos e ações na luta pela consolidação da democracia e cidadania, ainda que no contexto da ordem burguesa.

Marco importante neste contexto foi a aprovação da Constituição Federal, em 1988, reacendendo a esperança de amplos segmentos de classes na sociedade de verem suplantar no país a legalidade autoritária que vigorara durante mais de 20 anos. Em que pese a não concretização dos ideais democráticos em sua plenitude, este foi um episódio importante para os movimentos sociais brasileiros, que viram impressos na nova carta magna do país uma série de suas reivindicações, em forma de novos direitos a serem implementados pelo poder público. Segundo Abreu (2002, p. 151):

Os anos 80 na sociedade brasileira são marcados por um verdadeiro paradoxo engendrado, por um lado, pela onda democratizante cuja culminância é a aprovação de uma nova Constituição Federal/1988, a partir de um processo que envolveu a participação de vários segmentos organizados da sociedade e incorporou, sob a forma de direitos sociais garantidos pelo Estado grandes bandeiras de luta das classes subalternas, sobretudo, nos campos da seguridade e participação política; e, por outro, como imposição dos órgãos de financiamento internacional, a redução dos gastos públicos no âmbito das políticas sociais direcionadas ao atendimento das necessidades de reprodução das classes subalternas, sem prejuízo, é claro, do financiamento público da reprodução do capital.

Para a referida autora, tal processo foi provocado tanto por uma crise de legitimidade da ditadura militar, quanto por uma profunda crise econômica, em consequência do esgotamento do chamado “milagre econômico brasileiro”. Tudo isso em decorrência do esgotamento do padrão fordista/taylorista de produção, expressando a crise estrutural do capital em nível mundial.

Nesse sentido, ajustes econômicos e reformas institucionais, propugnadas pelo ideário neoliberal de um Estado mínimo, em substituição ao Estado intervencionista, têm sido o receituário indicado como saídas aos países periféricos “[...] enfatizando mecanismos de privatização e flexibilização dos processos produtivos e relações de trabalho nos moldes neoliberais” (ABREU, 2002, p. 151).

No Brasil, a ofensiva neoliberal ganhou maior visibilidade a partir da eleição do presidente Fernando Collor de Mello e se consolidou na década de 1990, a partir da implementação do Plano Real, na era Fernando Henrique Cardoso. Com o discurso de contenção da inflação, através de uma política de juros altos e de abertura indiscriminada da economia para atrair capital estrangeiro, o país adentrou na era da “modernização”, ou seja: introdução de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, precarização do trabalho e a Reforma do Estado (SOARES, 2002).

O Estado, sob a retórica neoliberal da descentralização e da participação democrática no âmbito da gestão das políticas públicas, imprime novas formas de controle sobre as classes subalternas, expressas, entre outras, na parceria público-privado, no discurso da solidariedade, da filantropia das empresas-cidadãs, enfim na transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil.

Nessa conjuntura a questão social complexifica-se, manifestando novas formas de desigualdade, decorrentes, sobretudo, do aumento do desemprego e da precarização do trabalho, conseqüência deste modelo econômico adotado no país. Portanto, confirma-se no Brasil, no início do século XXI, uma tendência presente em toda a sua trajetória histórica, ou seja, a de ser um país fortemente marcado pelas desigualdades em todos os seus aspectos: na distribuição de renda, nas oportunidades de ascensão social, no acesso a educação, à saúde, à moradia, à alimentação enfim, desigualdades que se expressam nas inúmeras dificuldades que as classes subalternas enfrentam na luta pela sobrevivência ao longo de sua existência. No entanto, dizem os economistas, apesar de possuir um contingente enorme de sua população sobrevivendo abaixo da linha da pobreza, cerca de 40%, o Brasil não pode ser considerado um país pobre, pois oscila atualmente entre a décima e a décima terceira economia do mundo. Logo, a origem das desigualdades desse contingente populacional, não deve ser buscada na falta de recursos, mas, sobretudo, na sua má distribuição.

No aspecto da desigualdade de renda, os dados são impressionantes. Comparando o Brasil com os demais países do mundo, apenas a África do Sul e Malavi têm um grau de desigualdade superior ao do Brasil. A renda média dos 10% mais ricos é 28 vezes maior que a renda média dos 40% mais pobres. Um valor que situa o Brasil como um país distante no cenário internacional de um padrão razoável de justiça distributiva de renda (BRASIL, 2000).

A partir desta mesma fonte e seus indicadores, observa-se que o crescimento econômico brasileiro sempre favoreceu o aumento das desigualdades, uma vez que, enquanto a renda apropriada pelos 20% mais ricos do país sempre aumentou, a fração apropriada pelos 50% mais pobres sempre declinou. Tomando como referência o período entre 1977 a 1999, os dados indicam que os 10% mais ricos da população se

apropriam de cerca de 50% do total da renda das famílias, enquanto que os 50% mais pobres detêm apenas cerca de 10% da renda total. Ou ainda o seleto grupo de brasileiros, composto pelo 1% mais rico, detém uma parcela de renda superior à apropriada por metade de toda a população brasileira (BRASIL, 2000).

Segundo os Indicadores Sociais do IBGE, em 2004, houve uma pequena redução da desigualdade nos índices de rendimento da população brasileira, diminuindo assim o fosso entre os mais ricos e os pobres. O rendimento médio dos 40% mais pobres caiu 3% em relação ao ano anterior, enquanto, para os 10% mais ricos a redução foi de 9%. Ou seja, enquanto em 2002 o rendimento médio dos 10% mais ricos era 18 vezes maior que o rendimento dos 40% mais pobres, esse percentual foi reduzido para 16,9 vezes em 2004. Os dados indicam ainda que o rendimento médio dos 10% mais ricos foi maior no Sudeste, sendo que, na Região Nordeste o grau de desigualdade de rendimento entre os 40% mais pobres e os 10% mais ricos foi elevado para 18,2%. Por outro lado, os indicadores destacam que, houve um ligeiro aumento da apropriação do rendimento total dos 50% mais pobres da população brasileira em 2004, comparando com os dados de 2002, o que se confirma na redução observada no índice de Gini que caiu de 0,56 para 0,55 (IBGE, 2005).

Esses mesmos indicadores sociais demonstram ainda que durante a última década, houve uma acentuada melhoria nos níveis educacionais no conjunto da população, com um crescimento médio de um ano e meio de estudo, subindo para 6,4 anos em 2004. Entretanto, quase um terço, cerca de 30,3% da população acima dos 25 anos de idade, tem menos de quatro anos de estudo. A diferença em anos de estudo entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres é de 6,5 anos e a defasagem escolar continua marcante em todas as regiões do país. Além desses aspectos, “[...] o rendimento médio da população ocupada por sexo é um indicador clássico das desigualdades de gênero no mercado de trabalho”. Desde a década de 1990, no Brasil, as mulheres vêm aumentando a sua participação no mercado de trabalho, assumindo cada vez mais o papel de provedora da família. No entanto, continuam ganhando menos que o homem em média 30%, apesar do maior nível de escolaridade, confirmando assim os indicadores do ano 2000, quando as mulheres com até 3 anos de estudo ganhavam 61,5% do rendimento médio da população masculina com este

mesmo grau de escolaridade; enquanto as mulheres com 11 anos e mais de estudos somente recebiam 57,1% dos rendimentos masculinos desta mesma faixa etária.

Os dados da PNAD 2005 indicam que os jovens, as mulheres e os mais escolarizados foram os mais afetados pelo desemprego (BRASIL, 2005). Quase metade das mulheres que trabalhavam, ganhavam até um salário mínimo, confirmando a redução no rendimento médio da população feminina em 8,0% em comparação com o ano de 2003. Além do que a taxa de desocupação das pessoas com 8 ou mais anos de estudo, cerca de 11,3%, aumentou quase um ponto percentual em relação ao mesmo período.

Por outro lado, a desigualdade racial no Brasil supera e muito a de gênero, considerando que a população negra tem menos acesso à educação ao trabalho formal, à moradia digna à cultura, à renda. Segundo a mesma fonte, o rendimento médio mensal dos trabalhadores negros, em todas as regiões do país, é 50% menor que o dos brancos. Ou ainda, os homens negros ocupados ganham em média 30% menos que as mulheres brancas, revelando como a desigualdade racial opera no mercado de trabalho de maneira mais nefasta que a de gênero.

Neste contexto, destaca-se como resultado positivo o declínio na taxa de mortalidade infantil na última década no país, passando de 41,1%, em 1993, para 27,5%, em 2003, o que corresponde a uma proporção de queda na ordem de 33,1%, bastante significativa se comparado com a década de 70, quando esta taxa chegava perto de 100 para cada 1000 nascidos vivos. Este, no entanto, ainda é um indicador elevado se comparado, por exemplo, aos países do Cone Sul, onde a grande maioria apresenta resultados bem melhores (IBGE, 2005a). O trabalho infanto-juvenil é outro forte indício das desigualdades no Brasil. Muito embora tenha havido nessa última década uma redução significativa desse contingente de trabalhadores, em 2003 existiam no país, na faixa etária entre 05 a 17 anos cerca de 5,1 milhões de crianças e adolescentes trabalhando. Na Região Nordeste concentravam-se aproximadamente 42% do total de crianças e adolescentes que trabalhavam, sendo a maioria, aproximadamente 33,5%, com idade entre 5 e 13 anos de idade. Das 270 mil crianças na faixa etária de 5 a 9 anos ocupadas, quase 80% exerciam atividades agrícolas. Nesta região, outro dado estarrecedor é que 73,3% dessas crianças viviam em famílias

com rendimento familiar per capita de até meio salário mínimo. Somado a isto, um outro indicador importante para a constatação da gravidade da prática do trabalho infantil foi que 38% das crianças e adolescentes ocupados não recebiam remuneração pelo seu trabalho, chegando a 64, 8% na Região Nordeste (IBGE 2005). Por outro lado, nas áreas rurais do país, o trabalho precoce é mais acentuado do que nas áreas urbanas. De 1, 8 milhão de crianças de 10 a 17 anos ocupadas naquelas áreas, 37,6% começaram a trabalhar com menos de 10 anos de idade.

O Brasil, pois, deste início de século é um país de inúmeras faces, reconhecido no mundo por sua beleza tropical, sua música, seu futebol e seu carnaval; também é o país mais desenvolvido da América Latina, rico em potencialidades, sobretudo naturais. Olhando sob outro ângulo, no entanto, a realidade se revela menos promissora, pois o que se observa é uma sociedade permeada pela corrupção, pelas desigualdades de todos os tipos e formas, tornando-o o país mais socialmente injusto do mundo. Para Gonçalves (2000, p. 45):

As soluções para os nossos grandes problemas passam por uma distribuição significativa da renda e da riqueza, ou seja, parte dos problemas de rigidez na desigualdade na distribuição de renda deve-se à estrutura de concentração da riqueza do país. O grupo do 1% mais rico, cerca de 1,6 milhões de pessoas ou cerca de 400 mil famílias, controlam cerca de um quinto da renda e mais da metade da riqueza nacional.

Como essas desigualdades são ao mesmo tempo constitutivas e resultantes do modo de produção capitalista, romper com essa estrutura requer a luta dos mais diferentes segmentos das classes subalternas no país, pela construção de uma outra sociedade, cujo objetivo seja a plena emancipação humana, o que ultrapassa a luta pela cidadania e pelo reconhecimento e ampliação de direitos sociais, mediante a certeza da impossibilidade de resolução da questão social nos marcos da ordem do capital.

A partir das últimas décadas do século passado no país, o Serviço Social sofrerá profundas modificações, na tentativa de responder às novas expressões da questão social, para além das tradicionais formas da abordagem respaldadas no conservadorismo, presente na profissão desde a sua origem. Segundo Abreu (2002 p. 206) duas tendências estão presentes nesta conjuntura de redimensionamento do

Serviço Social, nesta perspectiva emancipatória das classes subalternas nos marcos da ofensiva neoliberal no Brasil, a saber:

Uma tendência circunscreve os compromissos profissionais com as lutas das classes subalternas no âmbito da defesa dos direitos civis, políticos e sociais, da democracia e justiça social, portanto nos limites das conquistas que consubstanciaram a experiência do chamado Estado de Bem-Estar, muitas vezes apresentadas como o fim último da intervenção profissional. A outra tendência estabelece o compromisso profissional com as lutas das classes subalternas no sentido da superação da ordem burguesa e construção de uma nova sociedade – a socialista - , a qual supõe a ultrapassagem das lutas no campo dos direitos, nos limites da chamada democracia burguesa.

Esta última tendência se insere no contexto de luta pela consolidação de um projeto profissional alternativo, que se inicia na passagem das décadas de 70 para a década de 80 do século XX no país, em consonância a um movimento mais amplo de contestação ao conservadorismo profissional, iniciado em meados da década de 60 do mesmo século na América latina, mais conhecido como Movimento de Reconceituação da profissão. Segundo Netto (1991 p. 100):

A luta pela democracia, na sociedade brasileira, fazendo-se ecoar na categoria profissional, criou o quadro necessário para quebrar o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social: no processo da derrota da ditadura inscreveu-se a primeira condição, a condição política, para a constituição de um novo projeto profissional.

Como não podia deixar de ser, a construção do referido projeto esteve articulada, desde o princípio, a um projeto societário antagônico ao das classes hegemônicas, em conformidade com as causas dos movimentos sociais democráticos, que paulatinamente cresceram, ganhando densidade na sociedade brasileira entre a derrota da ditadura e a promulgação da constituição de 1988, conhecida como cidadã.

Deve-se ressaltar, no entanto, que, nesse processo de construção de um novo projeto profissional, não houve, como não há até hoje, uma única perspectiva no seio da categoria profissional. De maneira hegemônica, predomina no Serviço Social aquela tendência que, a partir do final dos anos 1970, deu o tom na profissão, de contestação política e de inserção efetiva no movimento dos trabalhadores brasileiros. O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo, em 1979, conhecido como “congresso da virada”, é o marco histórico deste processo, como é recorrente na ampla literatura sobre a trajetória profissional no país. Também são referências obrigatórias neste processo o currículo de 1982, a elaboração de um novo

código de ética profissional, publicado em 1986 e a Lei de Regulamentação da profissão de 1993.

Entretanto, concordando com Lopes (2001, p. 61 e 62), como o Serviço Social é uma profissão que possui quatro eixos específicos, que necessariamente devem formar uma unidade: “[...] o interventivo, o de formação profissional, o de reflexão e formulação teórico-política e o de organização política da profissão”, ressalta-se que:

[...] a densidade e maturidade dos avanços desse projeto no Serviço Social são expressos, particularmente, nos eixos da reflexão e formulação teórico-política, da formação profissional e da organização política da profissão. Isto significa que os maiores obstáculos à constituição desse projeto encontram-se na prática concreta de intervenção nos espaços concretos de exercício da profissão.

Quanto ao eixo da formação profissional (objeto do presente trabalho), a partir da década de 1970 no Brasil, as marcas deste novo projeto de profissão incidirá com toda força, inicialmente através da proposta de revisão do currículo mínimo do Curso, que entrará em vigor no ano de 1982. Sua elaboração esteve sob a responsabilidade da então Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – ABESS, sendo referendado na XXI Convenção Nacional da entidade em 1979, após um longo processo de mobilização, discussões e reflexões, envolvendo todas as Escolas de Serviço Social do país, nos anos 1970. Entretanto, um marco importante neste processo aconteceu na XX Convenção da ABESS, realizada em Belo Horizonte, no ano de 1977, quando se destacou o currículo mínimo como garantia para a unidade da formação profissional (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 1982)

O conteúdo do Currículo de 1982 reflete as questões centrais, presentes na profissão naquela conjuntura, deixando impressas as marcas de uma profissão em processo de renovação, inserida ela mesma em uma sociedade também em mudança. Sintetiza, ainda, o conjunto de forças e movimentos em luta no interior do Serviço Social pela direção social da profissão, centralizada nos pressupostos de defesa das classes oprimidas, exploradas e excluídas do país e na luta em favor da transformação social. Enfim, este conteúdo, por um lado expressa as dinâmicas dos processos que perpassaram o país e a profissão na década de 1970 e de outro sinaliza na perspectiva de acompanhar e responder aos novos acontecimentos e experiências presentes na sociedade e na profissão no início dos anos 80, conjuntura marcada por intensas lutas dos mais diversos segmentos das classes subalternas no país em torno tanto da

ampliação da democracia e da cidadania nos marcos da sociedade capitalista, como também pela construção de uma outra sociedade para além da ordem burguesa. Portanto,

[...] outra questão presente no projeto de formação profissional foi a centralidade dada à profissão no projeto de 1982. Foi a partir da análise histórica do significado da profissão, no processo de reprodução das relações sociais capitalistas, que se desvelaram as implicações sociais da prática profissional em suas contradições fundamentais. Essa postura possibilitou a explicação teórica de uma direção social assumida anteriormente enquanto compromisso político-ideológico. Foi esse vetor que possibilitou a construção de propostas e a vertente teórica privilegiada pela formação (ABESS/CEDEPSS, 1996, 147-148).

Muito embora o Currículo de 1982 seja reconhecidamente um marco importante no processo de renovação do Serviço Social no Brasil, demarcando um significativo avanço na trajetória histórica da profissão no país, foi alvo de algumas críticas, após sua implementação. Dentre estas, destacam-se suas debilidades quanto à devida apreensão dos vínculos necessários entre a profissão e a questão social no país, naquela conjuntura histórica. Ou seja, mesmo tecendo considerações sobre a necessidade de tomar a sociedade brasileira como referência central para pensar a profissão e a formação profissional houve um certo privilégio na análise da profissão, em detrimento da própria realidade social, observada, por exemplo, [...] na preocupação com a capacitação teórico-metodológica, tendo em vista a renovação da prática profissional, sem o mesmo investimento na pesquisa sobre a questão social e suas manifestações particulares na realidade brasileira” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 150)

Em que pese a veracidade de tais argumentos e entendendo a formação profissional como processo, defende-se, que na realidade, o currículo mínimo de 1982 expressa uma maturação da proposta pedagógica no Curso de Serviço Social no país, extremamente importante para a conquista de maiores avanços no projeto profissional alternativo de Serviço Social, em construção na sociedade brasileira a partir do final dos anos 70 do século passado, e que, na atualidade, dá mais um passo com a implementação das atuais diretrizes curriculares, como resultado de um outro processo de revisão curricular, iniciado em 1996 em nível nacional. Portanto,

A proposta de formação profissional em Serviço Social formulada pela ABEPSS, embora enquadrada no formato das diretrizes curriculares, de acordo com o preconizado pela LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n 9.394 de 20 de dezembro de 1996) sob a lógica da flexibilização da formação profissional para responder às demandas do mercado, reafirma a direção social incorporada pelo currículo de 1982, e busca a superação das defasagens teórico-metodológicas e fragilidades operativas da formação profissional no que diz respeito à organicidade desse currículo no movimento da sociedade brasileira. (ABREU; LOPES, s/d, p.5)

Uma das primeiras tarefas das Universidades brasileiras, na vigência da nova Lei de Diretrizes da Educação (Lei no. 9394 de 20/12/96), foi a definição das diretrizes curriculares para os cursos de graduação, em substituição aos antigos currículos mínimos. Tarefa que, no Serviço Social, foi coordenada pela ABESS que, a partir de dezembro de 1998, modificou seu estatuto, passando a denominar-se ABEPSS, considerando que a denominação anterior não dava conta das diferentes funções que possui. Nesse sentido, o Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão, seguindo uma trajetória histórica de efetiva participação na construção de um projeto alternativo profissional em nível nacional e mesmo internacional, esteve mais uma vez envolvido no processo de revisão curricular que culminou na aprovação das atuais Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social em 1996, em fórum profissional e, em 2001, pelo Ministério da Educação e Cultura²⁵ - MEC (ABREU et al, 2005).

Nesse sentido, na proposta básica que serviu de subsídio para a elaboração das diretrizes curriculares, encontram-se em essência, os fundamentos da profissão e sua relação com a questão social. Essas diretrizes sinalizam para a formação de um profissional crítico e capacitado para atuar nas expressões da questão social, seja formulando e/ou implementado propostas para o seu real enfrentamento, através das políticas sociais públicas, empresariais, de organização da sociedade civil e movimentos sociais, como se observa no seguinte pressuposto:

²⁵ Destaca-se, ainda, “nesse período a participação das professoras Franci Gomes Cardoso e Marina Maciel Abreu como membros efetivos do Centro de Documentação em Política Social e Serviço Social (CEDEPSS) e na coordenação nacional de graduação da ABEPSS e das estudantes Andréia Carla Santana Everton e Daniela Araújo Vieira como representantes estudantis na Diretoria da ABEPSS e na direção nacional da ENESSO. A professora Franci Gomes Cardoso integrou a comissão nacional de currículo responsável pela mobilização, elaboração e síntese das Diretrizes Curriculares. A professora Marina Maciel Abreu integrou a primeira Comissão Especialista na área de Serviço Social junto ao SESU/MEC. A professora Lourdes Maria Leitão Nunes Rocha contribuiu como Vice-presidente regional norte da ABEPSS. (ABREU, et al, 2005, p. 3)

O significado sócio-histórico e ideo-político do Serviço Social está inscrito no conjunto de práticas sociais que são acionadas pelas classes sociais e mediadas pelo Estado em face das seqüelas da questão social(...), a particularidade do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo inscrito na divisão social e técnica do trabalho está organicamente vinculada às configurações conjunturais e estruturais da questão social, às formas históricas do seu enfrentamento, que são permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do trabalho.(ABESS/CEDEPSS, 1996, p.154)

Assim, as diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social, atualmente em vigor no país, expressam um desafio conjunto da categoria profissional, composta por docentes, discentes e demais profissionais da área, desde o final dos anos 70 do século passado²⁶, de renovação da profissão no Brasil, cuja revisão curricular se configurou como uma importante demanda da categoria profissional incorporada ao projeto de formação profissional construído e implantado no país, a partir do início dos anos 80 do referido século.

Nesta perspectiva renovadora do projeto de formação profissional, que integra a revisão dos currículos dos Cursos como parte deste movimento, a questão social tem se configurado, como a base de fundação sócio-histórica da profissão, elemento central e constitutivo da relação entre a profissão e a realidade social, o que significa afirmar que, com as novas diretrizes curriculares atualmente em vigor em todo território nacional, a questão social é o eixo fundamental do Serviço Social e, nesse sentido, constitui-se também o eixo ordenador do atual currículo.

Como se sabe, destacar a questão social como eixo ordenador do currículo não constitui exatamente uma novidade, dado que essa relação vem sendo apresentada desde o currículo de 1982. Entretanto, esta foi secundarizada na sua operacionalização nos currículos plenos ao ser, predominantemente reduzida ao conteúdo de algumas disciplinas. Nas atuais diretrizes curriculares a perspectiva é que a categoria questão social esteja presente, transversalmente, em todo o currículo, através dos núcleos de fundamentação que estruturam a nova lógica curricular, quais sejam: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de

²⁶ Neste trabalho, parte-se ainda da premissa de que as atuais Diretrizes Curriculares se coadunam com a perspectiva de construção do projeto profissional alternativo presente no Serviço Social desde a emergência do Movimento de Reconceituação da profissão na América latina, na década de 60 do século passado, como demonstrado na nota de número 8 do presente trabalho.

fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional (CARDOSO, 2000).

Os pressupostos básicos da formação profissional do Assistente Social brasileiro, contidos nas referidas diretrizes, traçam um determinado desenho da profissão demarcada sobretudo pela sua estreita relação com a questão social, ou seja:

Particularizam o Serviço Social no conjunto das relações de produção e reprodução da vida social, como uma profissão de caráter interventivo, cujo sujeito – o Assistente Social – intervém no âmbito da questão social. Consideram a questão social como fundamento básico da existência do Serviço Social, reconhecendo, a partir daí, que o agravamento dessa questão, em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, determina uma inflexão no campo profissional, provocada por novas demandas postas pelo reordenamento do capital e do trabalho (CARDOSO, 2000. p.9).

Ainda no contexto das diretrizes curriculares, foi definido para o assistente social um determinado perfil profissional, com destaque para a sua intervenção frente à questão social, em conformidade com o projeto profissional delineado nestas diretrizes, ou seja, do assistente social espera-se que seja capaz de:

[...] analisar a dinâmica de produção e reprodução capitalista em diferentes momentos históricos, de identificar as diferentes expressões da questão social nestes momentos, de compreender o papel do Estado, das classes e dos movimentos sociais na construção de respostas às manifestações da questão social e de entender a inserção do Serviço social nesta dinâmica, identificando as abordagens teórico-metodológicas que deram sustentação ao exercício profissional em diferentes períodos e contextos sócio-históricos. (BOSCHETTI, 2004, P.25)

De onde se infere que, com a implantação das atuais diretrizes curriculares para os Cursos de Serviço Social no país o conjunto da categoria profissional têm pela frente grandes desafios no sentido de consolidar este projeto de formação profissional, que se sustenta na atuação dos assistentes sociais comprometida com o enfrentamento da questão social e a conquista da emancipação humana. Muito embora presente no projeto profissional desenhado no início dos anos 80 do século passado, este pressuposto efetivamente se concretiza, enquanto proposta, somente agora a partir da implementação das referidas diretrizes, demarcando um grande avanço na trajetória histórica dessa profissão na sociedade brasileira, marcada profundamente até a década de 1970 pela defesa dos interesses dos variados segmentos das classes dominantes e que, a partir do início do Movimento de Reconceituação, vem buscando construir um

novo projeto de formação profissional efetivamente comprometido com a causa daqueles que lutam pela plena emancipação humana e conseqüente superação da questão social.

3 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM FACE DA QUESTÃO SOCIAL NO MARANHÃO: a referência histórica do Trabalho do DESES junto ao Pescador Artesanal em São Luís

O presente capítulo tem como principal objetivo analisar a relação existente entre o processo de formação profissional no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão e a questão social no Estado, a partir do final dos anos 70 do século XX, no contexto de renovação profissional no país. Tem como referência empírica o trabalho desenvolvido pelo Departamento de Serviço Social da UFMA junto aos pescadores artesanais em São Luís, entre os anos de 1977 a 1983, como uma importante experiência de extensão universitária de caráter interventivo e investigativo, que, a despeito de todas as dificuldades efetivamente contribuiu para o enfrentamento da questão social em São Luís, naquela conjuntura, ao problematizar, expor para a sociedade e produzir conhecimento sobre as relações de trabalho e as condições de sobrevivência da categoria profissional dos pescadores artesanais na sociedade local.

3.1 O Projeto político de modernização conservadora e o acirramento da questão social no Maranhão: alguns indicativos

Segundo o Censo Demográfico de 2004, o Maranhão possui uma área de 331.983,293 km, uma população estimada em 6.103.327 habitantes, dividida em 217 municípios, distribuídos em 05 mesorregiões e 21 microrregiões. Com base na extensão territorial e de acordo com as informações publicadas pelo Censo Demográfico do IBGE do ano 2000, o Estado do Maranhão possui uma baixa densidade demográfica de 17 habitantes por km², sendo que, na última década registrou-se um crescimento médio anual da população na ordem de 1,52%. As estatísticas oficiais revelam ainda que, entre as décadas de 1960 e 1990 a população vivia predominantemente no meio rural, situação que foi modificada a partir do ano 2000, quando a concentração urbana atingiu 59,5%. A PNAD (BRASIL, 2005) destaca que a concentração urbana no estado chegou a 65,2%. Situada no Nordeste brasileiro,

região mais pobre do país, esta unidade da federação tem se destacado ao longo de décadas no cenário nacional, sobretudo por apresentar os piores indicadores sociais, muito embora possua grande potencial de crescimento e desenvolvimento, considerando sua localização privilegiada na região, ocupando parte da região amazônica, vasta área de terras férteis propícias para a agricultura, clima ameno, com duas estações climáticas bem definidas, muitos rios, além do segundo maior litoral brasileiro, com 640 km².

No dia 02 de janeiro deste ano, por ocasião da posse dos novos governadores eleitos em outubro de 2006, jornais de tiragem nacional destacaram a situação dos Estados brasileiros, afirmando que os atuais governadores teriam pela frente grandes desafios diante da situação precária da maioria das unidades da federação. A pior herança, no entanto segundo as reportagens, seria recebida pelo governador eleito Jackson Lago, pois o Maranhão é apontado como o estado com os piores indicadores sociais da federação. De acordo com números do IBGE (2004, apud LEMOS, 2007), no Maranhão, estão situados 57 dos 100 municípios mais pobres do país e a pior renda per capita – 2,7 mil por habitante, muito embora esta mesma fonte indique e o governo do Maranhão propague os avanços alcançados no combate às desigualdades sociais no Estado a partir de 2002. Segundo dados oficiais do governo em 2001, 55,30% da população maranhense sobreviviam em domicílios sem água encanada, percentual que em 2003 foi reduzido para 42,53%; em 2001, 62,66% da população morava em domicílio que não possuíam rede de esgoto ou fossa séptica, taxa que foi reduzida em 2003 para 56,53%. No que se refere à educação, em 2001, 22,77% da população maior de 10 anos de idade declaravam-se analfabetas, índice que foi reduzido em 2003 para 21,99%. Os dados indicam ainda que a população maranhense excluída, de renda e de acesso a serviços essenciais, era constituída de 2.471.338 habitantes em 2001, passando em 2003 a ser de 2.349.683 habitantes. Quanto ao índice de Gini, que afere a distribuição de renda monetária, em 2001 era de 0,6226, sendo declinado em 2003 para 0,685, o que caracteriza uma desconcentração da renda no Estado.

Segundo o Plano Plurianual do Maranhão para o período 2004-2007, nas últimas três décadas, houve uma evolução no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH²⁷ de 0,292 em 1970, para 0,647 em 2000, caracterizando, assim, uma tendência de crescimento, muito embora aquém do desejável, pois, em relação a outros estados da região Nordeste continua a ser um dos três piores, ficando à frente apenas de Alagoas, com um índice de 0,633 (MARANHÃO, 2003).

Observadas as estatísticas oficiais em geral, muito embora os números indiquem um certo avanço na qualidade de vida dos variados segmentos das classes subalternas no estado, as desigualdades sociais são alarmantes, visíveis a partir dos próprios indicadores destacados para ressaltar tal perspectiva de melhoria das condições de vida desses segmentos. Nesse sentido, parte-se da premissa que os determinantes dessa situação de atraso presente historicamente no Maranhão é resultante das condições estruturais e superestruturais gerais que, segundo Lopes (2001) tem como fundamento em última instância o aspecto econômico, mas apresenta como central a determinação superestrutural no campo da política. Para a referida autora,

No caso do Maranhão a situação se agrava em relação às unidades da federação por força da persistência do domínio das mais antigas formas de fazer política; especificamente a meio século esta unidade da federação é dominada pelo sistema oligárquico. Isto implica evidentemente numa política e numa cultura que perpassa as diferentes classes sociais (LOPES, 2001, p. 03).

Nesse sentido, associado ao processo de desenvolvimento econômico dependente e concentrador, presente no estado, desde o período colonial, caracterizado pelo fornecimento de matérias-primas ao mercado internacional, tem-se um processo denominado por Reis (1993, apud ARAUJO, 2007) de oligarquização da política, consolidados por longos períodos de mandonismos políticos. O predomínio da oligarquia Sarney no Maranhão, por mais de quatro décadas, serve muito bem de exemplo a esse respeito, muito embora esta tenha se instituído ironicamente com a

²⁷ O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH é um indicador construído a partir de três características desejáveis e esperadas do desenvolvimento humano: a longevidade de uma população, expressa pela esperança de vida ao nascer que reflete as condições de saúde da população; o grau de conhecimento, expresso através de duas variáveis (a taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino e sua renda ou PIB per capita, ajustada para refletir a paridade do poder de compra entre países e regiões, através de metodologia apropriada. A classificação adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) se situa entre 0 e 1. Esses valores são obtidos pela média aritmética simples de três índices, referentes às dimensões do desenvolvimento humano consideradas: saúde, educação e renda (MARANHÃO, 2003).

promessa de destituir um outro grupo oligárquico liderado pelo senador Vitorino Freire que dominou o estado entre 1945 e 1965, ano em que José Sarney foi eleito pela frente oposicionista com a promessa de libertar o Maranhão do atraso e dos desmandos do vitorinismo.

Caldeiras (1978) cunhou o termo “sarneísmo” para designar uma outra oligarquia que passou a dominar o Estado, a partir de 1966, quando José Sarney assumiu o governo sob o manto do projeto modernizador em “oposição ao conservadorismo”, sendo respaldado de um lado pelo personalismo e o ilustrismo²⁸ e, de outro, pelo perfil político de líder popular. Seu projeto de construção do “Maranhão Novo”, tão presente nos discursos do governador eleito, com cara de oposição, logo se manifesta como um verdadeiro engodo, pois o que se assiste a partir de então é sua incorporação ao projeto de modernização conservadora, implantado no Brasil pelos militares, à sombra de quem Sarney deu andamento ao seu projeto de desenvolvimento para o Estado, com base na atração de capitais estrangeiros e do centro-sul do país, mediante a concessão de privilégios e incentivos creditícios, respaldada por uma campanha, divulgada pelo próprio governador de que o Maranhão era um Estado das oportunidades para os “homens de negócios”, como se pode perceber em um de seus discursos:

O Maranhão é, em verdade, um fenômeno econômico irreversível e a grande oportunidade para os investimentos compulsórios, tanto na faixa da SUDAM/Banco da Amazônia, quanto na área da SUDENE/Banco do Nordeste. [...]. De imediato e a médio prazo será sem dúvida o Maranhão a unidade integrante da região Amazônica que soma as melhores oportunidades e oferece as maiores perspectivas para o investimento privado (SARNEY, 1970, apud GONÇALVES, 2000, p. 171-172).

Segundo Silva (2006), a década seguinte à chegada de Sarney ao poder no Maranhão é, pois de fundamental importância para a compreensão dos determinantes e formas de expressão da questão social no Estado, inclusive na atualidade, marcadas pela estrutura fundiária, pelos conflitos agrários, pela aglomeração populacional nas margens das estradas e, em grande medida, pela caótica expansão das periferias

²⁸ José Sarney é reverenciado no Estado em grande parte por ter criado em torno de si um verdadeiro mito. Segundo Gonçalves (2000), Sarney se auto-define como a síntese das disposições eruditas e políticas, colocando-se ao lado dos grandes e consagrados políticos e escritores maranhenses de todos os tempos.

urbanas. “Neste período como em nenhum outro a questão social no Estado terá na questão agrária seu fundamento mais importante e na pobreza sua manifestação central” (LOPES, 2001).

Sob o argumento de promoção do progresso, o governo alienou as terras devolutas, lançando mão de alguns instrumentos legais, como a reserva estadual de terras, as delegacias de terras, a lei de Terras de julho de 1969 e a criação da Companhia Maranhense de Colonização – COMARCO, que, no início da década de 1980, foi transformada no Instituto de Colonização e Terras do Maranhão – ITERMA. Durante a década de 1970, até meados da década de 1980, o *governo* alienou uma área superior a 1,5 milhões de hectares, sendo que $\frac{3}{4}$ beneficiaram apenas 63 proprietários e o restante foi destinado a aproximadamente 3,2 mil pequenos e médios produtores, o que torna evidente a grande concentração da propriedade privada da terra no Estado, inclusive sob a tutela do governo e a conseqüente expulsão dos trabalhadores rurais para as periferias dos centros urbanos (SILVA, 2006). Quanto à distribuição da riqueza, o IBGE informa que, nos anos 1970, enquanto os 10% mais ricos dividiam entre si 48,9% de toda a riqueza do Estado, os 50% mais pobres ficavam apenas com 20,9%. Na década seguinte a situação se agrava mais ainda, dado que subiu para 52,1% o percentual da concentração de riqueza nas mãos daqueles 10%, restando para os 50% mais pobres apenas 16, 5% daquele montante (IBGE, 1971; 1981).

Estes indicadores são reveladores da expansão concreta do projeto político modernizador implementado no campo pelo governo Sarney, que privilegiou a economia pautada na criação extensiva do gado e na indústria da madeira, em detrimento do fortalecimento das culturas agrícolas de subsistência, baseadas na produção familiar. Segundo Feitosa (1998, p. 73 e75):

A idéia do governo central era estimular, na região Amazônica, a produção de carne bovina para a exportação. Era garantir a integração local ao mercado nacional e internacional, no âmbito das políticas de “segurança nacional” [...] Entretanto, o planejamento para a região, a partir dos militares, conscientemente somente poderia ser executado com a eliminação dos pequenos lavradores e suas famílias. O mercado é que passaria a determinar o sentido da organização social.

Constata-se, portanto, que é sob a vigência da oligarquia Sarney, considerando, sobretudo, o período que governou o Estado, que a questão agrária se agudiza, tornando-se definitivamente o fundamento central da questão social no Maranhão, muito embora seja notória sua presença historicamente vinculada às oligarquias precedentes.

Parafraseando Lopes (2001, p.03), “[...] este é um período em que a questão social no Maranhão parece ser agravada face aos constantes confrontos de trabalhadores com a polícia na luta pela terra”. Ou seja, diante de tantos desmandos do poder público, na implementação de seu projeto de desenvolvimento modernizador/conservador, os trabalhadores tanto no campo como na cidade buscaram na organização e na luta formas de resistência e enfrentamento com o poder governamental.

Entretanto, o Movimento organizativo dos trabalhadores rurais do Maranhão, neste momento, no geral, sofreu um duro golpe, considerando que, durante a campanha para governo do estado, em 1965, depositaram suas aspirações de mudança e lutaram para eleger o então deputado federal José Sarney para governador, com a promessa de verem fortalecidos seu processo organizativo, com a reabertura e livre funcionamento das agremiações, fechadas desde o golpe de abril de 1964, quando passaram a ser alvo da perseguição do estado autoritário. Com essa expectativa, os trabalhadores participaram ativamente da campanha eleitoral, porém a consagração de Sarney para o governo do Estado, representou a frustração dos que acreditaram nessa alternativa. Em decorrência disso, a alternativa encontrada pelos trabalhadores para enfrentar os desafios presentes naquela conjuntura foi o acirramento do seu processo organizativo, através da abertura de sindicatos independentes, que ficaram conhecidos como clandestinos, em função da opção dos trabalhadores em permanecerem autônomos em relação à legislação em vigor no momento (ALMEIDA, 1981).

Ainda segundo Almeida (1981), muitas entidades acabaram seguindo as determinações do Ministério do Trabalho, dentre outros motivos pelo incentivo recebido do estado quanto ao acesso a diversos serviços, como a aposentadoria e a assistência técnica aos trabalhadores, ficando então conhecidos como sindicatos pelegos. Em nível nacional, houve um vertiginoso crescimento desses sindicatos sob a tutela da ditadura

militar, mesmo diante do efetivo controle exercido sobre as ações dos trabalhadores. Atrelados à burocracia estatal, estes sindicatos eram muito suscetíveis à ingerência externa. No Maranhão, esse processo se concretizou através da instalação da Delegacia da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas em 1967, sob a intervenção militar e posteriormente com a fundação em 1972 da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão – FETAEMA. Apesar do controle do estado sob estes sindicatos oficiais, aos poucos foi nascendo no seu interior o desejo pela autonomia, o que foi aprofundada durante a realização do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília. Como resultado deste Congresso destaca-se a seguinte resolução: “[...] que os trabalhadores do campo lutarão constantemente para seus sindicatos mantenham-se livres e autônomos com os próprios trabalhadores decidindo sobre os destinos e as lutas de suas organizações” (ALMEIDA, 1981, p.78)

A Igreja Católica é uma instituição que não pode deixar de ser destacada neste processo de lutas dos trabalhadores rurais no Maranhão, considerando que nesta conjuntura procurará, através de uma corrente mais progressista, renovar sua prática social, buscando atender os mais diferentes segmentos das classes subalternas tanto no campo quanto na cidade. Destaca-se nesse sentido o trabalho desenvolvido pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, cuja finalidade foi, desde a sua fundação, em 1975, colaborar e apoiar os trabalhadores rurais quanto às suas reivindicações prioritárias, sobretudo no levantamento fundiário, na titulação das terras e na educação sindical.

Numa luta desigual, frente à expansão do capital no Maranhão nos anos 1980, muitas famílias conquistaram com o apoio de diversas entidades o acesso a um pedaço de terra, ou ainda reconquistaram parte delas anteriormente usurpadas, o que lhes possibilitou a permanência no campo. Entretanto para milhares de famílias rurais maranhenses, alvo de todo tipo de violência, quase sempre resultando na expulsão de suas terras, o destino tem sido a emigração para os centros urbanos do próprio Estado ou de outras regiões do país, notadamente a Sudeste, ou mesmo de forma clandestina

para outros países vizinhos, como Suriname, Guiana Francesa, Colômbia e Venezuela²⁹.

A partir de uma expressiva e relevante bibliografia já produzida sobre a expansão do capitalismo no Maranhão³⁰, apreende-se que, a partir do final dos anos 70 e início dos anos 80 do século passado, inicia-se um novo ciclo no amplo projeto de modernização conservadora para o estado. Segundo Lopes et al (2006, p.5)

[...] preconizada, a partir da segunda metade da década de 60 daquele século, no bojo do “modelo autocrático-burguês de transformação capitalista” (FERNANDES, 1987) para o Brasil e em particular para a Amazônia. Desde então esse estado é aberto, mediante a aliança do capital transnacional com o Estado brasileiro e as elites políticas do Maranhão, para a instalação dos chamados “Grandes Projetos”.

Inserido neste contexto e como parte do referido projeto de modernização conservadora, o Maranhão entra neste período definitivamente na rota dos grandes projetos industriais, voltados para a exportação, através da implantação do Programa Grande Carajás, “consolidando a sua grande vocação” para o desenvolvimento industrial, segundo o pensamento das elites locais. A dinamização deste setor, através da implantação de projetos minero - metalúrgicos, aparecem nos discursos oficiais como a grande via para a redenção dos níveis alarmantes de pobreza e miséria presentes no Estado,³¹ através da geração de milhares de emprego, com ótimos salários, crescimento da economia e melhores condições de vida para os segmentos mais empobrecidos da sociedade. Na mesma época começa a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), com a desapropriação inicial de 52.000 hectares de terras, desalojando cerca de 3.600 famílias, de trabalhadores rurais quase todos remanescentes de quilombos, que residiam em 16 diferentes localidades (NUNES, 2005). Contrariando todas as evidências, no discurso governamental, estes “empreendimentos” são destacados como capazes de reverter os péssimos indicadores sociais presentes no estado, garantindo assim o tão sonhado desenvolvimento com

²⁹ Informações obtidas através da entrevista concedida à T.V. Mirante pelo professor do Departamento de Ciências Sociais da UFMA, Dr. Marcelo Carneiro, em maio do corrente ano, em comemoração ao primeiro de maio, dia do trabalhador.

³⁰ Destaca-se nesse sentido pelo impacto que alcançaram no debate político e acadêmico os trabalhos de Alberto Arcangeli (1987), Maria Etelvina Santos (1984) Moacir Feitosa (1994, 1998), Fátima Gonçalves (2000) e Wagner Costa (2002), Zulene Barbosa (2002), dentre outros (LOPES, 2006).

³¹ A partir destes discursos, torna-se “compreensível” a grande expectativa e luta do governo do Estado no ano passado pela instalação na Ilha de São Luís de uma siderurgia, quando todos aos laudos técnicos indicavam os danos que tal empreendimento poderia causar ao meio ambiente como um todo.

justiça social fortemente presente na retórica da oligarquia Sarney. Entretanto, como assinala Barbosa (2002, p.122) “[...] as propostas de desenvolvimento regional trazidas por projetos como Carajás são típicas dos projetos que historicamente foram dirigidos à Amazônia, mas que na verdade, só serviram aos interesses do capitalismo internacional”. Colaborando com este pensamento destaca um entrevistado³²:

Houve com a chegada da ALCOA e da CVRD uma expectativa de melhoria de vida para a população do Estado, com a geração de muitos empregos na cidade e melhoria das condições de vida da população do campo, mas na verdade o que aconteceu foi uma enorme expulsão do homem do campo pelos latifundiários e com isso as nossas cidades mudaram de figura, algumas delas chegaram mesmo a inchar, como é o caso da capital, São Luís, que hoje atinge um milhão de habitantes, o que provocou mudanças profundas no panorama urbano. São Luís hoje tem uma cultura urbana muito forte.

Quanto ao processo de urbanização no Estado, constata-se, através dos dados fornecidos pelo IBGE, a partir dos censos demográficos, uma forte aceleração a partir de 1970, quando para cada habitante das cidades existiam três na zona rural, relação que se inverte nos anos 2000, sendo aproximadamente três moradores na cidade para dois no campo. Assim constata-se na tabela abaixo.

TABELA 2 - TAXA DE URBANIZAÇÃO - ESTADO DO MARANHÃO.

Anos	Taxa de Urbanização (%)
1960	17,68
1970	25,13
1980	31,41
1991	40,01
2001	59,5

Fonte: Censos do IBGE (1960 a 2000).

O Censo de 1980 mostra, também, que no Maranhão a população economicamente ativa – PEA representava naquele ano 33% da população total, 3%

³² Entrevista realizada no dia 20 de setembro de 2006.

em relação ao país e 12% em relação ao Nordeste. Deste montante, cerca de 70% da população estava concentrada no setor primário, caracterizado por atividades agropecuárias, de extração vegetal e da pesca, ou seja, atividades desenvolvidas predominantemente no meio rural. Destaca-se neste contexto, em particular a atividade pesqueira, que, no período em questão, atingiu uma produção anual de 50.000 toneladas, colocando o Maranhão no cenário nacional como um dos estados de maior produção de pescado do meio-norte (CARDOSO, 1980).

Segundo pesquisa realizada por conceituados geógrafos maranhenses³³, as características geo-ambientais possibilitam ao Estado a capacidade de possuir um dos maiores potenciais pesqueiros do país. Os 640 quilômetros de litoral - o segundo maior do Brasil - a fabulosa rede hidrográfica, os inúmeros lagos da Baixada Maranhense, a contribuição sazonal de seus campos que transbordam no período das chuvas além dos 550 mil hectares de manguezais, que representam aproximadamente 50% do total nacional, são, além de outros, fatores que justificam sua psicossidade.

Quanto ao número de trabalhadores pescadores artesanais existentes no Estado, segundo pesquisa realizada por importantes instituições nacionais e locais³⁴, não existe um número preciso, isto porque os levantamentos de dados são feitos em função de filiações na colônia ou sindicatos. Considerando que muitos pescadores artesanais não possuem filiação, as estimativas indicam uma ordem que varia de 180.000 a 200.000 pessoas. Ainda segundo as mesmas fontes, no ano de 2002, a produção pesqueira desembarcada nos portos maranhenses foi de 31.118,1 toneladas, considerando que uma parte da pesca é adquirida por atravessadores cearenses e paraenses em alto mar ou nas ilhas distantes da costa. Das 7.772 embarcações que compunham, em 2002, a frota pesqueira da costa maranhense, 3.284 eram impulsionadas a remo (42, 3%), 2.395 usavam a energia eólica através das velas (31%) e 1.967 eram motorizadas (23,3%). O resultado da produção do pescado em

³³ Trata-se dos pesquisadores doutores Antonio Cordeiro Feitosa – professor dos Departamentos de Geociências da UFMA e José Ribamar Trovão – professor do Departamento de Geografia da UEMA. Ambos desenvolvem estudos nesta área, inclusive com apresentação de trabalhos premiados fora do Estado. Em 2006 publicaram em parceria o *Atlas Escolar do Maranhão: Espaço Geo- Histórico e Cultural*.

³⁴ Determinação da Estrutura Sócio-Econômica da pesca Artesanal do Estado do Maranhão foi uma pesquisa realizada em parceria entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, o Instituto Interamericano de cooperação para a Agricultura- IICA/Representação Brasil e o Instituto do Homem no ano de 2004. Os dados coletados foram analisados por uma equipe técnica sob a coordenação do professor aposentado pela UFMA, Roberto Mauro Gurgel Rocha.

2002, baseado no preço da primeira comercialização, foi de R\$ 77.723.403,68 (setenta e sete milhões, setecentos e vinte e três mil, quatrocentos e três reais e sessenta e oito centavos), que corresponde a uma média de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por quilo de pescado, sendo os municípios com maior percentual de recursos através da comercialização da pesca os seguintes: Raposa, com aproximadamente 7,1 milhões de reais (9,2%); Cururupu, com 6,8 milhões de reais (8,8%) e São José de Ribamar (6,2%) (MARANHÃO, 2004).

Estes indicadores demonstram o que de certa forma todo mundo sabe: que a pesca é uma atividade produtiva geradora de riquezas, muito embora também seja lugar comum afirmar que este é um grande negócio apenas para alguns, pois a grande maioria dos trabalhadores que depende desta atividade para viver, mal sobrevive, em condições precárias, juntamente com suas famílias, que, apesar de tudo, tem como tendência a perspectiva de continuar a fazer da pesca artesanal seu único meio de subsistência diante da enorme dificuldade de mobilidade social, aliada à forte tradição cultural, em que se verifica a passagem de geração a geração deste tipo de atividade.

A pesca, assim como a caça, é uma das mais antigas atividades desenvolvidas pelo homem em sociedade. Os instrumentos utilizados para este fim continuam hoje tão rudimentares quanto aqueles utilizados pelos índios por exemplo, como a pesca manual, as armadilhas, linhas e redes de emalhar, e a flecha ou arpão. Importantes pesquisas realizadas sobre setor produtivo no Maranhão³⁵ confirmam esta afirmativa. Os dados indicam ainda que predominam os tipos de embarcações mais primitivas, como a canoa, por exemplo, que os utensílios utilizados pelo pescador em sua atividade pertencem ao dono da embarcação, e que muitos trabalham como empregado, por não possuírem os instrumentos necessários para pescar, o que são fortes indícios das precárias condições sociais e econômicas dos pescadores artesanais e de suas famílias no Maranhão. Com relação à escolaridade, a pesquisa

³⁵ Os dados aqui apresentados estão em conformidade com o Projeto ESTATPESCA, realizado no ano de 2002, cujo objetivo principal foi a geração de estatísticas de pesca para o Maranhão, a partir da configuração de um banco de dados sobre a referida atividade no Estado. O ESTATPESCA, fez um Censo Estrutural, que possibilitou o cadastramento de 10.000 embarcações, das artes de pesca mais utilizadas e das principais espécies de peixes capturados nos 33 municípios envolvidos no Projeto (24 no litoral e 09 nas águas interiores). Os dados do ESTATPESCA serviram de base e foram de certa forma complementados por um outro trabalho realizado sobre a pesca artesanal no Estado, citado na nota de número 33.

revelou que o ensino fundamental é o mais representativo entre esta população, onde foi registrado não só um grande percentual de analfabetos, como também daqueles que apenas sabem ler. A grande maioria das famílias pesquisadas sobrevive apenas com a remuneração do pescador, sendo ele o grande responsável pelo sustento da casa. Os dados apontam uma grande variação nos rendimentos dos pescadores, considerando o período de safra e entre safra do pescado, o que pode variar em valores brutos de 3. 800 a 82,00 reais. Aliado à pesca, alguns pescadores afirmaram desenvolver outro tipo de atividade, como a agricultura, o comércio e a construção civil. A grande maioria, no entanto, afirma não desenvolver outro tipo de atividade produtiva. A pesquisa revela ainda dados sobre as condições de moradia dessas famílias, onde permanecem presentes, ainda que não na sua totalidade, formas rudimentares de construção como o revestimento das paredes de taipa e a cobertura de palha. A maioria dos domicílios não utiliza água encanada, não tem saneamento básico e não possui nenhum tipo de instalação sanitária. Estes dados, portanto, são reveladores das precárias condições em que sobrevivem os pescadores artesanais no Maranhão, sobretudo nos municípios do interior, alijados do acesso digno às mais básicas políticas públicas, como indicam as pesquisas, configurando assim, uma grave expressão da questão social no Estado.

Desenvolve-se neste trabalho a tese de que a questão social no Maranhão historicamente, tem na terra seu fundamento principal, o que pode parecer a princípio que não existe relação nenhuma entre esta e a pesca artesanal, cujo desenvolvimento dá-se eminentemente nas águas doces dos rios e lagos ou nas águas salgadas dos mares e oceanos. Problematizando esta perspectiva de análise, considera-se a pesca artesanal como uma expressão da questão social no Estado, a partir das evidências da sua forte relação com o agrário. Na própria legislação atual, os pescadores e os agricultores são considerados como trabalhadores rurais, cujas atividades se desenvolvem predominantemente neste campo. Senão veja-se: a Carta Constitucional Brasileira de 1988, em seu artigo 187, inclui no planejamento agrícola, além das atividades agropecuárias, as pesqueiras e florestais. A Lei Agrícola – 8171, que regulamentou o referido artigo constitucional, inclui a pesca como atividade agrícola, tratando de questões referentes ao crédito, ao seguro, à pesquisa e fomento da

agricultura, bem como de medidas de produção de alimentos. A legislação previdenciária também trata estes segmentos de trabalhadores de maneira articulada no setor rural. Destaca-se nesse sentido que, mediante a definição do setor pesqueiro, no âmbito da atividade agrícola, este ficou sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, em substituição ao Ministério da Marinha, como anteriormente.

A pesca também é enfatizada na Constituição Estadual promulgada pela Assembléia Legislativa em 05 de outubro de 1988. No capítulo IV, intitulado – “Da Política Fundiária Agrícola e Pesqueira”, onde destaca a necessidade do estímulo a piscicultura, com a previsão de elaboração de um Plano de Desenvolvimento do Setor Pesqueiro para o Estado do Maranhão, detalhando um conjunto de medidas preventivas, de comercialização, armazenamento e programas de créditos para o pescador artesanal. No inciso III do artigo 202, destacam – se as competências do Estado no que se refere “[...] a promover a conscientização e educação ambiental junto aos pescadores, suas famílias e organizações para a preservação do meio ambiente através de serviço de assistência técnica e extensão pesqueira gratuitas” (MARANHÃO, 1988).

Muito embora na Carta Magna do Estado, em vigor desde o final dos anos 1980 do século passado, esteja assegurado um conjunto de medidas na forma da lei, “garantindo e valorizando” o setor pesqueiro artesanal como um importante pólo de desenvolvimento para o Estado, as medidas governamentais neste período andaram em sentido contrário àqueles dispositivos, numa clara valorização das culturas para exportação. Neste contexto, a degradação do meio ambiente, sobretudo das florestas nativas, dos rios e mangues, tornou-se uma grave expressão da questão social no Estado, afetando sobremaneira aqueles que sobrevivem da agricultura familiar e da pesca artesanal. O Itapecuru, o mais importante rio maranhense, que banha 40 cidades e abastece São Luís, desde a implantação do consórcio Alcoa/Alumar, vem sofrendo os efeitos da poluição e mesmo assim, durante todo este período, abasteceu de água, através do Projeto Italuís, este empreendimento, atendendo à grande demanda para o resfriamento das cubas utilizadas na produção de alumínio, quando poderia ser um grande indutor da produção de alimentos no Estado. Ou melhor, da agricultura familiar produtora de alimentos da cesta básica do trabalhador, pois, ao longo dos anos, tem

abastecido as grandes plantações de soja, que hoje já avançam na região do Parque Estadual do Mirador, onde estão suas nascentes.

Ampliando-se à região do Baixo Parnaíba, a monocultura sojeira está devastando gigantescas áreas do cerrado maranhense, desalojando populações, pulverizando grandes quantidades de inseticidas no solo, espalhando sementes transgênicas e destruindo culturas nativas como o pequi, cupuaçu, bacuri e juçara, fonte de subsistência de milhares de pessoas (ARAUJO, 2006, p.2).

Aliado aos grandes projetos minero - metalúrgicos e à monocultura da soja tipo exportação, um outro “negócio da china” começa a afirmar-se no Maranhão, com as mesmas promessas de desenvolvimento frente à grave e sempre crescente desigualdade presente no Estado, é a carcinicultura, ou criação de camarão em cativeiro³⁶.

Em julho de 2003, teve início o zoneamento costeiro do estado do Maranhão, composto de três etapas (planejamento, diagnóstico e prognóstico), cujos objetivos principais consistem “[...] em subsidiar a elaboração do programa Estadual do Cultivo do Camarão Marinho e montar um banco de dados geo-referenciado para o monitoramento e a gestão ambiental integrada da zona costeira do Estado” (MARANHÃO, 2003). Após o término do zoneamento, encomendado pelo governo estadual para identificar as regiões de potencial produtivo para a pesca e sobretudo para a carcinicultura, em 2006, iniciou-se o licenciamento das primeiras áreas para a criação de camarão em cativeiro, com uma previsão inicial de atingir 100 mil hectares de cultivo. Segundo o discurso governamental, como o Maranhão possui 640 km de litoral, mais da metade dos manguezais brasileiros, além de outras áreas potencialmente favoráveis ao desenvolvimento desta atividade, isto o credencia à produção da carcinicultura sem os graves danos ambientais provocados pela destruição dos manguezais, como ocorreu em outros estados nordestinos e também em países de diversos continentes, gerando insanáveis conflitos (MARANHÃO, 2003).

Esta, no entanto, é uma posição controversa, considerando que nove entre dez ambientalistas condenam este tipo de prática a partir de experiências negativas

³⁶ A criação de camarão em cativeiro é um negócio em franca expansão no Brasil, sobretudo nos estados da região Nordeste. A área de cultivo era de menos de 20 mil hectares e exportou no ano de 2003 aproximadamente 60 mil toneladas, com a geração de US\$230 milhões em divisas (MARANHÃO, 2003).

desenvolvidas no mundo inteiro como testifica os próprios responsáveis por este tipo de empreendimento. Segundo Araujo (2006, p.3):

Centrada em uma região delicada que envolve os apicuns e manguesais, a criação de camarão, se não for bem planejada, pode provocar sérios riscos à pesca de subsistência e à maricultura, já comprometidos com a constante prática de arrastões. A carcinicultura é ainda incipiente no Maranhão, mas precisa ser monitorada para evitar prejuízos a uma grande comunidade de pescadores artesanais que tem no mar a única fonte de subsistência.

Imunes a estes apelos, os defensores da oligarquia que dominou o Maranhão durante 40 anos seguem implementando seu projeto de modernização conservadora do sul do Estado à capital São Luís, apostando na economia do aço e dos transgênicos, voltadas unicamente para exportação, como as únicas saídas para reverter os graves indicadores sociais aqui presentes, quando a realidade indica que os mesmos vêm se agravando ano a ano em consequência deste modelo concentrador de riquezas, que desconsidera os grandes potenciais naturais deste Estado: a agricultura familiar e a pesca artesanal.

Por outro lado, os governos estaduais, sabedores desse grande potencial piscicultor do Maranhão, fizeram a opção pela pesca industrial, investindo neste setor desde o final da década de 70 do século passado de forma mais intensiva. No Programa de Desenvolvimento da Pesca, elaborado pelo governo do Estado, em maio de 1979, destaca-se “[...] que a atividade pesqueira no Maranhão não tem evoluído em seu nível tecnológico, a ponto de se beneficiar dessa privilegiada condição de produtor” (MARANHÃO, 1979, apud CARDOSO, 1979, p. 2) Embora se caracterize como um dos principais exportadores de pescado, esta atividade não gera divisa para o Estado, uma vez que grande parte da produção é negociada de forma clandestina em alto mar. A saída proposta passa então pelo incremento desse setor produtivo, através da construção de infra-estrutura portuária, como terminais pesqueiros, indústria de gelo, depósito de armazenamento de óleo e câmaras de resfriamento e congelamento do pescado. Além de construção de infra-estrutura para prestar apoio ao desenvolvimento da iniciativa privada no setor pesqueiro do Estado, na perspectiva de fomentar a

industrialização da pesca em larga escala³⁷ (MARANHÃO, 1979, apud, CARDOSO, 1979).

Percebe-se, nos programas governamentais de desenvolvimento para este setor, tanto no passado como na atualidade, que todas as iniciativas passam invariavelmente pelo incremento do sistema produtivo e de comercialização, com o aprimoramento da tecnologia e da logística, visando o lucro, em detrimento de investimentos na pesca artesanal, responsável pela subsistência de milhares de famílias, que sobrevivem em condições preocupantes, agravadas em grande parte pela expansão da pesca industrial. Para uma entrevistada³⁸:

Nas regiões de águas salgadas, existem outros sérios conflitos como é a questão da pesca de arrastão, que representa uma pesca predatória, geradora de conflito, de miséria. Porque na área que o arrastão passa, ele tira todo o substrato da vida marinha e isso para se renovar demora anos e anos. Além de destruir os alevinos que são simplesmente jogados fora. Isso é feito pelos pescadores industriais que invadem a costa maranhense freqüentemente. Isso reduz a produção dos pescadores artesanais, porque ele para competir minimamente com aqueles, precisa de um barco de maior porte, com motor para ir mais longe, o que implica maiores despesas com mantimentos, além da necessidade do pescador sempre ir acompanhado. Tudo isso leva à expulsão dos pescadores artesanais da sua região de origem, para as cidades maiores, principalmente São Luís, contribuindo para o aumento da massa de excluídos nas periferias. Esses elementos são significativos para expressar a realidade dos pescadores artesanais, que, na minha opinião, também expressam a questão social no Estado.

De onde se conclui que a questão social e suas mais diversificadas expressões na sociedade maranhense, presentes tanto no campo quanto na cidade, guarda com a questão agrária uma intrínseca relação, assim como as lutas sociais e o processo organizativo dos trabalhadores no Estado têm na questão da terra sua base. Quanto a este último aspecto, Lopes (2001) assegura que:

[...] os maiores confrontos realizados nos centros urbanos, especialmente São Luís, também tem em sua base a questão da terra: primeiro no processo de expropriação e expulsão dos trabalhadores do campo empurrando-os para a cidade; em seguida na luta pela moradia travada na ocupação da periferia, em terras firmes ou em zona de mangues, enfrentando freqüentemente os “proprietários destas terras”. Portanto a luta pela terra se expande para a cidade, no âmbito do processo de reurbanização desta, com a abertura das grandes avenidas que impõem a retirada de grandes contingentes humanos de suas moradias na periferia.

³⁷ Há que se ressaltar, no entanto, que a despeito de toda a mobilização do governo na referida conjuntura, em torno do projeto de industrialização da pesca no Estado, este até hoje não se concretizou.

³⁸ Entrevista realizada no dia 25 de agosto de 2006.

3.2 A formação profissional no Curso de Serviço Social da UFMA na perspectiva de enfrentamento da questão social: do Boqueirão ao Trabalho junto ao Pescador Artesanal em São Luís

O processo de formação profissional do Assistente Social no Maranhão tem como marco histórico inicial o ano de 1953, ano de fundação da Escola de Serviço Social no estado, muito embora as bases de inserção profissional dos Assistentes Sociais nesta unidade da federação brasileira tenham ocorrido anos antes a partir da Legião Brasileira de Assistência – LBA³⁹. A partir do final dos anos 70 do século XX, este processo sofrerá as mudanças mais importantes nesta trajetória, marcada, a partir de então, pela redefinição dos rumos da profissão na América Latina e no país, como se destacou no capítulo anterior.

Diferentemente da formação das primeiras escolas de Serviço Social no país, cuja responsabilidade foi assumida pela Igreja Católica através dos movimentos de Ação Católica e Ação Social, na implantação do Curso no Estado, a Igreja “[...] resolveu utilizar o trabalho das irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, que assumiu a denominação de Sociedade Feminina de Instrução e Caridade, sediada em São Paulo, para a organização e administração do estabelecimento” (RODRIGUES, 1991, p.113).

Segundo a referida autora, na criação da Escola Maranhense de Serviço Social, em 1953, foi dada uma grande ênfase à questão agrária, muito embora, no decurso da formação profissional, esta temática tenha sido pouco abordada, em detrimento das questões urbanas, sobretudo as que envolviam a mulher e a criança. Motivos de ordem prática como maior facilidade de atuação no meio urbano, associada ao receio de comprometer o modelo econômico brasileiro, são destacados como possíveis

³⁹ A LBA, criada em 1942, foi a primeira e a mais importante agência prestadora de assistência no país, no início do século passado. Foi criada pelo governo brasileiro logo após o engajamento do país na Segunda Guerra Mundial, com o objetivo declarado de prestar apoio ao governo e às famílias cujos chefes tinham se afastado em função do esforço de guerra. Assim como a LBA, outras importantes instituições nesta área como o SESC e o SESI foram criadas neste período e espalhadas pelos diferentes Estados da federação, em função do medo das classes hegemônicas da penetração de “teorias estranhas” entre a população. No Maranhão estas instituições tiveram forte presença, sendo inclusive responsáveis pela capacitação através de cursos intensivos de quadros de auxiliares sociais, tendo em vista atender a crescente demanda por profissionais da área social capacitados para intervir junto aos crescentes problemas sociais. Em 1952 a LBA fundou uma escola com este propósito, denominada de Escola de Assistência Social, agregada posteriormente à Escola Maranhense de Serviço Social, dirigida pela Igreja Católica. Durante muito tempo perdurou a confusão entre o que seriam atribuições do Assistente Social e do Auxiliar Social (IAMAMOTTO, 1982; OLIVEIRA, 2004).

explicações para que a atuação profissional neste período se voltasse mais para as seqüelas da questão social, presentes na cidade, muito embora suas causas estivessem presentes no campo, “[...] uma vez que a indústria e o comércio estavam apropriados pelos grandes latifundiários ou eram deles dependentes (RODRIGUES, 1991, p. 119)

Do resgate histórico sobre a formação profissional em Serviço Social no Maranhão, diante da pouca sistematização existente sobre a referida temática e em conformidade com a periodização feita por Josefa Batista Lopes⁴⁰, destacam-se dois grandes momentos: o primeiro, denominado de *projeto político-ético religioso*, cuja tendência é marcadamente conservadora, sendo caracterizado pela forte atuação da Igreja Católica na formação profissional em Serviço Social, principalmente através do ensino das seguintes disciplinas: Cultura Religiosa, Seminário de Formação, Doutrina Social da Igreja, Moral e Iniciação Filosófica. Este momento corresponde, em termos temporais, ao período de 1953, ano de fundação pela Igreja da escola maranhense de Serviço Social até o ano de 1969, quando são suprimidas do currículo as referidas disciplinas. Neste contexto a Ação Social, organizada e desenvolvida pela Igreja no Estado, tinha como principal objetivo combater o avanço do comunismo no país e a Escola maranhense de Serviço Social serviu de importante instrumento neste intento. O outro grande momento no processo de formação profissional no Maranhão se inicia no final dos anos 1970, sendo denominado por Josefa B. Lopes

[...] de crítico – político, cuja perspectiva é a construção de um Projeto Político Alternativo, que só ganha sentido na medida em que vai se vinculando aos movimentos sociais presentes na sociedade que buscam construir uma outra sociedade, alternativa à sociedade capitalista. Por isso Projeto Profissional Alternativo.

A rigor, tem-se ainda um outro marco importante neste processo, denominado por Josefa B. Lopes de “[...] refuncionalização do Serviço Social na prática” que foi inaugurado nos anos 90, no bojo do projeto conservador de Reforma do Estado, cuja característica mais gritante foi a drástica redução de postos de trabalho para os assistentes sociais em áreas tradicionalmente de seu domínio como a previdência social, por exemplo.

⁴⁰Informações obtidas em entrevista realizada no dia 30.01. 2007.

Assim, destaca a autora, a construção do projeto de formação profissional político alternativo exige necessariamente a ruptura com o projeto tradicional, que é contraditoriamente conservador, mas não necessariamente reacionário, muito embora isso não signifique uma ruptura total e imediata com aquele, pois a relação não deve ser entendida como de exclusão, mas trata-se de um processo histórico de ruptura, “[...] onde o alternativo só o é em relação ao que existe na profissão e na medida em que busca vincular-se às lutas mais progressistas presentes na sociedade”.

Para efeito da presente análise, centrada na formação profissional do Assistente Social no Maranhão, a partir da referência empírica do trabalho desenvolvido pelo DESES junto aos pescadores artesanais na Ilha de São Luís, entre os anos de 1977 e 1983 toma-se como marco temporal mais importante a conjuntura maranhense dos anos 70 e 80 do século XX, abarcando o período denominado modernização conservadora que efetivamente se inicia no Maranhão com a eleição de José Sarney para governador do Estado em 1965, se fortalece com a implementação do regime militar no país e ganha novos contornos na década de 1980 com a reestruturação do capitalismo no Maranhão, a partir da implantação dos Grandes projetos, destacadamente o Projeto Carajás⁴¹.

Como se viu anteriormente, no contexto da modernização conservadora, houve um acirramento da questão social no Maranhão, com drásticas conseqüências para os segmentos das classes subalternas presentes tanto no campo como na cidade. Nesta seção, destaca-se o papel contraditório desempenhado pelo Serviço Social no âmbito deste projeto de desenvolvimento conservador para o Estado, demarcado o processo de renovação dessa profissão, de lado pela expansão de seus quadros nas instituições estatais, chamados para responder às seqüelas da questão social e, de outro, pela renovação profissional, sobretudo no espaço acadêmico, na perspectiva de um real enfrentamento da questão social, em defesa dos interesses das classes subalternas e na vinculação com suas lutas. “A experiência do DESES, junto aos pescadores

⁴¹ O Projeto Grande Carajás – PGC foi criado em 1980 e extinto oficialmente em 1989. Atingia uma área de aproximadamente 895 km², em terras do Maranhão, Pará e Tocantins, situado ao paralelo 8 graus entre os rios Xingu, Pará e Parnaíba, na divisa dos estados do Maranhão e do Piauí. Seus objetivos iniciais estavam diretamente relacionados ao pagamento da dívida externa, a partir do desenvolvimento dos segmentos minero-metalúrgicos, agropecuário e agroflorestal. Para tanto, o PGC criou as condições de exploração da maior reserva de minério de ferro existente no planeta, localizado no sul do Pará e que apresenta um potencial estimado em 18 bilhões de toneladas de ferro de alto teor (SILVA, 2006, p.100).

artesanais da Ilha de São Luís, iniciada em 1977, é um marco importante desta tendência crítico- política, de construção de um Projeto Alternativo de Sociedade e de profissão no Maranhão”, conforme afirma Josefa Batista Lopes.⁴²

Na conjuntura histórica estudada, paralelo à agudização da questão social, em decorrência da implantação do projeto modernizador do governo Sarney, o Serviço Social se expande no Estado. Diante dos impactos perversos deste projeto, entre os segmentos das classes subalternas, sobretudo no meio rural, cresce o mercado de trabalho para os assistentes sociais, que serão solicitados a atuar junto a essa população na implementação da política social de desenvolvimento em curso.

Segundo Silva (1984), o Serviço Social cresce no Estado nessa conjuntura, também em função da ação profissional da assistente social Mirtes Haichel Fonseca, que desfrutava de muito prestígio junto ao governador, atuando decisivamente na criação da Agência de Menores, posteriormente transformada em Fundação do Bem - Estar Social do Maranhão – FBESMA, órgão específico de execução dos trabalhos de Serviço Social no Estado. Mirtes Fonseca, portanto, teve uma participação muito importante no processo de renovação do Serviço Social no Maranhão, na vertente modernizadora/conservadora, colaborando efetivamente com o projeto político do governo Sarney. Neste governo, todas as categorias profissionais de atuação na área social foram muito valorizadas e convocadas para atuar frente às crescentes seqüelas da questão social, com destaque para as assistentes sociais, como ressalta Silva (1984, p.72):

Verifica-se o grande avanço que realmente desenvolveu o Serviço Social no Maranhão, no período compreendido entre 1966 e 1970, continuando ainda em anos subseqüentes. Fica bastante evidente que o papel até então assumido pelo assistente social no Maranhão, que o caracterizava como agente da caridade e da assistência, foi transformado noutra que o caracterizou como “agente de mudança”.

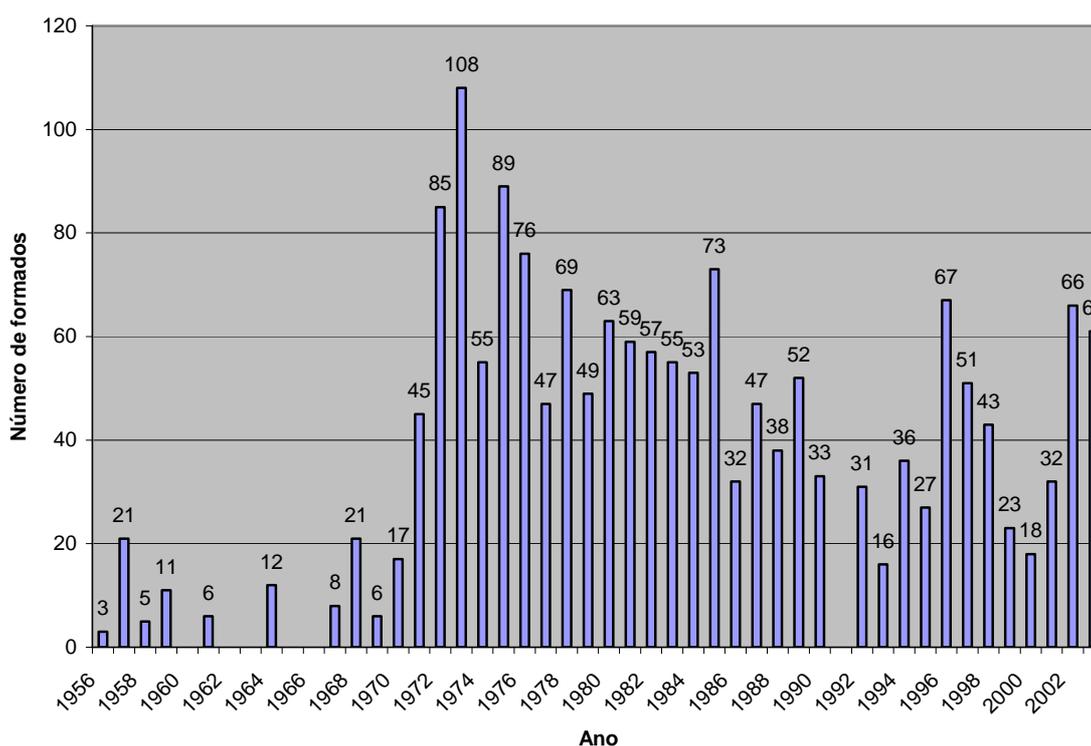
Para desempenhar este novo papel, o assistente social é bastante valorizado como profissional de ampla atuação no projeto de desenvolvimento em curso, requisitado para disseminar a ideologia desenvolvimentista, baseada na teoria da modernização; trabalhar junto à população no sentido de quebrar resistências e bloqueios quanto à implantação do referido projeto, atenuando as tensões decorrentes

⁴² Em entrevista concedida no dia 30.01.2007.

do agravamento das desigualdades sociais geradas com a sua implementação. Segundo Silva (1984), foi através das medidas acionadas na década de 1970, especialmente pelo governador Pedro Neiva de Santana (1971 a 1974), que o Serviço Social se expande no estado.

Paralelo à crescente demanda por assistente sociais, no decurso do projeto modernizador/conservador no Estado, há um correspondente aumento na demanda pela formação profissional, determinando assim uma ampliação significativa na quantidade de novos profissionais formados através da Faculdade de Serviço Social/UFMA neste período, como se pode constatar no gráfico abaixo:

Gráfico demonstrativo de alunos formados no curso de Serviço Social 1956 - 2003



FONTE: Silva (2004)

Neste contexto, a formação profissional em Serviço Social no Maranhão, seguindo uma tendência nacional, será fortemente marcada pelo tecnicismo; ou seja pela busca de aperfeiçoamento do cientificismo e da eficiência. No âmbito do Estado

autoritário, os currículos darão forte ênfase às disciplinas Planejamento e Administração, buscando capacitar os profissionais para a operacionalização das políticas sociais junto sobretudo às comunidades rurais e urbanas, de forma acrítica e supostamente neutra.

Entretanto, parafraseando o artista, como “o novo sempre vem”, a repressão não impediu que as forças organizadas dos mais diferentes segmentos das classes subalternas se articulassem e voltassem ao palco novamente, lutando por democracia e participação na sociedade. Assim é que, no final dos anos 70 e início dos anos 80 do século passado, em meio a este cenário de reorganização das esquerdas no país, houve no Maranhão o surgimento de importantes lideranças políticas, associadas às tendências progressistas da Igreja Católica e facções saídas da clandestinidade, o que não impediu a vitória do grupo Sarney, que se firmava na condução da política maranhense (BARBOSA, 2003).

Inserido nesta dinâmica societária, o Serviço Social, nesta conjuntura, passa a questionar os rumos que o Movimento de Reconceituação vinha trilhando no país, de franco apoio ao projeto de modernização conservadora imposto pelos militares no poder, iniciando assim um processo de renovação profissional em novas bases, marcada, sobretudo, pela influência da teoria marxista e pela defesa das classes subalternas. Nesta perspectiva, a formação acadêmica será alvo de profundos questionamentos, destacando-se a discussão sobre a necessidade de revisar o currículo mínimo do Curso, que vigorava no país desde 1970. Iniciado em meados da referida década, o processo de revisão curricular, sob a coordenação da então Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ABESS foi concluído em 1979, passando a nortear os Cursos de Serviço Social, em todo o território nacional a partir de 1982.

No Curso de Serviço Social da UFMA, a revisão do currículo pleno acontece em 1978, determinado por alguns importantes fatores como: a efetiva participação de professores do DESES no processo de revisão curricular a nível nacional e nos debates nacionais promovidos pela ABESS; o regresso de alguns professores da pós-graduação naquele período e a rearticulação do Movimento Estudantil.

Este processo é, pois, revelador das profundas mudanças que vinham se processando no Curso de Serviço Social da UFMA, em consonância com a renovação

da profissão no país e na América Latina, na perspectiva de crítica e enfrentamento ao projeto político conservador e modernizador, presente na profissão e na sociedade naquela conjuntura. Experiências importantes em defesa das lutas sociais presentes na sociedade local, ganham espaço na Universidade e, no caso específico, no Curso de Serviço Social naquele momento, demarcando uma mudança de rumo no processo de formação profissional. Para efeito desta análise, destaca-se o Projeto da Pesca Artesanal iniciado pelo DESES, em 1977 numa localidade situada nos arredores da praia do Boqueirão.

Esta experiência foi motivada pela perspectiva de desenvolver um trabalho social, buscando relacionar teoria e prática, através de um modelo de intervenção na realidade. O referido modelo foi elaborado por um grupo de alunos e professores do Curso de Serviço Social, sob a orientação e coordenação da professora Alba Pinho de Carvalho, a partir do estudo analítico da “Alternativa Metodológica”, de Boris Alex Lima, da “Experiência de Educação Popular desenvolvida em Barreirinhas-Ma”, inspirado, ainda, em algumas obras de Paulo Freire (CARVALHO et al, 1980).

Após a montagem do referido modelo, foram estabelecidos critérios de elegibilidade da localidade onde se desenvolveria a experiência, sendo escolhida a comunidade Boqueirão, por preencher os seguintes requisitos, quais sejam:

- Sua população não possuir consciência crítica;
 - Ser uma comunidade carente;
 - Que não tenha sido ou esteja sendo explorada com trabalhos inócuos;
 - Viver economicamente em função de um tipo em comum de produção;
 - Não estar sendo, no momento, campo de nenhum trabalho social, isto é, que não haja outros trabalhos que possam se chocar com o proposto;
 - Oferecer condições materiais mínimas para desenvolver um trabalho social.
- Dentre as noções básicas contidas no modelo, destacam-se:
- Temas geradores – assuntos centrais a partir dos quais se desenvolve o diálogo;
 - Núcleo gerador – contradição fundamental que desencadeia as demais contradições de uma dada realidade;

- Grupos de base – grupos que se organizam naturalmente, tendo em vista objetivos comuns;
- Membrança – busca do engajamento de todos e de cada um no processo de mudança, de acordo com suas reais possibilidades;
- Liberdade de Grupo – livre escolha do grupo na tomada de decisões e sua imposição de idéias;
- Participação – o povo assumindo conscientemente o seu processo de mudança como autor e sujeito da transformação de sua realidade;
- Conscientização – processo de formação da consciência crítica do povo a partir da sua participação na realidade da comunidade;
- Consciência Crítica – Entendimento real das coisas e dos fatos, considerando suas causas e circunstâncias;
- Mobilização Popular – articulação e atuação do povo nos problemas de sua realidade, ocasionando a descoberta da força popular e poder da união.

A hipótese norteadora do trabalho, presente no referido Modelo, é assim definida: “[...] o povo desencadeia o seu processo de mudança, quando na dinâmica ação – reflexão opera uma ação transformadora de sua realidade, desenvolvendo a consciência crítica” (CARVALHO, 1980, p.12).

A estrutura metodológica presente no Modelo configura-se em três momentos:

- Penetração
- Conceituação
- Ação Popular

O primeiro momento tinha como objetivo estabelecer um contato inicial da equipe técnica com a comunidade, cujo resultado era uma visão superficial e aparente da mesma. O momento de conceituação objetivava analisar com o povo a sua realidade na perspectiva de gradativamente elaborar um conceito de comunidade, a partir da análise desta realidade. E o Momento, denominado de ação popular, caracterizava-se pela planificação de ações na comunidade através da elaboração de projetos de intervenção pelos comunitários (CARVALHO, 1977).

O povoado de Boqueirão situava-se próximo ao Porto do Itaqui, aproximadamente a 15 km do centro urbano de São Luís. Até o início dos anos 80 do

século passado, era uma região praieira, dotada de clima ameno, que contava com cerca de 500 habitantes, distribuídos em 104 famílias. Seus primeiros habitantes eram egressos de municípios do interior do Estado, como São Bento, São João Batista e Cajapió (SANTOS, 1984).

Em Boqueirão, a população economicamente ativa era de aproximadamente 17% e estava distribuída em apenas dois tipos de atividades produtivas: a pesca e a olaria, sendo a primeira predominante, em função do seu caráter de subsistência. Apenas um pequeno excedente era comercializado na própria comunidade e em povoados vizinhos. Era desenvolvida de forma artesanal e primitiva.

Todos os documentos da época indicam que, em Boqueirão, pescava-se de “banco”, isto é, em grupos, onde se reunia o dono da canoa, o dono da tarrafa ou rede e dois ou mais homens. Na divisão do lucro, os donos dos utensílios recebiam a percentagem correspondente ao seu trabalho e à utilização do seu instrumento; os demais recebiam o percentual igual relativo ao trabalho e, se havia danificação nos materiais, os prejuízos eram por conta dos proprietários.

O trabalho nas olarias era também totalmente artesanal, proporcionando, assim, maior emprego de mão- de -obra. A produção se dava por unidade e, na queima dos tijolos, utilizava-se a lenha, que era trocada por tijolos no final da produção.

Quanto à propriedade das terras, os moradores não possuíam documentos legais, apesar de morarem na localidade há séculos.

A partir da escolha da comunidade Boqueirão para a operacionalização da proposta de trabalho, a equipe técnica procurou inicialmente sentir e questionar com o povo os seus problemas, para em seguida dar início à ação popular, definindo os temas geradores, ou seja, segundo Paulo Freire, assunto central em torno do qual se desenvolve o diálogo. Foi então escolhido como primeiro tema gerador, pelos comunitários reunidos em uma grande assembléia, à reivindicação da energia elétrica, seguido do (a)

- necessidade de organização da sociedade da pesca;
- legalização dos terrenos da comunidade;
- organização do clube de mulheres;

- ante-projeto sócio-educacional junto a população infantil da comunidade Boqueirão;

- transferência da Comunidade.

Assim, “[...] três frentes de lutas foram iniciadas: reivindicação da energia elétrica, organização da sociedade da pesca e organização do clube de mães. Posteriormente, a questão da desapropriação se colocou também como uma frente de luta” (MOURA, 1983. p.61).

Apesar de todo o esforço empreendido pela população em conjunto com a equipe técnica, para a implantação da rede elétrica no povoado, chegando até o posteamento, a obra foi embargada pela Amazônia Mineração S/A – AMZA, órgão responsável naquele momento pela execução do Projeto Carajás e, conseqüentemente, pela desapropriação da área e remanejamento da população de Boqueirão.

Diante da possibilidade concreta da desapropriação, a comunidade voltou-se totalmente para este problema em busca de soluções, discutindo-o amplamente com a equipe técnica, de onde resultaram as seguintes posições:

- Lutar por uma indenização justa;
- Aceitação do remanejamento, desde que para uma área que oferecesse condições de desenvolver as mesmas atividades econômicas de subsistência: pesca e olaria;
- Recebimento de títulos definitivos de propriedade da área para onde fossem remanejados (CARVALHO, 1980).

Após meses de lutas e negociações entre a população de Boqueirão e a AMZA, com a participação de inúmeras instituições da sociedade local envolvidas na luta pela permanência dos moradores no seu local de origem, “o progresso” venceu e a população de Boqueirão foi então, transferida para uma localidade, chamada de Morros dos Pelados, atualmente Alto da Esperança, na área Itaqui-bacanga.

Entretanto, para Santos (1984), este processo efetivado pela CVRD se caracterizou por ser não só uma ação de **desapropriação**, mas também de **expropriação**, considerando que esta resultou além da expulsão da população do seu local de moradia, na retirada de suas condições concretas de sobrevivência. Por outro lado, destaca a autora:

É oportuno salientar que o movimento desencadeado pela população do Boqueirão, face à desapropriação, pode ser considerado como saldo positivo do processo de organização que vinha sendo deflagrado, como o apoio da equipe de profissionais de Serviço Social que, conforme já foi mencionado, havia iniciado a execução de uma proposta voltada para o desenvolvimento do **processo organizativo** daquela comunidade (SANTOS, 1984, p. 115, grifo do autor).

Nesta breve recuperação da experiência desenvolvida pelo DESES junto aos pescadores artesanais de Boqueirão, é importante observar os aspectos teórico-metodológicos configuradores do processo de renovação presentes na formação profissional, na perspectiva crítico - política, já presente no Curso de Serviço Social da UFMA, naquela conjuntura histórica⁴³. Por outro lado, verifica-se também que a categoria comunidade se destaca na referida proposta como a referência central, em torno da qual se realizava a organização popular. Veja-se então algumas noções de comunidade presentes na proposta:

È uma unidade dinâmica, formada por uma população que, vivendo numa mesma área geográfica, tem um modo de vida em comum, desenvolvendo um sistema de relacionamento direto, com uma consciência de pertencer que se manifesta em suas atitudes e decisões; é parte integrante de um sistema global que se reflete em sua vida, condicionando seu desenvolvimento. [...] é possível trabalhar em comunidade sem oferecer recursos materiais e/ou financeiros, conscientizando o povo para deflagrar o seu processo de mudança.[...] Através da aparência da comunidade, usando categorias analíticas, os agentes propulsores (equipe técnica), propõe-se a partir de análise do concreto, atingindo gradativamente pelo abstrato, penetrar na essência dos fenômenos, juntamente com o povo, representado pelos grupos de base, procurando através do tema gerador atingir o núcleo gerador, visando o conceito de comunidade (CARVALHO, 1977, p.10-11).

É necessário ter presente, na análise desta experiência, uma série de determinações de ordem extra e interprofissional, algumas delas já tratadas na seção anterior deste trabalho. A trajetória histórica do Serviço Social, da sua emergência à institucionalização na sociedade brasileira e, particularmente, no Maranhão foi marcada pela defesa intransigente dos interesses das classes hegemônicas, participando de forma acrítica nos inúmeros projetos de desenvolvimento. Este projeto tradicional de profissão, alicerçado no conservadorismo, entrou em crise, possibilitando o surgimento,

⁴³ José Paulo Netto, um dos mais conceituados intelectuais do país, afirma que a experiência desenvolvida pelo DESES, junto aos pescadores da comunidade Boqueirão, situa-se na perspectiva por ele denominada de intenção de ruptura do Serviço Social com as práticas tradicionais presentes na profissão de forma hegemônica até o final da década de 70 do século XX (NETTO, 1991).

no seio da categoria profissional, de um movimento de luta pela construção de um projeto político alternativo de profissão, fundamentalmente voltado para a defesa das classes subalternas e de seus interesses na sociedade. O cenário brasileiro do final dos anos 70 e os anos 80 do século XX foram o marco temporal de maior efervescência deste processo no país, período onde se iniciam diversas experiências nesta direção, sobretudo no âmbito da formação acadêmica. No Curso de Serviço Social da UFMA, destaca-se o trabalho desenvolvido junto aos pescadores artesanais, iniciando-se com os de Boqueirão e estendendo-se posteriormente para outras localidades pesqueiras da Ilha de São Luís. Deve-se ressaltar, entretanto, que esta primeira experiência possui algumas características que a tornam bem diferente em relação ao Projeto ampliado para outras localidades da Ilha, onde a mais importante delas se refere à centralidade da noção de comunidade no encaminhamento da referida proposta, como foi destacado linhas atrás. Na base de tal entendimento, encontra-se a própria idéia de modelo de intervenção na realidade, que, segundo os idealizadores da proposta, em Boqueirão sofria forte influência das formulações de Boris Alex Lima. No contexto do Movimento de Reconceituação da profissão nos anos 70 do século passado, este autor formulou uma das mais discutidas propostas metodológicas no âmbito do Serviço Social, marcadas por dois aspectos principais: a crítica sistemática e global à metodologia tradicional na profissão e a tentativa de formulação de uma proposta metodológica dentro da perspectiva dialética (CARVALHO,1986).

A partir da denúncia do Serviço Social tradicional, o referido autor defende a proposta de uma nova profissão – o trabalho social – na perspectiva de assumir uma ação profissional transformadora, ou práxis transformadora. Nesse sentido, Lima (apud CARVALHO, 1986) define como função social da profissão a libertação do homem oprimido das massas. Ou seja, o autor propõe como objetivo do novo Serviço Social a transformação da sociedade, através da mobilização, conscientização, politização, gestão e organização popular (CARVALHO, 1986).

Ter presente as idéias de Bóris Lima - sem dúvida a principal referência teórica na construção do “Modelo de Intervenção a nível de Educação Popular em Boqueirão” - é de suma importância para um melhor entendimento da sua perspectiva teórico-

metodológica, centrada na concepção de comunidade, como testificam os documentos da época.

De acordo com Carvalho (1977), o Modelo de Intervenção na comunidade Boqueirão consiste em uma proposta de trabalho com o objetivo de iniciar um processo de educação popular, junto àquela comunidade, apresentando como concepção de mundo e referencial de análise *a ideologia de mudança*, considerando que a estrutura social é permeada por defasagens que ocasionam a marginalização das camadas populares. Apresenta como alternativa de intervenção a mudança em nível de *consciência crítica na ação libertadora*, numa articulação dialética de *ação-reflexão*, em que o homem, ao assumir os problemas de sua realidade concreta, torna-se sujeito e agente do seu processo histórico. Indicava ainda, como principal instrumento de trabalho, o *diálogo de descoberta*, numa relação horizontal povo e equipe técnica.

A opção ideológica da proposta foi pela ideologia da mudança, assumindo como alternativa de ação a Libertação à nível de Consciência Crítica por entender que estamos inseridos numa sociedade estruturalmente falha que precisa ser transformada para proporcionar a todos um mundo mais justo e mais humano e que homem oprimido na proporção em que descobre as contradições existentes e adquire consciência de classe, e sobretudo de classe explorada, assume a posição de ator desse processo de transformação.[...] O objetivo do Serviço Social será a conscientização do homem, sujeito da história, capaz de transformar a realidade, libertando-se de todas as estruturas que ferem a sua dignidade de pessoa (NUNES et al.1979, n. p.).

No esforço de análise desta experiência, destaca-se o fato de ela inserir-se no processo de renovação profissional no Maranhão, como uma experiência pioneira, na perspectiva de consolidar uma prática de fato comprometida com os interesses e as lutas das classes subalternas em claro confronto com as tendências conservadora e modernizadora da profissão, situando-se claramente na vertente denominada por Josefa Batista Lopes⁴⁴ de crítico – política, iniciada no estado, no final dos anos 70 do século XX. Observa-se, no entanto, que, sob a influência dos autores acima citados, esta experiência deslocou o seu foco de atuação do campo político da luta de classes, presente na sociedade, conferindo maior legitimidade às mudanças a serem desenvolvidas em nível subjetivo, ou seja, na esfera das consciências individuais. Em decorrência disso, mistifica-se a participação popular no processo de intervenção

⁴⁴ Informações obtidas em entrevista realizada no dia 30 de janeiro de 2007.

profissional na realidade a partir da visão da população como agente capaz de autotransformar-se. Outro sério limite presente na experiência em questão é uma supervalorização dispensada ao conhecimento científico no processo de intervenção profissional, como condição básica para o desenvolvimento da ação transformadora. Ou seja, a dimensão política da práxis transformadora não é devidamente explicitada no modelo proposto, enfatizando-se excessivamente a forma de abordagem, a partir de uma segmentação de suas etapas a serem cumpridas, no seu desenvolvimento, bem ao sabor do “metodologismo” presente na profissão, início do Movimento de Reconceituação. Nesse sentido, é questionável a própria idéia de modelo teórico-prático de intervenção na realidade, por situar-se em clara contradição com a proposta de concretização de um trabalho de educação popular em uma perspectiva aberta, portanto, não formalista.

Posto isto, pode-se observar, na escassa produção teórica localizada sobre a referida experiência, e através das entrevistas realizadas com alguns sujeitos diretamente envolvidos na sua execução, que uma outra influência teórica também relevante na formulação de Boqueirão é a de Paulo Freire - em quem Boris Lima também buscou inspiração - em termos, sobretudo, de indicações metodológicas no processo de libertação do homem oprimido, através da educação popular. Deve-se recordar, neste contexto, a significativa participação das idéias deste pensador nordestino na renovação do Serviço Social no Brasil, agora sob a influência da teoria marxista. Para Paulo Freire, a educação deveria cumprir o objetivo de ajudar as pessoas a refletir “sobre seu próprio poder de refletir”, muito embora reconhecesse que este objetivo seria inalcançável na sociedade capitalista (FREIRE, 1980). Mesmo não acreditando que a educação popular resolveria os problemas estruturais da sociedade Freire a valorizava porque criava um espaço democrático dentro de uma sociedade, não democrática e podia ser um importante instrumento de mobilização dos setores populares na luta pela transformação da sociedade.

Menção importante também deve ser feita às idéias veiculadas através da Teologia da Libertação, uma tendência da Igreja Católica aliada e defensora dos pobres e oprimidos da América Latina, em suas lutas pela libertação e transformação da sociedade. Esta perspectiva teórico-crítica marcou o Movimento de Reconceituação do

Serviço Social no Brasil, e em grande parte da América Latina e de certa forma também os Cursos de pós-graduação em Serviço Social no país iniciados na década de 70 do século XX, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Estes se transformaram nos grandes responsáveis pela divulgação e disseminação destas idéias no restante do país, sobretudo nos Estados do Nordeste. No Curso de Serviço Social da UFMA, o retorno de docentes da pós-graduação foi decisivo no encaminhamento de uma nova direção para o processo de formação profissional. Como se confirma nos depoimentos a seguir:

O marco temporal da perspectiva política crítica no Maranhão é o final da década de 70 do século passado. No entanto, a rigor existe um início anterior a partir do retorno de alguns docentes da pós-graduação. A professora Évila Brito foi a primeira a retornar, depois Franci Cardoso, Marina Maciel e depois eu voltei e logo em seguida assumi a coordenação do Curso. Então, nós tínhamos um projeto anterior e a ruptura é com este projeto, no sentido da construção do novo⁴⁵.

Uma outra coisa importante que aconteceu com a chegada dos professores da pós-graduação foi a oportunidade que tivemos de acessar livros e textos na perspectiva marxista, por exemplo os de Miriam Limoeiro Cardoso, Paulo Freire, Boris Alex , etc...⁴⁶.

A Escola do Maranhão estava na vanguarda, bastante articulada ao Movimento Nacional e latino-americano de renovação do Serviço Social. 1979 foi um ano fundamental, marcado por vários eventos importantes: o congresso da virada, Josefa Lopes retorna da pós-graduação e assume a coordenação do Curso o que foi muito importante, pois começou a articular o Curso com os estudantes e com a categoria profissional através dos Movimentos de organização, como o Movimento Pró-APAS, a ABESS e o ENESS. Enfim aquela conjuntura foi muito rica e coincidiu com o nosso engajamento no Projeto Boqueirão⁴⁷.

Estes depoimentos parecem confirmar uma mudança de rumo no processo de formação profissional iniciado no Curso de Serviço Social da UFMA, naquele período, como destacado linhas atrás, o que necessariamente requer uma análise mais realista, e por que não dizer mais justa da experiência desenvolvida pelo DESES em Boqueirão, considerando os enormes desafios de se efetivar um projeto político alternativo de profissão em meio a um contexto social fortemente marcado pelo conservadorismo, aliada à perspectiva modernizadora/desenvolvimentista (também conservadora) ainda presente no Serviço Social e particularmente na formação profissional.

⁴⁵ Informações obtidas através de entrevista realizada no dia 30 de janeiro de 2007.

⁴⁶ Informações obtidas através de entrevista realizada no dia 18 de setembro de 2006.

⁴⁷ Informações obtidas através de entrevista realizada no dia 18 de setembro de 2006.

Em que pese alguns problemas presentes na experiência em questão, como visto anteriormente, o Projeto junto aos pescadores artesanais de Boqueirão foi idealizado no Curso de Serviço Social da UFMA, em clara oposição à tendência modernizadora. Segundo Moura (1983), esta experiência foi inicialmente desenhada no decurso da disciplina Serviço Social II, a partir das discussões travadas sobre a relação teoria /prática, o que gerou uma grande expectativa quanto à perspectiva de consolidação de uma práxis transformadora no Curso. Assim, comenta a autora:

O desafio de desenvolver uma experiência de prática de Serviço Social, dentro da perspectiva de práxis transformadora, foi assumido por um grupo de alunas e um professor, que começou a se articular no sentido de viabilizar uma proposta na perspectiva da transformação (MOURA, 1983 p.07).

Ainda segundo o relato da autora acima citada, alguns fatores foram decisivos para que a referida proposta se efetivasse vinculada à UFMA, como era do desejo dos seus idealizadores. O primeiro deles foi a consolidação, através de um grupo de estudantes, da demanda por uma prática alternativa de estágio curricular, a partir de uma forte rejeição dos campos tradicionais, vinculados ao Estado. Situação agravada pelo número insuficiente de vagas nas referidas instituições. Outro fator determinante foi a presença de alguns professores, vinculados ao DESES, na coordenação de importantes departamentos na estrutura Universitária, naquele período, como, por exemplo, o de Extensão. Algumas ex-estagiárias assim comentam⁴⁸:

Durante o Curso, a gente tinha a expectativa de um Serviço Social diferente, que era a tônica do currículo que nós estávamos nos formando. Na hora do estágio a nossa expectativa era a de não ir para aquelas instituições que achávamos reproduziam o Serviço Social tradicional. Portanto, nosso sonho era estagiar no Boqueirão, porque sabíamos que lá se fazia a prática do Serviço Social reconceituado. Queríamos participar de trabalhos alternativos, somente proporcionados pelo estágio realizado através da extensão. Não foi fácil conseguir uma vaga, mas enfim deu certo!

É interessante observar nestes depoimentos que, no processo de renovação do Serviço Social, em andamento, sobretudo no contexto da formação acadêmica no Curso de Serviço Social da UFMA, naquele momento, o estágio curricular, através da extensão universitária, foi se construindo como um espaço alternativo para aqueles profissionais e alunos que se arriscavam a trilhar outros caminhos, na tentativa de produzir novas práticas e novos saberes, somente possíveis em espaços onde há uma

⁴⁸ Informações obtidas através de entrevista realizada no dia 18 de setembro de 2006.

maior autonomia e liberdade. A experiência do DESES junto aos pescadores da praia do Boqueirão se insere assim nos chamados campos próprios de estágio e se configurou como um verdadeiro “laboratório” de experimentação de um fazer profissional, naquele momento, efetivamente novo, em franca oposição ao que se vivenciava nos demais espaços profissionais. Esta novidade, no entanto, não advém do fato de a experiência realizar-se em um espaço de prática à parte de uma institucional formal, como alegam alguns, pois, como se observou, ela se originou e esteve o tempo todo vinculada a uma instituição, e diga-se de passagem, de instância federal, como a Universidade pública.

Isso tanto é verdadeiro, que o ato de seu encerramento partiu da instituição Universidade, que não respondeu a sua autonomia frente às forças conservadoras presentes na sociedade, com fortes tentáculos no seu interior. No entanto, mesmo se movendo mergulhada em profundas contradições, assim como qualquer instituição social, a Universidade possui uma margem maior de autonomia, considerando a dimensão do pluralismo e da democracia, como princípios inerentes a ela mesma, o que favorece o desenvolvimento de experiências que tenham como objetivos responder à questão social de maneira mais comprometida com as lutas e as reivindicações das classes subalternas da sociedade. A experiência de formação profissional em Serviço Social, realizada em Boqueirão, se inseriu, portanto, nesta perspectiva, cuja formulação mais adequada no meu entendimento é campo próprio de prática, e assim como outras importantes experiências vinculadas à Universidade buscaram naquele período contribuir para o enfrentamento da questão social em São Luís, particularmente em defesa da luta dos pescadores artesanais, seriamente ameaçados na sua sobrevivência a partir da instalação do Programa Grande Carajás na Ilha, como é destacado no relato de algumas ex-estagiárias⁴⁹:

O Projeto Boqueirão estava de alguma forma buscando enfrentar uma expressão da questão social em São Luís, naquele momento: as pessoas foram jogadas de um lugar para outro em função de um projeto de desenvolvimento que não trouxe nenhum benefício para elas. Diante da irreversibilidade do Projeto Carajás, se tentava, através da luta da organização dos moradores e das negociações com a ANZA, garantir um outro local que preservasse não só a moradia daquela população, como também suas atividades econômicas: a pesca e a olaria. Depois de muita luta isto foi alcançado e os moradores foram

⁴⁹ Informações obtidas através de entrevista realizada no dia 18 de setembro de 2006.

transferidos para o Alto da esperança, localizado também na área Itaqui-Bacanga.

A partir do ano de 1979, ou seja, dois anos após o início do projeto Boqueirão, o DESES inicia um outro trabalho de Educação popular, tendo como alvo também os trabalhadores da pesca artesanal em São Luís, com a perspectiva inicial de alcançar todo o litoral norte do Maranhão. Diante de inúmeros problemas, sobretudo de ordem financeira, a área de abrangência do projeto foi modificada, numa perspectiva de atingir gradativamente toda a Ilha de São Luís (CARDOSO, 1979).

O Projeto intitulado “Trabalho junto ao Pescador Artesanal de São Luís” foi coordenado pela professora Franci Gomes Cardoso do DESES, contou ainda com a participação de professores e alunos dos Cursos de Serviço Social, de Direito e de Economia e vigorou até o ano de 1983, quando foi bruscamente interrompido pela administração superior da UFMA.

Em 1980, diante da necessidade de ampliar e fortalecer o processo de mobilização e organização dos pescadores de Boqueirão, que resistiam bravamente contra a ação de desapropriação desencadeada pela ANZA, em função da implantação do projeto Carajás, ocorre a articulação do Projeto Boqueirão ao Trabalho junto aos pescadores artesanais da Ilha de São Luís, a partir de várias frentes de ação e mobilização, realizadas em função das especificidades das demandas de cada localidade pesqueira.(CARVALHO, et al, 1980)

Segundo Cardoso (1979), o referido Projeto possuía, duas perspectivas básicas de ação, uma de pesquisa e outra de mobilização e organização da categoria profissional do pescador artesanal em São Luís e tinha os seguintes objetivos:

◆ **Quanto à pesquisa:**

a) Caracterizar e analisar as relações sociais na produção pesqueira artesanal, na Ilha de São Luís, destacando:

- A força de trabalho do pescador artesanal;
- O sistema de produção e comercialização do pescado;
- O nível de vida do pescador artesanal;
- A concepção de mundo do pescador;

- A força política do pescador artesanal na sociedade maranhense;
- O pescador artesanal face às propostas de industrialização e comercialização da pesca no Maranhão.

b) Analisar as condições de vida e estratégias de sobrevivência das populações pesqueiras frente ao processo de industrialização presente na sociedade maranhense.

c) Desenvolver uma experiência de Serviço Social que configure uma proposta alternativa de prática profissional, contribuindo para a construção da teoria do Serviço Social.

◆ Quanto à mobilização e organização do pescador artesanal

a) Contribuir no processo de organização e formação de consciência de classe dos pescadores artesanais da Ilha de São Luís;

b) Contribuir para a descoberta e efetivação de formas alternativas de inserção crítica da categoria do pescador artesanal no processo de industrialização da sociedade maranhense.

No que se refere aos aspectos metodológicos, estão presentes no projeto de pesquisa as seguintes indicações:

a) Identificação da realidade, através de contatos com alguns moradores das áreas pesqueiras de São Luís; registros de fatos relacionados à vida da população; reflexão sistemática da equipe técnica com a população sobre as respostas encontradas, a partir da elaboração de conhecimentos preliminares relativos à realidade concreta da população, através da discussão e reflexão do seu modo de vida.

b) Problematização da realidade dos pescadores, a partir de diálogos mantidos com a população nos encontros realizados nas áreas; questionamento quanto às possíveis respostas apontadas pela população aos seus problemas e acompanhamento de provável manifestação de desequilíbrios na população, decorrentes da tomada de consciência de seus problemas e dos obstáculos ao seu enfrentamento.

c) Definição de alternativas de ações transformadoras, a partir da luta coletiva. Isto expressa a postura metodológica da equipe junto ao pescador artesanal: não levar nenhum programa pronto para desenvolver junto à população, mas partir sempre das questões básicas que mobilizavam a população no seu processo de organização, procurando, a partir daí chegar às questões fundamentais.

O Projeto da pesca alcançou, até o seu encerramento em 1983, cinco áreas, consideradas de maior densidade pesqueira na Ilha de São Luís, quais sejam: Raposa, São José de Ribamar, Mocajituba, Quebra-Pote e posteriormente Boqueirão. Em essência as perspectivas do Projeto eram comuns para todas as áreas, ou seja, o trabalho efetivou-se a partir de duas linhas fundamentais: pesquisa e organização da categoria profissional dos pescadores. Entretanto, considerando as especificidades das questões concretas vivenciadas em cada uma delas, foram implementadas formas diferenciadas de encaminhamento do trabalho, na perspectiva de fomentar e consolidar o processo organizativo dos pescadores naquelas diferentes localidades (CARDOSO, 1979).

Nesse sentido, em conformidade com as demandas postas pelos pescadores em cada localidade, destacam-se alguns eixos analíticos preliminares, divididos por área de atuação do projeto, quais sejam:

- As relações sociais de poder na comunidade pesqueira de Mocajituba e as bases organizativas dos trabalhadores pescadores;
- O papel do Assistente Social como intelectual orgânico junto à população pesqueira de Mocajituba e a investigação-ação, como alternativa teórico-metodológica para o Serviço Social;
- A política pesqueira e os pescadores artesanais na área de Ribamar;
- A formação da consciência de classe, como resultado do processo de organização popular dos pescadores artesanais em Ribamar, considerando as relações sociais presentes naquela localidade;
- O processo de organização popular na Raposa e a questão político-partidária;
- As relações sociais de produção e comercialização da pesca artesanal na praia da Raposa, como relações capitalistas de exploração, cuja alternativa de superação passa exclusivamente pela transformação social;
- Os resultados do processo de acumulação do capital sobre a comunidade pesqueira do Boqueirão: obstáculos ao seu processo de organização e formas de resistência;

- O processo de organização popular na comunidade do Alto da Esperança, a partir de uma visão sumária do que foi o trabalho desenvolvido pela equipe junto aos moradores, após o seu remanejamento para aquela localidade.

Percebe-se, através desta breve caracterização, que o Projeto junto aos pescadores Artesanais da Ilha de São Luís, iniciado em 1979 pelo DESES, muito embora não se configure como um trabalho inteiramente novo apresenta um conjunto de características que o diferencia e, mesmo, amplia a experiência anterior, inclusive incorporando-a. É importante destacar, nesse momento que avaliar o projeto da pesca artesanal em São Luís, bem como fazer uma análise comparativa entre os dois momentos do trabalho do DESES junto aos pescadores artesanais em São Luís não se constituem objetivos deste trabalho. Entretanto, como se trata da recuperação histórica de uma experiência, que possui dois momentos bem diferenciados, suas especificidades necessariamente serão destacadas no decurso desta análise.

Segundo a professora Franci Cardoso, a ampliação do Projeto da pesca foi uma demanda posta pelo próprio Curso de Serviço Social, através da sua coordenadora, na época a professora Josefa Batista Lopes, em decorrência da sua inserção em diversos Movimentos Sociais presentes na sociedade naquela conjuntura, a exemplo da sua participação no movimento latino – americano de formação profissional em Serviço social. Por outro lado, vivia-se naquele momento o acirramento de uma expressão particular da questão social no Maranhão, a dos pescadores artesanais, motivadas por uma série de determinações relativas ao projeto de desenvolvimento adotado no estado no curso da Modernização Conservadora, ocasionando um agravamento da questão ambiental, a partir da instalação de Grandes Projetos mínero-metalúrgicos na capital. Neste contexto o governo do estado e os empresários do setor pesqueiro acenavam fortemente com a perspectiva de incrementar esta atividade econômica, através da industrialização da pesca em larga escala. Franci Cardoso afirma, ainda, que sensível a esta demanda, a coordenação do Curso de Serviço Social sugere a ampliação do Projeto da Pesca Artesanal. Ela assumiu o compromisso de elaborar e coordenar o trabalho, enfrentando grandes desafios, inclusive quanto à sua própria formação, que não lhe possibilitava naquele momento trabalhar experiências desta natureza.

Não tínhamos domínio de categorias mais gerais que fundamentassem teoricamente nosso trabalho, tais como, modo de produção, relações sociais,

etc... então buscamos assessoria fora daqui, com a Marilda lamamoto, Miriam Limoeiro Cardoso, dentre outros⁵⁰.

Observa-se, a partir desta fala, que o Projeto da pesca neste momento passou a ser fortemente influenciado por autores que buscaram na fonte clássica da tradição marxista aportes teórico-metodológicos que melhor fundamentassem o Serviço Social no redirecionamento do processo de renovação profissional, na perspectiva crítico-política. Marilda lamamoto é nesse sentido a primeira autora a buscar em Marx os elementos necessários que subsidiassem a construção de uma prática profissional alternativa ao Serviço Social tradicional no país.⁵¹ Destaca-se ainda, no Trabalho da Pesca a forte influência das idéias do pensador italiano Antonio Gramsci, cujo papel na formação profissional em Serviço Social em todo o país foi muito marcante e que, no Curso de Serviço Social da UFMA, foram introduzidas muito em função da demanda colocada por experiências de estágio, em campos alternativos como o de Pesca Artesanal, por exemplo. Uma ex-estagiária do Projeto, assim comenta:

Realizar o estágio curricular no Projeto da Pesca, que era ao mesmo tempo experiência de pesquisa - extensão e também campo de estágio, demarcou uma diferença muito grande, sobretudo nas questões conceituais. Foi no estágio que a gente pôde acessar mais o pensamento gramsciano, que naquele momento foi trazido pela professora Franci Cardoso. De certa forma isso já estava presente no Curso, mas de forma residual, no estágio tivemos a oportunidade de aprofundar estes conhecimentos que são fundamentais até hoje no meu exercício profissional⁵².

O Trabalho junto aos Pescadores Artesanais em São Luís, na sua versão ampliada, se insere, portanto, no amplo processo de Reconceituação do Serviço Social no país, na perspectiva de consolidar, em nível da formação profissional, a tendência crítico-política, de construção de um projeto alternativo de sociedade. Assim, destaca uma ex-estagiária⁵³:

O Projeto da Pesca Artesanal na Ilha de São Luís expressou, junto à Universidade Federal do Maranhão, a efetivação do Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil e, em especial, no Maranhão, no sentido em que a prática profissional seguia quase que hegemonicamente a linha conceitual fundamentalista, e o próprio Curso de Serviço Social possuía uma grade curricular baseada em um conteúdo teórico assistencialista.

⁵⁰ Informações obtidas através de entrevista realizada no dia 12 de julho de 2006.

⁵¹ Segundo José Paulo Netto, é absolutamente impossível abstrair a reflexão da autora Marilda lamamoto da consolidação teórico-crítica do que chama de Projeto profissional de ruptura no Brasil. (NETTO, 1991)

⁵² Informações obtidas através de entrevista realizada no dia 25 de agosto de 2000.

⁵³ Informações obtidas através de entrevista realizada no dia 09 de setembro de 2006

Corroborando com tal pensamento, verifica-se, neste momento da experiência, uma alteração determinante, qual seja: o deslocamento do núcleo central de comunidade, presente na experiência em Boqueirão, para a categoria trabalho nesta versão, demarcando – lhe um caráter essencialmente diferente. Tal afirmativa pode ser verificada a partir da própria proposta metodológica do projeto, baseada na investigação-ação, com centralidade em dois eixos principais: um de pesquisa e outro de mobilização e organização dos pescadores. O primeiro tinha como objetivo desenvolver estudos acerca dos mecanismos de produção da pesca artesanal na Ilha de São Luís, a partir de uma abordagem estrutural da sociedade, centralizada na questão da luta de classes. O segundo, de forma articulada com a pesquisa, objetivava estimular e contribuir com a mobilização e a organização dos pescadores, destacando a sua condição de trabalhadores, inseridos em uma sociedade cuja razão de ser é a busca, a todo custo, do lucro.

Observa-se então que a discussão da categoria trabalho permeava todos os aspectos do Projeto, cuja preocupação maior era situar a prática desenvolvida pelos pescadores a partir do universo delimitado naquela conjuntura específica, como relações sociais de produção, demarcadas por um processo crescente de alterações na indústria extrativa da pesca. Segundo Marx e Engels (1984, p.62) neste tipo de indústria, ou seja, a extrativa, a propriedade privada ainda coincide completamente com o trabalho e seu objeto é preexistente por natureza. Em suas palavras:

Entra aqui, portanto, a diferença entre os instrumentos de produção naturais e os que foram criados pela civilização. A terra (a água etc) pode ser considerada como um instrumento de produção natural. No primeiro caso, caso de um instrumento de produção natural, os indivíduos são subordinados à natureza; no segundo caso, a um produto do trabalho.

Este entendimento, portanto, foi de suma importância para a análise da teia de relações que se processavam em torno dos pescadores artesanais naquela conjuntura, numa perspectiva de análise e de intervenção mais ampla e profunda na realidade, ou seja, para além do meramente aparente.

O Maranhão iniciou, a partir do final dos anos 1970, um novo período em sua trajetória histórica, marcado por profundas alterações em sua estrutura produtiva, entrando definitivamente na rota de expansão do capitalismo internacional, através da

implantação do projeto Grande Carajás. Em meio a este projeto de desenvolvimento conservador, presente no país e aclamado pelo governo estadual como redentor das desigualdades sociais, outra proposta apresenta-se como promotora do desenvolvimento local: a industrialização da pesca em larga escala e a construção de vários terminais pesqueiros como mecanismo para sua viabilização.

Neste sentido, o Projeto junto aos pescadores artesanais encaminhava suas discussões e ações no sentido de problematizar os impactos negativos de tais medidas na vida dos pescadores artesanais e suas famílias, diante da crescente ameaça de desestruturação de suas formas tradicionais de sobrevivência, como necessidade do capital se expandir sem entraves.

O entendimento da categoria trabalho, conduz à compreensão de que o processo de acumulação capitalista engendra formas de exploração capazes de atingir segmentos de trabalhadores, cujo processo de produção não está diretamente sob as determinações da produção capitalista e do regime de assalariamento. Para Santos (apud DIEGUES, 1984), a pesca artesanal se reveste de caracteres bem próximos aos da pequena produção mercantil simples⁵⁴, pois objetiva em primeiro lugar a alimentação em caráter de subsistência do pescador e de sua família e o excedente, quando existe, é então comercializado, passando a contribuir para o abastecimento da própria localidade e de adjacências. A referida autora, em sua análise sobre a pesca artesanal no Boqueirão, assim comenta:

Importa acrescentar, nesse sentido, que na pesca artesanal, conforme Diegues, a pequena geração de excedente não se funda necessariamente, na não separação das forças produtivas, mas na impossibilidade do produtor direto de dispor de equipamento de captura e, secundariamente, da sua incapacidade em usar os conhecimentos adquiridos, e, ainda, por não ser capaz (por falta de embarcações e redes) de explorar o espaço marinho para onde migram os peixes quando as condições naturais, onde viviam, sofrem alterações físicas (SANTOS, 1984, p.102).

De certo que, a partir da implantação de grandes projetos minero - metalúrgicos no Maranhão, estas relações produtivas foram profundamente modificadas, com graves repercussões na vida dos pescadores artesanais, em São Luís, cuja força de trabalho

⁵⁴ “A pequena produção mercantil simples se caracteriza pela propriedade dos meios de produção, pelo controle do processo de trabalho, pela dispersão dos meios de produção, pela reduzida divisão do trabalho, levando a um fraco desenvolvimento das forças produtivas [...] embora exista a propriedade individual ou privada dos meios de produção, não há o surgimento do não-trabalhador, nem a extração da mais-valia de quem participa do processo de trabalho” (SANTOS, 1984 apud DIEGUES, 1979).

foi liberada e colocada à disposição do capital. Em alguns casos, expulsos das terras que lhes garantiam o sustento e de suas famílias, porque perto do mar, e sem condições de serem absorvidos pelo mercado de trabalho assalariado, só lhes restaram como meio de sobrevivência continuar a pescar de forma artesanal, só que agora em condições muito mais difíceis que outrora, em decorrência do modo de produção capitalista que retira de grande parte dos indivíduos até mesmo o direito, através do trabalho de atender suas necessidades, impedindo assim que tenham as mínimas condições de alterar esse estado de coisas. Afinal, como assegura Marx e Engels (1984, p.31):

A primeira premissa de toda a existência humana e, portanto, também de toda a história é a de que os homens têm de estar em condições de viver para fazer história. Mas da vida fazem parte, sobretudo, comer e beber, habitação, vestuário, etc.. o primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos.

Destaca-se, pois, que o Projeto da pesca artesanal, desenvolvido pelo DESES da UFMA, entre 1977 e 1983, situa-se em um quadro mais amplo de experiências alternativas comprometidas com os interesses das classes subalternas que vigoraram no país a partir do Movimento de Reconceituação da profissão, em contraposição à tendência profissional modernizadora/conservadora presente no referido movimento. Estas experiências foram gestadas, em sua maioria, nos espaços acadêmicos, com objetivo bem definido: “[...] romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e prático-profissionais, a partir da referência marxista” (NETTO, 1991, p.250). Nesse sentido, em que pesem os limites destas experiências, os resultados da presente pesquisa demonstraram que o Projeto da pesca artesanal contribuiu, de forma significativa, com o processo de formação profissional no Curso de Serviço Social da UFMA, entre outros aspectos, por questionar sua base conservadora, apontando outros caminhos no processo de renovação da profissão no Estado. Como destacou uma ex-estagiária:

Os dois eixos centrais da proposta metodológica do Projeto voltavam-se então para uma prática profissional que buscava romper com a prática assistencialista até então hegemônica no Departamento de serviço Social, ultrapassando no caso da pesquisa, o interesse na pesquisa pela simples pesquisa, mas dando a ela o sentido do conhecimento da realidade para a sua transformação, além de

superar a “suposta” neutralidade da pesquisa, dando aos pesquisadores a própria condição de classe, pois a escolha do projeto, em si, já se lhe conferia uma identidade de classe⁵⁵.

Esta experiência foi muito relevante também no sentido de destacar o estágio e a extensão diretamente vinculados à Universidade, particularmente à UFMA, como espaços possíveis para o enfrentamento da questão social, a partir do cumprimento da função social desta instituição na sociedade. Apesar de todos os limites, através do referido trabalho, ficou demonstrado ser possível a realização deste objetivo da Universidade pública, na medida em que o Projeto junto aos pescadores artesanais em São Luís efetivamente contribuiu com as lutas deste segmento, fomentando a organização da categoria no processo de reivindicações de seus direitos junto aos órgãos responsáveis da sociedade e discutindo questões importantes quanto à formação da consciência de classe desta categoria de trabalhadores. Entretanto como destacam em seus depoimentos algumas ex-estagiárias:

A UFMA, enquanto instituição responsável por este projeto, que se constituía de ensino, pesquisa e extensão não o assumiu no todo, enquanto tal, contrariando seus próprios princípios, imprimindo limitações na execução do mesmo. Não havendo um compromisso total no desenvolvimento das atividades pelo compromisso de alunas e professoras, as quais chegaram inclusive a cobrir com recursos próprios as despesas com o Projeto.

Apesar de todas as dificuldades e das condições de desativação do projeto (sem nenhuma discussão e a avaliação com os envolvidos), os trabalhos desenvolvidos ao longo deste período deixaram a “semente” do questionamento das condições de vida e da necessidade e condição essencial dos pescadores e suas famílias de se organizarem e se mobilizarem.

Na minha opinião houve uma contribuição do Serviço Social da UFMA, no enfrentamento da questão social, através do projeto da Pesca, quanto à formação da consciência crítica daqueles trabalhadores, na sua organização para conquistar direitos, na defesa do meio ambiente, na preservação da pesca, de suas áreas ribeirinhas, na luta pela sua documentação, inclusive para ter direito à aposentadoria.

A princípio houve um apoio muito grande para o Projeto, mas quando foi detectado que nós estávamos andando por um caminho que não correspondia aos interesses que a administração superior da UFMA esperava, começou uma série de repressões contra a equipe do Projeto, inclusive com os professores perdendo horas de trabalho, resultando no encerramento de forma arbitrária do mesmo.

⁵⁵ Informações obtidas através de entrevista realizada no dia 09 de setembro de 2006.

Os depoimentos são, portanto, riquíssimos como elementos de análise do papel que a Universidade, particularmente a pública, possui na sociedade, sobretudo diante de uma realidade como a brasileira e a maranhense, marcada por tamanhas desigualdades sociais, assunto em destaque no capítulo a seguir, em que se buscará analisar as contribuições do “Trabalho junto ao Pescador Artesanal na Ilha de São Luís”, como uma experiência de extensão universitária, para a formação profissional no Curso de Serviço Social da UFMA.

4 AS CONTRIBUIÇÕES DO TRABALHO JUNTO AO PESCADOR ARTESANAL EM SÃO LUÍS PARA O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFMA

Este capítulo tem como objetivo, como o próprio título indica, analisar as contribuições do Trabalho junto ao Pescador Artesanal em São Luís, para o processo de formação profissional em Serviço Social na UFMA, destacando sua influência no currículo e no atual Projeto Pedagógico do Curso, o que implica necessariamente uma análise do papel da Universidade, particularmente as atividades de extensão no processo de enfrentamento da questão social no Estado.

4.1 A Universidade pública brasileira e sua função no enfrentamento da questão social: o papel da extensão nos chamados campos próprios

Neste trabalho, compreende-se a formação profissional em Serviço Social como um amplo processo “[...] determinado socialmente no conjunto das relações mais gerais de uma dada formação social e no contexto contraditório da universidade, enquanto espaço institucional onde se concretiza a formação básica do profissional” (CARDOSO, 1998, p. 46). Assim configurada, esta expressa uma determinada concepção de ensino diretamente relacionada com a vida social, de onde se configuram os devidos parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio-institucional, colocados historicamente pelas seqüelas da questão social e pela divisão social e técnica do trabalho (ABESS/CEDEPSS, 1996). A partir dessa referência, torna-se imprescindível destacar a concepção de Universidade que norteia tal entendimento, considerando as múltiplas interpretações existentes acerca da função social desta instituição na sociedade.

Segundo Faria (2005), ao longo do tempo, permeiam nas Universidades um grande paradoxo, qual seja, o de, em sendo plurais em sua prática acadêmica, servir ao mesmo tempo tanto à lógica do capital quanto à organização do trabalho, em seu

sentido libertário. Este paradoxo está presente em todas as atividades universitárias nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

A Universidade é uma das mais antigas instituições constitutivas da sociedade humana, sendo por ela historicamente determinada. Segundo alguns historiadores, sua origem data do final do século XII, muito embora, somente a partir do século XIV, o termo *universitas* tenha sido reconhecido socialmente. Em sua origem, portanto, tem como prerrogativa básica a produção do saber como um fim em si mesmo, a partir da formação de uma elite aristocrática. Ao longo do tempo, no entanto, a universidade vem sofrendo alterações à medida que a própria sociedade também se modifica. A consolidação do modo de produção capitalista, com o advento da Revolução Industrial, por exemplo, criou a necessidade de maiores especializações e técnicas que se adequassem às alterações ocorridas na divisão social do trabalho, para melhor responder aos processos de desenvolvimento econômico e social imposto por este novo modelo de organização societária.

Sob o influxo das idéias liberais e com o objetivo inicial de formar os filhos da burguesia, aos poucos a universidade foi sendo pressionada para também atender às necessidades de formação das classes subalternas. Fruto da tradição e com variações de tempo e lugar, no decurso da história, esta instituição se transformou “[...] no lugar apropriado para conceder a permissão para o exercício das profissões, através do reconhecimento dos títulos e diplomas conferidos por órgãos de classe e governamentais” (WANDERLEY, 2003, p. 18).

Na contemporaneidade, a função de produzir, organizar, sistematizar, disseminar e transmitir conhecimentos através de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, é o que diferencia a Universidade, das demais instituições presentes na sociedade. Para realizar tal função, é imprescindível que ela tenha como princípios a democracia, o pluralismo e a autonomia, além de possuir todas as condições necessárias para o exercício das atividades de ensino, pesquisa e extensão. A este respeito destaca Faria (2005, p.22):

Uma Universidade, qualquer que seja o seu tempo e quaisquer que sejam as condições sociais, econômicas, culturais e tecnológicas em que subsista, deve seguir princípios que venham a se constituir na unidade e sua ação acadêmica. Cinco são os princípios considerados fundamentais de uma instituição universitária: o da indissociabilidade entre a produção e a transmissão do conhecimento; o da autonomia plena com relação aos seus órgãos

mantenedores; o da qualidade acadêmica; o da manutenção e da ampliação das formas democráticas de ação; o de atendimento das necessidades da sociedade por meio da defesa da pluralidade do conhecimento e da cidadania.

Entretanto, em sociedades como a brasileira, regida pelo capital, cuja perspectiva é tudo transformar em mercadoria, a Universidade e, neste caso, a pública, encontra grandes dificuldades em exercer sua verdadeira função social. Na atualidade, sobretudo nas economias periféricas, cobra-se cada vez mais que a Universidade responda à demanda de produtos com alto padrão tecnológico, sendo impulsionada pela economia de mercado. À mercê dos organismos multilaterais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, sob a tutela do Fundo Monetário Internacional, a Universidade é encarada sob o ponto de vista de um grande negócio, que deve como tal ser gerenciada “[...] segundo as mesmas normas e os mesmos critérios com que se administra uma montadora de automóveis ou uma rede de supermercado” (CHAUÍ, 1999, p. 119).

Para a referida autora, segundo a ótica destas agências financiadoras da educação em todo o mundo subdesenvolvido, a perspectiva é transformar a instituição Universidade em uma *organização administrada*, em nome da maior eficiência e produtividade, ou seja:

Enquanto uma instituição social tem a sociedade como seu princípio e seu referencial quanto aos valores e às normas, a organização tem seu princípio na idéia de estratégia, isto é, de emprego de meios eficazes para um certo objetivo, e tem como referência apenas a si mesma em um processo de competição com outras organizações que perseguem os mesmos objetivos no mercado (CHAUÍ, 1999, p.120).

De onde se infere, sem grandes esforços, que, a partir desse entendimento das funções que a Universidade Pública deve buscar realizar na sociedade, propugnada pelo ideário neoliberal e plenamente incorporada pelos últimos governos brasileiros, esta se descaracteriza em seus mais caros princípios, como o da autonomia e o da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Sabe-se que, para cumprir com o seu compromisso diante da sociedade de produzir, sistematizar e transmitir conhecimento de maneira crítica e democrática, a Universidade não pode prescindir da sua autonomia, princípio básico através do qual poderá contribuir com os processos de desenvolvimento e emancipação humana, através da efetiva participação nas lutas dos mais diferentes segmentos das classes subalternas que atuam na sociedade. Como

também não pode abrir mão de assegurar a manutenção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como um princípio determinante para assegurar a própria razão de ser da Universidade, duramente atacada na atualidade, pelos organismos multilaterais acima destacados, a partir do diagnóstico negativo das universidades públicas latino-americanas, de onde se recomenda que algumas devam ser tratadas como centro de excelência, portanto, sendo a elas asseguradas todas as condições de desenvolverem pesquisa e ensino de nível internacional e a outras seja designada a tarefa de assegurar somente ensino e, de forma acelerada, com reduzidos custos e de preferência, auto-financiadas.

Neste contexto torna-se necessário uma reflexão sobre o papel e a importância da extensão no âmbito da Universidade pública, considerando sua desvalorização e descaracterização nas propostas acima mencionadas. Concebida como mecanismo de comunicação e articulação da Universidade com a sociedade, a extensão é uma modalidade de ensino e pesquisa, e não mera prestação de serviços à sociedade. Nas palavras de Faria (2005, p.25),

Fazer extensão é escolher esta condição diferenciada de produzir conhecimento, de fazer ensino não formal restrito às salas de aulas, de atualizar estruturas curriculares de forma permanente, de integrar graus e níveis de ensino, de renovar, constantemente a função social da Universidade. Neste sentido, o valor maior da extensão é o de ser capaz de provocar esta intorelabilidade com relação à realidade social e de poder transformá-la em ação consciente do desenvolvimento e da política acadêmica.

Assim também, deve ser concebido o estágio na formação acadêmica, como um espaço de relação da Universidade na sociedade, ou seja, como uma modalidade de ensino e de pesquisa, com o objetivo de responder às demandas postas pela sociedade e ao mesmo tempo produzir conhecimento que possa efetivamente servir, em sentido mais geral, ao pleno desenvolvimento humano e em nível particular, contribuir para o processo permanente de pensar/repensar as questões concretas que perpassam o processo de formação profissional, a elas respondendo de maneira crítica e competente.

Em que pese na atualidade um certo distanciamento desse entendimento na Universidade, a partir da retração de suas atividades acadêmicas e uma tendência cada vez mais presente de tudo transformar em produtos de mercado, diante das sempre crescentes restrições de financiamento do ensino público, é importante

destacar que nem sempre foi assim. Em nível latino-americano, por exemplo, sabe-se que, a partir do Movimento de Reforma Universitária de Córdoba, na Argentina, realizado na década de 20 do século passado, importantes instituições foram fundadas, com a perspectiva de valorizar a extensão e o estágio, como espaços de produção de conhecimento, voltados para a plena emancipação humana, como a Universidade Popular de Lima, no Peru e a Universidade Popular José Martí, em Cuba. Segundo Wanderley (2003), a partir das últimas décadas do século passado, uma série de questões vem preocupando os diversos segmentos que constituem a Universidade, no sentido de problematizar suas finalidades nas sociedades latino-americanas, tais como:

A visão de uma ciência comprometida, a necessidade de democratizar a cultura e o ensino em todos os níveis, a democratização do poder interno da Universidade, a militância de professores e alunos em organizações e partidos populares, a necessidade de estágios para estudantes e outros mais (WANDERLEY, 2003, p.46).

Na sociedade brasileira, somente ao final dos anos 60 do século XX, foi consolidada a concepção de Universidade, baseada no tripé ensino, pesquisa e extensão, sobretudo em razão de um amplo movimento de reforma cultural, cujas propostas, experiências, movimentos e instituições buscavam alternativas no sentido de democratizar a política, o sistema e os processos educativos, vinculando-os às reais necessidades das classes subalternas no país. Experiências importantes nesse sentido foram realizadas no âmbito da Universidade pública, através da atividade de extensão, a partir da crítica ao tradicional modelo de educação vigente na sociedade e também no espaço da academia. O maior e melhor exemplo nesse sentido foi o método Paulo Freire de Educação de Jovens e Adultos, que inaugurou a noção de educação como “prática de liberdade”. Segundo Mainwaring (2004, p. 90):

Freire começou a esboçar seu pensamento sobre a educação popular na metade e no final dos anos 50, quando lecionava na Universidade, no Recife. Durante o início dos anos 60, quando o MEB e outras experiências de educação popular surgiram, Paulo Freire introduziu novos programas de alfabetização de adultos como diretor do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Pernambuco. Hoje suas idéias e técnicas para a alfabetização tornaram-se mundialmente famosas.

Tecendo breves comentários sobre a história da extensão universitária no Brasil, segundo alguns estudiosos do assunto, apreende-se que as primeiras iniciativas de experiências nesta área, de que se têm notícias datam do início do século passado,

geralmente a partir de iniciativas individuais ou de pequenos grupos, que a restringiam à realização de conferências eventuais, abertas ao público, abordando temáticas as mais diversas. A Universidade de São Paulo- USP foi pioneira na execução e difusão de atividades desta natureza, concebidas, enquanto instrumento de divulgação de conhecimentos úteis à vida individual e coletiva, popularização das ciências, das artes e das letras, através da realização de minicursos, palestras, filmes científicos e congêneres, sempre dirigidos pelas classes hegemônicas. Esta concepção político-acadêmica, definida inicialmente pela USP no ano de 1934, permaneceu como referência central nas décadas de 1940 e 1950, muito embora nesta conjuntura comecem a surgir, no contexto universitário, algumas iniciativas de extensão de cunho mais crítico e contestatório.

Entretanto, esta perspectiva somente ganhará força a partir da intensa mobilização política dos anos que antecederam o golpe militar no Brasil, com a emergência de um movimento crítico na sociedade de contestação do conteúdo conservador da cultura nacional, inclusive com ampla participação dos estudantes universitários. Merecem destaque, nesse sentido, o Movimento de Cultura popular em Pernambuco e os Centros populares de Cultura, da União Nacional dos Estudantes – UNE, o Movimento de Educação de Base – MEB e a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”. A necessidade do efetivo compromisso da Universidade com a transformação estrutural do país, a partir da inserção de seus alunos e profissionais neste processo, foi a característica comum a todas elas.

Com o golpe de abril de 1964, o sistema educacional brasileiro foi um dos alvos mais duramente atacados pelos militares no poder. Segundo Netto (1991, p. 54), desde o início do regime militar, já se tinha definido a “filosofia” para esta política social no país, que “[...] consistia no enquadramento do processo institucional da educação”. Nesse sentido, destacam-se dois momentos no enfrentamento da Ditadura com a educação, neste período:

Um, entre 1964 e 1968, caracterizado especialmente pelo esforço para erradicar as experiências democratizantes que se vinham desenvolvendo; outro, a partir de 1968-1969, marcado pela intervenção direcionada para modelar, pela política educacional, o sistema institucional de ensino conforme as exigências imediatas e estratégicas do projeto modernizador. [...] era necessário exemparizar os movimentos democráticos e populares, abortando a inovadora projeção da Universidade de Brasília, exilando Paulo Freire,

ilegalizando a União Nacional dos Estudantes - UNE, desmantelando o Movimento de Educação de Base – MEB, etc. [...] Todas as indicações factuais levam à conclusão de que a refuncionalização do sistema educacional a partir de então conduzida obedece, no que concerne ao ensino superior, ao modelo oferecido pelos assessores norte-americanos que comandaram os estudos para a “reforma universitária.” (NETTO, 1991, p. 58-59)

Muito embora o caráter repressivo do regime em vigor no país, naquele momento, tenha permeado todas as instâncias da sociedade, sobretudo os espaços efetivos de organização política como sindicatos, partidos e também a Universidade, os focos de resistência cresciam e, no caso específico do ensino superior, este descontentamento com a política adotada pelos militares gerou uma crise, cujo desfecho foi a implantação da reforma universitária brasileira iniciada no ano de 1968. Suas principais medidas consistiram em: a instituição dos departamentos em substituição às cátedras, a implantação do regime de crédito, com inscrição por disciplinas, a instituição do ciclo básico e do vestibular unificado por região, o ingresso por classificação, além da fragmentação do grau acadêmico de graduação e a institucionalização da pós-graduação, dentre outros.

Salvo a destituição do regime de cátedra, antiga reivindicação das forças mais progressistas da Universidade brasileira, este conjunto de medidas, preconizadas pela reforma universitária, significou, em termos concretos, a consolidação da política de modernização conservadora no âmbito da Universidade pública brasileira, caracterizada, sobretudo, pela preocupação com a expansão do ensino superior público a baixo custo e o incentivo, inclusive financeiro, para a iniciativa privada assumir e transformar este setor da educação em um negócio bastante lucrativo (TEIXEIRA, 1969; FERNANDES, 1979; NETTO, 1992; SILVA, 1984).

Após a destruição das experiências de extensão universitária, desenvolvidas com sucesso no Brasil no período anterior ao golpe houve, segundo a literatura especializada sobre o assunto, um esvaziamento quase total de atividades nesta área durante o ciclo da ditadura militar, com exceção para aquelas atividades diretamente voltadas para a implementação do projeto desenvolvimentista em curso no país. Um dado curioso nesse aspecto é que inclusive na reforma universitária, as atividades de extensão não se acham vinculadas por lei, em caráter obrigatório, a nenhum dos

órgãos que compõem a estrutura universitária. Como destaca Wanderley (2003, p.48-49):

Apenas no decreto de número 252/67 há uma referência que as universidades podem ter coordenação própria para as atividades de extensão, onde esta não é pensada como função da universidade, mas como uma forma de execução das atividades de ensino e pesquisa. Algumas iniciativas existentes partiram de Departamentos, de reitorias, ou órgãos criados propriamente para tal função. Em geral, a extensão é exercida por meio de cursos, seminários e prestação de variados tipos de serviços à comunidade.

Em que pese o histórico descaso das autoridades nacionais, com uma efetiva política de educação superior, baseada na indispensável articulação entre ensino, pesquisa e extensão, a serviço de um projeto de desenvolvimento que objetive a plena emancipação humana, o que o regime militar conseguiu foi isolar a Universidade do restante da sociedade, obstruindo os canais de articulação com os diversos movimentos das classes sociais. No projeto de educação desenhado pelos militares no poder, à Universidade foi reservada a função de contribuir para o processo de industrialização/desenvolvimento nacional com recursos provenientes do capital estrangeiro, divulgando como positivo este projeto, assentado na ideologia da segurança nacional. Este período também se destaca como sendo o de maior institucionalização oficial da atividade de extensão na Universidade pública brasileira, aparecendo com muita freqüência no discurso governamental, que dispensou recursos expressivos para operacionalização de ações nesta área através da implementação de inúmeros Programas, pautados no Desenvolvimento de Comunidade, concebido segundo recomendação da ONU, como um meio para aceleração do desenvolvimento dos países do terceiro mundo, através da integração das diversas frações das classes subalternas àquele objetivo (GURGEL, 1986; AMMAN, 1985).

Nesta conjuntura, portanto, passam a vigorar, no âmbito das Instituições de Ensino Superior, dois projetos opostos em relação à extensão: um em estado de rearticulação, se pauta no fortalecimento dos movimentos sociais e populares, buscando o desvendamento junto aos mais diferentes segmentos das classes subalternas, das contradições e desigualdades presentes na sociedade, como determinações das mais diferentes expressões da questão social; outro, em franca expansão, tinha a função de mascarar aquelas contradições, abordando a extensão como uma simples atividade prestadora de serviços assistencialistas e manipulatório.

O Projeto Rondon e os Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTACs são os exemplos mais importantes neste período e aqui são destacados não porque foram os únicos, mas pela expressão que tiveram no país como programas de interiorização da Universidade brasileira sob a vigência da ditadura militar. A este respeito comenta Gurgel (1986, p.89-90):

Apesar da importância das experiências individuais das Universidades, somente a partir de 1969 é que, de fato, a extensão começa a tomar uma dimensão nacional, quando surgem a operação Campi Avançado, do projeto Rondon e a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamentos e Ação Comunitária (CINCRUTAC) – estas são, de fato, a base prática de toda a proposta extensionista que se desenvolveu daí para a frente. Qualquer referência à extensão desta época sempre é relacionada com os mesmos.

A idéia inicial do Projeto Rondon surgiu em 1966 na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, a partir do seguinte pressuposto: é necessário dar oportunidade à juventude universitária brasileira de conhecer a realidade do seu país para que possa contribuir para o seu desenvolvimento social e econômico. Aos Universitários caberia a responsabilidade de fomentar a “participação” dos habitantes do interior, das mais diferentes regiões do país, através da sedimentação de valores morais, sociais e cívicos, tendo em vista alcançar o ideal de desenvolvimento, propugnado pelos organismos internacionais e abraçado pelo governo brasileiro naquela conjuntura.

A primeira experiência do referido projeto foi denominada “Operação Zero” e consistiu em um estágio realizado pela Universidade da Guanabara em julho de 1967, quando um grupo de 30 alunos, coordenado por 02 professores, partiu do Rio de Janeiro com destino a Rondônia. Nesta viagem, que durou 28 dias, a equipe realizou diversos trabalhos de levantamento, pesquisa e assistência médica, voltados para a população carente. Com o lema “integrar para não entregar” e inspirado no trabalho desenvolvido pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, a experiência piloto alcançou grande repercussão no espaço acadêmico e foi expandido para outros Estados da federação, até que, em 1970, foi transformado em órgão da administração direta, com autonomia administrativa e financeira.

O referido Projeto possuía como princípios básicos: o voluntariado, o aproveitamento do tempo livre do estudante nas férias, rejeição à política partidária, aprendizado indireto através da prestação de serviços e conhecimento da realidade,

com base no conceito de ação comunitária. (Amman, 1985) As atividades, que foram inicialmente desenvolvidas pelos estudantes e professores, no período de férias, foram consolidadas com ampliação do projeto, a partir da criação do campus avançado, uma versão mais sistematizada do Projeto Rondon, e consistia na “*visualização prática da Universidade Integrada funcionando em áreas estratégicas de grande interesse para a atuação governamental.*” (GURGEL, 1986, p.119)

Relançado em 2005, a partir de iniciativa da União Nacional dos Estudantes – UNE, junto ao Presidente da República, esta versão atual do projeto caracteriza-se tal como no passado, por concentrar ações de caráter voluntário, realizado por alunos e professores no período das férias acadêmicas, articuladas pelo governo federal com a colaboração dos governos estaduais, das Prefeituras Municipais e de algumas Organizações Não-Governamentais, juntamente com as instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, previamente selecionadas, segundo critérios estabelecidos pelo governo, através do Ministério da Educação.⁵⁶ O conjunto de atividades realizadas pelo Projeto, entre os dias 19 de janeiro a 11 de fevereiro deste ano, foi batizada de “Operação Amazônia Ocidental, envolvendo mais de 1000 “rondonistas” entre professores e estudantes de mais de 100 Universidades brasileiras, que realizaram diversas atividades nas áreas de cidadania, bem-estar, desenvolvimento sustentável e gestão pública em 61 municípios carentes, de 08 Estados da federação: Amazonas, Roraima, Pará, Maranhão, Tocantins, Bahia e Rio Grande do Sul. (O PROJETO RONDON HOJE, 2007).

Apresentada dessa forma pelo governo federal, o Projeto Rondon parece ser, a princípio, uma excelente proposta, inclusive, bastante democrática, considerando que sua reativação foi uma demanda do segmento estudantil da universidade, através de sua representação máxima, ou seja, a UNE. Chama a atenção o fato de essa entidade, que historicamente defendeu os interesses da Universidade pública, gratuita e de qualidade, e nesta, do conjunto dos estudantes e de suas bandeiras de luta, venha a

⁵⁶ Quando foi implantado a partir de 1966, os estudantes interessados em participar do Projeto Rondon nele se inscreviam diretamente. Atualmente são as instituições de ensino superior as responsáveis por receber as propostas de trabalho e encaminhá-las para avaliação de uma comissão nacional. De forma discriminatória, e sem considerar as determinações estruturais e conjunturais, os critérios de seleção levam em conta o conceito e a solidez da instituição proponente, o tempo de existência dos Cursos, a qualidade da pesquisa e da extensão universitária e a experiência anterior na região. Como se percebe, segundo estes critérios, nesta nova versão, o projeto é então mais conservador ainda que no princípio.

abraçar, sem fazer nenhuma crítica a tal projeto, como resposta efetiva do governo à necessidade de dinamização da atividade de extensão na universidade brasileira, como destaca a atual diretora da UNE, Patrícia Nogueira: “[...] o Projeto Rondon é uma alternativa de extensão universitária com o real comprometimento social de trabalhar junto às comunidades, buscando o crescimento econômico, com a justiça social e equilíbrio ambiental” (O PROJETO RONDON HOJE, 2007). Entretanto, deve-se ressaltar que, sem maiores e melhores investimentos no ensino superior público no país, a partir da construção de um projeto de educação/desenvolvimento que tenha como primeira prioridade a verdadeira emancipação humana, não é reativando projetos de cunho reacionário e visivelmente assistencialista, como o Rondon, implementado nesta “nova” fase, com o objetivo explícito de “dar um choque de realidade nos estudantes universitários brasileiros”, como afirmou o atual Presidente da República que a Universidade pública cumprirá com sua função social. Ademais concordo plenamente com Faria (2005, p.21), quando afirma:

Quando assume posturas assistencialistas, a extensão não intervém efetivamente nas relações sociais e de produção da vida material. Deslocar estudantes e professores para localidades penalizadas pelas formas de estruturação do processo de desenvolvimento para que tenham um “choque de realidade” e, assim, possam ter clareza sobre as mazelas do país, não pode ser caracterizado como atividade de extensão. A produção do conhecimento; sua transmissão para uma efetiva intervenção no processo de transformação social não se opera com esta lógica.

Quanto ao CRUTAC, iniciado em 1972, como atividade extensionista da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, apesar dos objetivos claramente conservadores, alguns estudiosos do assunto destacam uma perspectiva mais avançada desta experiência em relação à anterior, inclusive de questionamento da metodologia do desenvolvimento de comunidade adotado pelo Projeto Rondon. Segundo Gurgel (1986), a partir de um corpo de profissionais mais diretamente envolvidos com as lutas em defesa das classes subalternas na sociedade, e explorando as contradições presentes na própria Universidade, através do CRUTAC, foram realizados importantes trabalhos na área da Educação Popular, em diversas unidades da federação. No Maranhão, esta experiência se destacou quanto ao seu caráter progressista, e pelos resultados alcançados, chegou a ser considerada uma referência

nacional. Nesse sentido, destaca o professor Roberto Gurgel, coordenador da experiência na UFMA:

A primeira experiência de interiorização na UFMA foi através do CRUTAC. Esta foi marcante porque o CRUTAC no Maranhão, mesmo tendo se pautado na primeira experiência do CRUTAC, realizado no Rio Grande do Norte, que tinha uma expressão mais conservadora, nós aqui por conta da própria equipe que foi formada, constituída por profissionais que militavam em diversos grupos políticos como a Ação popular, O Partido Comunista do Brasil, etc... , ou seja um grupo diferenciado que possuía uma visão mais ampla e atuavam como professores e supervisores de campo, tivemos um projeto diferenciado, elaborado pelos melhores intelectuais do Maranhão. O CRUTAC cresceu demais ao ponto de tornar-se uma expressão nacional tanto assim que eu fui para Brasília, para o MEC coordenar a extensão quando não tinha ligação com nenhuma autoridade e isso aconteceu em função do trabalho que o grupo fez aqui.⁵⁷

O Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária do Maranhão iniciou suas atividades no ano de 1969, em uma região do interior do Estado, escolhida a partir de estudos e levantamento de critérios técnicos, formada pelos seguintes municípios: Pedreiras, Lima Campos, Porção de Pedras, Esperantinópolis, Igarapé Grande e Santo Antônio dos Lopes. Em 1972, dois anos após o início de suas atividades, 90 alunos da UFMA estavam em treinamento no CRUTAC (CHAVES, 1985). É interessante destacar, quanto a sua implementação, que este período é notadamente o de maior euforia desenvolvimentista no Estado, alardeado pelo governador José Sarney, recebendo deste total apoio, através dos organismos governamentais, especialmente a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão – SUDEMA, por considerá-lo como um verdadeiro agente do desenvolvimento regional, muito embora não fossem boas as relações institucionais entre seus dirigentes (GURGEL, 1986). Quanto aos objetivos do Projeto, assim comenta uma entrevistada:

O CRUTAC era um programa de extensão e interiorização, que tinha nos campi a permanência efetiva de professores dos Cursos de Pedagogia, Serviço Social, Enfermagem, Medicina, Direito, Odontologia, Técnico em Arquitetura, Engenharia e Nutrição, etc... desenvolvendo um trabalho integrado na zona urbana e rural de pedreiras. Existia também uma participação efetiva de alunos da UFMA com uma variação de permanência de no mínimo 45 dias a um semestre letivo, sendo substituído paulatinamente, para que não houvesse lacunas no trabalho com as comunidades. A experiência ia da prática ao processo teórico, para acertos de idas e vindas entre teoria e prática. Além do que se buscava uma integração permanente junto com os demais órgãos locais na busca de um trabalho conjunto em prol do crescimento político e social da comunidade. Enfim, a UFMA já teve a extensão como um cartão de visita. Com

⁵⁷ Informações obtidas através de entrevista realizada no dia 20 de setembro de 2006.

certeza foi uma das melhores experiências em extensão, estágio e interiorização nesta Universidade.⁵⁸

Ainda na década de 70 do século XX, a UFMA dando continuidade a seu projeto de interiorização, estende a experiência do CRUTAC ao município de Codó no ano de 1972 e, a partir de 1978, inicia a interiorização através da implantação de cursos regulares de graduação no município de Imperatriz, inicialmente com os Cursos de Direito e Pedagogia.

Importa destacar, segundo os objetivos desta seção do trabalho, que no período em análise importantes projetos na área de extensão e interiorização foram desenvolvidos pela UFMA, servindo de campo de estágio para alunos dos mais diferentes Cursos desta instituição, contribuindo inclusive com a capacitação dos diversos profissionais inseridos nos mais diferentes espaços ocupacionais em São Luís. Este, portanto, foi um período muito rico em atividades nesta área, marcadas pelo efetivo envolvimento da Universidade com as lutas sociais presentes na sociedade, buscando responder às reais demandas colocadas pelos segmentos das classes subalternas, em que pese, em muitos casos, o caráter assistencialista e amenizador dos conflitos presentes em muitas daquelas propostas. São exemplos, dentre outros, Projetos como o LABOHIDRO e Ações no sentido de melhoramento genético de frutas e hortaliças, desenvolvidos pelo Departamento de Biologia, este último voltado para os agricultores do povoado Maioba; Controle da Malária, do Departamento de patologia, nos povoados Inhaúma e Raposa; Ações Integradas para Melhoria do Ensino de 1º Grau – Projeto AME, implementada no município de São José de Ribamar, sob a responsabilidade direta do Departamento de Educação II, em articulação com os Departamentos de economia, Sociologia, Biblioteconomia, Letras, Comunicação Social, Saúde Pública e Serviço Social, também responsável neste período, pela participação em relevantes projetos como o CRUTAC- MA, e o Centro de Atuação Universitária em Desenvolvimento de Comunidade – CAUDEC, este último sob sua coordenação, através de convênio firmado com a Companhia de Habitação Popular do Maranhão, a partir do ano de 1971. Além desses, destaca-se ainda, para efeito da presente análise, o Projeto de pesquisa e extensão, denominado Trabalho junto ao Pescador Artesanal

⁵⁸ Informações obtidas através de entrevista realizada no mês de agosto de 2006.

na Ilha de São Luís, desenvolvido por este Departamento entre os anos de 1979 e 1983 (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 1984).

Estes exemplos são demonstrativos de que, ao longo de sua história, o Departamento e o Curso de Serviço Social da UFMA sempre valorizaram a atividade de extensão no contexto da formação profissional, por concebê-la como uma modalidade de ensino e pesquisa e não apenas como prestação de serviços assistencialistas à sociedade, servindo preferencialmente de campo de estágio para seus alunos. Neste aspecto, percebe-se que esta unidade de ensino de Serviço Social, desde a década de 70 do século XX, busca romper com uma visão conservadora na profissão de que o estágio é o momento do ensino da prática. Assim sendo, continua em plena sintonia com as exigências da formação profissional em nível nacional, na atualidade, neste momento de implementação das atuais Diretrizes Curriculares. Segundo Vasconcelos (2000, p.3),

[...] o objetivo é garantir que os campos de estágio estejam articulados aos projetos de pesquisa e extensão dos professores. Quando o mercado oferece um novo espaço de estágio, a Universidade tem que responder com projetos de pesquisa e extensão.

Muito embora reconheça a autora, que encaminhar a política de estágio nesta perspectiva nas unidades de ensino em todo o país seja muito difícil, sobretudo na conjuntura atual, marcada por tão grandes desafios para a Universidade pública, diante dos impactos da atual reforma da educação superior, realizada segundo o receituário neoliberal.

Em que pesem as enormes dificuldades de concretizar este ideal no Curso de Serviço Social da UFMA, durante toda a sua trajetória e particularmente no período em análise, a extensão é a área na qual foram acumuladas maiores experiências, fortemente articuladas com a pesquisa e ambas servindo de campo de estágio supervisionado. Experiências como o CRUTAC, o CAUDEC e o Projeto da Pesca Artesanal, dentre outros são referências nesse sentido. Ou seja,

Até o início dos anos 80 a extensão se constituía uma via privilegiada do exercício da docência no DESES. Havia inclusive, destinação de carga horária de professores para a extensão, tal como para a pesquisa.[...] Formou-se, então, neste período um significativo movimento que procurava articular Ensino, Pesquisa, Extensão e pós-graduação, tendo-se presente o predomínio da extensão na história da formação profissional em Serviço Social, dada a

experiência acumulada, até mesmo pelas exigências e a natureza dos estágios curriculares. (ABREU et al, 2005, p.25, 26)

Nesta perspectiva, na próxima seção deste trabalho, destacam-se as contribuições do Trabalho da Pesca Artesanal para o processo de formação profissional no Curso de Serviço Social, dando ênfase, particularmente à influência do referido projeto no processo de revisão curricular.

4.2 O Trabalho junto ao Pescador Artesanal e o redirecionamento do projeto de formação profissional no Curso de Serviço Social da UFMA: uma análise a partir da revisão curricular.

A atividade de extensão se constitui na estrutura universitária em uma importante mediação através da qual a Universidade estabelece relações com as demais instituições e os diversos segmentos das classes sociais presentes na sociedade, além de servir de instrumento retroalimentador das atividades de ensino e pesquisa, dada a sua condição privilegiada de, a partir deste contato, produzir conhecimento, sistematizá-lo e transmiti-lo, contribuindo assim para a consolidação da relação transformadora da Universidade na sociedade. Como afirma Faria (2005, p.24):

A extensão é produtora de conhecimento novo, atividade que não pertence exclusivamente à pesquisa, mas para fazê-lo é necessário tomar a realidade, ao mesmo tempo, tanto como lugar de geração e de constituição do conhecimento, quanto de sua renovação permanente. O valor da extensão universitária está justamente nesta condição de defrontar-se com a realidade em movimento e, neste sentido, em apreendê-la como processo.

Nesta perspectiva, compreende-se que o Projeto de extensão intitulado Trabalho junto ao Pescador Artesanal da Ilha de São Luís, desenvolvido pelo Departamento de Serviço Social da UFMA, entre o final dos anos 70 e início dos anos 80 do século passado, teve uma influência muito positiva no processo de formação profissional no Curso de Serviço Social desta Universidade, a partir da relação estabelecida na sociedade local, particularmente com os diversos segmentos dos movimentos sociais organizados, que lutavam em defesa das classes subalternas, que passaram a demandar da UFMA ações nesse sentido. Este contato mais direto com a realidade,

portanto, efetivamente contribuiu com o processo de revisão curricular iniciado no Curso naquele período, ao possibilitar que a equipe de professores e alunos identificasse lacunas na formação profissional, sobretudo a partir da defasagem no conteúdo das disciplinas que compunham a grade curricular do Curso, com relação às demandas postas pela realidade no decurso de realização da referida experiência, como relata a ex-coordenadora do Projeto:

O trabalho junto ao pescador artesanal teve na minha opinião, uma influência muito grande na formação profissional. Foi um trabalho de pesquisa e organização, que favoreceu a própria capacitação do profissional para realizar um tipo de trabalho de natureza extensionista que extrapolava o próprio entendimento tradicional de extensão. Um outro aspecto importante foi a relação que a equipe estabeleceu com os Movimentos Sociais, presentes na sociedade, que demandaram da Universidade um trabalho desta natureza, como a própria criação da própria universidade, que foi ela mesma uma exigência da sociedade. Assim, não digo que aquela experiência tenha influenciado o currículo como um todo, mas sim, o conteúdo programático, o que permanece até hoje. Por exemplo, no novo currículo a categoria trabalho, assim como questão social, tem um lugar central. Sem dúvida que nós, através da experiência, introduzimos a discussão dessas temáticas, dessas categorias, que são históricas, mas até um determinado momento estavam ausentes do nosso processo de formação profissional.⁵⁹

Ao realizar-se uma breve recuperação histórica deste processo, percebe-se que, até os anos 60 do século XX, o projeto de formação profissional em vigor nesta unidade de ensino era ainda fortemente orientado por uma filosofia essencialmente cristã, com destaque para a formação religiosa e moral dos estudantes, objetivando a divulgação da Doutrina Social da Igreja Católica. A exemplo disso, existia a obrigatoriedade, em todas as séries, da disciplina Cultura Religiosa, o que remontava a origens do Curso no Estado. Assim, destacam Abreu et al, (1985, p. 86):

O Serviço Social quando se implanta no Maranhão já vem marcado pela influência norte-americana, com uma preocupação no trato com a questão social a partir do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, percebendo-se, também, influência de origem européia – formação doutrinária e moral – cuja perspectiva era de reconstruir a sociedade em bases cristãs fundadas na filosofia neotomista. Essa influência é observada não só na formação do Assistente Social, como expresso de forma concreta de suas primeiras experiências, como pelo currículo da escola que enfatizou as disciplinas Doutrina Social da Igreja, Ética Profissional, Moral, Cultura Religiosa e Seminário de Formação.

Somente a partir de 1967, com a incorporação da Faculdade de Serviço Social à Fundação Universidade do Maranhão, tem início a reformulação do currículo do Curso

⁵⁹ Entrevista realizada com a coordenadora do Projeto no mês de julho de 2006.

que entra em vigor em 1970. Além de Cultura Religiosa, foram retiradas do antigo currículo, as seguintes disciplinas: Seminário de Formação; Ética Geral; Higiene e Medicina Social; Antropologia; Psicologia Evolutiva; Serviço Social de Grupo e Técnicas Auxiliares; Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC; Programa de Bem-estar Social e Doutrina Social da Igreja. (Ver currículo em anexo) Nesse processo, percebe-se que a centralização na formação moral-religiosa é deslocada, tendo em vista uma formação profissional de cunho mais técnico e racional, o que se reflete na incorporação no currículo de disciplinas como: Planejamento Social; Técnica em Comunicação Humana; Antropologia; Sociologia do Desenvolvimento; Estudos de Problemas Brasileiros; Psicologia Geral e Estágio Supervisionado (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 1970).

O referido currículo, portanto, foi implantado como parte das exigências da reforma do ensino superior público brasileiro, adotado pelos militares no poder em 1968, que, entre outras medidas, criou na Universidade o Ciclo Básico, que correspondia ao primeiro ano de formação acadêmica e o Ciclo Profissional, que se desenvolveria em três anos. Estas medidas foram então, incorporadas pelo Serviço Social a partir da referida revisão curricular, que, no bojo da implantação da reforma universitária ainda sofreu uma reestruturação, a partir da qual a Faculdade foi dividida em dois Departamentos acadêmicos: o de Teoria e Fundamentação do Serviço Social e o de Metodologia e Aplicação do Serviço Social. Esta medida foi resultado do I Seminário de Ensino Integrado, realizado no ano de 1970, com assessoria da SUDENE, cujo objetivo era a implantação da reforma universitária no âmbito da Faculdade de Serviço Social (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 1970).

Diante dessa nova configuração, em 1971, entra em vigor no Curso uma nova proposta de currículo, com a adoção do regime semestral e a introdução de outras disciplinas como Política Social, Teoria do Serviço Social, Metodologia Básica do Serviço Social e Serviço Social Aplicado, designada para iniciação do aluno no estágio. Destaca-se, quanto a este aspecto, a criação neste período de importantes experiências na área de extensão na UFMA, como o CRUTAC e o CAUDEC, que

passaram a ser campos de estágio para alunos do Curso de Serviço Social. (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 1971).

Em que pese o caráter ainda bastante conservador, presente nas propostas de currículo implantadas no Curso na década de 70 do século XX, cuja perspectiva era de adequação pura e simples às determinações do mercado de trabalho, voltado para atender o modelo de desenvolvimento modernizador/conservador que vigorava no Estado e que se reflete nas disciplinas adotadas, sem sombra de dúvida, elas representaram um significativo avanço no processo de formação profissional do assistente social no Maranhão, se comparado com o currículo anterior, permeado pela doutrina moral da Igreja. Este avanço reflete as mudanças que se vinham operando na profissão em decorrência do Movimento de Reconceituação do Serviço Social no país, a princípio impregnado de propostas reformistas, baseadas no modelo desenvolvimentista conservador dos militares no poder. Como destacam Abreu et al (1985, p.117):

Verifica-se assim que, dado as exigências da própria realidade naquele momento, deu-se um grande avanço na profissão, sob forte influência da política desenvolvimentista e modernizadora que permeava as ações em todos os níveis do Estado. Esse caráter foi impregnado nas ações dos profissionais e em particular dos Assistentes Sociais no Maranhão sob a influência dos próprios profissionais que participaram do Encontro de Araxá. [...] Os Assistentes Sociais maranhenses, participantes desse Encontro, além de grande influência no meio profissional, souberam fazer multiplicar os seus fundamentos essenciais, tanto no que se refere ao ensino, como na intervenção profissional, procurando, através das políticas sociais nesse período pós – golpe, incrementar esforços no sentido de sua modernização e tecnificação. Esforço este que teve continuidade com o Encontro de Teresópolis [...].⁶⁰

Entretanto o grande salto de qualidade neste processo dado pela categoria profissional, liderada pela ABESS, em nível nacional, teve início no final da referida década, em torno da revisão do currículo mínimo do Curso de Serviço Social, onde houve um aprofundamento “[...] na perspectiva de superação do pragmatismo histórico da profissão e de sua inserção crítica, comprometida com os processos de transformação na sociedade” (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2005) A marca deste movimento foi a crítica aos rumos que o Movimento

⁶⁰ Maiores informações sobre os encontros de Araxá e Teresópolis, comentados pelas autoras, na referida citação, encontram-se na primeira parte deste trabalho.

de Reconceituação da profissão vinha tomando, no sentido de consolidação da ordem econômica, política e social adotada pelas classes hegemônicas no país.

Como foi destacado na primeira parte deste trabalho, um conjunto de fatores em nível local determinou o aprofundamento das críticas e a necessária alteração no processo de formação profissional no Curso de Serviço Social na UFMA, o que repercutiu em mais um importante momento do seu permanente processo de revisão curricular, pautada no currículo mínimo da ABESS, que culminou com a proposta de 1982, tais como: a efetiva participação dos professores do DESES nos debates nacionais promovidos pela referida entidade, o retorno de alguns docentes da pós-graduação nos Estados do centro-sul do país e a rearticulação do movimento estudantil no Curso. É neste contexto que ganha destaque o trabalho em nível de pesquisa e extensão, que vinha se desenvolvendo pelo DESES, com a assessoria da Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis- PREXAE, junto aos Pescadores Artesanais da Ilha de São Luís desde o ano de 1977, como destaca Silva (1984, p.101):

Ressalta-se ainda que em 1978 foram oferecidos significativos subsídios ao processo de revisão curricular por uma experiência de extensão do Departamento de Serviço Social, então assessorado pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis. Tratava-se de uma experiência de educação popular junto a uma comunidade pesqueira da Ilha de São Luís. Convém notar que, nessa época, havia todo um esforço de sistematizar as atividades de extensão da universidade na perspectiva de retroalimentar as atividades de ensino e pesquisa. Através da experiência citada, permitiu-se identificar lacunas na formação profissional dos estudantes, em termos de conhecimentos básicos sobretudo nas áreas da economia, do direito, pesquisa, política social, antropologia cultural, filosofia, comunicação social e psicologia social, o que exigia estudos exaustivos complementares por parte dos estudantes, com orientação dos professores.

Em decorrência de todas as determinações anteriormente elencadas, os traços constitutivos da formulação e do acompanhamento da implantação da nova proposta de currículo que entra em vigor no Curso de Serviço Social da UFMA, em 1982, são inovadoras e sintetizam um salto de qualidade no processo de formação profissional, rumo à superação de uma visão meramente curricularista presente nos anteriores processos de revisão. Em razão dos próprios objetivos do Trabalho junto aos Pescadores Artesanais, assim sintetizado: orientar-se pela perspectiva de realizar uma prática profissional alternativa ao modelo de profissão estabelecido, a partir de uma inserção mais efetiva junto às classes subalternas presentes na sociedade, em

consonância com o processo mais amplo de renovação da profissão no país, pautado na crítica aos postulados tradicionais da profissão, o referido Projeto deixou impresso suas marcas não apenas naquela proposta de revisão curricular, mas no próprio projeto de formação profissional, desenhado a partir de então no Curso de Serviço Social da UFMA que, atravessando décadas, se consolida na atualidade através das atuais diretrizes curriculares. Pode-se verificar tal assertiva nas premissas básicas constitutivas da proposta de currículo pleno de 1988, mantidas na sua essência no atual Projeto Pedagógico do Curso.

- Compreensão da revisão curricular como parte de um projeto político onde a perspectiva histórica das lutas das classes subalternas ganha lugar de elemento central;
- Entendimento do caráter interventivo da profissão Serviço Social como uma totalidade com determinado nível de complexidade que se expressa concretamente por uma intervenção direta na realidade e por um corpo de conhecimento sobre a realidade e sobre sua própria intervenção;
- Entendimento de que a formação profissional ultrapassa o ensino acadêmico, abarcando por conseguinte as práticas de investigação e pesquisa, a prática profissional e organizativa, bem como a capacitação continuada. (CARDOSO, et al, 1996, p. 05)

Partindo-se do pressuposto de que a atividade de extensão tem na Universidade a função retroalimentadora do ensino e da pesquisa, o processo de implementação do referido Projeto colocou demandas por novos conhecimentos não contemplados na grade curricular e nas pesquisas desenvolvidas no Curso de Serviço Social da UFMA, naquele momento. Diante das evidências constatadas através do referido trabalho de extensão, foi elaborada uma Proposta com o objetivo de subsidiar a Revisão Curricular no Curso, à luz da referida experiência (ver Anexo B), que resultou na incorporação não só de novos conteúdos nas disciplinas já existentes, mas, posteriormente, na incorporação de outras disciplinas na grade curricular, como foi o caso da disciplina Educação Popular e Serviço Social, presente no currículo, a partir de 1982, e que se mantém, desde então, como disciplina obrigatória (ver Anexo A). Na citada Proposta, portanto, destaca-se:

A Divisão de Serviços Comunitários, em um processo de estudo com a equipe de trabalho responsável pela experiência DESES/PREXAE – que se constituiu na aplicação do modelo de intervenção a nível de Educação Popular na comunidade Boqueirão – iniciou uma análise do conteúdo do currículo do Curso de Serviço Social, objetivando verificar a adequação do ensino para o desempenho de uma atuação profissional. E assim, com base na experiência já desenvolvida durante o período de 1 ano, evidenciou-se lacunas na formação

profissional em termos de conhecimentos básicos em determinadas áreas que a PRAXIS exigiu da equipe de trabalho que, então, ressentiu-se dessa fundamentação teórica, tendo que desenvolver um intenso estudo complementar, numa tentativa de, pelo menos, atender ao conteúdo indispensável. Por outro lado, a imersão na realidade fez surgir a necessidade de conhecimentos específicos que podem configurar diversos temas de pesquisa. (ver documento em anexo) (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 1978, p.02).

Quanto à sugestão de várias temáticas para investigação, suscitadas naquele momento através do referido Trabalho, observa-se uma grande ênfase na categoria urbano, diante da necessidade de aprofundar conhecimentos sobre as alterações que se vinham processando na realidade maranhense com graves conseqüências para a sobrevivência nas cidades, particularmente na capital, São Luís. Posteriormente, algumas pesquisas foram realizadas no Curso, tendo como objeto de estudo as questões urbanas, ratificando que esta é uma categoria importante não só para as Ciências Sociais, como também para o Serviço Social, sobretudo hoje, quando, nas Atuais Diretrizes Curriculares a questão social se destaca como referência central na profissão⁶¹. É sob suas múltiplas expressões que o Assistente Social intervém e é chamado a dar respostas, sabendo-se que na sociedade brasileira e maranhense na atualidade, as demandas nas cidades sobrepõem as do campo, diante da crescente concentração urbana, como testificam os institutos de pesquisa, cujos indicadores foram apontados no primeiro capítulo deste trabalho.

Isto é um forte determinante, por exemplo, para que se mantenha, no processo de formação acadêmica, uma perspectiva mais voltada para a análise dos fenômenos urbanos, como uma tendência que vem se consolidando historicamente no Curso de Serviço Social no Maranhão. Os eixos temáticos, o ementário das disciplinas e as pesquisas atualmente em vigor no Curso comprovam tal assertiva (ver anexo C).

No atual Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFMA, “[...] o currículo é articulado em torno de eixos temáticos que expressam a vinculação histórica do Serviço Social com a questão social e as mediações pelas quais essa vinculação se faz e se expressa” (ABREU et al, 2005, p. 07). Analisando-se a influência do Trabalho

⁶¹ Corroborando com tal afirmativa destaca-se que, no atual Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, a disciplina Questões Urbanas foi suprimida e a discussão da categoria urbano, compõe a disciplina Questão Social III, onde se enfatiza esta problemática também na realidade maranhense (ver ementário em anexo C)

junto aos Pescadores Artesanais no processo de formação profissional, particularmente no currículo do Curso de Serviço Social, a partir de então, destaca-se que dos dez eixos temáticos que constituem o atual currículo pelo menos cinco deles já constavam no conjunto de temáticas abordadas pelo referido Trabalho, inclusive como matéria de estudo nas monografias de conclusão de curso das ex-estagiárias do Projeto, quais sejam: Serviço Social em sua inserção no movimento da sociedade: processos interventivos; formação profissional e organização dos assistentes sociais; questão social e políticas públicas; movimentos sociais e direitos; instituições e controle social; trabalho e sindicalismo no Brasil. Demonstra-se, na tabela abaixo, a relação dos títulos das referidas monografias e os respectivos anos de sua elaboração.⁶²

TABELA 3 - MONOGRAFIAS SOBRE A PESCA ARTESANAL

TÍTULO	ANO
A educação popular no processo de desapropriação da Comunidade de Boqueirão.	1979
As relações sociais de produção e comercialização na pesca artesanal na praia da Raposa.	1980
A prática interventiva do S.S. junto ao pescador artesanal na praia da Raposa: uma experiência de investigação-ação.	1980
Estudo das relações sociais de produção na pesca artesanal	1980
As relações sociais de produção na pesca artesanal em Ribamar (uma proposta de estudo)	1980
Aspectos políticos nas relações sociais de produção na pesca artesanal na praia da Raposa	1980
Resistência do grupo que permanece na área face à desapropriação	1981

⁶² A tabela foi elaborada a partir dos títulos encontrados em fichários, onde se relaciona um conjunto de informações gerais sobre todas as monografias elaboradas pelas concludentes do Curso de Serviço Social ao longo de sua história. Alguns destes fichários quase foram extraviados, juntamente com muitos documentos importantes para a memória do Curso, mas, através do CDILUSS, foram recuperados e atualmente, sob os seus cuidados, encontram-se à disposição para consultas e pesquisas como esta. Dos títulos encontrados nos fichários, referentes às monografias sobre a Pesca Artesanal, apenas doze exemplares foram localizados no referido arquivo, a partir dos quais foram elaboradas as palavras-chave de cada um dos trabalhos, considerando que na época esta não era uma prática obrigatória nas monografias.

TÍTULO	ANO
Condições organizativas da população da área Itaqui-Bacanga desapropriada pela implantação do Projeto Carajás	1981
A prática do pescador artesanal a nível de sua atividade produtiva na praia da Raposa	1981
Relações Sociais na pesca artesanal (Experiência Mocajituba)	1981
A política pesqueira e os pescadores artesanais(Experiência Ribamar)	1981
O processo de organização popular na Raposa e a questão política partidária	1981
O processo de conhecimento no trabalho com a população do Quebra Pote	1981
O processo de Organização e seus obstáculos	1981
Os resultados do processo de acumulação de capital sobre a comunidade pesqueira do Boqueirão	1981
O processo de organização popular na Comunidade do alto da Esperança	1981
O Assistente Social como intelectual no processo de organização de população pesqueira do porto de Mocajituba	1982
A questão da organização política dos pescadores artesanais de Ribamar	1982
Análise da prática do S.S. junto ao pescador artesanal em Ribamar	1983
A formação da consciência de classe no processo de organização popular do pescador artesanal de Ribamar	1983
Conseqüências da expansão capitalista na produção artesanal – Estudo de um caso específico: alto da Esperança	1983
As Bases Organizativas da População Pesqueira do Porto de Mocajituba	1983

FONTE: CDILUSS

Guardadas as devidas especificidades, pode-se inferir, na seguinte tabela, que já existia, no Projeto junto ao Pescador Artesanal na Ilha de São Luís, a discussão de categorias hoje centrais na formação profissional, particularmente, na formação acadêmica em Serviço Social, com destaque para questão social e trabalho, mesmo que ainda de forma embrionária. À luz da teoria marxista, “[...] sem dúvida que, nós, através da experiência, introduzimos a discussão dessas categorias, que são históricas, mas que, até um determinado momento, estavam ausentes do nosso processo de formação profissional”, destaca a ex-coordenadora do Projeto. Outro dado interessante para visualizar tal assertiva apresenta-se na relação das palavras-chave elaboradas a partir das referidas monografias, que bem expressam a vinculação do Projeto e dos sujeitos a ele vinculados com a construção de um projeto alternativo de profissão e de sociedade e sua contribuição para a formação da consciência política e profissional desses sujeitos, particularmente do corpo discente. A seguir apresenta-se o conjunto dessas palavras-chave em forma de tabela.

TABELA 4 – PALAVRAS-CHAVE DAS MONOGRAFIAS DO PROJETO DA PESCA

MONOGRAFIAS	PALAVRAS-CHAVE
A educação popular no processo de desapropriação da Comunidade de Boqueirão.	Educação popular, Serviço Social, comunidade, pesca e pescador artesanal
Aspectos políticos nas relações sociais de produção na pesca artesanal na praia da Raposa	Relações sociais, instituições, atividades produtivas, Serviço Social, pesca e pesca artesanal
As relações sociais de produção e comercialização na pesca artesanal na praia da Raposa.	Processo de produção, processo de comercialização, mobilização, organização popular, pesca e pescador artesanal
A prática do pescador artesanal a nível de sua atividade produtiva na praia da Raposa	Processo de produção, sistema de comercialização, política pesqueira, industrialização da pesca, cooperativismo, pesca e pescador artesanal
O processo de organização popular na Raposa e a questão política partidária	Organização popular, individualismo, cooptação, partido político, pesca e pescador artesanal
A prática interventiva do S.S. junto ao pescador artesanal na praia da Raposa: uma experiência de investigação-ação.	Serviço Social, prática pedagógica, investigação-ação, transformação social, pesca e pescador artesanal

MONOGRAFIAS	PALAVRAS-CHAVE
O Assistente Social como intelectual no processo de organização de população pesqueira do porto de Mocajituba	Prática profissional, intelectual, organização popular, transformação social, pesca e pescador artesanal.
Análise da prática do S.S. junto ao pescador artesanal em Ribamar	Prática profissional, Educação popular, transformação social, pesca e pescador artesanal.
A formação da consciência de classe no processo de organização popular do pescador artesanal de Ribamar	Organização popular, ideologia, consciência de classe, transformação social, pesca e pescador artesanal.
As Bases Organizativas da População Pesqueira do Porto de Mocajituba	Organização popular, processo produtivo, classe social, pesca e pescador artesanal.
Relações Sociais na pesca artesanal (Experiência Mocajituba)	Relações sociais, organização popular, metodologia-ação, relações de poder, pesca e pescador artesanal.
O processo de Organização e seus obstáculos	Organização popular, obstáculos, comunidade, desmobilização, pesca e pescador artesanal.

FONTE: CDILUSS

Estes dados são importantes, não só para demonstrar a perspectiva renovadora do Serviço Social como profissão presente no “Trabalho junto ao Pescador Artesanal”, naquele período, determinada, sobretudo, pela aproximação com o arcabouço teórico-metodológico marxista, em que pese seu nível ainda embrionário como demonstrado pelas alunas nos trabalhos de conclusão do curso, como também são um forte indicador de como a participação no projeto e uma aproximação maior com a referida teoria - que apenas ensaiava seus primeiros passos no Curso - muito contribuíram para o processo de formação profissional dessas alunas numa perspectiva política de comprometimento com as lutas das classes subalternas, presentes na sociedade, o que as acompanha até hoje, em suas trajetórias profissionais. Muito embora não se queira aqui homogeneizar tal conclusão, considerando-se que na pesquisa se trabalhou apenas com uma amostragem deste universo, a partir da qual tal afirmativa foi confirmada. Por exemplo, ao se perguntar sobre a motivação para participar do Projeto e que papel ele exerceu em suas trajetórias profissionais, todas as respostas se

encaminharam mais ou menos para o mesmo sentido: participar de um Projeto alternativo à prática tradicional de Serviço Social, na busca pela superação de modelo tradicional de ensino, pesquisa e extensão, que dominava a formação profissional até então; adquirir conhecimentos sobre a teoria marxista, como paradigma capaz de fazer a crítica ao conservadorismo presente naquele momento, de forma hegemônica, na profissão e que, participar do Projeto, contribuiu efetivamente para o bom desempenho ao longo de suas trajetórias profissionais, inclusive na academia, como revelam os seguintes depoimentos⁶³:

Naquele momento, este projeto representava para nós estudantes à alternativa do Serviço Social, de construção de uma profissão comprometida com as lutas das camadas populares ou da classe trabalhadora. Então este projeto fazia parte deste movimento de luta dentro da Universidade, em um período marcado pelo auge do Movimento Estudantil. [...] Este Projeto teve um papel significativo na minha vida profissional, pois me deu a direção da profissão, foi o como bater da asa da borboleta; influenciou a construção do futuro.

A minha motivação para participar do Projeto se deu em razão daquela se configurar naquela conjuntura uma experiência pioneira do Serviço Social na área de extensão, voltada para a organização e mobilização de setores populares. [...] Então havia um entusiasmo muito grande naquela época e uma grande repressão também. Portanto, participar do projeto foi uma opção que eu fiz ao longo do Curso e foi algo muito importante para a minha formação profissional.

Várias coisas me motivaram: a importância do Projeto para o cumprimento do papel extensionista da Universidade; a possibilidade de trabalhar na perspectiva da Educação popular, refletindo diretamente com sujeitos de um processo histórico, que no momento se constituía em um grande conflito, definido pela inserção da prática da pesca industrial em uma área tipicamente de pesca artesanal; o quadro de professores que refletiam naquele momento, as reflexões sobre a prática do assistente social que estava na centro do debate acadêmico, e que expressava o rompimento com a corrente funcionalista até então dominante no Departamento de Serviço Social da UFMA; identificação pessoal com o segmento envolvido no Projeto.

Participar do Projeto, essencialmente, fortaleceu minha concepção profissional do papel do assistente social, na perspectiva da prática emancipatória dos sujeitos, determinando a compreensão do papel do profissional na identidade e luta de classe; a aprendizagem do trabalho em grupo, coletivo, considerando que, enquanto estagiária, era um membro do grupo de pesquisa, participando de todo o processo, desde o planejamento até a avaliação, não exercendo atividades “inferiorizadas” do processo. Este comportamento do grupo de professores atuantes no projeto foi determinante para o meu comportamento de respeito a qualquer “nível” ou “tipo” de profissional, que esteja nos grupos de trabalho em que atuei desde então. A valorização e respeito ao conhecimento empírico, popular dos segmentos sociais com os quais trabalhei e trabalho, não assumindo o papel de “conhecedora”, de “dona da verdade”.

⁶³ Depoimentos obtidos através de entrevistas realizadas no ano de 2006.

Existia um cenário naquela época bastante motivador para se participar de experiências como a da Pesca Artesanal. Primeiro porque foi uma conjuntura marcada pela redemocratização do país. Do ponto de vista institucional existia um contexto extremamente contraditório e bastante visível na UFMA, porque se de um lado existiam em alguns setores administrativos, sujeitos de visões bastante avançadas que trabalhavam em defesa de um projeto de universidade voltado para a pesquisa, o ensino e a extensão, buscando responder às questões que estavam na ordem do dia na sociedade, por outro, no entanto, a administração superior da Universidade era bastante autoritária, estabelecendo assim uma correlação de forças muito acentuada quanto à existência e luta entre diferenciados projetos de sociedade.

Assim, ao se analisar a importância e as contribuições do trabalho junto ao Pescador Artesanal na Ilha de São Luís, para a formação profissional no Curso de Serviço Social da UFMA, chega-se à conclusão que o referido projeto, em um curto espaço de tempo - aproximadamente cinco anos – também, contribuiu com as classes subalternas presentes na sociedade local, mais particularmente com os trabalhadores da pesca artesanal ao estabelecer relações de troca de saberes entre estes e a Universidade, como deve ser toda e qualquer atividade de extensão universitária.

Apesar do caráter autoritário assumido pela direção maior da Universidade, em alguns momentos decisivos de confronto com as forças mais reacionárias da sociedade, colocando-se mesmo a seu serviço - em franco desrespeito aos princípios da democracia e da autonomia universitária – ,aquele período foi marcado pela forte presença da extensão enquanto um projeto relacionado ao ensino e à pesquisa, o que foi assumido e ampliado a partir da presença de alguns sujeitos⁶⁴ na direção de instâncias estratégicas da UFMA. Nesta perspectiva, buscava-se desenvolver uma política de extensão, comprometida com os reais interesses da sociedade, revelando assim o caráter bastante contraditório presente nesta instituição, naquele período. Ou seja, enquanto a sociedade brasileira era marcada pelas lutas em torno da abertura política e democratização dos espaços de organização das classes subalternas,

⁶⁴ Refere-se aqui, além de iniciativas particulares, de alguns Cursos e Departamentos da UFMA, como já demonstrado nesta análise, à importância do trabalho desenvolvido por alguns professores que naquela conjuntura ocuparam cargos na administração superior da UFMA, dentre os quais destaca-se a atuação das professoras do DESES, Maria Ozanira da Silva e Silva, como Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Estudantis, da professora Franci Gomes Cardoso, como Diretora do Departamento de Extensão, na referida Pró-Reitoria. Para efeito da presente análise, cita-se apenas estes nomes, sem, no entanto, desconhecer a importância de outros sujeitos que, na direção destes, como de outros cargos, realizaram trabalhos significativos para a consolidação de um verdadeiro projeto de extensão na Universidade, naquele período. (vide Projeto de Dinamização da Extensão da UFMA - ver anexo D)

duramente reprimidos com o golpe de abril de 1964, aglutinando forças, inclusive no âmbito da Universidade pública, embora ainda de maneira lenta e gradual, característica daquele período político de distensão, a UFMA foi palco de ações truculentas e reacionárias como a que resultou no encerramento do Projeto junto aos pescadores artesanais, em meados de 1983, quando a Ditadura dava seus últimos suspiros no país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu uma compreensão sobre o processo de formação profissional do Assistente Social no Maranhão, no contexto de renovação do Serviço Social no Brasil iniciado na década de 70 do século XX, configurando, a partir de então, diferentes perspectivas na relação e enfrentamento desta profissão com a questão social. O trabalho desenvolvido pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão, junto aos pescadores artesanais da ilha de São Luís, no final dos anos 70 e início dos anos 80 do século XX foi a referência central para análise deste processo, considerando sua importância no processo de redirecionamento da formação profissional no Maranhão, da tendência conservadora/ modernizadora para a perspectiva de construção de um projeto profissional alternativo, consubstanciado na estreita vinculação com as lutas sociais travadas pelos mais variados segmentos das classes subalternas presentes nesta sociedade na referida conjuntura, particularmente os pescadores artesanais.

Neste sentido, um primeiro ponto a ser considerado refere-se aos vínculos históricos do Serviço Social com a questão social na sociedade brasileira, inicialmente através da Igreja Católica, que a encarava como uma questão moral e, portanto, de responsabilidade individual e, posteriormente, via Estado, que pautou sua atuação frente as suas seqüelas, a partir de duas posições básicas: ou através da repressão pura e simplesmente, tratando-a como “caso de polícia” ou por outro lado, reconhecendo-a como uma questão política e legal, a ela respondendo através de um conjunto de leis e medidas de proteção social, marcadas pela punição e controle social. Guardadas as devidas particularidades, estas perspectivas estão igualmente presentes na trajetória histórica da profissão no estado do Maranhão.

Portanto, historicamente, como se procurou demonstrar neste trabalho, a função desempenhada pelos assistentes sociais frente à questão social foi de apaziguadora dos conflitos sociais, a partir de uma suposta neutralidade e superioridade conferida pela sua condição de classe. Postura esta, que somente passa a sofrer alterações a partir do conhecido Movimento de Reconceituação da profissão deflagrado nos anos 60

do século passado no continente latino americano e que ganha visibilidade no Brasil nos anos 70 do referido século.

O referido Movimento influenciou decisivamente o processo de formação profissional até então em vigor no país, dentre outros motivos pela aproximação do Serviço Social com a teoria marxista e seu método crítico dialético em que pese os já conhecidos e amplamente divulgados equívocos ocorridos no início desse encontro.

É neste contexto, pois, que se procurou analisar o Trabalho junto aos Pescadores Artesanais na Ilha de São Luís, como uma importante experiência de extensão universitária, desenvolvida no âmbito da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, pelo Departamento de Serviço Social, a partir dos chamados campos próprios. Na presente análise demonstrou-se as contribuições do referido Projeto para o enfrentamento da questão social, em São Luís, naquela conjuntura, entre outros aspectos, fomentando a organização e a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores pescadores artesanais, diante da implantação dos Grandes projetos de desenvolvimento local e seus impactos no meio ambiente, com graves repercussões na vida desses pescadores, considerando a natureza de seu trabalho, relacionada diretamente ao extrativismo da pesca de forma artesanal.

Apesar do caráter autoritário assumido pela direção superior da Universidade, em alguns momentos decisivos de confronto com as forças mais reacionárias da sociedade, colocando-se mesmo a seu serviço - em franco desrespeito aos princípios da democracia e da autonomia universitária - o referido período foi marcado pela forte presença da extensão universitária enquanto um projeto relacionado ao ensino e à pesquisa, demarcando assim, a atuação da UFMA frente aos grandes problemas presentes na sociedade local naquela conjuntura. Destaca-se neste sentido, pelo impacto que produziram na sociedade local, a implementação dos grandes projetos, inseridos em um modelo de desenvolvimento profundamente conservador, adotado pelo Estado brasileiro e abraçado pelas autoridades locais como responsáveis pela modernização do Maranhão.

Envoltos em uma bela e bem articulada propaganda ideológica de que serviriam para retirar o Estado do seu quadro secular de subdesenvolvimento e níveis alarmantes de desigualdades de toda ordem, estes projetos na realidade apenas contribuíram para

ampliá-los, pelo motivo mais do que óbvio: vendem como bons, modelos de desenvolvimento que apenas servem para consolidar o poder, concentrando ainda mais a riqueza nas mãos de uma classe em detrimento do lastro de destruição e miséria que produzem e socializam com a grande maioria da população.

Assim, os resultados da análise são reveladores dos impactos de alguns destes supostos projetos de desenvolvimento para o Maranhão na vida de um segmento particular de trabalhadores, os pescadores artesanais, diante dos estragos provocados no meio ambiente local, atingindo de forma destrutiva a fonte da matéria prima do seu trabalho: a própria natureza.

Reitera-se, portanto a centralidade que o trabalho possui na análise da questão social, particularmente na sociedade capitalista, na era da grande indústria, onde da exploração indiscriminada da força de trabalho humana e dos recursos naturais dependem seu pleno desenvolvimento, assentado na busca indiscriminada do lucro. Nesta sociedade, como demonstrado por Marx, (2004) o trabalho, perde seu sentido ontológico, de atividade criadora, orientada para a plena satisfação das necessidades humanas, para se transformar em uma atividade prática negativa, caracterizada por uma subsunção formal e real do trabalho ao capital.

Historicamente como destacado na presente análise a questão social no Maranhão sempre esteve centrada na questão da terra, reproduzindo um quadro de profundas desigualdades, cuja expressão mais visível é a pobreza, como se pode constatar nos inúmeros indicadores sociais existentes. Como a confirmar tal assertiva, a partir dos anos 60 do século passado no contexto da chamada modernização conservadora observa-se a agudização da questão social, em consequência da expansão da concentração fundiária no estado, legitimada pelo governo Sarney, através da Lei Estadual de terras, base de sustentação do seu projeto de modernização conservadora. Seguindo esta lógica, as transformações contemporâneas presentes na economia maranhense, a partir do final dos anos 70 do século passado, assentadas, sobretudo, na indústria minero metalúrgica e no cultivo de monoculturas para exportação, seguem o mesmo modelo de desenvolvimento modernizador/conservador.

Nesta perspectiva, portanto, trabalhou-se com o entendimento que a questão social é uma categoria histórica, segundo Lopes (2000) sintetizadora das

desigualdades, necessidades e lutas sociais, central para a análise da profissão em todos os seus aspectos e em todas as conjunturas históricas, presente nas atuais diretrizes curriculares do Curso, como a base de fundação e objeto de intervenção do Serviço Social.

Neste período, como demonstrado no curso desta análise no Maranhão, assim como nos demais Estados da federação, a profissão encontrava-se intensamente marcada pela tendência da modernização conservadora hegemônica na profissão, desde os conhecidos Seminários de Araxá, realizado em 1967, e Teresópolis, realizado em janeiro de 1970, iniciando-se no curso deste período uma reorientação no âmbito da profissão marcada pela perspectiva de sua vinculação com os interesses e lutas das classes subalternas, no enfrentamento da questão social. Nesse sentido, o projeto da pesca artesanal, desenvolvido pelo Curso de Serviço Social da UFMA, é um exemplo do esforço de um grupo de professores e alunos, no sentido de questionar as bases conservadoras da profissão e alterar os rumos da formação profissional no Estado, na perspectiva da consolidação do projeto profissional alternativo, vinculado às lutas sociais presentes em defesa dos interesses das referidas classes presentes na sociedade local, naquela conjuntura.

No Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão, sobretudo, na referida conjuntura, a extensão possuía um papel de destaque, sendo considerada como um importante espaço acadêmico de formação profissional tanto para os alunos quanto para os profissionais e os demais sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem. Nesta perspectiva, através da análise desenvolvida neste trabalho, especificamente sobre o projeto da Pesca artesanal, no final da década de 70 e início dos anos 80 - período de distensão política - percebeu-se o esforço do Departamento e do Curso de Serviço Social da UFMA, representado por um grupo de professores e alunos em implementar uma política de extensão, comprometida com os reais interesses das classes subalternas da sociedade maranhense, em uma conjuntura local ainda marcada pelo conservadorismo e repressão, com seus tentáculos também na Universidade.

Enquanto a sociedade brasileira era marcada pelas lutas sociais em torno da abertura política e democratização dos espaços de organização das classes

subalternas, duramente reprimidos com o golpe de abril de 1964, aglutinando forças, inclusive no âmbito da Universidade Pública, na UFMA, assistiu-se a um enredo de perseguições e violências, dirigido pelas forças locais conservadoras e aceitas sem questionamentos pela direção superior da Universidade, diante do receio de verem seus interesses ameaçados. A ordem sumária de encerramento do trabalho desenvolvido pelo DESES junto aos pescadores artesanais em São Luís, em meados de 1983 serve de exemplo nesse sentido, em que pesem seus resultados positivos tanto para a sociedade, quanto para a própria Universidade, cuja finalidade consiste exatamente em produzir, organizar, sistematizar disseminar e transmitir conhecimentos através do ensino, da pesquisa e da extensão, visando intervir no processo de transformação social.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: ano XVII, v. 50, abril 1996.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. et al. Questões metodológicas do Serviço Social – contribuição à desmistificação e redimensionamento. **Relatório de pesquisa**. UFMA/São Luís, dez. 1985.

ABREU, Marina Maciel, LOPES, Josefa Batista. **A formação profissional do Assistente Social no contexto da atual reestruturação do capital: respostas e questões das diretrizes curriculares no Brasil**. São Luís: [200?], *mimeo*.

AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. São Paulo/Piracicaba: Cortez/Universidade Metodista de Piracicaba, 1984.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão. In: **Coleção Transformações econômicas e sociais no campo maranhense**, São Luís: CPT, v.5, 1981.

ALVES, Maria Helena Moreira. **O Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, Edusc, 2005.

AMMANN. Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 5. ed. Cortez, São Paulo, 1985.

ARAÚJO, Cleonice Correia. **Pobreza e programas de transferência de renda: concepções e significados**. São Luís, 2007. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – UFMA.

ARAÚJO, Wilson. **Siderurgia, camarão e soja: para onde vai o Maranhão?** Disponível em: <http://www.riosvivos.org.br/canal>. Jan de 2006. Acesso em 2 de Jan. de 2007.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Tradução Sandra Guardini Vasconcelos. Petrópolis. Vozes, 1997. – (Coleção Zero à Esquerda).

BARBOSA, Zulene Muniz. As “temporalidades” da política no Maranhão. **Lutas Sociais** n. 9/10 – Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC – SP 1º semestre de 2003, p. 19-25.

_____. **Maranhão, Brasil: Lutas de Classes e Reestruturação produtiva, em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo.** 2002. 208 f., Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

BOSCHETTI, Ivanete Salete. O Desenho das diretrizes curriculares e dificuldades na sua implementação. **Temporalis** 8, v. 4, n. 8 (jul/dez. 2004). Porto Alegre: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004. p. 17-30.

BRAGA, Ana Rita Botão. Plano de atuação “Trabalho junto ao pescador artesanal da ilha de São Luís – **subprojeto Boqueirão**”. Departamento de Serviço Social / UFMA, 1981.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Os Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?”, R. Henriques (org.) **Desigualdade e Pobreza no Brasil.** Brasília: IPEA, 2000.

CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. “Estabilidade social e crise política: o caso do Maranhão”. In: **Revista Brasileira de estudos Políticos.** Belo Horizonte, UFMG, separata n. 46, p.57-89, 1978.

CARDOSO, Franci Gomes. A Formação Profissional do Assistente Social em Movimento. **Serviço Social & Serviço Social**, v.1 n.1 (jul/dez 1999). São Luís. p. 87-95.

_____. Processo de trabalho e formação profissional do assistente social no Maranhão. **Projeto de pesquisa do Departamento de serviço Social/UFMA.** São Luís/MA, julho/1998.

_____. As Novas Diretrizes Curriculares para a formação profissional do Assistente Social: principais polêmicas e desafios. **Temporalis** 2, v. 1, n. 2, jul/dez. 2000. Brasília-DF: ABEPSS, Valci, 2000. p 7-16.

_____. Trabalho junto ao pescador artesanal da ilha de São Luís. **Ante - Projeto de pesquisa do Departamento de Serviço Social / UFMA.** São Luís: UFMA, 1979.

_____. et al. **Processo de revisão do Curso de Serviço Social / UFMA:** resgate da produção no período de 1994/1995. São Luís: UFMA, Maio de 1996.

CARTA ENCÍCLICA **Mater et Magistra.** Papa João XX. Sobre a evolução da Questão Social à Luz da doutrina Cristã. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.

CARTA ENCÍCLICA **Quadragesimo Anno.** Papa Pio XI. Sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.

CARTA ENCÍCLICA **Rerum Novarum**. Papa Leão XII. Sobre a condição dos operários. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de et al. Projeto Boqueirão. **Projeto de Intervenção do Departamento de Serviço Social / UFMA**. São Luís, 1980.

_____. **A Questão da transformação social e o trabalho social**. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. Modelo de intervenção a nível de Educação Popular. **Projeto de Intervenção do Departamento de Serviço social / UFMA**. São Luís: UFMA/DESES, 1977.

_____. Sub-Projeto boqueirão. **Projeto de Intervenção do Departamento de Serviço Social / UFMA**. São Luís: UFMA /DESES, 1981.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; BONETTI, Dilsea Adeodata e IAMAMOTO, Marilda Vilela. Projeto de Investigação: a formação profissional do Assistente Social. In **Revista Serviço & Sociedade**. São Paulo: n.14, 1984. p.104-143.

CASTRO. Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. Tradução de José Paulo Netto e Balkys Vilalobos. São Paulo: Cortez, 1993.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A Questão Social no Brasil**: crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia Neoliberal e Universidade. In: **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. 2.ed. Vozes: Petrópolis, 1999.

_____. Reforma do ensino superior e autonomia universitária. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, ano XX, v.61, nov. 1999. p. 118 a 126.

COSTA, Wagner Cabral da. **“Do Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”**: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís: UFMA, 1997, 34p.

_____. Novo Tempo / Maranhão Novo: quais os tempos da oligarquia? In: SOUSA, Moisés Matias Ferreira de. **Os segredos do Maranhão**. São Luís: Ed. Estação Gráfica, 2002.

_____. (Org.). A raposa e o canguru: crises políticas e estratégias periféricas. In: _____. **História do Maranhão**: novos Estudos. São Luís: Edufma, 2004.

COSTA, Silvia Cristina Mineu. **A Alcoa no Maranhão e o desenvolvimento socioeconômico regional**. 109 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2003.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Tradução Vera Lúcia M. Joscelyne, Susan de Gyalokay e Jayme A. Clasen. – Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83.

FIORI, José Luís. (org.) Estado, moedas e desenvolvimento. In: **Estado e moedas no desenvolvimento das nações**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. São Luís: UFMA/DESES, 2005.

_____. Curso de Serviço Social. **Currículo oficialmente adotado de 1982**. São Luís, 1982.

_____. **Currículo oficialmente adotado de 1977 a 1978**. São Luís, UFMA/DESES, 1977.

_____. **Currículo oficialmente adotado de 1973 a 1977**. São Luís: UFMA/DESES, s/d.

_____. **Currículo oficialmente adotado em 1972**. São Luís: UFMA/DESES, out. de 1972.

_____. **Currículo realizado em 1970**. São Luís: UFMA/DESES, mar. 1971.

_____. Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos estudantis. **Projeto de Dinamização da Extensão da UFMA**. São Luís, 1978. 7 f.

_____. **Subsídios para a revisão do currículo do Curso de serviço Social, a luz de experiência de extensão a nível de educação popular desenvolvida na comunidade Boqueirão**. São Luís, 1978. 7f.

_____. **Projeto AME – Ações Integradas para a Melhoria do Ensino de 1º. Grau em São José de Ribamar**. São Luís, 1984.

_____. Ofício n. 44/ 79 - DESES de 30/ 04/ 1979. **Exposição de motivos sobre as reivindicações dos moradores do Boqueirão**. São Luís: UFMA/DESES, 1979.

_____. DESES. **Levantamento de critérios para escolha da comunidade onde se aplicará o esboço do Modelo de Intervenção**. São Luís: UFMA/DESES, 1977.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Aonde nos levam as diretrizes curriculares? Temporalis**, v.1, n.2, jul/dez. 2000. Brasília: ABEPSS, Valci, 2000. p.163-182.

FARIA, José Henrique de. Universidade, produção científica e aderência social: a indissociabilidade e contra-reforma do ensino superior. **Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, ano XV, n.35, fev.2005. p. 13 a 33.

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. **O processo sócio-econômico do Maranhão: história e desenvolvimento**. Dissertação (Mestrado em planejamento do Desenvolvimento). Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

_____. Tendências da economia mundial e ajustes nacionais e regionais. IN: **Debates**. São Luís, v. 2, Mestrado em políticas públicas/UFMA, 1998. 150p.

FERNANDES, Florestan. **A universidade brasileira: reforma ou revolução?** 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GISTELINCK, Frans. **Carajás: usinas e favelas**. São Luis, 1988.

GOMES, Maria de Fátima C. M. **Estado e Política Social: a elaboração do pensamento brasileiro na Primeira República**. São Paulo, 1994. 189p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Coordenação de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

GONÇALVES, Maria de Fátima Costa. **A Reinvenção do Maranhão dinástico**. São Luís, EDUFMA, 2000.

GUERRA, et al. O debate contemporâneo da “Questão Social”. III Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís, **Anais**, 2007.

GUIMARAES, Simone de Jesus. **Serviço Social e Igreja Católica no Brasil Pós – Ditadura**. 1998. 166 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Católica, São Paulo, 1998.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão Universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez: Autores Associados: Universidade Federal do Ceará, 1986.

IAMAMOTO, Marilda ; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. –6. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IANNI, Otávio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, IBGE, 1981.

_____. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, IBGE, 1971.

_____. **Síntese dos Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro, IBGE, 2003.

_____. **Síntese dos indicadores sociais**. Rio de Janeiro, IBGE, 2005.

LEMOS, José. **Avançam os indicadores Maranhenses entre 2001 e 2003**. Disponível em: [http: < www.ma.gov.br/conjuntura/index](http://www.ma.gov.br/conjuntura/index). Acesso em 2 de Jan. de 2007.

LOPES, Josefa Batista. **Projeto de Pesquisa “50 anos de Serviço Social no Maranhão: a inserção profissional nas lutas sociais”**. São Luís: Departamento de Serviço Social – UFMA, 2001.

_____. **O Serviço Social na América Latina**. Nas malhas da modernização conservadora e do projeto alternativo de sociedade. 1998. 145 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

_____. **Objeto e Especificidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1980.

_____. **Questão social e políticas sociais: respostas do Estado e da sociedade civil**. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS SOCIAIS PARA UM NOVO SÉCULO**. Chile: 2000, *mimeo*.

_____. et al. **Transformações contemporâneas e sistema de controle social nas relações campo e cidade: trabalho, luta e prática do Serviço Social no Maranhão**. (Projeto de pesquisa) Departamento de Serviço Social – UFMA, 2006)

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916/1985)**. São Paulo: Cortez, 1989.

MANRIQUE Castro, Manuel. **História do Serviço Social na América Latina / Tradução de José Paulo Neto e Balkys Villalobos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

MARANHÃO. Constituição (1988). **Constituição do Estado do Maranhão**. São Luís, MA: Assembléia Legislativa, 1988.

_____. Gerência de Planejamento, Orçamento e Gestão – GEPLAN. **Plano Plurianual 2004 / 2007**. São Luís

_____. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Instituto do Homem. IN: **Determinação da estrutura sócio-econômica da pesca artesanal do estado do Maranhão**. [Relatório]. São Luís, 2004. 98f.

_____. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – Representação do Brasil. Desenvolvimento da pesca e da agricultura no Estado do Maranhão. Documento Síntese do Seminário Nacional]. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE DSENVOLVIMENTO DA PESCA E DA AGRICULTURA NO ESTADO DO MARANHÃO**. São Luís, 2003. 57p.

MARTINS DE SÁ, Jeanete Liasch. **Conhecimento e Currículo em Serviço Social: análise das contribuições (1936-1975)** – São Paulo: Cortez, 1995.

Marx Karl; FRIEDRICH Engels. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **A ideologia alemã** – Teses sobre Feuerbach. São Paulo: Moraes, 1984

MARX, Karl. **Introdução** à Crítica da Economia Política. In: Karl Marx 1818 -1883. Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos. 4. ed. São Paulo Nova Cultura, 1987. (**Coleção os Pensadores**)

_____. **O capital**: crítica da economia política: livro I; tradução de Reginaldo Sant' Ana. – 22º. Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 2v.

MÉSZAROS, István. A ordem do capital no metabolismo social da reprodução. In Ad Hominem 1 – **Revista de Filosofia/política / Ciência da História**. Tomo I –marxismo. Tradução Lúcio Flávio de Almeida. 1995.

MINAYO, Maria Cecília (ORG.) **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis, Vozes,1998.

MORAIS FILHO, Evaristo de. **O socialismo brasileiro**. Coletânea de textos de vários autores e introdução por Evaristo Moraes Filho. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

MOURA, Eliana Amorim. **Função social do profissional de Serviço Social no processo de organização popular** : Algumas indicações preliminares – (um estudo de caso). Rio de Janeiro. Dissertação 1983. 132 f. (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1983.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

NUNES, Graziela Martins Nunes. **A Questão Social em Alcântara a partir do CLA**: configurações e perspectivas de solução. Monografia. (Graduação em Serviço Social) - Curso de Serviço Social, UFMA, São Luís, 2004.

NUNES, Lourdes de Maria Leitão et al. **A Educação Popular no processo de dasapropriação da comunidade de Boqueirão**. Monografia Bacharel em Serviço Social, Curso de Serviço Social, UFMA, São Luis, 1979.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Orgs.) **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**, Petrópolis: Vozes, 1999, p. 55-81.

OLIVEIRA, Jucileia Almada . **A relação do Serviço Social com a Igreja Católica no Maranhão: das origens ao período político ético religioso**. Monografia (Graduação em Serviço Social) Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2004.

O PROJETO RONDON HOJE. Disponível em: [http: < www. defesa.gov. br / projeto _rondon](http://www.defesa.gov.br/projeto_rondon). Acesso em 22 de mar. de 2007.

RODRIGUES, Maria de Lourdes. A Inserção do Serviço Social na Realidade Maranhense. **Revista de Ciências Sociais da UFMA**. v. 1, n. 2, São Luis, EDUFMA, 1991.

ROSANVALLON, P. **A nova questão social: repensando o Estado Previdência**. Brasília: Instituto Theotônio Vilela, 1998.

SANTOS, Maria Etelvina de Oliveira. **Nas marés do ferro: as repercussões do Programa Grande Carajás nos segmentos populares do Estado do Maranhão – o pauperismo e a miséria**. Dissertação. 1984. 193f. (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1984.

SILVA, José de Ribamar Sá. **Segurança Alimentar, Produção Agrícola Familiar e Assentamentos de Reforma Agrária no Maranhão**. Tese 2006. 157 f (Doutorado em Políticas Públicas)- Programa de Pós-Graduação em Política Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

SILVA, Laurinete Rodrigues da Silva. **Passos e Descompassos na Relação Formação Profissional e Questão Agrária nos anos de Serviço Social no Maranhão**. (Monografia) - Bacharel em Serviço Social, Curso de Serviço Social, UFMA, São Luis 2004.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Formação profissional do Assistente social: a Inserção na realidade social e dinâmica da profissão**. São Paulo, Cortez, 1984.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos do ajuste neoliberal na América Latina**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2002. – (Coleção Questão de Nossa Época)

TEIXEIRA, Anísio. **Os desafios atuais da educação superior**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

VASCONCELOS, Ana Lúcia. O desafio pedagógico do estágio. **Revista INSCRITA** – Conselho Federal de Serviço Social, ano III, n. VI – Rio de Janeiro, julho de 2000. p.41 a 43.

VASCONCELOS, Ana Sílvia Furtado e SILVA, Maria Jacinta da. **O assistente social como intelectual no processo de organização a população pesqueira do porto de Mocajituba**. Monografia. 1982. 60 p. (Graduação em Serviço Social) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1982.

VIANA, Lília Penha et al. **A prática interventiva do Serviço Social junto ao pescador artesanal da praia da Raposa**. Monografia. 1981. 60p. (Graduação em Serviço Social) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1981.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

WANDERLEY, Luís Eduardo. **O que é universidade**. São Paulo: Brasiliense, 2003, - (Coleção Primeiros Passos; 91)

_____. a questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: WANDERLEY, M. B. et al. **Desigualdade e questão social**. São Paulo: EDUC, 1997.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A escola de Serviço Social no período de 1936 a 1945**. PUC, (6). São Paulo, Cortez, p.11-60, 1982.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM A PROFESSORA FRANCI CARDOSO, EX-COORDENADORA DO PROJETO DA PESCA ARTESANAL NA ILHA DE SÃO LUÍS.

Destacar dois eixos de questões, a partir exatamente dos eixos principais da pesquisa: formação profissional e questão social no maranhão.

1 – O Projeto da Pesca Artesanal na ilha de São Luís, desenvolvido entre os anos 1978 e 1983 e sua incidência na formação profissional do Curso de Serviço Social da UFMA.

1.1 – O currículo

1.2 - O estágio e a extensão (ênfase nos chamados campos próprios)

1.3 - O contexto universitário brasileiro a partir da Ditadura Militar.(o modelo de modernização conservadora para país, os projetos políticos e as lutas vivenciadas pelos mais diferentes sujeitos na UFMA naquela conjuntura)

1.4 - O Movimento da pós-graduação do Serviço Social no Brasil e sua incidência na formação profissional no Curso de Serviço Social da UFMA.

2 – O Trabalho “junto aos pescadores Artesanais na ilha de São Luís”, no enfrentamento da questão social.

2. 1 – Questão social X projeto de desenvolvimento para o Maranhão.

2.3 – Como articular Pesca e pescadores, com as expressões da questão social no Estado, cuja ênfase historicamente é mais centrada na questão agrária.

2.3 – Seria a organização dos trabalhadores do mar a partir da articulação entre os diferentes trabalhadores, tais como, pescadores, rendeiras e agricultores uma estratégia utilizada no projeto da pesca no enfrentamento da questão social naquele momento?

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista com as Assistentes Sociais ex-estagiárias do Projeto da Pesca Artesanal desenvolvido em São Luís, entre os anos 1978 e 1983.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: Como este foi um Projeto amplo, desenvolvido em várias localidades, tais como, Boqueirão, Raposa, Porto de Mocajituba, Quebra pote, chegando até a São José de Ribamar, considere nas respostas a sua experiência particular.

Demarquei dois eixos de questões, a partir exatamente dos eixos principais da investigação: formação profissional e questão social no maranhão.

1– O Projeto da Pesca Artesanal iniciado no final da década de 70 do século XX em São Luís e sua incidência na formação profissional do Curso de Serviço Social da UFMA. Destacar os seguintes aspectos

2.1 – Motivação para participar do Projeto;

2.2 – Proposta metodológica do Projeto;

2.3 - O estágio e a extensão na UFMA e seu papel na formação profissional - (ênfase nos chamados campos próprios de estágio, de iniciativa da Universidade, como o Projeto da Pesca, por exemplo);

2.4 - O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e no Brasil e sua relação com a formação profissional no Curso de Serviço Social na UFMA e com o Projeto da Pesca Artesanal;

3 – O Projeto da Pesca Artesanal e sua contribuição para o enfrentamento da questão social em São Luís, naquela conjuntura. Destacar:

3.1 – Relação das demandas e lutas dos pescadores artesanais com as expressões da questão social no Estado, cuja ênfase historicamente é mais centrada na questão agrária.

2.2 – Contribuições do Projeto da Pesca Artesanal para o enfrentamento da questão social em São Luís naquela conjuntura histórica?

2.3 – Avaliação dos alcances e limites do Projeto da Pesca Artesanal no enfrentamento da questão social em São Luís.

◆ Que papel exerceu esta experiência, como estagiária no Projeto da Pesca, no seu processo de formação profissional? Contribuiu com o seu exercício profissional? De que forma?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, COM PROFESSORES DA UFMA, INDICADOS PELA PREXAE.

- 1) Destacar o que papel da Universidade na sociedade, particularmente a brasileira e maranhense.
- 2) Comente sobre o contexto universitário brasileiro a partir da Ditadura Militar, destacando o modelo da modernização conservadora para o país, a reforma universitária e as lutas travadas pelos mais diferentes sujeitos contra aquele projeto, particularmente na UFMA.
- 3) Destacar a concepção de estágio e extensão na universidade.
- 4) Destaque e comente as experiências de extensão mais importantes implementadas pela UFMA, a partir de 1970, enfatizando a perspectiva metodológica da pesquisa-ação.
- 5) Qual a sua avaliação na atualidade do papel da extensão na universidade brasileira e particularmente na UFMA.

APÊNDICE D – RESUMOS DAS MONOGRAFIAS ELABORADAS PELAS ESTAGIÁRIAS DO PROJETO JUNTO AOS PESCADORES ARTESANAIS NA ILHA DE SÃO LUÍS NO FINAL DA DÉCADA DE 70 E INÍCIO DE 80 DO SÉCULO XX

TEMA: A Educação Popular no Processo de Desapropriação da Comunidade de Boqueirão.

Estagiárias: Eliane Costa Franco Pereira, Maria Eunice Ferreira Damasceno, Lourdes de Maria Leitão Nunes e Tereza Cristina Fonseca.

Supervisora: Eliana Amorim Moura

Ano: 1979

RESUMO

Neste trabalho analisa-se a experiência desenvolvida em Boqueirão com os pescadores artesanais, como uma prática de Educação Popular em uma perspectiva libertadora.

Segundo as autoras, historicamente a profissão de Serviço Social foi marcada pela defesa dos interesses das classes dominantes. No entanto, outra perspectiva se apresenta ao Serviço Social na atualidade, cuja proposta de trabalho é com as classes populares. *Assim sendo, é necessário buscar nova forma de atuação. O objetivo do Serviço Social será a conscientização do homem, sujeito da história capaz de transformar a realidade, libertando-o de todas as estruturas que ferem a sua dignidade de pessoa. Uma alternativa de trabalho que se coloca, então, para a profissão é a Educação Popular.*

Faz-se em seguida uma retrospectiva do processo de educação popular desenvolvido no Boqueirão, abordando-se o aspecto legal da situação vivenciada na comunidade, a ação do povo e o posicionamento da equipe técnica, considerando o momento da desapropriação dos moradores de Boqueirão e sua transferência para outra área.

Diante dessa situação, considera-se necessário uma reflexão crítica em torno dos seguintes aspectos, entendendo que neles se encontram os subsídios básicos para uma reorientação na estratégia de trabalho: ênfase na necessidade de organização, mobilização popular e conscientização de classe, buscando fortalecer o processo de articulação da

comunidade; enfoque nas discussões para a instalação do Projeto Carajás, seu significado para a sociedade e suas implicações sociais, políticas e econômicas.

Palavras – Chave: Educação Popular, Serviço Social, Comunidade, Pesca artesanal e pescador Artesanal.

TEMA: Aspectos Políticos nas Relações de produção na pesca Artesanal na praia da Raposa.

Estagiárias: Raimunda de Fátima Nunes Gomes e Zirza Maria de Oliveira

Supervisora: Franci Gomes Cardoso

Ano: 1980

RESUMO:

O estudo evidencia, a partir da experiência com pescadores na praia da Raposa, a presença de contradições tanto a nível interno da categoria do pescador artesanal, quanto desta em relação às diversas instituições que ali atuam.

Destaca-se que existe uma enorme distância entre o que, a grande maioria das instituições atuantes na área faz, com as demandas reais da população, pois há naquela comunidade uma quase total ausência de prestação de serviços públicos.

Faz-se então, uma breve caracterização da situação sócio-econômica da população residente em Boqueirão, destacando-se suas atividades de sobrevivência, basicamente a pesca e a olaria. No entanto, também existe a presença do artesanato e da agricultura, sendo esta última apenas para consumo próprio dos moradores.

Segundo as autoras, a nossa experiência desenvolve-se em duas perspectivas: uma de estudo e outra de mobilização das categorias (pescador, rendeira e lavrador), a partir da discussão de suas problemáticas. Esta experiência indica uma nova postura do serviço Social que, afastando-se de mero assistencialismo procura trabalhar em cima das contradições sociais numa perspectiva de organização popular. É importante lembrar que esta experiência não é fruto do acaso, nem do desenvolvimento “natural”

da sociedade. Não é possível compreender este trabalho hoje, se não atentarmos para os Movimentos Sociais e o momento histórico que coloca em evidência a necessidade de uma renovação do Serviço Social, através do esforço de desenvolvimento de uma prática investigativa, isto é, a produção de conhecimento que supera o marco teórico tradicional.

Palavra – Chave: Relações sociais, instituições, atividades produtivas, Serviço Social, pesca artesanal e pescador artesanal.

TEMA: As Relações Sociais de Produção e Comercialização na Pesca Artesanal na Praia da Raposa.

Estagiárias: Maria Clara Campos Rabelo, Maria Amélia Melo Sousa e Roseane Romão Borges.

Supervisora: Franci Gomes Cardoso.

Ano: 1980

RESUMO:

No estudo sobre as relações sociais de produção e comercialização da pesca artesanal na praia da Raposa, destacam-se fundamentalmente os aspectos que caracterizam o processo produtivo e o da comercialização, considerando o modo de produção capitalista. Nesse contexto, aborda-se quanto ao primeiro processo: a posse dos meios de produção, a divisão do trabalho nos diversos tipos de pescaria e as formas de participação do pescador nos resultados da pescaria nos seus diferentes tipos. No que se refere ao segundo processo, destaca-se no trabalho, a influência das relações sociais de produção no processo de comercialização, e o papel do intermediário em oposição ao grupo de comercialização como uma alternativa de mudança na referida comunidade.

O trabalho objetiva oferecer contribuições teórico-práticas às novas equipes que irão estagiar no projeto naquela localidade, bem como para o projeto global da pesquisa em desenvolvimento e ainda para o Serviço Social enquanto ensino e

profissão, pois consideramos esta prática como uma das alternativas para o S. S. (p. s/n)

Segundo as autoras, levar os pescadores a desenvolver uma consciência crítica de sua realidade concreta num processo de busca de alternativas para a superação da sua condição de explorado, tem sido o objetivo constante do trabalho, no que se refere à perspectiva de mobilização e organização da categoria do pescador artesanal. P.18

Nesse sentido, o trabalho trata da transformação social como a única via para a superação das relações sociais de exploração e assim concluem as autoras:

- * O pescador é explorado em sua força de trabalho em decorrência das relações sociais de produção;
- * O pescador ainda não tem consciência de sua exploração, bem como ainda não descobriu que faz parte de uma classe, a dos explorados.
- *Que as relações sociais de produção interferem fortemente na forma como se realiza a comercialização do pescado na praia da Raposa.

Palavras-Chave: Processo de Produção, Processo de Comercialização, Pesca Artesanal, Pescador Artesanal, Mobilização e Organização Popular.

TEMA: A Prática do Pescador Artesanal a Nível de sua Atividade Produtiva na Praia da Raposa. (1981)

Estagiárias: Maria Helena Coelho Castro, Eloisa Helena Maciel e Elisa Carvalho Silva.

Supervisora: Franci Gomes Cardoso

Ano: 1981

RESUMO:

O trabalho faz inicialmente uma caracterização sócio-econômica-cultural dos pescadores e suas condições de trabalho nas localidades de Raposa, Cacarape e Inhaúma. Aborda-se em seguida a política pesqueira no Maranhão, destacando-se as propostas governamentais de industrialização, em contraposição à cooperativa como

uma alternativa de mudança pelo e para os pescadores trabalhadores. Finalizando, analisa-se a instalação da ALCOA no Estado e a perspectiva de acentuação dos problemas da categoria dos pescadores artesanais como a contaminação das águas e a redução do pescado, fonte primeira de sobrevivência desses profissionais e de suas famílias.

Segundo as autoras, esse trabalho que vem sendo desenvolvido junto ao pescador artesanal reflete uma nova linha de ação do S. S. a qual é voltada para uma perspectiva de educação popular, ou seja, objetiva um comportamento com as camadas populares reconhecendo nestas, a possibilidade de se engajarem no processo de participação de forma efetiva e consciente quanto a sua problemática, assumindo uma posição crítica que favoreça e eleve o grau de discussão, resultando em propostas de mudanças no contexto social no qual estão inseridos. (P. 06)

Citando um artigo da autora Joaquina Barata (revista S. S e Soc. V.01) as alunas afirmam não ser possível na conjuntura em questão compreender o trabalho profissional desarticulado dos Movimentos Sociais presentes na sociedade e da própria conjuntura, que coloca em evidência a necessidade de uma renovação do S. S. tradicional no seu aspecto prático bem como no teórico – produção do conhecimento.

Para as autoras essa nova linha de ação vem sendo desenvolvida na praia da Raposa através do diálogo, questionamentos e reflexões com os pescadores em torno de sua realidade concreta. (p. 06)

Para as alunas as duas propostas tanto a da industrialização da pesca, com a instalação do terminal pesqueiro, como a instalação da ALCOA no MA, são danosas e são complementares em assegurar os interesses dos grupos hegemônicos, já que os resíduos químicos da Alcoa, concorreram para o extermínio do peixe, garantindo a pesca em alto mar e eliminando gradativamente a pesca artesanal.

Palavras-chaves: Processo de Produção, Sistema de comercialização, Pesca Artesanal, Pescador Artesanal, Política Pesqueira, Industrialização da Pesca e Cooperativismo.

TEMA: O Processo de Organização Popular na Raposa e a Questão Política-Partidária.
(1982)

Estagiárias: Celecina de Maria Veras Sales e Raimunda Vilma Oliveira

Supervisoras: Franci Gomes Cardoso e Alba Pinho de Carvalho.

Ano: 1982

RESUMO:

Analisa-se o conceito de organização popular e os entraves na sociedade capitalista que a dificulta, destacando-se o individualismo como valor adquirido da classe dominante que disseminado junto à classe dominada tem este papel. Discute-se a questão político-partidária como exemplo desse processo, a partir da realidade da praia da Raposa, onde se avalia a influência e a força de um determinado partido político e do grupo que historicamente domina aquela região e os seus mecanismos de manipulação e dominação no sentido de impedir que os pescadores artesanais se reconheçam como classe.

Neste trabalho, as alunas fazem referência à temática questão social, usando-a no plural, questões sociais. Fazem também uma breve articulação do tema estudado com a conjuntura nacional, como as greves, a eclosão dos Movimentos Sociais a fundação do P. T., o fortalecimento dos sindicatos livres, etc...

Palavras-chaves: Organização Popular, Pesca Artesanal, Pescador Artesanal, Individualismo, Cooptação, Partido Político.

TEMA: As Relações Sociais na Comunidade Pesqueira de Mocajituba.

Estagiárias: Maria da Luz Rocha e Maria Olívia Ferreira

Supervisoras: Alba Pinho de Carvalho e Franci Gomes Cardoso

Ano: 1982

RESUMO:

Neste trabalho, objetiva-se analisar as relações sociais na comunidade pesqueira de Mocajituba, entendendo-se por relações sociais as relações de poder.

Nesse sentido, são quatro as indicações que fundamentam essa discussão: as relações sociais se desenvolvem em formações sociais concretas num determinado momento histórico; as relações sociais são relações de poder que se dão no enfrentamento de interesses distintos; as relações sociais enquanto relações de poder se definem a partir da produção da vida material e as formas de vida social, o pensamento e a organização mesmo sendo determinado pelo econômico, não são um mero reflexo deste. A partir dessas quatro indicações teórico-metodológicas, analisam-se as relações sociais em Mocajituba, destacando-as em nível da produção e comercialização e no âmbito político-organizativo.

Palavras-chaves: Relações Sociais, Organização Popular, Metodologia-Ação, Relações de Poder, Pesca Artesanal e Pescador Artesanal

TEMA: A Prática Interventiva do Serviço Social Junto ao Pescador Artesanal da Praia da Raposa.

Estagiárias: Vânia Teresa Reis, Lília Penha Viana e Ruth Moreira de Brito

Supervisora: Franci Gomes Cardoso

Ano: 1981

RESUMO:

O trabalho aborda inicialmente os pressupostos teórico-metodológicos da investigação-ação enquanto um instrumento de pesquisa e intervenção na realidade que a serviço das classes subalternas colabora no sentido da luta pela transformação social. Em seguida aborda-se a investigação-ação como alternativa metodológica para o Serviço Social a partir de uma análise dos elementos integrantes dessa metodologia nas Ciências Sociais e disciplinas afins, tais como: a teoria, o método e o objeto. Analisam-se ainda, as relações pedagógicas na organização dos pescadores da praia da Raposa, destacando a idéia central, segundo a qual a prática do Serviço Social se efetiva a partir do compromisso que os profissionais estabelecem com as classes

sociais , podendo fortalecer a reprodução das desigualdades ou servir de instrumento de luta pela transformação das relações sociais.

Segundo as autoras, o chamado processo da abertura política que o país atravessa atualmente tem-se refletido bastante nas Universidades, possibilitando a criação e aplicação de projetos de pesquisa que favoreçam uma ação profissional mais consistente, a partir das inquietações e questionamentos surgidos entre pesquisadores e camadas populares. A exemplo disso destaca-se o projeto da Pesca Artesanal na Ilha de São Luís. (p.09)

A Universidade enquanto agente crítico, que deve desempenhar papel similar na sociedade aparece assim, como um dos agentes que maior possibilidades possui para o desenvolvimento deste processo de estudo e organização, pela intervenção direta e contínua que pode assumir junto à população pesqueira artesanal do Maranhão.(p.10)

Ao lado disto, a emergência de situações específicas à realidade latino-americana, a evolução das Ciências Sociais dentre outros fatores, concorreram para exigir dos Assistentes Sociais, intervenções que respondessem de uma maneira mais consistente às questões teórico-práticas e metodológicas apresentadas pela sociedade. O desenvolvimento desse projeto torna-se assim, para o grupo de profissionais nele empenhado, uma alternativa de intervenção dentro desta nova perspectiva, configurando posturas teórico-metodológicas distintas das até então utilizadas, revestindo-se de grande importância o desenvolvimento de práticas voltadas para os interesses da clientela com a qual se trabalha , entendendo-se que a complexidade e riqueza da realidade e o avanço na construção de teorias explicativas desta realidade pode dar um redirecionamento ao nível teórico-prático do S. S. e à construção de uma consciência crítica à realidade com vista à transformação social (p.11)

Palavras-Chaves: Serviço Social, Prática Profissional, Prática Pedagógica, Investigação-Ação, Pescador Artesanal, Transformação Social.

TEMA: O Processo de Organização e seus Obstáculos. (1982)

Estagiária: Maria Dalva Lessa de Carvalho

Supervisoras: Alba Pinho de Carvalho, Ana Rita Botão e Terezinha M. Lima.

Ano: 1982

RESUMO:

Faz-se uma abordagem do processo organizativo das classes populares no sistema capitalista, destacando seus aspectos contraditórios na luta desigual contra as forças manipulatórias da classe dominante. Enfatizam-se como principais tipos de obstáculos, o imediatismo, o individualismo, o imobilismo e a cooptação. Contextualizam-se ainda, as condições de vida e de trabalho dos moradores da comunidade Boqueirão antes e depois da chegada da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, afirmando-se que a situação piorou substancialmente com o início das obras no local, e que nem assim os moradores voltaram a se organizar para resistir.

Situa o trabalho desenvolvido pelo Curso de Serviço Social da UFMA, iniciado em 1977, como um trabalho organizativo da população no sentido de fortalecer o processo de organização popular a partir das necessidades mais sentidas pela população. Perspectiva Ação-reflexão.

Finalmente, faz-se uma caracterização da situação atual do Boqueirão no primeiro semestre de 1982, onde afirmam-se que as condições de vida da população pioraram, ficando apenas 23 famílias no local com o início das obras.

Palavras-Chaves: Organização Popular, Obstáculos, Comunidade, desmobilização, Pesca artesanal e Pescador Artesanal.

TEMA: O Assistente Social como Intelectual no Processo de Organização da População Pesqueira do Porto de Mocajituba.

Estagiárias: Ana Sílvia F. Vasconcelos e Maria Jacinta da Silva

Supervisora: Franci Gomes Cardoso

Ano: 1982

RESUMO:

A partir da configuração do processo organizativo das classes populares na sociedade capitalista, analisa-se o papel do Assistente Social como intelectual junto à população pesqueira do Porto de Mocajituba. Destaca-se a investigação – ação como uma alternativa teórico-metodológica para os profissionais que trabalham na perspectiva de se tornarem intelectuais orgânicos das camadas populares, o que se evidencia no trabalho dos Assistentes Sociais junto aos pescadores do Porto de Mocajituba. Aborda-se o engajamento da equipe profissional na luta da população contra a construção do sistema de esgoto e instalação das bacias de estabilização da Companhia de Esgoto do Maranhão – CAEMA, para receberem o esgoto do conjunto maiobão, localizadas próximo ao núcleo de moradia da população pesqueira, influenciando diretamente na contaminação das águas, principal fonte de sobrevivência de inúmeras famílias.

O trabalho junto ao pescador artesanal da Ilha de São Luís se preocupa em conhecer o pescador artesanal sob o ponto de vista histórico-estrutural sem perder a intenção de desenvolver uma nova experiência para o S. S. no sentido de romper com o pragmatismo e ou empirismo que o vem marcando historicamente. (p.06)

Segundo as autoras, frente a essa problemática que enfrenta a categoria do pescador artesanal, como uma fração da classe dominada, diante do acirramento da luta de classes na sociedade capitalista, a investigação-ação torna-se uma alternativa nesse contexto, muito embora não seja a solução milagrosa das questões, mas como uma nova atitude e direção.

Palavras-chaves: Prática Profissional, Intelectual, Organização Popular, Pescador Artesanal, Pesca Artesanal, Transformação Social.

TEMA: Análise da Prática do Serviço Social junto ao Pescador Artesanal em Ribamar.

Estagiárias: Ana Célia Ferreira e Lúcia Maria de Araújo e Silva

Supervisora: Alba Pinho de Carvalho

Ano: 1983

RESUMO:

Aborda-se o nível embrionário de organização dos pescadores em Ribamar e suas formas de resistências eminentemente individuais, apesar desses trabalhadores formarem a categoria de maior peso na economia do município além de sua expressão numérica significativa. Analisa-se o papel do Assistente Social no processo organizativo dos pescadores em Ribamar e a sua contribuição para a formação da consciência coletiva através da reflexão – ação, objetivando que assumam suas lutas e participem efetivamente do processo de transformação de sua realidade. Destacam-se os obstáculos, avanços e conquistas no processo de trabalho dos Assistentes Sociais no referido município.

Quanto à posição e contribuição da prática do Serviço Social, no processo de organização dos pescadores em Ribamar, as autoras destacam, após uma breve caracterização das condições de vida daqueles pescadores, que estas condições objetivas de vida determinam o processo de organização popular, bem como a posição e contribuição do S. S. no processo de organização política de uma dada população, delimitando assim, possibilidades e limites para a prática profissional.

Nesse contexto citam o Projeto da Pesca, desenvolvido pela UFMA através do DESES, como um trabalho que busca fortalecer o processo organizativo dos pescadores. Segundo as autoras, em função desta necessidade premente, o eixo do Projeto ligado diretamente à mobilização-ação está mais em evidência no momento, que o da pesquisa propriamente dito.

Concluem afirmando que, o papel da equipe tem se constituído em fortalecer o processo organizativo dos pescadores em Ribamar, na perspectiva da formação da

consciência coletiva através do processo de reflexão-ação, objetivando que assumam as suas lutas e participem do processo de transformação de sua realidade. Entretanto muitos são os obstáculos presentes na realização desse trabalho, tais como:

- a) Caráter impositivo do trabalho, dado que este, não foi solicitado pelos pescadores, o que implica em um compromisso pouco efetivo da parte deles.
- b) Caráter rotativo da equipe de estagiárias favorecendo uma descontinuidade no trabalho.
- c) Limites da equipe, quanto ao entendimento de questões importantes do cotidiano dos pescadores, como: financiamento, aposentadoria, direitos dos pescadores, etc...
- d) Dificuldades das estagiárias em manejar o instrumental técnico-metodológico, necessário ao trabalho, como: coordenar reuniões e levantar questionamentos diante das colocações dos pescadores.
- e) Falta de melhores condições materiais de trabalho, como o valor insuficiente das bolsas, falta de transporte para deslocamento de toda a equipe, etc...
- f) Dificuldade de mobilizar os pescadores, dado o nível embrionário de organização.

Palavras-Chaves: Prática Profissional, Pescador Artesanal, Pesca Artesanal, Educação Popular e Transformação Social.

TEMA: A Formação da Consciência de Classe no Processo de Organização Popular do Pescador Artesanal de Ribamar.

Estagiárias: Ione Cristina Soares Pereira e Zaira Sabry Azar

Supervisoras: Alba Pinho de Carvalho e Évila Brito Ribeiro

Ano: 1983

RESUMO:

Faz-se uma caracterização de Ribamar nos seus aspectos geográfico, econômico e social, destacando-se que a pesca artesanal neste município encontra-se inserida no modelo da pequena produção mercantil, forma esta predominante em todo o Estado do Maranhão. Aborda-se a formação da consciência de classe no processo de organização popular dos pescadores artesanais em Ribamar, considerando as relações sociais existentes na pesca artesanal. Analisa-se a configuração dessas relações sociais em nível econômico, e político-ideológico, destacando-se a existência no município, de diversas forças sociais que exercem influência no processo organizativo dos pescadores em Ribamar, seja de cunho político-partidário, litúrgico-religioso, institucional ou popular: a Igreja e seus grupos religiosos, a Prefeitura e a Câmara de Vereadores, a Capitania dos Portos, a Colônia de Pescadores, a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE e a equipe da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Discorre-se sobre cada uma delas.

Palavras – Chaves: Organização Popular, Pescador Artesanal, Pesca Artesanal, Ideologia, Consciência de Classe e Transformação Social.

TEMA: As bases Organizativas da População Pesqueira do Porto de Mocajituba.

Estagiárias: Fátima Do Espírito Santo e Maria do Socorro S. de Caldas

Supervisora: Franci Gomes Cardoso

Ano: 1983

RESUMO:

Analisam-se como os homens se organizam na sociedade capitalista, a partir do modo de produção e da divisão da sociedade em classes sociais antagônicas.

Caracterizam-se as bases organizativas da população pesqueira do porto de Mocajituba, enfatizando-se o processo produtivo, a organização política, suas lutas e formas de encaminhamento. Destaca-se nesse sentido, a luta dos pescadores contra a instalação das bacias de estabilização da Companhia de Esgotos do Maranhão – CAEMA, para receberem o esgoto do conjunto Maiobão, próximo ao núcleo de moradia dos pescadores, o que contaminará as fontes de águas, principal meio de sobrevivência dos pescadores e suas famílias.

Segundo as autoras, o projeto da pesca Artesanal surgiu como proposta alternativa do DESES, com o objetivo de, por um lado conhecer o pescador artesanal da Ilha de São Luís, do ponto de vista histórico-estrutural e, por outro romper com uma prática de Serviço Social historicamente vinculada a setores dominantes da sociedade, servindo a estes como instrumento de controle da maioria da população. (classe subalterna)

Palavras – Chaves: Organização Popular, Pescador Artesanal, Pesca Artesanal, Processo Produtivo, Classe Social.

- Pesquisa realizado durante o mês de junho de 2006.

ANEXOS

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO

MARANHÃO

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CURRÍCULO - Oficialmente adotado - 1959/1960

<u>DISCIPLINAS</u>	<u>1a. Série</u>	<u>Carga Horária</u>
01. Psicologia (Geral)		72
02. Sociologia (Geral)		72
03. Ética Profissional		72
04. Introdução ao Serviço Social		96
05. Serviço Social de Casos		90
06. Cultura Religiosa		72
07. Noções de Direito		64
08. Higiene e Medicina Social		72
09. Estatística		64
10. Seminário de Formação		64
11. Iniciação Filosófica		64
12. ESTÁGIO		100
	<u>2a. Série</u>	
01. Psicologia (Especial)		90
02. Ética Profissional		60
03. Serviço Social de Casos		90
04. Serviço Social de Grupo		90
05. Cultura Religiosa		45
06. Economia Social		72
07. Legislação Social		60
08. Higiene Mental		60
09. Pesquisa Social		72
10. Seminário de Formação		60
11. Atividade de Grupo		60
12. Estágio		300
	<u>3a. Série</u>	
01. Ética Profissional		60
02. Desenvolvimento e Organização de Comunidade (DOC)		90
03. Cultura Religiosa		60
04. Doutrina Social da Igreja		60
05. Administração de Obras		60
06. Seminário de Formação		45
07. Estágio e Trabalho de Conclusão de Curso-TCC		350
<u>DISCIPLINAS OPTATIVAS</u>		
01. Aspecto Psico-Pedagógico do Menor		60
02. Agricultura		60
03. Direito do Menor		60
04. Enfermagem		60
05. Serviço Social Médico		60
06. Serviço Social do Menor		60
07. Serviço Social Rural		60
08. Nutrição		60

OBS. - DURAÇÃO DO CURSO - 03 (três) anos.

Secretaria da Faculdade de Serviço Social, --- de março de 1971

Wladina Labre Castelo Branco
Secretária

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DO MARANHÃO

CURRÍCULO - Oficialmente adotado

- 1961 a 1963 -

<u>DISCIPLINAS</u>	<u>1a. SÉRIE</u>	<u>CARGA HORÁRIA</u>
01. Psicologia Geral		64
02. Sociologia		64
03. Introdução ao Serviço Social		96
04. Cultura Religiosa		64
05. Noções de Direito		64
06. Higiene e Medicina Social		64
07. Estatística e Pesquisa Social		64
08. Seminário de Formação		32
09. Iniciação Filosófica		64
10. Estágio		100
	<u>2a. Série</u>	
01. Psicologia		90
02. Ética Profissional		60
03. Economia Social		60
04. Serviço Social de Casos		90
05. Cultura Religiosa		64
06. Sociologia		72
07. Pesquisa Social		64
08. Ética Geral		64
09. Seminário de Formação		64
10. Atividade de Grupo		60
11. Serviço Social de Grupo		90
12. Estágio		300
	<u>3a. Série</u>	
01. Organização Social de Comunidade		90
02. Doutrina Social da Igreja		64
03. Higiene e Mental (Psiquiatria)		64
04. Legislação Social		64
05. Ética Profissional		64
06. Administração de Obras		60
07. Cultura Religiosa		64
08. Psicologia		90
09. Estágio	----- Seminário de T.C.C. -----	(350)
<u>-DISCIPLINAS OPTATIVAS-</u>		
01. Direito do Menor		60
02. Serviço Social da Família e Menor		60
03. Serviço Social do Trabalho		60
04. Serviço Social Rural		60
05. Serviço Social da Família		60
06. Educação Familiar		60
07. Puericultura		60
08. Agricultura		60

Secretaria da Faculdade de Serviço Social da Universidade
do Maranhão, --- de março de 1971

Wladina Labre Castelo Branco
Secretária

OBS. - Houve - Defesa Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DO MARANHÃO

CURRÍCULO - Oficialmente adotado

- 1964 a 1966 -

<u>DISCIPLINAS</u>	<u>1a. Série</u>	<u>Carga Horária</u>
01.Sociologia		64
02.Psicologia		72
03.Seminário de Formação		64
04.Estatística e Pesquisa Social		64
05.Introdução ao Serviço Social		128
06.Ética Geral		64
07.Higiene e Medicina Social		64
08.Iniciação Filosófica		64
09.Cultura Religiosa		64
10.Direito Social (Noções de Direito)		64
11.Estágio		100

	<u>2a. Série</u>	
01.Antrologia Cultural		90
02.Sociologia		64
03.Psiciologia Evolutiva		90
04.Seminário de Formação		64
05.Legislação Social		64
06.Pesquisa Social		64
07.Ética Geral		64
08.Ética Profissional		64
09.Serviço Social de Grupo		90
10.Serviço Social de Casos		90
11.Cultura Religiosa		64
12.Estágio		300

	<u>3a. Série</u>	
01.Economia Social		64
02.Sociologia		64
03.Serviço Social de Grupo		90
04.Higiene Mental (Psiquiatria)		64
05.Ética Profissional		64
06.Doutrina Social da Igreja		64
07.Desenvolvimento Social de Comunidade		128
08.Cultura Religiosa		64
09.Seminário de Formação		64
10.Pesquisa Social		64
11.Estágio		350

	<u>4a. Série</u>	
01.Administração de Obras		60
02.Programa de Bem-Estar Social		128
03.Cultura Religiosa		64
04. Estágio (DEFESA DE TESES) *- TRABALHO DE CONC.DE CURSO)		350

Disciplinas Optativas

01.Serviço Social de Família e Menore	60
02.Serviço Social do Trabalho	60
03.Serviço Social Rural	60
04.Serviço Social Médico	60

OBS. - Em 1966 - Os alunos da 4a. Série foram beneficiados pelo Parecer 286/66
Não houve a parte teórica.

Secretaria da Faculdade de Serviço Social, ----- de março de 1971

WLADINA LABRE CASTELO BRANCO

Secretária

* Nomenclatura correta - Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC)

CURRÍCULO - Oficialmente adotado - 1967

<u>DISCIPLINAS</u>	<u>1a. Série</u>	<u>Carga Horária</u>
01. Introdução ao Serviço Social		72
02. Introdução à Sociologia		72
03. Introdução à Filosofia		48
04. Higiene e Medicina Social		48
05. Cultura Religiosa		48
06. Ética Geral		72
07. Noções de Direito		48
08. Estatística e Pesquisa Social		96
09. Psicologia Geral		72
10. Seminário de Formação		56
	<u>2a. Série</u>	
01. Serviço Social de Casos		72
02. Ética Profissional		60
03. Psicologia Evolutiva		72
04. Legislação Social		55
05. Sociologia		48
06. Antropologia Cultural		90
07. Cultura Religiosa		48
08. ESTÁGIO SUPERVISIONADO		250
	<u>3a. Série</u>	
01. Serviço Social de Grupo e Técnicas Auxiliares		90
02. Economia Social		64
03. Psiquiatria		64
04. Sociologia		64
05. Cultura Religiosa		64
06. ESTÁGIO SUPERVISIONADO		360
	<u>4a. Série</u>	
01. Desenvolvimento e Organização de Comunidade - DOC		128
02. Doutrina Social da Igreja		62
03. Administração em Serviço Social		96
04. Programa de Bem Estar Social		128
05. Economia Social		64
06. Seminário T.C.C. (Estágio)		631
... (Trabalho de Conclusão de Curso)		

OBS. - Não havendo nesta época CARGA HORÁRIA estipulada - para registro no HISTÓRICO ESCOLAR dos alunos foi necessário contar-se as aulas ministradas em cada disciplina.

Secretaria da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Maranhão, ----- de março de 1971

CURRÍCULO - Oficialmente adotado em 1968

<u>DISCIPLINAS</u>	<u>1a. Série</u>	<u>Carga Horária</u>
01. Introdução ao Serviço Social		96
02. Introdução à Filosofia		90
03. Ética Geral		96
04. Psicologia Geral		96
05. Sociologia		96
06. Higiene e Medicina Social		64
07. Cultura Religiosa		64
08. Seminário de Formação		64
09. Estatística e Pesquisa Social		128
10. Noções de Direito		64
<u>2a. Série</u>		
01. Serviço Social de Casos		90
02. Sociologia		64
03. Psicologia Evolutiva		90
04. Cultura Religiosa		60
05. Ética Profissional		60
06. Legislação Social		60
07. Estágio Supervisionado		250
<u>3a. Série</u>		
01. Serviço Social de Grupo		72
02. Desenvolvimento e Organização de Comunidade		72
03. Economia Social		48
04. Cultura Religiosa		48
05. Psiquiatria		48
06. Antropologia Cultural		90
07. Estágio Supervisionado		300
<u>4a. Série</u>		
01. Administração em Serviço Social		96
02. Programa de Bem Estar Social		128
03. Doutrina Social da Igreja		62
04. Desenvolvimento e Organização de Comunidade		128
05. Seminário de TCC - (Estágio)		631

(Defesa Trabalho de Conclusão de Curso - TCC)

SECRETARIA DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DO MARANHÃO, ----- março de 1971

Wladina Labre Castelo Branco

WLADINA LABRE CASTELO BRANCO
SECRETÁRIA

OBS. As alunas da 3a. série cursaram a disciplina "ANTROPOLOGIA CULTURAL" na 2a. série.

CURRÍCULO - Oficialmente adotado - 1969

<u>DISCIPLINAS</u>	<u>1a. Série</u>	<u>Créditos</u>	<u>Carga Horária</u>
01. Introdução ao Serviço Social		08	120
02. Introdução à Sociologia		08	120
03. Introdução à Filosofia		03	45 *
04. Noções de Direito		04	60
05. Ética Geral		04	60
06. Higiene e Medicina Social		04	60
07. Psicologia Geral		08	120
08. Estatística e Pesquisa Social		06	90

2a. Série

01. Serviço Social de Caso		08	120
02. Serviço Social de Grupo		06	90
03. Desenvolvimento e Organização de Comunidade		06	90
04. Psicologia Evolutiva		07	105
05. Sociologia		06	90
06. Legislação Social		04	60
07. Introdução à Filosofia		03	45 *
08. Ética Profissional		05	45 * *
09. ESTÁGIO SUPERVISIONADO		--	250

3a. Série

01. Serviço Social de Caso		08	120
02. Serviço Social de Grupo		08	120
03. Desenvolvimento e Organização de Comunidade		08	120
04. Economia Social		04	60
05. Psiquiatria		06	90
06. Antropologia Cultural		06	90
07. Planejamento Social		04	60 * * *
08. ESTÁGIO SUPERVISIONADO		--	300 (300)

4a. Série

01. Serviço Social de Caso		04	60
02. Serviço Social de Grupo		04	60
03. Desenvolvimento e Organização de Comunidade		06	90
04. Administração em Serviço Social		04	60
05. Programa de Bem Estar Social		06	90
06. Doutrina Social da Igreja		04	60
07. Planejamento Social		06	90
08. SEMINÁRIO DE T.C.C. (Estágio)		--	631
(Defesa - Trabalho de Conclusão de Curso) - TCC			

- DBS. - * Funcionou em 02 (dois) semestres por falta de professor
 * * Funcionou apenas para atender - alunos recuperantes, para efeito de satisfazer o CURRÍCULO anterior
 * * * Funcionou em conjunto - 3a. e 4a. Séries.

Secretaria da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Maranhão,
 de março de 1971

Wladina Labre Castelo Branco
 Secretária

Wladina

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DO MARANHÃO
CURRÍCULO - REALIZADO em
1970

<u>DISCIPLINAS</u>	<u>2a. SÉRIE</u>	<u>CRÉDITOS</u>	<u>CARGA HORÁRIA</u>
01.Serviço Social de Caso		06 X 15	90
02.Serviço Social de Grupo		06	90
03.Desenvolvimento e Organização de Comunidade		06	90
04.Legislação Social		04	60
05.Psicologia Evolutiva		08	120
06.Sociologia		06	90
07.Introdução à Filosofia*		06	90
08.Estágio de Observação		04 X 30	(120)
<u>3a. Série</u>			
01.Serviço Social de Caso		06	90
02.Serviço Social de Grupo		06	90
03.Desenvolvimento e Organização de Comunidade		06	90
04.Psicologia		06	90
05.Economia Social		04	60
06.Planejamento Social		06	90
07.Técnica de Comunicação Social		08	120
08.Sociologia do Desenvolvimento		02	30
09.Antropologia Cultural		06	90
10.Estágio de Observação		-	(300)
<u>4a. Série</u>			
01.Administração em Serviço Social		04	60
02.Técnica de Comunicação Social		08	120
03.Estudo de Problemas Brasileiros		04	60
04.Serviço Social de Caso		06	90
05.Serviço Social de Grupo		06	90
06.Desenvolvimento e Organização de Comunidade		06	90
07.Estágio		-	(63h)
(Trabalho de Conclusão de Curso)			

OBS. - INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL, disciplina específica do Curso de Serviço Social - funcionou com esta NOMENCLATURA até 1970 no Ciclo Básico - conforme a Reforma Universitária.

Neste ano - funcionou sob modalidade de "Ano Básico" - 1970

* Ministrada, neste ano, para atender somente aos alunos que fizeram a 1a. Série em 1969, que, por falta de professor, não foi ministrada.

Secretaria da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Maranhão ---março de 1971

Wladina
Wladina Labre Castelo Branco
SECRETÁRIA

Obs - em anexo - currículo e Básico

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

1971

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ADAPTAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
EM REGIME SERIADO

3a. SÉRIE - 1º SEMESTRE CARGA HORÁRIA

Serviço Social de Caso II	60
Serviço Social de Grupo II	60
Serviço Social de Comunidade II	60
Ética Profissional	45
Economia Social	60
Sociologia III	45
Serviço Social Aplicado II	180

3a. SÉRIE - 2º SEMESTRE

Serviço Social de Caso III	60
Serviço Social de Grupo III	60
Serviço Social de Comunidade III	60
Política Social	45
Administração em Serviço Social I	45
Serviço Social Aplicado III	225

4a. SÉRIE - 1º SEMESTRE

Administração em Serviço Social II	45
Ética Profissional	45
Síntese em Serviço Social	90
Estudo de Problemas Brasileiros	45
Serviço Social Aplicado IV	225

4a. SÉRIE - 2º SEMESTRE

Serviço Social Aplicado V (Intensivo) (ESTÁGIO)	315
--	-----

SECRETARIA DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE
DO MARANHÃO, 16 de março de 1972


WLADINA LABRE CASTELO BRNACO
SECRETÁRIA

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DO MARANHÃO

CURRÍCULO - Oficialmente adotado em

1 9 7 2

W. C. B.

-ALUNOS-Regime seriado.

1º SEMESTRE

<u>DISCIPLINAS</u>	<u>3º PERÍODO</u>	<u>CRÉDITOS</u>	<u>CARGA HORÁRIA</u>
01.Sociologia III		04	60
02.Psicologia II		04	60
03.Noções de Direito		03	45
04.Pesquisa Social		04	60
05.Metodologia Básica do Serviço Social		03	45

5º PERÍODO

01.Política Social I		03	45
02.Legislação Social		03	45
03.Serviço Social de Caso III		04	60
04.Serviço Social de Grupo III		03	45
05.Serviço Social de Comunidade III		04	60
06.Serviço Social Aplicado II		04	180
07.Ética Profissional*		03	45

4º ANO (Regime Seriado)

01.Teoria Geral do Serviço Social II		04	60
02.Administração em Serviço Social II		03	45
03.Técnica de Comunicação Social		04	60
04.Psiquiatria		03	45
05.Estudo de Problemas Brasileiros		03	45
06.Serviço Social Aplicado IV		05	225

2º SEMESTRE

3º PERÍODO - (P/os alunos que entraram na UNIVER-
SIDADE no 2º semestre de 1971)

01.Sociologia III		03	45
02.Psicologia II		04	60
03.Noções de Direito		03	45
04.Pesquisa Social		04	60
05.Economia Social		03	45
06.Metodologia Básica do Serviço Social		03	45

4º PERÍODO

01.Sociologia IV		02	30
02.Psicologia III		03	45
03.Legislação Social		02	30
04.Economia Social		03	45
05.Serviço Social de Caso I		04	60
06.Serviço Social de Grupo I		04	60
07.Serviço Social de Comunidade I		04	60
08.Serviço Social Aplicado I		01	45

6º PERÍODO

Continua

CURRÍCULO - 1972 - Continuação

6º PERÍODO

<u>DISCIPLINAS</u>	<u>CRÉDITOS</u>	<u>CARGA HORÁRIA</u>
01. Administração em Serviço Social I	03	45
02. Política Social II	03	45
03. Ética Profissional	03	45
04. Técnica de Comunicação Social	03	45
05. Pesquisa Social	04	60
06. Serviço Social Aplicado III	04	180
<u>4º ANO (Regime seriado)</u>		
01. Serviço Social Aplicado V	07	315
02. Estudo de Problemas Brasileiros	04	60

NOTA -

- Os alunos do 2º semestre - disciplinas teóricas - obedecem o mesmo currículo do 1º semestre.

* Ética Profissional por falta de Professor foi ministrada no 2º semestre

Secretaria da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Maranhão, em 03 de outubro de 1972.


WLADINA LABRE CASTELO BRANCO
SECRETÁRIA

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO MARANHÃO

CURRÍCULO ADOTADO - 1973 a 1977
(CICLO PROFISSIONALIZANTE)

PERÍODO	D I S C I P L I N A S	CRÉDITOS	HORAS
3º	Sociologia III	03	45
	Psicologia II	04	60
	Noções de Direito	03	45
	Pesquisa Social	04	60
	Metodologia Básica do Serv.Social	03	45
	Economia Social	03	45
	S O M A	20	300
4º	Sociologia IV	02	30
	Psicologia III	03	45
	Legislação Social	02	30
	Serviço Social de Caso I	04	60
	Serviço Social de Grupo I	04	60
	Serviço Social de Comunidade I	04	60
	Serviço Social Aplicado I	02	60
S O M A	21	345	
5º	Política Social I	03	45
	Serviço Social de Caso II	04	60
	Serviço Social de Grupo II	04	60
	Serviço Social de Comunidade II	04	60
	Ética Profissional	03	45
	Serviço Social Aplicado II	03	90
	S O M A	21	360
6º	Política Social II	04	60
	Administração em Serv. Social I	03	45
	Serviço Social de Caso III	04	60
	Serviço Social de Grupo III	04	60
	Serviço Social de Comunidade III	04	60
	Serviço Social Aplicado III	04	120
	S O M A	23	405
7º	Psiquiatria	03	45
	Teoria Geral do Serviço Social II	04	60
	Administração em Serv. Social II	03	45
	Técnicas de Comunicação Social	03	45
	Psicologia Social	03	45
	Estudo de Problemas Brasileiros	04	60
	S O M A	20	300

continua

PERÍODO	DISCIPLINAS	CRÉDITOS	HORAS
8º	ESTÁGIO	08	360
2º	Teoria Geral do Serviço Social I -OBSERVAÇÃO - Disciplina específica do Currículo do Curso de Serviço Social - -	04	60

OBSERVAÇÕES: - É facultativo ao aluno, no ato da matrícula, optar para cursar ESTÁGIO no 7º Período e a parte teórica no 8º Período.

- Estudo de Problemas Brasileiros - constará do Currículo do Ciclo Profissionalizante, enquanto não for incluído no Currículo do Ciclo Básico.

CARGA HORÁRIA

CURSO COMPLETO:

	<u>Créditos</u>	<u>Horas</u>
Aulas Teóricas ..	140	2.100
Aulas Práticas ..	09	270
Estágio	08	360
T O T A L .	157	2.730
CICLO BÁSICO		660
CICLO PROFISSIONALIZANTE ..		<u>2.070</u>
T O T A L		2.730

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
 CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
 DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
 -CURSO DE SERVIÇO SOCIAL-

CURRÍCULO MÍNIMO

(CICLO PROFISSIONALIZANTE)

DISCIPLINAS	PRÉ - REQUISITOS	CR.	CH.
01. Metodologia Bás. do S. Social	Teoria Geral do S. Social I	03	45
02. Serviço Social de Caso I	Metodologia Bás. S. Social Psicologia II	04	60
03. Serviço Social de Caso II	Psicologia III Serviço S. de Caso I Serviço S. Aplicado I	04 04	60 60
04. Serviço Social de Caso III	Serviço S. de Caso II Serviço S. Aplicado II	04	60
05. Serviço Social de Grupo I	Sociologia III Metodologia Bás. S. Social	04	60
06. Serviço Social de Grupo II	Sociologia IV Serviço S. de Grupo I Serviço Social Aplicado I	04	60
07. Serviço Social de Grupo III	Serviço Social de Grupo II Serviço S. Aplicado II	04	60
08. Serviço Social de Comunidade I	Sociologia III Metodologia Bás. do S. Social	04	60
09. Serviço Social de Comunidade II	Sociologia III Serviço S. de Comunidade I Serviço S. Aplicado I	04	60
10. Serviço Social de Comunidade III	Serviço S. de Comunidade II Serviço S. Aplicado II	04	60
11. Serviço Social Aplicado I	Metodologia Bás. do S. Social	02	30
12. Serviço Social Aplicado II	Serviço S. de Caso I Serviço S. de Grupo I Serviço S. de Comunidade I Serviço Social Aplicado I	03	90
13. Serviço Social Aplicado III	Serviço Social Aplicado II	04	120
Teoria Geral do Serviço Social II	Serviço Social de Caso III Serviço Social de Grupo III Serviço S. de Comunidade III	04	60
15. Ética Profissional	Filosofia II	03	45
16. Política Social I	Noções de Direito Economia Social Sociologia IV	03	45
17. Política Social II	Política Social I Pesquisa Social	04	60
18. Estudo de Probl. Brasileiros I	---	02	30
19. Estudo de Probl. Brasileiro II	Estudo de Probl. Brasileiro I	02	30
20. Estágio	Serviço S. de Caso III Serviço S. de Grupo III Serviço Social de Comunidade III Serviço S. Aplicado III	08	360

COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS

DISCIPLINAS	PRÉ - REQUISITOS	CR.	CH.
21.Administração em S.Social I	—	03	45
22.Administração em S.Social II	Administração em S.Social I	03	45
23.Sociologia III	Sociologia II	03	45
24.Sociologia IV	Sociologia III	02	30
25.Psicologia II	Psicologia I	04	60
26.Psicologia III	Psicologia II	03	45
27.Psicologia Social	Psicologia II	03	45
28.Técnica de Comunicação Social	—	03	45
29.Noções de Direito	—	03	45
30.Legislação Social	Noções de Direito	02	30
31.Pesquisa Social	Estatística Matemática	04	60
32.Economia Social	Matemática	03	45
33.Psiquiatria	Psicologia III	03	45

TOTAL:

CRÉDITOS - 107

CARGA HORÁRIA - 2.100

CONVENÇÕES:

1. - CR. = Crédito
2. - CH. = Carga Horária

São Luís, 20 de junho de 1979

Wladina
Wladina Labre Castelo Branco
Secretária

05. - Carga Horária e Créditos das Disciplinas do Currículo Pleno

PROTOCOLO GERAL

05.1. - Disciplinas obrigatórias

05.1.1. - Primeiro Ciclo

DISCIPLINA	Cr. T	Cr. P	C.H.
Língua Portuguesa	04	-	60
Metodologia Científica	04	-	60
Métodos e Técnicas de Estudo e Pesquisa Bibliográfica	02	01	60
História do Serviço Social I	04	-	60
História do Serviço Social II	04	-	60
Fundamentos de Filosofia	04	-	60
Fundamentos de Sociologia	04	-	60
Sociologia I (Organização e Mudança Social)	04	-	60
Fundamentos de Psicologia	04	-	60
Antropologia Social	04	-	60
Formação Social, Econômica e Política do Brasil	04	-	60
Economia Social	04	-	60
T o t a l	46	01	720

05.1.2. - Ciclo Profissionalizante

DISCIPLINA	Cr. T	Cr. P	C.H.
Fundamentos de Ciências Políticas	04	-	60
Sociologia II (Estrutura Agrária e Urbanização)	04	-	60
Psicologia da Personalidade	04	-	60
Psicologia Social	04	-	60
Teoria do Serviço Social I	06	-	90

05.1.3 - Disciplinas Eletivas

DISCIPLINA	Cr. T.	C.H.
Formação Social, Econômica e Política do Brasil (Norte e Nordeste)	04	60
Instituições Sindicais e Prática do Serv. Social	04	60
Seminário Especial de Desenvolvimento de Comunidade	04	60
Seminário Especial de Psiquiatria e Sociedade	04	60
Seminário Especial de Teoria do Serv. Social	04	60
Seminário Especial de Metodologia do Serviço Social	04	60
Seminário Especial de Política Social	04	60
Seminário Especial de Pesquisa em Serviço Social	04	60
Seminário Especial de Educação Popular como alternativa Metodológica para o Serv. Social	04	60
Seminário Especial em Serv. Social de Empresa	04	60
Seminário Especial em Serviço Social no Campo da Saúde	04	60
Seminário Especial em Serviço Social no Campo da Habitação	04	60
Seminário Especial de Instituições Cooperativistas e Prática do Serviço Social	04	60
Questões Rurais e Prática do Serviço Social	04	60
Seminário Especial de Ética Profissional em Serviço Social	04	60
Língua Estrangeira	04	60

06. - INDICAÇÃO DE PRÉ-REQUISITOS

DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO
01. Língua Portuguesa	-
02. Metodologia Científica	-
03. Métodos e Téc. de Estudo e Pesquisa Bibliográfica	-

DISCIPLINA	Cr. T	Cr. P.	C.H.
Teoria do Serviço Social II	04	-	60
Teoria do Serviço Social III	04	-	60
Direito e Legislação Social	04	-	60
Metodologia do Serviço Social I	-	03	90
Metodologia do Serviço Social II	-	03	90
Metodologia do Serviço Social III	-	04	120
Desenvolvimento de Comunidade I	02	01	60
Desenvolvimento de Comunidade II	02	01	60
Prática do Serviço Social e Proce- so de Marginalização Social	04	-	60
Instituições e Prática do S. Social	04	02	120
Seminário sobre Instituições Cam- pos de Prática	02	03	120
Métodos e Técnicas de Pesquisa	04	01	90
Pesquisa em Serviço Social	02	03	120
Política Social I	04	-	60
Política Social II	04	-	60
Planejamento Social	02	01	60
Ética Profissional em S. Social	04	-	60
Administração e Supervisão em Ser- viço Social	04	-	60
Estágio Supervisionado	-	-	10 E 450
Estudo de Problemas Brasileiros I	02	-	30
Estudo de Problemas Brasileiros II	02	-	30
Educação Física I	-	01	30
Educação Física II	-	01	30
Educação Física III	-	01	30
Educação Física IV	-	01	30
T o t a l	76	26	10 2.370

DISCIPLINA

PROLOGO GERAL
PRÉ-REQUISITO

04. História do Serviço Social I	-
05. História do Serviço Social II	História do Serviço Social I
06. Fundamentos de Filosofia	-
07. Fundamentos de Sociologia	-
08. Sociologia I	Fundamentos de Sociologia
09. Sociologia II	Sociologia I
10. Formação Social, Econômica e Política do Brasil	Fundamentos de Sociologia
11. Economia Social	-
12. Antropologia Social	Fundamentos de Sociologia
13. Fundamentos de Psicologia	-
14. Psicologia da Personalidade	Fundamentos de Psicologia
15. Psicologia Social	Fundamentos de Psicologia
16. Teoria do Serviço Social I	História do Serviço Social II
17. Teoria do Serviço Social II	Teoria do Serviço Social I
18. Teoria do Serviço Social III	Teoria do Serviço Social II
19. Direito e Legislação Social	-
20. Metodologia do Serv. Social I	Metodologia Científica Teoria do Serviço Social I
21. Metodologia do Serv. Social II	Metodologia do Serviço Social I
22. Metodologia do Serv. Social III	Metodologia do Serviço Social II
23. Prática do Serviço Social e Processo de Marginalização Social	Teoria do Serviço Social I Sociologia II
24. Instituições e Prática do S. Social	Metodologia do Serviço Social III Teoria do Serviço Social III
25. Seminário sobre Instituições Campos de Prática	Instituições e Prática do Serv. Social
26. Desenvolvimento de Comunidade I	Política Social II Metodologia do Serv. Social III
27. Desenvolvimento de Comunidade II	Desenvolvimento de Comunidade I
28. Métodos e Técnicas de Pesquisa	Metodologia Científica
29. Pesquisa em Serviço Social	Métodos e Técnicas de Pesquisa Teoria do Serviço Social III
30. Política Social I	Formação Social Econômica e Política do Brasil
31. Política Social II	Política Social I
32. Planejamento Social	Política Social II
33. Administração e Supervisão em Serviço Social	Instituições e Prática do Serv. Social
34. Ética Profissional em S. Social	Fundamentos de Filosofia Antropologia Social

DISCIPLINA

PRÉ-REQUISITO

35. Estágio Supervisionado	Todas as disciplinas do Curso, exceto Educação Física e Estudo de Problemas Brasileiros
36. Educação Física I	-
37. Educação Física II	-
38. Educação Física III	-
39. Educação Física IV	-
40. Estudo de Problemas Brasileiros I	-
41. Estudo de Problemas Brasileiros II	Estudo de Problemas Brasileiros I

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS
DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO
DIVISÃO DE SERVIÇOS COMUNITÁRIOS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

SUBSÍDIOS PARA UM REVISÃO DO CURRÍCULO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL, A
LUZ DA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO A NÍVEL DE EDUCAÇÃO POPULAR DESENVOLVI
DA NA COMUNIDADE DE BOQUEIRÃO.

E Q U I P E D E E L A B O R A Ç Ã O

- ANA LUCIA PEREIRA OLIVEIRA - TÉCNICO DA PREXAE
- BEATRIZ DE MELO VERRI PACHECO - TÉCNICO DA PREXAE
- ELIANA MOURA BUHATEM - DOCENTE DO DEPARTAMENTO DE S.S.
- MARIA ETELVINA OLIVEIRA SANTOS - DOCENTE DO DEPTº DE S.S.
- RAIMUNDA BARBOSA COSTA - DOCENTE DO DEPARTAMENTO DE S.S.

Partindo do pressuposto de que a Extensão no sistema Universitário tem a função retroalimentadora de propiciar subsídios básicos para uma revisão da adequação e funcionalidade desse sistema às necessidades e exigências da realidade, a Divisão de Serviços Comunitários da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis - PREXAE, tem como um dos objetivos fundamentais do seu Projeto de Trabalho do ano de 1978, "que o assessoramento prestado aos serviços em execução no meio urbano contribuam para a revisão do ensino ministrado e para surgimento de possíveis temas de Pesquisa em determinado campo de conhecimento".

Dentro dessa perspectiva, é que a Divisão de Serviços Comunitários, em um processo de estudo com a equipe de trabalho responsável pela experiência DESES/PREXAE - que se constitui na aplicação do modelo de intervenção à nível de Educação Popular na comunidade do Boqueirão - iniciou uma análise do conteúdo do currículo do Curso de Serviço Social objetivando verificar a adequação do ensino para o desempenho de uma atuação profissional. E assim, com base na experiência já desenvolvida durante o período de 1 ano evidenciou-se lacunas na formação profissional em termos de conhecimentos básicos em determinadas áreas que a PRAXIS exigiu da equipe de trabalho que, então, ressentiu-se dessa fundamentação teórica, tendo que desenvolver um intenso estudo complementar, numa tentativa, de pelo menos, atender ao conteúdo indispensável.

Por outro lado, a imersão na realidade fez surgir a necessidade de conhecimentos específicos que podem configurar temas de Pesquisa.

II - ESBOÇO DE ANÁLISE PARA REVISÃO CURRICULAR

A PRAXIS da experiência na aplicação do Modelo de Intervenção a Nível de Educação Popular mostrou a necessidade de conhecimento nas seguintes disciplinas:

- . ECONOMIA SOCIAL, em termos de:
 - . Análise dos aspectos econômicos na vida de uma comunidade, compreendendo:
 - produção (tipo, modo, instrumento, nível, sistema de organização de trabalho, remuneração, despesa x lucro);
 - relação de trabalho (o trabalho como base da economia nas relações sociais da vida do povo.

. NOÇÕES DE DIREITO, em termos de:

- . Conhecimento operacional de legislação específicas, sobretudo ligadas a realidade do povo maranhense (legislação pesqueira, fundiária);
- . Análise interpretativa da legislação nacional, sobretudo a que se refere às leis ligadas ao trabalhador (problema de sindicalização, cooperativismo e outras associações de classe)

. PESQUISA SOCIAL, em termos de:

- . Técnicas de pesquisa que são básicas num trabalho com o povo, destacando-se:
 - técnica de observação sobretudo observação participante;
 - técnica do diálogo;
 - técnica da documentação, especificamente no que se refere a registro de dados para uma análise da realidade.
- . Processo da pesquisa exploratória em documentos, na tradição oral, em contatos com Instituições.

. SERVIÇO SOCIAL DE COMUNIDADE, em termos de:

- . Análise da dinâmica das comunidades urbanas de bairros (sistemas sociais que configuram a vida comunitária, dinâmica dos mecanismos sociais na vida da comunidade);
- . Análise crítica da participação social do povo no contexto da sociedade (concebida participação social, dentro de uma visão mais ampla como participação nos diferentes níveis do sistema social);
- . Procedimentos metodológicos em diferentes modelos de trabalhos comunitários;
- . Posição do Assistente Social em trabalhos comunitários de Educação Popular;
- . Posição do Assistente Social nos trabalhos de cooperativismo' e sindicalismo;
- . Técnicas de mobilização popular;
- . A dinâmica da técnica do diálogo com o povo;
- . Técnica de discussão em reuniões e assembleias com o povo.

. POLÍTICA SOCIAL, em termos de:

- . Análise crítica das repercussões e influências da política na

cional nos diferentes setores (habitação, saúde, educação, previdência social) na vida de uma comunidade);

- . Análise dos mecanismos sociais que configuram a estrutura da realidade nacional, regional e local;
- . Análise das contradições sociais (problemas básicos) que caracterizam a vida do povo numa comunidade maranhense;
- . ANTROPOLOGIA CULTURAL, em termos de:
 - . Estudo da cultura popular, sobretudo, da cultura popular maranhense, a nível das comunidades urbanas de bairros e comunidades rurais;
 - . Posturas a serem assumidas por uma equipe técnica em um trabalho de educação popular, considerando as pautas culturais da comunidade.
- . SERVIÇO SOCIAL DE GRUPO, em termos de:
 - . Análise do fenômeno das lideranças nas comunidades;
 - . Estudo da proposta de membrança;
 - . Análise da participação dos grupos naturais em trabalhos de Educação Popular (mobilização, organização, posição do Assistente Social)
 - . Técnicas de dinâmica de grupo, em função de trabalhos comunitários (técnicas de discussão);
- . FILOSOFIA, em termos de:
 - . Estudo de correntes contemporâneas que propiciem uma visão de realidade e de homem:
 - positivismo
 - materialismo histórico
 - existencialismo
 - fenomenologia
 - estruturalismo
 - . Estudo da questão ideológica e seu significado na prática profissional.
- . COMUNICAÇÃO SOCIAL, em termos de:
 - . Comunicação direta à nível de povo em trabalhos comunitários, (dinâmica da comunicação, posturas do técnico, técnicas para

- . Linguagem popular (expressões regionais e vocabulário do povo, sobretudo, do homem maranhense).
- . SOCIOLOGIA, em termos de:
 - . Definição operacional de conceitos sociológicos, chaves em trabalhos comunitários:
 - sociedade
 - comunidade
 - grupos
 - participação
 - liderança
 - conflito
 - status
 - . Análise sociológica da realidade maranhense
- . PSICOLOGIA SOCIAL, em termos de:
 - . Comportamento do homem maranhense nas condições sociais da nossa realidade;
 - . Motivação social do povo maranhense que vive nas comunidades de bairro e na zona rural;
 - . Interesse e necessidades do homem maranhense, sujeito do processo de educação popular.

III - SUGESTÕES DE TEMAS PARA PESQUISA

Tomando por base a experiência desenvolvida e a reflexão sobre os conhecimentos exigidos pela PRAXIS, evidenciamos como temas que propiciariam um estudo necessário, e ainda relativamente inexplorado, dentro do enfoque de trabalho comunitário em nossa realidade:

- . Aspectos econômicos das comunidades urbanas maranhenses;
- . Pautas e valores culturais do proletariado urbano maranhense;
- . O fenômeno da membrança no processo de educação popular;
- . A linguagem popular nas comunidades de bairro maranhense.
- . O fenômeno da participação nas comunidades urbanas maranhenses.

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cumpra ressaltar, que as sugestões apresentadas neste documento, constituem-se subsídios para enriquecimento do conteúdo programático básico das diferentes disciplinas aqui mencionadas, propondo-se pois, ser objeto de reflexão na revisão curricular ora desenvolvida no curso de Serviço Social.

Outrossim, convém destacar, que as referidas sugestões destinam-se especificamente as disciplinas do currículo do ciclo profissional, já que foram configuradas tendo por base a intervenção do Assistente Social na realidade concreta.

Em termos específicos necessário se faz situar que:

- a disciplina de ECONOMIA SOCIAL incluindo a parte mais prática aqui ressaltada, seja antecedida por um estudo introdutório dos fundamentos teóricos básicos, talvez na disciplina Introdução à Economia no Ciclo Básico;
- o conteúdo sugerido para as disciplinas PESQUISA SOCIAL, ANTROPOLOGIA CULTURAL, COMUNICAÇÃO SOCIAL, SOCIOLOGIA e PSICOLOGIA SOCIAL, seja desenvolvido fundamentalmente com base em Pesquisa de campo aproveitando inclusive, os próprios trabalhos comunitários que constituem campos de estágio para o Curso;
- o conteúdo proposto, para o estudo a nível de comunidade seja incluído na disciplina específica de SERVIÇO SOCIAL DE COMUNIDADE, passando DC a constituir uma outra disciplina na estrutura curricular;
- a proposta de estudo para a disciplina de POLÍTICA SOCIAL, seja essencialmente desenvolvida em termos práticos e operacionais, através de levantamento da realidade brasileira e maranhense, análise de documentos, discussões, debates (inclusive com equipes responsáveis por trabalhos comunitários) que propiciem ao aluno a formação de um senso crítico;
- o estudo das disciplinas de COMUNIDADE (DC e SSC) e POLÍTICA SOCIAL, seja efetivada numa intrínseca relação com compatibilização de conteúdos;
- a disciplina ANTROPOLOGIA CULTURAL, seja desenvolvida no ciclo Profissional em estreita ligação com as Disciplinas de COMUNIDADE

DE (DC e SSC), tendo em vista a intervenção do Assistente Social em única realidade concreta;

- a disciplina de SERVIÇO SOCIAL DE GRUPO inclua também, o estudo específico de grupos de base, em função de trabalhos comunitários;
- o estudo das correntes filosóficas seja operacionalizado numa perspectiva de PRAXIS, em termos de possibilitar a fundamentação necessária para a intervenção profissional em realidades concretas.

Em termos de pesquisa, dentre os temas emergidos da PRAXIS, evidenciamos em função da dinâmica da experiência, a necessidade de desenvolver a curto prazo, o estudo do fenômeno da membrança, que vem se constituindo um dos aspectos do Modelo mais insistentemente abordados nas reuniões de estudo e de discussão, dentro da sistemática de assessoramento.

Assim é que sugerimos o desenvolvimento de um projeto de Pesquisa, sobre o fenômeno da membrança a ser assumido pelo Departamento de Serviço Social.

2.5. Componentes Curriculares por Núcleo de Fundamentação

2.5.1 Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social

2.5.1.1 Disciplinas:

- **Antropologia – 60 horas**

A relação dialética entre o material e o simbólico na construção das identidades sociais e da subjetividade. Imaginário, representações sociais e expressões culturais dos diferentes segmentos sociais com ênfase na realidade brasileira e suas particularidades regionais.

- **Economia Política – 60 horas**

A economia política vulgar, a economia política clássica, a crítica da economia política, as análises neoclássica e keynesiana. Valor e repartição na economia clássica. Mercadoria, dinheiro e capital na crítica da economia política. Trabalho e divisão social do trabalho. As mudanças atuais nos padrões de acumulação e suas expressões na economia internacional e brasileira.

- **Filosofia – 60 horas**

O significado da filosofia e a história do pensamento filosófico: Aristóteles, Kant, Hegel, Marx. Filosofia, ideologia e ciência social. A questão da ética e da moral: do pensamento clássico ao contemporâneo.

- **Metodologia Científica – 60 horas**

Conhecimento científico e sua relação com o senso comum. As relações entre teoria, método e objeto no processo de produção de conhecimento científico sobre a realidade social. Diferentes perspectivas teórico-metodológicas: Marx, Durkheim e Weber. Problematização dos objetos históricos: o papel da teoria e da realidade neste processo.

- **Pensamento Social – 60 horas**

O liberalismo, o socialismo, a social-democracia: formação histórica e principais pensadores. Atualização do pensamento liberal no século XX e o

significado de Marx na atualidade.

- **Psicologia Social – 60 horas**

As principais matrizes teóricas da psicologia social. A construção da subjetividade e da identidade no processo de produção e reprodução da vida social. Interpretação da representação e do imaginário na vida social.

- **Sociologia – 60 horas**

Matrizes clássicas do pensamento sociológico (Marx, Weber, Durkheim). A crise dos paradigmas. O pensamento sociológico contemporâneo.

- **Teoria Política – 60 horas**

Fundamentos histórico-conceituais do Estado: Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau, Marx e Gramsci. Os conceitos de democracia e cidadania. O Estado-Nação. Análise do Estado capitalista moderno. As principais ideologias contemporâneas: liberalismo, socialismo, nacionalismo e totalitarismo. Desenvolvimento e crise do Estado de Bem-Estar e as reformas sob o liberalismo.

- **Trabalho e Relações Sociais – 60 horas**

As relações de trabalho no capitalismo avançado: a regulação pública do trabalho no pós II Guerra e a flexibilização dos sistemas de relações de trabalho a partir de 1970. As relações de trabalho no Brasil: origens, estrutura e dinâmica atual.

2.5.2 Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira

2.5.2.1 Disciplinas

- **Direito e Legislação Social – 60 horas**

Fundamentos e desenvolvimento histórico dos direitos humanos. A internacionalização dos direitos humanos. A institucionalização dos direitos e garantias fundamentais na Constituição Federal Brasileira a partir de 1988. Constituição Estadual e Lei Orgânica do Município, Legislação Social

destacando, dentre outras: a da Previdência, do Trabalho, ECA, LOAS, LDB, Estatuto do Idoso, Pessoa com Deficiência.

- **Formação Sócio-Histórica do Brasil – 60 horas**

Formação da sociedade brasileira nas interpretações de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Gilberto Freyre e Machado de Assis.

- **Movimentos Sociais e Serviço Social – 60 horas**

Fundamentos teóricos dos movimentos sociais. Os movimentos sociais em seus recortes de classe, raça, etnia, gênero, geração, minorias e meio ambiente. Expressões dos movimentos sociais na contemporaneidade. Serviço Social e sua relação com os movimentos sociais.

- **Política Social I – 60 horas**

As determinações de ordem econômica e política na emergência e desenvolvimento das políticas sociais nos países capitalistas. O público e o privado: as políticas sociais e a constituição da esfera pública. Sistemas de proteção social: o caso da América Latina. Formulação, implementação, gestão e avaliação de políticas sociais.

- **Política Social II – 60 horas**

As políticas sociais no contexto do desenvolvimento do Estado brasileiro; seus principais marcos históricos: populismo, ditadura militar, nova república, era Collor e FHC e conjuntura atual. Corporativismo e clientelismo na formação da política social brasileira. Os sujeitos no processo de formulação e implementação das políticas sociais com ênfase nos movimentos sociais. Controle social, participação e descentralização na formulação e implementação e avaliação das políticas sociais.

significado de Marx na atualidade.

- **Psicologia Social – 60 horas**

As principais matrizes teóricas da psicologia social. A construção da subjetividade e da identidade no processo de produção e reprodução da vida social. Interpretação da representação e do imaginário na vida social.

- **Sociologia – 60 horas**

Matrizes clássicas do pensamento sociológico (Marx, Weber, Durkheim). A crise dos paradigmas. O pensamento sociológico contemporâneo.

- **Teoria Política – 60 horas**

Fundamentos histórico-conceituais do Estado: Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau, Marx e Gramsci. Os conceitos de democracia e cidadania. O Estado-Nação. Análise do Estado capitalista moderno. As principais ideologias contemporâneas: liberalismo, socialismo, nacionalismo e totalitarismo. Desenvolvimento e crise do Estado de Bem-Estar e as reformas sob o liberalismo.

- **Trabalho e Relações Sociais – 60 horas**

As relações de trabalho no capitalismo avançado: a regulação pública do trabalho no pós II Guerra e a flexibilização dos sistemas de relações de trabalho a partir de 1970. As relações de trabalho no Brasil: origens, estrutura e dinâmica atual.

2.5.2 Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira

2.5.2.1 Disciplinas

- **Direito e Legislação Social – 60 horas**

Fundamentos e desenvolvimento histórico dos direitos humanos. A internacionalização dos direitos humanos. A institucionalização dos direitos e garantias fundamentais na Constituição Federal Brasileira a partir de 1988. Constituição Estadual e Lei Orgânica do Município, Legislação Social

- **Política Social III – 60 horas**

A seguridade social no Brasil: a política de assistência social, de previdência e de saúde. A seguridade Social e o Serviço Social: demandas sociais e desafios profissionais.

- **Questão Social I – 60 horas**

As diferentes perspectivas de análise sobre a questão social. Fundamentos históricos da questão social e seus elementos constitutivos: necessidades, lutas e desigualdades sociais decorrentes das relações de classe, gênero, etnia e raça. A questão social nas sociedades capitalistas. Os processos revolucionários e contra-revolucionários: o caso da América Latina. As metamorfoses da questão social. Indicação sobre as diferentes formas de enfrentamento da questão social pelo Estado e pela sociedade civil, destacando nesse âmbito a função histórica da Igreja.

- **Questão Social II – 60 horas**

Elementos conceituais e históricos da questão social no campo, destacando: as principais correntes teóricas de interpretação do capitalismo no campo, com ênfase na perspectiva histórico-estrutural. A Questão Agrária e Agrícola no Brasil e no Maranhão: formação histórica e formas de enfrentamento pelo Estado e pela sociedade civil.

- **Questão Social III – 60 horas**

Elementos históricos e conceituais da questão social na cidade enfatizando: o processo de constituição do urbano e as desigualdades sócio-espaciais; a migração campo-cidade; a questão do poder local; as políticas públicas municipais; a gestão urbana e os movimentos sociais. Principais manifestações da questão urbana no Brasil e no Maranhão, destacando: a questão da moradia; a alocação desigual de serviços e equipamentos coletivos; a segregação sócio-espacial, a violência e a questão ambiental.

Objetivos:

- **A Criança e o Adolescente e as Políticas Públicas – 60 horas**
Fundamentos históricos para compreensão da Política de Atendimento à criança e ao adolescente no Brasil. A legislação e a concepção da criança e do adolescente como sujeitos de direitos. A realidade da criança e do adolescente como expressão da questão social no Brasil, tais como: trabalho infantil, violência sexual e doméstica, prostituição infantil, dentre outros. A caracterização da Política e a operacionalização do sistema de garantia de direitos nas políticas públicas.
- **A família e as Políticas Públicas – 60 horas**
A família nos diversos contextos sócio-históricos. Concepções de família. A família e a questão social no Brasil. A família no âmbito das políticas públicas, destacando: a assistência social, saúde e educação.
- **A Questão Ambiental e as Políticas Públicas – 60 horas**
As relações homem-natureza: crescimento das forças produtivas sob o capital e o controle e destruição do meio ambiente. Desigualdades sociais e meio-ambiente. Políticas Públicas de desenvolvimento ambiental. A questão do desenvolvimento sustentável. Movimentos sociais e outras organizações em torno da questão ambiental no Brasil e no Maranhão. Preservação ambiental no Maranhão.
- **A Questão da Moradia e as Políticas Públicas – 60 horas**
A questão da moradia no Brasil e no Maranhão. Tipologias de moradia. Movimentos Sociais por moradia. Habitação e processos de segregação sócio-espacial urbana. Políticas Públicas e financiamento para a habitação: a questão da moradia popular.

- **A Questão do Sindicalismo no Brasil – 60 horas**

História do sindicalismo no Brasil. Neoliberalismo, trabalho e movimento sindical. Reestruturação produtiva e suas repercussões no sindicalismo brasileiro na contemporaneidade.

- **Desenvolvimento Regional – 60 horas**

Teorias do desenvolvimento regional. Políticas públicas para o desenvolvimento regional no Brasil, no Norte e no Nordeste, e o rebatimento dessas políticas no Estado do Maranhão. Instrumentos de mobilização e organização utilizados na estratégia de desenvolvimento regional.

- **Direitos Humanos, Necessidades Sociais e Cidadania – 60 horas.**

Fundamentos históricos das necessidades humanas e sociais e os tratados internacionais de proteção aos direitos humanos. A história da institucionalização dos direitos sociais no Brasil. A institucionalização dos direitos e garantias fundamentais na Constituição Federal Brasileira de 1988.

- **Estudos Avançados em Políticas Sociais – 60 horas.**

Aprofundamentos de estudos referentes aos fundamentos históricos e teórico-metodológicos das políticas sociais e estratégias de implementação.

- **Pessoa com Deficiência e Políticas Públicas – 60 horas**

Fundamentos para compreensão da pessoa com deficiência: histórico, conceitos e legislação. Inclusão social das pessoas com deficiência e políticas públicas, destacando: educação, assistência social e saúde.

- **Questão Social e Relações Internacionais – 60 horas**

A questão social e a questão nacional sob o capitalismo monopolista e a particularidade das sociedades de capitalismo dependente: o caso da

América Latina com ênfase no Brasil. O significado do atual processo de mundialização do capital para a questão social. A mediação das relações internacionais entre a questão nacional e a questão social, destacando: o papel das instituições e organizações transnacionais da política e da economia; as atuais formas de luta social.

- **Trabalho e Economia Solidária – 60 horas**

A solidariedade como elemento de organização política dos trabalhadores e luta pela emancipação e a construção de alternativas econômicas. O cooperativismo na visão socialista, capitalista e cristã. Desenvolvimento sustentável, economia solidária e autogestão. Empreendimentos econômicos solidários.

2.5.2.2 Seminários Temáticos:

- **Seminário Temático I – 30 horas.**

Temas conjunturais que exigem uma compreensão analítica em momentos históricos determinados.

- **Seminário Temático II – 30 horas.**

Temas conjunturais que exigem uma compreensão analítica em momentos históricos determinados.

2.5.3 Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

2.5.3.1 Disciplinas

- **Administração e Supervisão em Serviço Social – 60 horas**

As teorias organizacionais e os modelos gerenciais de organização do trabalho nos setores público e privado e no âmbito das organizações não governamentais. O Serviço Social nas estruturas organizacionais e funções administrativas: planejamento, direção, organização e controle de programas sociais. O processo de supervisão em seus aspectos pedagógicos e administrativos.

- **Educação Popular e Serviço Social – 60 horas**

Fundamentos para compreensão da educação popular. Processo de construção histórica da educação popular no Brasil destacando: diferentes concepções, experiências significativas e refundamentação da educação popular no novo contexto. A Educação Popular como alternativa metodológica e político-pedagógica para o Serviço Social.

- **Estágio em Serviço Social I - 360 horas**

Desenvolvimento de estágio supervisionado em instituições públicas, privadas ou organizações não governamentais, campos de estágio do Curso. Desenvolvimento de habilidades com relação ao eixo temático de intervenção, caracterização do campo de estágio, população usuária, demandas, formulação de plano de intervenção, elaboração de registros técnicos e realização de processos de trabalho junto à população usuária.

- **Estágio em Serviço Social II – 360 horas**

Desenvolvimento de estágio supervisionado em instituições públicas, privadas ou organizações não governamentais, campos de estágio do Curso. Participação em processos de construção teórico-metodológica e de implementação de estratégias de intervenção profissional, reconstrução de objetos de intervenção, sistematização da prática, avaliação de serviços e de projetos.

- **Ética Profissional em Serviço Social – 60 horas**

Fundamentos éticos e morais da vida social nas suas implicações na ética profissional. O processo de construção de um ethos profissional: significado, valores e implicações no exercício profissional. O debate sobre as questões éticas e os códigos de ética. Dilemas ético-morais no exercício profissional. Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social: significado e atribuições.

- **Educação Popular e Serviço Social – 60 horas**

Fundamentos para compreensão da educação popular. Processo de construção histórica da educação popular no Brasil destacando: diferentes concepções, experiências significativas e refundamentação da educação popular no novo contexto. A Educação Popular como alternativa metodológica e político-pedagógica para o Serviço Social.

- **Estágio em Serviço Social I - 360 horas**

Desenvolvimento de estágio supervisionado em instituições públicas, privadas ou organizações não governamentais, campos de estágio do Curso. Desenvolvimento de habilidades com relação ao eixo temático de intervenção, caracterização do campo de estágio, população usuária, demandas, formulação de plano de intervenção, elaboração de registros técnicos e realização de processos de trabalho junto à população usuária.

- **Estágio em Serviço Social II – 360 horas**

Desenvolvimento de estágio supervisionado em instituições públicas, privadas ou organizações não governamentais, campos de estágio do Curso. Participação em processos de construção teórico-metodológica e de implementação de estratégias de intervenção profissional, reconstrução de objetos de intervenção, sistematização da prática, avaliação de serviços e de projetos.

- **Ética Profissional em Serviço Social – 60 horas**

Fundamentos éticos e morais da vida social nas suas implicações na ética profissional. O processo de construção de um ethos profissional: significado, valores e implicações no exercício profissional. O debate sobre as questões éticas e os códigos de ética. Dilemas ético-morais no exercício profissional. Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social: significado e atribuições.

• **Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I**

– 60 horas

A incidência dos principais paradigmas históricos do pensamento e da ação humana sobre o Serviço Social, considerando os determinantes e as formulações teórico-práticas da profissão expressas no positivismo, fenomenologia, materialismo histórico. A questão da ideologia no Serviço Social. Serviço Social como uma expressão da práxis.

• **Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II**

– 60 horas

Serviço Social e a necessidade de controle social destacando: a função pedagógica do assistente social nos processos de organização da cultura; a questão da participação e da solidariedade. As mediações da historicidade da prática profissional: a questão social, a racionalização da assistência; instituições sociais; espaços ocupacionais.

• **Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III**

– 60 horas

Tendências atuais da prática profissional no âmbito da crise estrutural e das estratégias mundiais do capitalismo com as saídas neoliberais, as teses da pós-modernidade e dos processos de enfrentamento e superação da ordem do capital pela classe trabalhadora. O debate contemporâneo do Serviço Social, destacando: a questão do Serviço social como trabalho, a questão da construção da esfera pública e a questão da sociedade civil.

• **Introdução ao Estudo do Serviço Social – 60 horas**

O desenvolvimento histórico do Serviço Social na sociedade capitalista nos marcos da questão social, destacando a função da profissão na relação com a Igreja, com o Estado e as classes sociais e a questão do gênero na identidade profissional. Configuração do Serviço Social como profissão na sociedade brasileira e maranhense, na atualidade: espaços ocupacionais na esfera pública e privada e na organização da classe trabalhadora:

competências e atribuições, formação profissional e produção intelectual; organização política dos assistentes sociais.

- **Língua Portuguesa: Produção e Interpretação Textual. – 60 horas**

Língua portuguesa como principal instrumento de manejo da técnica de leitura, produção e interpretação textual. Exigências da linguagem escrita: ortografia, clareza, concisão, coerência, coesão. Elaboração de textos: resenhas e ensaios.

- **Metodologia do Trabalho Científico – 60 horas**

A Universidade e a produção do conhecimento. Métodos e sistematização de técnicas de estudo. A biblioteca e seus recursos de informação. Pesquisa científica. Processo de elaboração e normalização de trabalhos acadêmicos.

- **Pesquisa em Serviço Social I – 60 horas**

A produção do conhecimento científico e a Pesquisa em Serviço Social: a influência dos paradigmas teórico-metodológicos e a incidência das polêmicas em torno destes paradigmas na pesquisa em Serviço Social. A pesquisa como instrumento básico no processo de formação profissional, de produção do conhecimento e de intervenção em Serviço Social. Questões Éticas nos diferentes momentos da Pesquisa Social.

- **Pesquisa em Serviço Social II – 60 horas**

Análise das formas de pesquisa em Serviço Social enfatizando as metodologias quantitativas e qualitativas: conteúdo, alcance e limites. Projeto de Pesquisa Exploratória.

- **Pesquisa em Serviço Social III – 60 horas**

Estudo sobre o desenvolvimento de projeto de pesquisa: trabalho de campo, análise de dados e apresentação de resultados. Elaboração de

projeto de pesquisa, problematizando temas relevantes para a pesquisa em Serviço Social.

- **Planejamento Social – 90 horas**

Concepções de planejamento. A dimensão técnica e a dimensão política do planejamento. Planejamento normativo e participativo: seu processo e seus instrumentos técnicos de elaboração. O planejamento participativo e suas implicações técnicas e políticas. Fundamentos teórico-metodológicos do planejamento estratégico situacional. Elaboração de projetos na área de Serviço Social.

- **Serviço Social e Processos de Trabalho I – 60 horas**

A função pedagógica do assistente social nos processos de trabalho vinculados às propostas de participação e solidariedade construídas, historicamente, no movimento contraditório de enfrentamento da questão social, pelo Estado e classes sociais. A filantropia, o trabalho voluntário, e o cooperativismo, como estratégias históricas da profissão; a organização, a mobilização e a comunicação como mecanismos operativos.

- **Serviço Social e Processos de Trabalho II – 60 horas**

A função pedagógica do assistente social nos processos de trabalho no âmbito da gestão, da prestação direta de serviços e benefícios sociais nas esferas pública e privada e da organização autônoma dos trabalhadores. A vinculação profissional aos diferentes sistemas de controle social: demandas sociais, competências, instrumentos, mecanismos operativos e desafios profissionais. O reordenamento do trabalho do assistente social na atualidade.

- **Supervisão de Estágio em Serviço Social I – 60 horas**

Acompanhamento do(a) aluno(a) no campo de estágio; iniciação do(a) estagiário(a) no processo coletivo de construção teórico-metodológica da prática profissional na particularidade sócio-institucional, considerando os

determinantes da intervenção profissional, processos e instrumentos pedagógicos, dimensão ético-política; relação profissional; elaboração e implementação do plano de intervenção; e, registros técnicos.

- **Supervisão de Estágio em Serviço Social II – 60 horas**

Acompanhamento do(a) estagiário(a) no processo coletivo de construção da prática profissional na particularidade sócio-institucional, considerando os determinantes da intervenção profissional, processos e instrumentos pedagógicos, dimensão ético-política; relação profissional; implementação e avaliação do plano de intervenção; e, registros técnicos.

- **Trabalho de Conclusão de Curso I /TCC I – 45 horas**

Diretrizes e indicações teórico-metodológicas para elaboração de projeto de monografia.

- **Trabalho de Conclusão de Curso II/TCC II – 45 horas**

Diretrizes e indicações teórico-metodológicas para elaboração de monografia. Estruturação e desenvolvimento da monografia.

Eletivas:

- **Assistência Social e a Prática do Serviço Social – 60 horas**

Assistência Social como fenômeno histórico: concepções, funções e mecanismos operativos. Assistência social como principal mediação da inserção orgânica da profissão nas relações sociais. Política de Assistência Social na atual conjuntura e a prática do assistente social.

- **Envelhecimento, Políticas Públicas e Serviço Social – 60 horas**

O envelhecimento como questão social. O estudo da velhice em suas dimensões biológica, psicológica e social. A longevidade e seu impacto na sociedade, na família e no Estado. Mitos e preconceitos sócio-culturais em

relação à velhice. A Política Pública do Idoso. A prática do Serviço Social junto ao idoso.

- **Estudos Avançados em Serviço Social – 60 horas**

Aprofundamentos de estudos referentes aos fundamentos teóricos e histórico-metodológicos do Serviço Social.

- **Estudos Avançados de Pesquisa em Serviço Social – 60 horas**

Aprofundamentos de estudos referentes aos fundamentos históricos e teórico-metodológicos da pesquisa na área social, especialmente do Serviço Social.

- **Instituições Cooperativas e Serviço Social – 60 horas**

O cooperativismo no Brasil e no Maranhão: fundamentos histórico-conceituais e principais expressões. A reatualização do cooperativismo sob o neoliberalismo, destacando a questão da solidariedade e principais tendências. A relação com o Serviço Social.

- **Movimentos Sociais no Campo e o Serviço Social – 60 horas**

A história das lutas sociais no Campo, destacando o caso do Maranhão: determinantes históricos e processos de organização dos diferentes segmentos sociais. A inserção do Serviço Social nas lutas sociais no campo: dos fundamentos da criação da profissão no estado à prática profissional nas instituições voltadas para a questão agrária.

- **Relações de Gênero e Serviço Social – 60 horas**

Gênero como categoria de análise histórica. O debate contemporâneo sobre as interseções entre relações de gênero, de classe, de raça/etnia; relação público e privado; relação produção/reprodução. O feminismo como sujeito político. Os movimentos de mulheres e os movimentos feministas no Brasil e no Maranhão. Gênero e políticas públicas. Serviço Social e relações de gênero.

- **Relações Étnico-Raciais no Brasil e o Serviço Social – 60 horas**

Definições e conceitos de raça e de etnicidade. Raça e etnia no contexto das relações sociais. As relações étnico-raciais na formação social, econômica, política e cultural do Brasil: o branco, o negro e o índio na realidade brasileira. Políticas públicas e relações étnico-raciais. A prática profissional do assistente social no contexto das relações étnico-raciais no Brasil e no Maranhão.

- **Serviço Social e a Organização da Cultura – 60 horas**

A relação Serviço Social e os processos de organização da cultura – sociabilidade – destacando a função pedagógica do assistente social nesses processos. Modalidades de inserção profissional nos processos de organização da cultura. Tendências pedagógicas atuais da prática do assistente social e os principais desafios para o projeto profissional em sua vinculação às lutas democráticas e emancipatórias da sociedade.

- **Serviço Social e a Política de Educação – 60 horas**

Análise da política educacional brasileira na atualidade, considerando suas peculiaridades no Maranhão. A inserção da prática do assistente social no campo da educação, destacando modalidades e tendências do processo educativo e o significado histórico da atuação profissional.

- **Serviço Social e Saúde Mental – 60 horas**

Elementos conceituais: o normal e o patológico, saúde e doença mental. Trabalho e Família e suas repercussões na saúde mental. Uma visão histórica das políticas de assistência ao doente mental. O Movimento de Reforma Psiquiátrica: as peculiaridades no Maranhão. Os direitos do doente mental como eixo orientador da prática do Serviço Social. Estratégias de trabalho do assistente social no campo da saúde mental.

- **Serviço Social no campo da Saúde – 60 horas**

A saúde como questão social. Elementos conceituais e históricos para compreensão da problemática de saúde no Brasil: o quadro nosológico, os projetos políticos para a saúde pública e a atuação do Estado. A saúde como direito. Configuração histórica da Política Nacional de Saúde. A prática do Serviço Social na área da Saúde.

- **Serviço Social no Setor Judiciário – 60 horas**

O sistema sócio-jurídico como espaço ocupacional do Serviço Social: órgãos de atuação; competências e atribuições, considerando os direitos fundamentais do homem. Instrumentos legais como referências para atuação do Assistente Social no campo sócio-jurídico. Denúncias e demais mecanismos na defesa dos direitos humanos e constitucionais.

2.5.3.2 Oficinas

- **Oficina de Processos e Instrumentos Pedagógicos do Serviço Social I - 30 horas**

O papel da comunicação na formação do pensamento social e recursos audiovisuais e virtuais.

- **Oficina de Processos e Instrumentos Pedagógicos do Serviço Social II - 30 horas**

O registro do trabalho profissional: técnicas e processos.

- **Oficina de Processos e Instrumentos Pedagógicos do Serviço Social III - 30 horas**

A reconstrução e análise de projetos de intervenção em Serviço Social: elementos constitutivos e proposta pedagógica.

1. PERÍODO	2. PERÍODO	3. PERÍODO	4. PERÍODO	5. PERÍODO	6. PERÍODO	7. PERÍODO	8. PERÍODO
Pensamento Social (60 horas)	Sociologia (60 horas)	Metodologia Científica (60 horas)	Direito e Legislação Social (60 horas)	Ética Profissional em Serviço Social (60 horas)	Planejamento Social (60 horas)	Supervisão de Estágio em Serviço Social I (60 horas)	Supervisão de Estágio em Serviço Social II (60 horas)
Metodologia do Trabalho Científico (60 horas)	Economia Política (60 horas)	Trabalho e Relações Sociais (60 horas)	Pesquisa em Serviço Social I (60 horas)	Pesquisa em Serviço Social II (60 horas)	Pesquisa em Serviço Social III (60 horas)	Estágio em Serviço Social I (360 horas)	Estágio em Serviço Social II (360 horas)
Formação Sócio-Histórica do Brasil (60 horas)	Antropologia (60 horas)	Teoria Política (60 horas)	Política Social I (60 horas)	Política Social II (60 horas)	Política Social III (60 horas)	TCC I (45 horas)	TCC II (45 horas)
Filosofia (60 horas)	Questão Social I (60 horas)	Questão Social II (60 horas)	Questão Social III (60 horas)	Movimentos Sociais (60 horas)	Educação Popular e Serviço Social (60 horas)	465h	465h
Introdução ao Estudo do Serviço Social (60 horas)	Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social I (60 horas)	Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social II (60 horas)	Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social III (60 horas)	Serviço Social e Processos de Trabalho I (60 horas)	Serviço Social e Processos de Trabalho II (60 horas)		
Língua Portuguesa: Produção e Interpretação Textual (60 horas)	Psicologia Social (60 horas)	Disciplina Eletiva (60 horas)	Disciplina Eletiva (60 horas)	Disciplina Eletiva (60 horas)	Administração e Supervisão em Serviço Social (60 horas)		
	Seminário Temático I (30 horas)	Seminário Temático I (30 horas)	Oficina I (30 horas)	Oficina II (30 horas)	Oficina III (30 horas)		
360h	390h	390h	390h	390h	450h	Carga horária das disciplinas + carga complementar: 2700 h. Carga Horária Total: 3420 h	

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS

PROJETO DE DINAMIZAÇÃO DA EXTENSÃO DA UFMA

SÃO LUIS - MARANHÃO

ABRIL - 1978

S U M Á R I O

- 01 - INTRODUÇÃO
- 02 - COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE DINAMIZAÇÃO
DA EXTENSÃO
- 03 - OBJETIVOS:
- 04 - ATIVIDADES
- 05 - SISTEMA DE ATUAÇÃO
- 06 - SISTEMA DE AVALIAÇÃO
- 07 - ANEXOS

01 - INTRODUÇÃO

A abertura da Universidade é uma condição essencial para que ela assuma uma posição ativa face ao processo de desenvolvimento local, regional e nacional. Se a Universidade não se estender ao meio exterior, "não poderá conhecê-lo em todos os seus aspectos e, muito menos atuar sobre ele no sentido de modificá-lo, como agente de mudança que é. Seu ensino tende a tornar-se vazio de realidade, alienado e alienante".(1) Suas pesquisas serão limitadas, caracterizando-se por conteúdo livresco e laboratorial, não aproveitando devidamente a variedade de elementos que o ambiente exterior lhe coloca à disposição.

Essa abertura da Universidade, exigência da sociedade brasileira e da própria política Educacional, adquire significado através das ações extensionistas que se expressam pela comunicação entre Universidade e Comunidade num processo de troca contínuo e benéfico para os dois organismos.

A idéia de troca evidencia o valor da Extensão Universitária, não apenas na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento de uma região ou de um País, mas na sua capacidade de alimentar o ensino e a pesquisa: a Universidade estende suas atividades a uma clientela que envolve a comunidade com seus organismos e populações, trazendo em retorno, subsídios, informações e dados novos que irão revitalizar e enriquecer o conteúdo do ensino e os programas de pesquisa. Sabe-se, entretanto, que a operacionalização dessa dupla perspectiva só se efetuará a medida que os Departamentos acadêmicos assumam um posicionamento de abertura para Comunidade, pela realização de ações Extensionistas.

As formas de ações Extensionistas desenvolvidas atualmente, pelos Departamentos Acadêmicos são bastante incipientes. Os recursos próprios são mínimos e, por outro lado os docentes não estão, no momento, suficientemente sensibilizados para ações dessa natureza.

Admitindo-se, entretanto, que a Extensão Universitária é o instrumento fundamental de abertura da Universidade para o desenvolvimento e que é a partir dos Departamentos Acadêmicos que se efetuará essa abertura, no presente projeto será delineada a estratégia a ser utilizada pela PREXAE, através do "Grupo de dinamização da Extensão" visando a incentivar, apoiar e coordenar as Ações Extensionistas em desenvolvimento e aquelas que vierem a surgir, por iniciativa dos Departamentos Acadêmicos e/ou PREXAE.

(1) Documento Universidade Santa Maria

02 - COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE DINAMIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Visando o planejamento conjunto das atividades de Extensão, entre o Departamento Acadêmico e a PREXAE, esta Pró-Reitoria designou um grupo de técnicos com atribuições de dinamizar a Extensão da UFMA, mediante a incentivação daqueles Departamentos.

São componentes deste grupo:

- Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Estudantis - Coordenadora do Grupo
- Diretora do Departamento de Extensão
- Diretor do Departamento de Assuntos Culturais
- Diretora da Divisão de Serviços Comunitários
- Técnico responsável pelos projetos de Interiorização da Extensão.

03 - OBJETIVOS

3.1 - Substantivos

3.1.1 - No final de 1978, pelo menos 50% dos Departamentos Acadêmicos vinculados a cada Centro, estarão engajados em atividades de Extensão planejadas pelos próprios Departamentos ou já em desenvolvimento pela PREXAE.

O cumprimento desse objetivo será avaliado mediante os seguintes critérios:

- Inclusão, no plano Departamental, dos cursos e Serviços que poderão oferecer à comunidade;
- designação de professores ou equipes responsáveis pela Extensão, no Departamento a que se vincula;
- indicação de professores para participarem em atividades que estejam dinamizadas pela PREXAE e/ou de iniciativa do Departamento Acadêmico;
- participação dos professores indicados, nas atividades desenvolvidas.

As matrizes departamentais, expedientes oficiais e relatório das atividades desenvolvidas, serão os instrumentos de avaliação.

A responsabilidade pelo cumprimento desse objetivo cabe ao Grupo de Dinamização da Extensão da UFMA.

3.1.2 - Durante o ano de 1978, pelo menos 30% dos projetos de Serviços e Cursos de Extensão desenvolvidos pela UFMA, serão de iniciativa dos Departamentos Acadêmicos, com o apoio da PREXAE.

O critério básico de avaliação desse objetivo, será a própria experiência (curso ou serviço) e os instrumentos para medir serão:

- propostas feitas pelos Departamentos à PREXAE;
- relatórios das atividades desenvolvidas.

3.2 - Operacionais

3.2.1 - Realizar, a partir da 4.^a semana de abril, contatos e reuniões com os Departamentos Acadêmicos para incentivação e apoio aos mesmos, no seu processo de abertura à Comunidade.

O conteúdo a ser discutido nesses contatos e reuniões, versará principalmente sobre Extensão, com ênfase nos programas e projetos a serem desenvolvidos e formas de engajamento dos docentes nestes programas e projetos.

O objetivo será avaliado através do relatório sumário de cada contato e reunião, no qual deverá conter:

- assuntos debatidos;
- colocações feitas pelos docentes em relação ao assunto debatido;
- dificuldades encontradas e soluções imediatas para essas dificuldades;
- compromissos assumidos pelo Departamento;
- resultados das ações previstas em reuniões anteriores (se for o caso).

3.2.2 - Promover na 1.^a e 4.^a semanas de maio um encontro com 4 representantes de cada Assembléia Departamental e docentes interessados para preparação do II Seminário Regional sobre Extensão, a ser realizado em junho do corrente ano. O conteúdo a ser debatido nesse encontro versará sobre os programas e projetos, em especial aqueles que envolvem, sobretudo, a participação Departamental. (Anexo I)

O nível de participação de, pelo menos 80% dos Departamentos Acadêmicos e a indicação de pelo menos 1 docente por área para compor a comissão técnica do Seminário Regional, serão os critérios de avaliação do Encontro. Os instrumentos avaliativos serão: ficha de inscrição; relatório final do Encontro e observação direta dos participantes.

A responsabilidade pelo cumprimento desse objetivo estará a cargo do grupo de Dinamização da Extensão.

3.2.3 - Promover, na primeira quinzena de junho, um Seminário Regional, envolvendo o Norte e o Nordeste, que servirá de

Instrumento para incentivação do professor e de oportunidade de integração com outras Universidades, para troca de experiências.

O conteúdo desse Seminário, bem como o sistema de avaliação do mesmo estão contidos no seu ante-projeto. (Anexo I).

Será de responsabilidade do grupo de dinamização da Extensão, o cumprimento desse objetivo.

04 - ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PARA CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS

- Elaboração de calendário de visitas aos Departamentos;
- divulgação do Encontro de docentes da UFMA, por área de conhecimento;
- encontro de docentes da UFMA;
- visitas aos Departamentos Acadêmicos;
- divulgação do Seminário Regional;
- encontro com representantes das Universidades Federais do Norte e Nordeste;
- seminário Regional

05 - SISTEMA DE ATUAÇÃO

Para engajamento do docente nas atividades de Extensão, a estratégia utilizada obedecerá a três linhas básicas de ação, que correspondem a cada um dos objetivos propostos:

- Encontro de docentes;
- Seminário Regional;
- Visitas sistemáticas aos Departamentos Acadêmicos

Na dinamização dessas três linhas fundamentais serão realizados contatos iniciais com os diferentes Centros da UFMA, para divulgação do trabalho e, ao mesmo tempo, obter a participação dos seus Diretores no processo de motivação dos Departamentos Acadêmicos. A partir daí, serão mantidos diálogos sistemáticos com os docentes das diferentes áreas, através dos quais serão também divulgadas as atividades, cuja operacionalização exige o assumir dos Departamentos Acadêmicos para maior eficiência e eficácia dos mesmos.

Além dos contatos e diálogos já mencionados, serão emitidos cartazes e folhetos que informarão de modo mais abrangente o que se pretende realizar, tendo em vista a dinamização da Extensão da UFMA.

Para a realização do Seminário Regional será realizada ainda, como atividade preliminar, uma reunião, com representantes das Universidades Federais convidadas, a fim de que as mesmas

participem desde o planejamento da referida atividade.

Prevê-se a realização dessa reunião, na 1.^a semana de maio do corrente ano.

06 - SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

A avaliação será feita tomando-se por base os critérios e instrumentos já estabelecidos nos objetivos. Quanto a periodicidade e níveis em que a mesma se realizará, serão os seguintes:

- a nível do grupo de dinamização da Extensão, quinzenalmente;
- a nível do Departamento Acadêmico, trimestralmente;
- a nível de Pró-Reitoria de Extensão, semestralmente.

07 - ANEXOS

- I - Roteiro dos Encontros com Docentes
- II - Ante-projeto do II Seminário Regional sobre Extensão - Regiões Norte e Nordeste.